

Eduardo Assunção Franco

**PROGRESSISMO E CONSERVANTISMO NO DISCURSO DA IGREJA
CATÓLICA:**

ANÁLISE DOS EDITORIAIS DO *JORNAL DE OPINIÃO* DE 1989, 1999 E 2009

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2012

Eduardo Assunção Franco

**PROGRESSISMO E CONSERVANTISMO NO DISCURSO DA IGREJA
CATÓLICA:**

ANÁLISE DOS EDITORIAIS DO *JORNAL DE OPINIÃO* DE 1989, 1999 E 2009

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Linguística do Texto e do Discurso.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

Orientador: Prof. Dr. Wander Emediato de Souza

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2012



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Dissertação intitulada *Progressismo e Conservantismo no Discurso da Igreja Católica: análise dos editoriais do Jornal de Opinião de 1989, 1999 e 2009*, defendida por **EDUARDO ASSUNÇÃO FRANCO** em **08/05/2012** e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos Professores:

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Wander Emediato de Souza".

Dr. Wander Emediato de Souza - UFMG
Orientador

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "João Batista Libânio".

Dr. João Batista Libânio - FAJE

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Gláucia Muniz Proença Lara".

Dra. Gláucia Muniz Proença Lara - UFMG

Dedico esta dissertação aos “meus amores”, Marta, Mateus e Carolina. Também ao padre Mário Pozzoli, à médica Irene Adams e ao “anjo da guarda” dos meninos e meninas de rua, Maurício Alves Pereira, o “tio” Maurício, representantes legítimos da Igreja de Jesus Cristo, que acolhe e cuida, com amor e fé, dos pobres, trabalhadores e excluídos. O exemplo deles ajuda a fortalecer a fraca fé de um católico não-praticante que, com esta dissertação, procura dar sua contribuição para a edificação de uma Igreja como a que descreve frei Betto (1978, p. 15 e 16) em seu poema “O Senhor da minha fé”, publicado nos anexos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, prof. Dr. Wander Emediato de Souza, em primeiro lugar por ter aceitado conduzir essa dissertação. Também pelas pistas valiosas para a realização da pesquisa, pela autonomia que deu para que eu encontrasse o melhor caminho para investigar e pelo respeito ao modo que escolhi para estruturar esta dissertação.

Aos professores doutores Gláucia Muniz Proença Lara (FALE/UFMG), João Batista Libanio (FAJE) e Simone Mendes de Paula Santos (UFOP), que aceitaram participar da banca examinadora.

A Deus, sempre bom para mim.

À minha mulher Marta e aos nossos filhos, Mateus e Carolina, por se orgulharem dessa minha caminhada acadêmica, já na idade madura; pela compreensão às renúncias que tive que fazer para atender, da melhor maneira possível, às exigências da vida acadêmica; e também pela paciência para me ouvir falar tantas vezes em argumentação, retórica, igreja, discurso conservador e progressista.

Aos meus pais, Sebastião (*in memoriam*) e Terezinha. Ela, professora rural, que me ensinou as primeiras letras e a valorizar os estudos; ele, um contador de histórias sempre cheias de humor, que me motivou a “bater asas” do interior para a capital, em busca de instrução e trabalho.

Aos meus irmãos, sobrinhos, avó, tios, primos, cunhados (as) e agregados da família, que torceram para o êxito dessa pesquisa e com os quais tenho uma relação de muito afeto.

Aos amigos queridos que tenho no meio da Igreja e da imprensa católica, na qual milito há mais de 20 anos, especialmente Vânia Queiroz, Graziela Cruz, Nanci Alves, Mary Lane Vaz, Edelweis Assunção, Dilene Ferreira, Cida Morais, Carla Andrade, Marta Lúcia, Adaísa Reis e seus familiares, dos quais me tornei amigo. Também a Alcindo Ribeiro e Ari Franco (*in memoriam*), que me guiaram no início dessa caminhada.

À direção do Colégio Santo Antônio, que flexibilizou meu horário de trabalho para que eu tivesse condições de frequentar as aulas; e aos meus colegas de trabalho, especialmente Ângela Salgueiro Marques, que deu as primeiras “luzes” e me ajudou a estruturar o projeto de pesquisa, que deu origem a esta dissertação. Também à Juliana Nunes e Raphael Ferreira, que ouviram, com paciência, meus rasgos de entusiasmo sobre este trabalho.

Aos amigos e parceiros da nossa Letra A Comunicação, do Projeto Providência e do Colégio São Paulo da Cruz, que me incentivaram nessa caminhada acadêmica.

Aos professores, colegas e amigos do curso de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da FALE/UFMG, que me receberam de braços abertos e muito me ensinaram. Entre os professores doutores, cito Helcira Lima, Renato de Mello, Emília Mendes, Ida Lúcia Machado, Cássio Miranda e Laura Miccolli. Já com os colegas, tive uma ótima convivência com João Benvindo, Clarice, Alair, Juliana, Raquel, Poliana, Marcos, Tatiana, Leonardo, Ludmila, Shirlei, Luísa, Bruna, Jairo, Ana Carolina, Fernanda e Elizabeth.

RESUMO

Esta dissertação realiza uma análise discursiva da Igreja Católica, observando as alterações que ocorreram no período de 1989 para 2009. Conseguimos demonstrar que o discurso da instituição, inicialmente de uma linha mais progressista, se tornou mais conservador ao longo do período estudado. Isso foi feito por meio da análise dos editoriais do *Jornal de Opinião*, semanário pertencente à Arquidiocese de Belo Horizonte, fundado em 1989. Nosso *corpus* foi constituído de 23 editoriais, dos períodos de 1989, 1999 e 2009. Na primeira parte, apresentamos um pouco da história da retórica, apontando seus períodos de êxito, decadência e ressurgimento no meio acadêmico, como uma das matrizes da teoria da argumentação. Mostramos como foi estruturada a teoria da argumentação, considerando, especialmente, os estudos de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca. O orador, o auditório, as premissas para se firmar acordos em busca da persuasão dos interlocutores são alguns dos elementos-base da teoria da argumentação. Ainda na primeira parte, pesquisamos sobre a história da Igreja Católica, principalmente a partir do final do século XIX, e as mudanças nas conjunturas política, econômica, social, cultural e religiosa que, ao longo dos anos, interferiram nas alterações do discurso da instituição. Mostramos também a evolução da imprensa católica e as características do discurso religioso, classificado no meio da Análise do Discurso como constituinte e com fortes tons de heterogeneidade. Na segunda e última parte, realizamos a análise dos editoriais do *Jornal de Opinião*, pautando-nos, principalmente, no referencial teórico da Análise do Discurso, especialmente na teoria da argumentação.

RÉSUMÉ

Cette thèse se propose de faire une analyse du discours de l'église catholique, en soulignant les changements qu'il a subis depuis 1989 jusqu'à 2009. Pour étudier cette transformation nous avons fait l'analyse de 23 éditoriaux du *Jornal de Opinião*, le journal hebdomadaire de l'archidiocèse de Belo Horizonte, fondée en 1989. La période d'analyse comprend les années de 1989, 1999 et 2009. À partir des données réunies, il est possible d'affirmer que le discours de l'institution suivait au départ une ligne plus progressiste qui devient plus conservatrice tout au long de la période étudiée. Dans la première partie, nous présentons certaines dimensions de l'histoire de la rhétorique en mettant l'accent sur ses périodes de succès, de déclin et de résurgence dans le milieu universitaire, en tant qu'une des matrices de la théorie de l'argumentation. Dans ce cadre, nous montrons comment la théorie de l'argumentation a été structurée, particulièrement à la lumière des études entreprises par Chaim Perelman et Lucie Olbrechts-Tyteca. Nous mettons en évidence certains des éléments fondamentaux de la théorie de l'argumentation tels que l'orateur, l'auditorium et les prémisses employés pour arriver à des accords tournés vers la persuasion des interlocuteurs. Toujours dans la première partie, nous avons examiné l'histoire de l'église catholique, principalement les événements qui ont eu lieu depuis la fin du XIXe siècle. Pour aborder cette question, nous avons souligné les changements politiques, économiques, sociales, culturelles et religieuses qui, au fil des années ont influencé la reconfiguration de la parole de l'institution. En outre, nous avons étudié l'évolution de la presse catholique et les caractéristiques du discours religieux. Celui-ci est décrit par l'analyse du discours comme une parole marquée par des fortes nuances d'hétérogénéité et par son caractère constitutif. Dans la deuxième et dernière partie, nous avons effectué une analyse des éditoriaux du *Jornal de Opinião*, en prenant appui principalement sur l'approche théorique de l'analyse de discours, plus précisément sur la théorie de l'argumentation.

Sumário

INTRODUÇÃO	15
Guinada conservadora	16
Pós-modernidade.....	17
Partes da dissertação	18
Retórica e argumentação	18
A Igreja Católica entre progressismo e conservadorismo.....	20
Jornal de Opinião	21
Análise qualitativa	22
Parte 1	24
Embasamento teórico: da retórica à teoria da argumentação.....	24
CAPÍTULO 1	25
Trajetória da argumentação e as transformações que ela sofreu ao longo do tempo	25
1.1 – Surgimento da retórica e seu uso pelos sofistas.....	25
1.1.1 - Os sofistas e a retórica	26
1.1.2 - Novo caminho	27
1.1.3 - Uso e expansão	28
1.1.4 - Período de declínio	30
1.1.5 - Retórica e Análise do Discurso	31
1.2 - A “nova retórica” e seu uso argumentativo.....	33
1.2.1 - Ponto de partida	34
1.2.2 - Auditório e orador.....	35
1.2.3 - Auditório universal e particular	36
1.2.4 - Busca de acordo	38
1.2.5 - Os valores.....	40
1.2.6 - Hierarquia de valores	41
1.2.7 - Os lugares.....	42

1.2.8 – Firmar acordos	44
CAPÍTULO 2 – Conjuntura histórica: Igreja Católica, ditadura militar e redemocratização do Brasil.....	47
2.1 – Conservadora ou progressista.....	47
2.1.1 - Revolução francesa	49
2.1.2 - Papa de Hitler.....	50
2.1.3 - Concílio Vaticano II.....	52
2.1.4 - Habilidade argumentativa.....	52
2.1.5 – Golpe militar.....	54
2.1.6 - CNBB apóia o golpe.....	55
2.1.7 - Prisão dos dominicanos	57
2.2 - Igreja muda de lado	58
2.2.1 - Defesa dos direitos humanos.....	58
2.2.2 - Comissão Bipartite	59
2.2.3 - Luterano anticlerical	60
2.2.4 - Teologia da Libertação	62
2.2.5 - Papa polonês.....	63
2.2.6 - Boff perseguido	65
2.2.7 - Governo Figueiredo.....	66
2.3 – Processo de redemocratização	67
2.3.1 - Diretas já	67
2.3.2 - Poder civil.....	68
2.3.3 - Eleição de Bento XVI	69
2.3.4 – Pedofilia e negligência.....	71
2.3.5 – Documento adulterado	72
2.3.6 - Conceito de pobreza	72
Capítulo 3 – Discurso religioso, imprensa católica e Jornal de Opinião.....	75

3.1 - Discurso constituinte.....	75
3.1.1 - Conservadorismo do Lar Católico	77
3.1.2 - Heterogeneidade do discurso	78
3.1.3 - Dialogismo de Bakhtin	80
3.1.4 – Imprensa e a Reforma	81
3.1.5 – Evangélicos e a comunicação	82
3.2 – Mudança de postura na modernidade.....	84
3.2.1 - Exemplo do neopentecostalismo.....	84
3.2.2 - Renovação Carismática Católica	85
3.2.3 – Conceitos de libertação.....	86
3.2.4 - Conservadores na CNBB.....	87
3.2.5 - Imprensa católica	88
3.2.6 - O Diário Católico	90
3.3 – História do Jornal de Opinião	91
3.3.1 – A Bússola e O Sacrário do Amor	91
3.3.2 – “Lar Catholico”	92
3.3.3 - Transição para Jornal de Opinião.....	93
3.3.4 - Falar para fora	94
3.3.5 - Perda de assinantes	95
3.3.6 - Fase clerical	96
Parte 2	98
Metodologia de Pesquisa e Análise contrastiva dos editoriais do Jornal de Opinião, dos períodos de 1989, 1999 e 2009.....	98
CAPÍTULO 4 – Engajamento inicial e posteriores “sussurros” conservadores.....	99
4.1 - Categorias de análise	99
4.1.1 – Editoriais de 1989 – “O povo unido...”	100
4.1.2 - Análise da tematização	101

4.1.3 - Temas abordados três vezes.....	101
4.1.4 - Temas abordados duas vezes.....	101
4.1.5 - Temas abordados uma vez.....	102
4.2 - Busca de acordos	102
4.2.1 - 10 anos de Puebla	104
4.2.2 - Reforma agrária	105
4.2.3 - Eleições presidenciais.....	107
4.2.4 – Fim do celibato	109
4.2.5 - Resistência dos conservadores	110
4.2.6 - Muito além do quintal	111
4.2.7 - Outros vilões	113
4.2.8 - A Igreja resolve.....	115
4.2.9 - Vontade divina	116
4.2.10 - Regularidade discursiva	118
4.3 – Editoriais de 1999 - Discurso em transição	118
4.3.1 - Sussurros conservadores	119
4.3.2 - Estatísticas dos editoriais.....	119
4.3.3 – Mudança na conjuntura religiosa.....	120
4.3.4 - Cara nova	122
4.3.5 - Jornalismo “chapa branca”	124
CAPÍTULO 5 – Editoriais de 2009 – o retrocesso do discurso e comparações entre as décadas	126
5.1. – Retorno à grande disciplina.....	126
5.1.1 - Análise qualitativa.....	127
5.1.2 - Outros temas abordados uma vez cada um:	128
5.1.3 - Formação de discípulos.....	128
5.1.4 - “Novo” pobre	130

5.1.5 - Combustíveis do medo.....	131
5.1.6 - Justiça divina	132
5.1.7 - Falta Deus.....	133
5.1.8 - Segurança da conversão	134
5.1.9 - Anjos e demônios.....	135
5.1.10 - Imitar Jonas	136
5.1.11 - Promover a vida	138
5.1.12- Ciência e a vida.....	139
5.2 – Possíveis causas das mudanças	140
5.2.1 - O verdadeiro cristão.....	140
5.2.2 - Católicos não-praticantes.....	141
5.2.3 - Moisés e a libertação	143
5.2.4 - Libertar-se da secularização.....	144
5.2.5 - Satisfação do leitor.....	145
5.2.6 - Dom Walmor no Vaticano.....	147
5.2.7 - Gratuidade e voluntariado	148
5.2.8 - Mulher na Igreja.....	149
5.2.9 - Efeitos da pós-modernidade	150
5.2.10 - Novos sistemas de crença	151
5.2.11 - Ficha limpa	152
5.2.12 - Argumentações ad rem e ad humanitem	153
5.3 – Comparações discursivas: síntese	154
5.3.1 - Os títulos da mudança	155
5.3.2 - Conscientizar os eleitores	155
5.3.3 - Período de transição	156
5.3.4 - Justiça divina	157
CONCLUSÃO	160

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	173
ANEXOS	183

INTRODUÇÃO

Os recursos argumentativos são de grande valia para qualquer instituição, que depende deles para interagir com seu público, visando conquistar espaço para apresentar sua mensagem, considerando os valores, lugares e crenças desses interlocutores, com o objetivo de tentar persuadi-los. A Igreja Católica, com seus mais de 2 mil anos de fundação, usa-os frequentemente em várias instâncias, como nas homilias durante as missas, nos seus documentos e em seus veículos de comunicação.

A base empírica desta pesquisa são editoriais do *Jornal de Opinião*, publicação católica, fundada em 1989, e pertencente à Arquidiocese de Belo Horizonte. Trabalhamos com um total de 23 editoriais, de períodos distintos, para fazermos a análise contrastiva, no sentido de verificar as alterações no discurso que ocorreram dessa fase inicial em relação a 1999 e, depois, em comparação aos de 2009.

Buscamos, com esta pesquisa, estudar a argumentação e o uso dos seus recursos pelo orador, como valores, lugares, presunções, fatos e verdades, a fim de tentar firmar acordos com o auditório. Para que a argumentação tenha chance de atingir seu êxito persuasivo, o orador precisa escolher e formular bem as premissas. Também deve considerar as características do auditório, levando em conta suas crenças, valores, lugares e religião. Precisa ainda discernir se está lidando com um auditório universal ou particular, ou seja, se são interlocutores com gostos e interesses diferenciados ou se estão unidos pela mesma religião, partido político, interesses econômicos ou sociais.

O discurso religioso é tratado com deferência no meio da Análise do Discurso, por ser classificado como constituinte. Dominique Maingueneau (2008) explica que os discursos constituintes estão incluídos no rol dos fundadores dos outros discursos. Segundo o pesquisador francês (2008, p. 201), eles “servem de ‘fiadores’ para outros discursos”. Isso significa que como não há outros discursos que os precedem ou validem, eles têm autonomia para gerir por meio de sua enunciação seu estatuto “autofundado”.

Outra peculiaridade do discurso religioso é que ele é marcado pela heterogeneidade. Maingueneau (2008) explica que há uma assimetria entre os textos “primeiros” e os textos “segundos”. Estes últimos comentam ou resumem os “primeiros”. Os textos “primeiros” são os de origem divina e os “segundos” os dos

representantes da Igreja Católica, como o papa, cardeais, bispos, padres e agentes de pastoral.

Para o auditório, muitas vezes não fica clara a fronteira entre os textos “primeiros” e os “segundos”. Em nossa análise, constatamos que, na maioria das vezes, não existe interesse do orador do *Jornal de Opinião* em fazer essa delimitação, já que o discurso divino é mais respeitado pelos interlocutores e, por isso, tem mais chances de persuadi-los. Ao “misturar” o seu discurso ao de origem divina, a hierarquia da Igreja tem mais possibilidade de êxito em sua estratégia argumentativa.

Guinada conservadora

Nossa hipótese inicial era de que o discurso da Igreja Católica, presente nos editoriais do *Jornal de Opinião*, tinha se tornado mais conservador de 1989 para 2009, que foi o período analisado. O conceito de conservador que utilizamos é o de Alberto Antoniazzi, que tem como bases os conceitos de Peter Beyer e Luhmann. O pesquisador classifica como conservador o discurso mais voltado para questões religiosas e internas da Igreja Católica, que condena o pluralismo religioso, destaca a figura do demônio e valoriza as autoridades religiosas. Já o discurso progressista propõe que a Igreja seja mais voltada para os pobres, suas autoridades se coloquem no mesmo nível dos fiéis e realizem um trabalho de conscientização e mobilização política das comunidades, a fim de transformar a sociedade, para que haja justiça social.

O sociólogo Otto Maduro (1981) explica que, na América Latina, a Igreja Católica tem, historicamente, um posicionamento ambíguo dentro das vertentes conservadora e progressista. Segundo ele, isso ocorre em virtude de a instituição ter fortes vínculos com as classes populares e, ao mesmo tempo, ser influenciada e obter privilégios financeiros de governantes e ajuda monetária das classes poderosas do continente.

Em nossa pesquisa, consideramos questões históricas, religiosas e políticas que contribuíram para essa alteração discursiva feita pela Igreja Católica. A instituição, com mais de dois mil anos de fundação, possui uma estrutura hierárquica verticalizada, na qual o poder maior está concentrado nas mãos do papa. Junto com os cardeais que o

assessoram e os bispos que nomeia em cada país, ele governa a Igreja por meio da Santa Sé, cuja sede fica no Vaticano. Padres, freiras e religiosos são obrigados a fazer votos de obediência, pobreza e de castidade para serem ordenados.

Dependendo do perfil do papa e da conjuntura política, econômica, social e religiosa, a Igreja Católica pode ter uma postura ou adotar medidas mais progressistas ou mais conservadoras. O Papa Leão XIII (1878-1903), por exemplo, ganhou reconhecimento por editar a encíclica *Rerum novarum* (1891), que defendia os direitos dos trabalhadores e criticava a exploração feita pelo modelo econômico liberal. Isso reforçou a ala progressista da instituição.

No sentido oposto, o Papa Pio XII (1939-1958) é acusado de não ter adotado uma postura crítica em relação a Hitler e às atrocidades cometidas pelos nazistas. John Cornwell (2000), autor do livro “O Papa de Hitler”, afirma que Pio XII firmou uma concordata com Hitler para que a Igreja Católica pudesse realizar seu trabalho de evangelização na Alemanha e, em contrapartida, a instituição não condenaria o nazismo e seu *Führer*. Tal medida foi considerada conservadora.

Pós-modernidade

O fenômeno da pós-modernidade, que desencadeou uma postura mais liberal das pessoas em relação à religião e à moral, também interfere nos rumos que os líderes da Igreja Católica definem para a instituição. Historicamente, nos momentos em que a sociedade se torna mais “aberta”, a Igreja Católica adota uma postura mais conservadora e vice-versa. Haja vista a década de 1960, quando, por meio do Concílio Ecumênico Vaticano II, a Igreja Católica adotou medidas para se “abrir” do ponto de vista político, teológico e litúrgico. Nesse mesmo período, o Brasil se “fechava” com a ditadura militar. Já na década de 1980, quando o Brasil iniciava seu processo de redemocratização, a Igreja dava claros sinais de que seguiria o caminho conservador de retorno à “grande disciplina”.

Outros fenômenos que, provavelmente, contribuíram para definir a mudança de caminhos e de discurso da Igreja Católica foram o secularismo e a evasão de fiéis. Em alguns países, principalmente da Europa, muitas pessoas não têm nenhuma prática

religiosa. Mesmo no Brasil, considerado o maior país católico do mundo em termos proporcionais, o percentual de católicos baixou de 89% para 73,9% de 1980 para 2000, conforme o IBGE. O mesmo censo aponta que o número de pessoas que dizem não ter religião, ou seja, acreditam em Deus, mas preferem não se ligar a nenhuma igreja, subiu de 1,6% para 7,3% da população.

Também parece preocupar bastante as lideranças da Igreja Católica, principalmente no Brasil, o aumento do número de evangélicos. Eles passaram de 6,6% para 15,6% da população, de 1980 para 2000, de acordo com o IBGE. O discurso dos pastores, que é carregado de emoção, tece louvores a Deus e responsabiliza o demônio por todo o mal que acontece às pessoas, chamou a atenção dos padres e bispos da Igreja Católica. Esse conjunto de fatores históricos e sociais parece estar na base de uma consciência de setores dominantes da Igreja de que seria necessário alterar o seu discurso, reforçando as tendências conservadoras.

Partes da dissertação

Nossa pesquisa foi dividida em duas partes. Na primeira delas, procuramos conhecer a origem e a estruturação da argumentação, que é derivada da retórica, e a uma descrição e análise da conjuntura histórica e social que estaria na base das transformações discursivas estudadas. A segunda parte é destinada à análise contrastiva dos editoriais do *Jornal de Opinião* ao longo de 20 anos de edição, divididos em três períodos: um primeiro período, que corresponderia à tendência chamada aqui de *progressista*; o segundo denominado de período de *transição*; o terceiro período, que corresponde à tendência que denominamos de *conservadora*.

Retórica e argumentação

Retornamos à Grécia antiga, para saber mais sobre a história da retórica, que era utilizada como recurso oratório para defesa de pessoas que se sentiam prejudicadas em seus direitos (gênero judiciário), para levar à tomada de decisão nas assembleias (gênero deliberativo) ou nos discursos cerimoniais (gênero epidítico). As origens da retórica

clássica se encontram com a figura do Sofista, espécie de mestre, ou sábio, da Grécia antiga e que ensinava diferentes matérias, entre as quais, a retórica.

Segundo Reboul (2004), alguns pensadores foram decisivos para a decadência da retórica. Ele acredita que a origem da derrocada dessa arte remonta do século XVI, quando o humanista Pedro Ramus (Pierre de La Ramée, 1515-1572) separou a dialética da retórica. Descartes, no século XVII, também destruiu um dos pilares da retórica: a dialética. Locke considerava a retórica a arte da mentira. Os positivistas atacaram a arte, por considerar que ela se opunha à verdade científica; e o romantismo, por achar que a retórica era contrária à sinceridade.

O Cristianismo também é apontado como um dos responsáveis pelo declínio da retórica, ao propor o abandono de práticas do período antigo, como o paganismo e o culto aos ídolos. Porém Reboul (2004) adverte que essa religião utiliza bastante a retórica em documentos como a Bíblia, nas pregações e no trabalho missionário para captar novos fiéis.

Mesmo tendo vivido um período de “baixa”, a retórica nunca desapareceu. Ela permaneceu no ensino literário, nos discursos jurídicos e políticos, estando também presente na comunicação de massa. Mesmo com o termo “retórica” desgastado em razão de sua associação com a manipulação e a mentira, a técnica retórica foi incorporada pelos meios científicos e profissionais, chegando até aos nossos dias.

Em meados do século XX, a publicação de algumas obras fez retornarem o interesse e o prestígio da retórica. Uma delas foi o “Tratado da argumentação – A nova retórica”, que Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca publicaram em 1958. Nesse mesmo ano, Stephen Toulmin lançou “Os usos do argumento”. Isso fez com que outros pesquisadores retomassem o assunto e, depois de algum tempo, a argumentação e suas técnicas de persuasão conquistaram um espaço importante no meio acadêmico, principalmente na área da Análise do Discurso.

Os estudos de Perelman & Olbrechts-Tyteca e sua teoria sobre a argumentação, que engloba os objetos de acordo, as figuras do orador e do auditório, são a base para análise dos editoriais do *Jornal de Opinião* que selecionamos. Procuramos verificar as estratégias argumentativas usadas pelo orador de cada período (1989, 1999 e 2009) para

tentar persuadir o auditório e buscamos observar se o discurso do orador se tornou mais conservador nesse período de 20 anos.

A Igreja Católica entre progressismo e conservadorismo

Ainda na primeira parte da pesquisa, analisamos alguns períodos importantes da história da Igreja Católica em termos mundiais e também do Brasil, fazendo proposições de como isso pode ter contribuído para que a instituição adotasse posturas e medidas progressistas ou conservadoras. Há quem diga que a Igreja Católica tem ciclos de abertura e fechamento, que funcionam como um fole.

Um período emblemático da instituição foi o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Depois de receber muitas críticas pela postura do Papa Pio XII, acusado de negligência em relação ao nazismo, o “Papa Bom”, como ficou conhecido João XXIII, decidiu convocar o Concílio para discutir várias questões da Igreja e reposicioná-la frente ao mundo.

Mudanças importantes foram feitas, como a valorização maior dos fiéis-leigos e uma certa “abertura” da instituição para sua participação, além de mudanças na liturgia, quando as missas passaram a ser celebradas nas línguas vernáculas e o padre pôde ficar de frente para a assembleia. O uso da batina e do hábito também foi abolido, fora das celebrações.

Depois de um certo tempo, o fole começou a se fechar e esse período de “abertura” da Igreja Católica foi ficando para trás. O teólogo João Batista Libanio (1984) alerta sobre os primeiros sinais da volta à “grande disciplina” no breve papado de João Paulo I, em 1978, que se intensificaram com João Paulo II, eleito no mesmo ano. Em nossa pesquisa tentamos identificar motivos que podem ter levado a esse “fechamento” e à adoção de um discurso mais conservador pela instituição.

Ainda nessa segunda parte da pesquisa, tratamos da postura das lideranças da Igreja Católica no Brasil em relação a um período político conturbado, que foi o da ditadura militar (1964-1985). Verificamos que depois de apoiar o golpe militar, na sua fase inicial, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) acabou mudando de lado, pressionada pelos casos de prisões, torturas e mortes. Representantes da Igreja

participaram de movimentos em defesa dos direitos humanos e pela redemocratização do País.

Jornal de Opinião

Com o fim da ditadura militar, a Igreja Católica ostentava o maior índice de credibilidade no Brasil. Valendo-se disso, a instituição participou ativamente do processo de redemocratização, mobilizando pessoas para participarem da Assembleia Constituinte, exigindo que fossem feitas mudanças estruturais como a reforma agrária e uma melhor distribuição de renda, trabalhando para conscientizar eleitores e atacando vícios políticos como a corrupção, a impunidade, o nepotismo e a legislação em causa própria. Para fazer isso, a Igreja utilizou vários recursos, entre eles a imprensa.

Nesse bojo foi criado o *Jornal de Opinião*, que deu seguimento a um trabalho de longa data da Igreja Católica com a imprensa. Depois que, no século XVI, Martinho Lutero utilizou a imprensa para divulgar os princípios da Reforma Protestante, parece ter ficado um trauma nas lideranças da instituição, que procuraram cerceá-la de todas as formas. Somente durante o Concílio Vaticano II é que a Igreja elaborou um documento reconhecendo a importância da imprensa.

No Arraial de Curral del-Rei, contudo, representantes da Igreja Católica demonstravam seu interesse pela imprensa antes mesmo da inauguração da nova capital de Minas Gerais. O padre Francisco Martins Dias, conhecido como padre Chiquinho, criou, em 1895, o jornal “Bello Horizonte”, que foi o primeiro a circular no arraial. O primeiro arcebispo de Belo Horizonte, dom Antônio dos Santos Cabral, também era um entusiasta da imprensa católica e lançou os jornais “O Horizonte” (1923) e “O Diário” (1935).

O terreno, portanto, estava preparado para a fundação do *Jornal de Opinião*, que deu continuidade ao *Lar Católico*, criado em 1912, pela Congregação do Verbo Divino, em Juiz de Fora (MG). Um grupo de dioceses se juntou e a proposta era de criar um jornal para a Igreja Católica, em nível nacional. O então arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom Serafim Fernandes de Araújo, disse, em 1989, quando a

publicação foi lançada, que preferia investir no fortalecimento da imprensa católica do que construir uma catedral.

Análise qualitativa

Na segunda parte da pesquisa, analisamos os 23 editoriais do *Jornal de Opinião*, que selecionamos das coleções de 1989, 1999 e 2009. Inicialmente, fizemos um levantamento quantitativo e temático dos editoriais, para verificar quais os assuntos tratados e os mais recorrentes de cada período. Isso já indicou a tendência discursiva, mais progressista e mais conservadora, de cada época. O passo seguinte foi fazer a análise qualitativa do conteúdo dos editoriais, tendo como base a teoria da argumentação, desenvolvida por Perelman & Olbrechts-Tyteca. Verificamos as estratégias argumentativas do orador a fim de persuadir o auditório. Os estudos de Wander Emediato sobre a imprensa, a AD e a argumentação também foram usados por nós.

Fizemos a análise, em separado, dos editoriais de 1989, 1999 e 2009 para verificar os pontos em comum na estratégia argumentativa e o tipo de discurso (progressista ou conservador) de cada período. Durante o estudo também procuramos fazer a análise contrastiva, a fim de comparar as diferenças e semelhanças entre o material das diferentes épocas.

Por fim, com base em estudos de outros pesquisadores da área da Análise do Discurso, como Dominique Maingueneau, Mikhail Bakhtin e Jacqueline Authier-Revouz, procuramos salientar características do discurso religioso, como seu caráter constituinte e sua heterogeneidade, tanto mostrada quanto constitutiva. A partir daí, buscamos identificar as diversas vozes (conservadoras, progressistas, da hierarquia da instituição e de origem divina) presentes no discurso da Igreja Católica.

Para construir o arcabouço teórico nas áreas teológica, religiosa e da história da Igreja e da imprensa Católica, utilizamos os estudos de Alberto Antoniazzi, João Batista Libanio, Paul Freston, Leonardo Boff, Sérgio Bernal, frei Betto, Pedro Ribeiro de Oliveira, Bernardino Leers, Jung Mo Sung, Kenneth Serbin, Hélio Silva, John Corwell,

Carl Bernstein, Marco Politi, Brenda Carranza, Agenor Brighenti, Ivo Pedro Oro, Joana Puntel, Ismar de Oliveira Soares e Sandra Tosta.

Parte 1

Embasamento teórico: da retórica à teoria da argumentação

CAPÍTULO 1

Trajetória da argumentação e as transformações que ela sofreu ao longo do tempo

1.1 – Surgimento da retórica e seu uso pelos sofistas

Antes de tratarmos da argumentação, chamada por Perelman & Olbrechts-Tyteca de “a nova retórica”, é importante sabermos um pouco sobre a história da retórica, sua utilização pelos oradores antigos e pelos sofistas, além das críticas que recebeu, sua decadência e quase desaparecimento e, por fim, seu ressurgimento profícuo em algumas áreas do conhecimento, entre elas a Análise do Discurso. Os recursos retóricos, utilizados pelos oradores com o propósito de persuadir seus interlocutores são, de certa maneira, uma base importante da argumentação.

Segundo Reboul (2004), a retórica surgiu na Sicília grega, por volta do ano de 465, após a expulsão dos tiranos. Sua origem é o judiciário, já que os cidadãos que precisavam defender seus bens que haviam sido espoliados pelos tiranos não contavam com advogados e tinham que se defender. Para fornecer recursos de oratória para esses cidadãos, Córax, discípulo do filósofo Empédocles, e seu discípulo, Tísias, publicaram alguns preceitos práticos da arte retórica.

As boas relações entre a Sicília e Atenas fizeram com que, em pouco tempo, a retórica chegasse também ao meio judiciário da capital da Grécia. Mesmo de posse desse manual de retórica, para muitos desses cidadãos gregos que não se julgavam capazes de desenvolver uma boa oratória, o melhor era contratar especialistas que exerciam essa função de maneira mais eficaz.

Os litigantes recorriam a logógrafos, espécie de escrivães públicos, que redigiam as queixas que eles só tinham de ler diante do tribunal. Os retores, com seu senso agudo de publicidade, ofereceram aos litigantes e aos logógrafos, um instrumento de persuasão que afirmavam ser invencível, capaz de convencer qualquer pessoa de qualquer coisa. Sua retórica não argumenta a partir do verdadeiro, mas a partir do verossímil (*eikos*). (REBOUL. 2004, p. 2).

Observa-se, portanto, que a verdade era deixada em segundo plano pelos retores, que preferiam construir sua verve oratória em torno do verossímil, ou seja, algo que aparentasse ser verdadeiro. Para eles, o mais importante era fazer com seus clientes fossem vitoriosos em suas causas, mesmo que para isso tivessem que mentir e manipular. Reboul (2004, p. 3) comenta que “os primeiros retores se gabavam de ganhar as causas menos defensáveis, de ‘transformar o argumento mais fraco no mais forte’, *slogan* que domina toda essa época”.

1.1.1 - Os sofistas e a retórica

Górgias, nascido por volta de 485 a.C., na Sicília, deu outra destinação para a retórica, utilizando-a para construir argumentos nas áreas da estética e da literatura. Foi professor e recebia altas somas em dinheiro por suas aulas de eloquência e filosofia. Reboul (2004) observa que Górgias e outros retores, como Protágoras, que depois passaram a ser chamados de sofistas por críticos que condenavam sua prática da persuasão pela persuasão, deram uma contribuição importante ao oferecer aos seus alunos uma formação mais aprofundada no campo da retórica e da oratória.

Protágoras, nascido em 486 a.C., em Abdera, na Trácia, foi outro mestre itinerante que é considerado um dos fundadores da erística, mais tarde chamada de dialética. Trata-se de um instrumento retórico essencial:

Partindo do princípio de que a todo argumento pode-se opor outro, que qualquer assunto pode ser sustentado ou refutado, ele ensina a técnica erística, arte de vencer uma discussão contraditória (‘erística’ vem de *éris*, controvérsia). Essa arte, extremamente elaborada, não hesita em recorrer aos piores sofismas. (REBOUL. 2004, p.7).

Uma das teses de Protágoras que ficou famosa foi a de que o homem é a medida de todas as coisas. Com isso, ele quis dizer que as coisas são como parecem a cada pessoa, sem outro critério para se definir a verdade. O problema, de acordo com Reboul (2004, p. 8), é que com essa forma de pensar “não existe mais nenhuma objetividade, nem mesmo lógica, pois o princípio de contradição não vale mais. A cada um a sua verdade, e todas são verdade”.

Mesmo com essas falhas ou distorções, os sofistas deram contribuições importantes à retórica. Foram eles que sistematizaram a retórica como arte do discurso persuasivo, esboçaram sua gramática e deram-lhe os primeiros tons de prosa ornada e

erudita. Reboul (2004, p. 9) acrescenta que “deve-se a eles a ideia de que a verdade nunca passa de acordo entre interlocutores, acordo final que resulta na discussão, acordo inicial, sem o qual a discussão não seria possível”. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) dão valor especial a esses acordos em sua teoria da argumentação, da qual trataremos posteriormente.

Apesar dessa valiosa contribuição, os sofistas “pecaram” por acreditar na velha máxima de que os fins justificam os meios. Reboul (2004) reconhece os méritos desses primeiros retores, mas aponta o seu calcanhar de Aquiles:

Os sofistas foram com certeza os primeiros pedagogos, e o objetivo de sua educação não deixa de ser nobre: capacitar os homens ‘a governar bem suas casas e suas cidades’. Entretanto, eles excluem todo saber, e levam em conta apenas o saber fazer a serviço do poder. (REBOUL. 2004, p. 10).

Esses sérios problemas minaram a retórica praticada pelos sofistas, que encontraram opositores que discordavam da maneira com eles usavam essa arte. Novos pensadores gregos consideravam inaceitável que a retórica desprezasse a verdade e tivesse seus recursos utilizados, sem escrúpulos, para conquistar-se a vitória no campo do judiciário e para a sustentação do poder. A página do apogeu dos sofistas foi virada.

1.1.2 - Novo caminho

Um dos primeiros críticos da forma como os sofistas usavam a retórica e também considerado libertador da arte do domínio sofístico, Isócrates era ateniense e viveu de 436 a 338 a.C. Ao contrário dos sofistas, ele não achava que o ensino poderia fazer de qualquer cidadão um orador competente. Reboul (2004) comenta que para Isócrates, o verdadeiro orador precisava reunir aptidões naturais, exercitar-se com frequência e estudar. Na opinião do pensador grego, o orador poderia se aperfeiçoar com essas técnicas, mas não ser pura e simplesmente criado.

Isócrates prefere ser chamado de filósofo a retor e, ao contrário dos sofistas, recusa-se a fazer malabarismos propagandísticos. Conforme Reboul (2004), o pensador grego também incentivava a participação de seus alunos na construção da gênese de seus discursos, que são lidos, discutidos e corrigidos junto com o mestre.

Para Platão, o problema estava na própria retórica. Segundo Reboul (2004, p. 26), “a retórica, dizia Platão, que se autodefine como arte onipotente, não é arte de

modo algum, pois é cega no que faz e no que quer. Por ignorar o verdadeiro, não é nem mesmo verdadeiro poder”.

Aristóteles (384-322 a.C.) discorda da relatividade que os sofistas atribuem à retórica e também apresenta uma visão diferente da que Isócrates e Platão têm em relação a essa arte. Para Aristóteles, ao contrário do que pensa Isócrates e concordando com Platão, existe uma ciência exata que, por via demonstrativa, parte do verdadeiro para chegar ao verdadeiro. Reboul (2004) mostra, contudo, que há divergências entre os dois pensadores (Platão e Aristóteles), já que Aristóteles pensa que essa ciência exata não convence auditórios marcados pela falta de instrução.

No fim das contas, o que se vê é que Aristóteles resgatou a retórica em meio aos ataques que sofria, porém não lhe deu tanta importância:

Numa palavra, Aristóteles salva a retórica, colocando-a em seu verdadeiro lugar, atribuindo-lhe um papel modesto, mas indispensável num mundo de incertezas e de conflitos. É a arte de encontrar tudo o que um caso contém de persuasivo, sempre que não houver outro recurso senão o debate contraditório. (REBOUL. 2004, p. 26).

1.1.3 - Uso e expansão

A retórica foi assimilada pela cultura grega helenística, depois da morte de Isócrates e Aristóteles, sendo considerada uma disciplina importante. Seu uso na área do judiciário permaneceu forte e algumas obras regulamentam seu uso. O advogado Cícero publicou “Do orador”, em 55 a.C.; e depois “O orador”, em 46 a.C. O uso da retórica permaneceu durante a era cristã, tanto que, conforme Reboul (2004), a obra “Instituição oratória”, do também advogado Quintiliano, foi provavelmente escrita no ano de 93 d.C.

Por meio dessas obras e do êxito que ela alcançava no campo do judiciário, na Grécia, a retórica chegou a outros continentes. De acordo com Reboul (2004), os romanos não demoraram a assimilá-la e os latinos fizeram adaptações de alguns termos. Assim, “*epidíctico*” passou a ser “demonstrativo” e “*tekhné rhetoriké*” se tornou “arte oratória ou retórica”.

Importante observar que o regime democrático é um campo fértil para o desenvolvimento da retórica. É no espaço democrático, que oradores e interlocutores encontram espaço para o debate político e as tentativas de convencimento e persuasão:

A arte oratória desenvolvera-se na sociedade em que era indispensável, qual seja, a democracia. Quando todas as decisões eram submetidas a debates públicos, o futuro orador formava-se naturalmente no fórum, ouvindo as discussões e depois tomando parte delas; descobria assim as técnicas dos diversos oradores e, principalmente, as reações do público. (REBOUL. 2004, p. 75).

É essencial que, por meio dos recursos retóricos, o orador consiga sensibilizar e persuadir o público ou, na pior das hipóteses, a maioria dele. Aristóteles definiu três elementos que considerava essenciais para ter êxito nessa empreitada: o *logos*, o *ethos* e o *pathos*. O *logos* está relacionado à razão e à força dos argumentos; o *ethos* diz respeito à figura do orador, sua legitimidade e competência para falar; e o *pathos* à emoção que o orador consegue suscitar no público.

Esses elementos da retórica mereceram novos estudos feitos por pesquisadores do período contemporâneo, sobre os quais podemos informar de forma breve. Com relação ao *ethos*, Ruth Amossy (2005, p. 12) esclarece que “é à pragmática ampliada que caberá desenvolver a questão da imagem de si no discurso, principalmente em razão de seu interesse pelas modalidades segundo as quais o locutor age sobre seu parceiro na troca verbal”. Dominique Maingueneau (2005) complementa que existe o *ethos*-prévio, que é a imagem que o público tem do orador antes de ele começar a falar; e o *ethos* que é construído pelo orador durante a sua fala.

Sobre o *pathos*, Patrick Charaudeau (2010, p. 32) explica que “as emoções advêm de um ‘estado qualitativo’ de ordem afetiva, em razão de um sujeito que vivencia e sente estados eufóricos/disfóricos numa relação com a sua fisiologia e suas pulsões”. Wander Emediato (2007, p. 291) acrescenta que do ponto de vista do discurso, a emoção deve ser considerada “como signo que, na comunicação, encontra-se codificado ao ponto de poder ser reconhecido e comunicado como tal pelos parceiros de uma interação”.

No que diz respeito ao *logos*, Meyer (1991, p. 183) esclarece que ele “é a linguagem da razão, da razão que se apreende em toda a sua extensão, e não só segundo este ou aquele aspecto particular”. O pesquisador acrescenta que o *logos* não se restringe às manifestações lingüísticas, mas trata também da razão e o espírito. Ele é também da ordem do implícito e aborda questões como o inconsciente e a história.

Como se pode ver, a retórica percorreu séculos e até mesmo milênios, tendo seus recursos utilizados por advogados, juízes, escritores, linguistas, literatos, críticos, jornalistas e outros indivíduos que se valem de seus recursos para convencer e persuadir

outrem, com seus argumentos. Houve, contudo, um período de decadência da retórica em que ela quase desapareceu.

1.1.4 - Período de declínio

Foi no século XIX, que a retórica viveu seu momento mais difícil. Segundo Reboul (2004), há alguns segmentos e pensadores que são apontados como responsáveis pela supressão da retórica. O primeiro deles é o Cristianismo, que rompe com “a cultura antiga, cujo ‘cerne’ é constituído pela retórica: cultura pagã, idólatra e imoral, que só poderia afastar a redenção, ‘única coisa necessária’” (Reboul. 2004, p. 77).

Mesmo rejeitando esses elementos sobre os quais erige a retórica, Reboul (2004) comenta que o Cristianismo não podia prescindir dessa arte, que era essencial para o trabalho missionário e de conversão que essa nova religião passou a desenvolver no Oriente, depois pela Europa e em outros continentes. A retórica é importante para o Cristianismo por algumas razões:

Não podia deixar esses meios de persuasão e de comunicação em mãos de adversário. (...) E a segunda razão é que a própria Bíblia é profundamente retórica. Não sobejam nela metáforas, alegorias, jogos de palavras, antíteses, argumentações, tanto quanto nos textos gregos, se não mais? (REBOUL. 2004, p. 77 e 78).

Por esses motivos, Reboul (2004) não acredita que o Cristianismo tenha contribuído de forma decisiva para o declínio da retórica. Para o pesquisador, a origem da derrocada dessa arte remonta do século XVI, quando o humanista Pedro Ramus (Pierre de La Ramée, 1515-1572) separou a dialética da retórica. Descartes, no século XVII, também vai destruir um dos pilares da retórica: a dialética. Conforme Reboul (2004, p. 80), “ele repudia a dialética, por nunca oferecer mais que opiniões verossímeis e sujeitas a discussão, ao passo que a verdade só pode ser evidente, portanto única e capaz de criar acordo com todos os espíritos”.

A retórica é criticada ainda pelos filósofos, conhecidos como empiristas ingleses, que consideram que ela afasta os homens da experiência que conduz à verdade. Locke considera a retórica a arte da mentira. Outros dois movimentos se encarregaram de depositar mais uma pá de cal sobre a retórica. O positivismo, por considerar que ela se opunha à verdade científica; e o romantismo, por achar que a retórica era contrária à sinceridade.

Engana-se, contudo, quem imagina que a retórica “morreu”. Segundo Reboul (2004, p. 82), ela “não só sobrevive, como se viu, no ensino literário, nos discursos jurídicos e políticos, como também vai renovar-se com a comunicação de massa, própria do século XX”. Ou seja, o conceito retórica perdeu força em virtude das pesadas críticas que recebeu por estar associado à mentira e à manipulação, mas a utilização de recursos da retórica em várias áreas da ciência e das artes permaneceu e, pelo que veremos, chegou aos dias atuais.

1.1.5 - Retórica e Análise do Discurso

Os recursos retóricos certamente estavam presentes nesses primeiros fragmentos teóricos que deram origem à Análise do Discurso e constituem-se em elementos de vital importância para sua consolidação no campo epistemológico. Para Dominique Maingueneau (2008), é difícil dizer a origem exata da Análise do Discurso, mas nos anos de 1960 havia várias correntes intelectuais, sobretudo na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, que desenvolveram estudos sobre a atividade da linguagem e da textualidade diferentes dos que eram feitos pela linguística clássica.

A escola francesa althusseriana, liderada por Michel Pêcheux, foi uma das correntes que se destacaram nessa fase inicial da Análise do Discurso. Maingueneau (2008, p. 140) salienta, contudo, que “é preciso também dar lugar a pensadores como G. Bateson, M. Foucault, M. Bakhtin, cuja influência foi mais difusa, mas considerável”. Na década de 1960, essa nova abordagem linguística foi utilizada para tratar das problemáticas trazidas pelo estruturalismo literário. Contava-se ainda com a semiótica inspirada em A.J. Greimas.

Maingueneau (2008) ressalta que, na década de 1970, foi feita uma movimentação por parte dos pesquisadores no sentido de constituir um campo de análise do discurso no interior das ciências da linguagem. Alguns pesquisadores tiveram papel fundamental na estruturação teórica da Análise do Discurso:

Duas importantes teorias da enunciação vieram a ser elaboradas sem que seus autores tivessem notícia um do outro. A primeira delas foi formulada por Mikhail Bakhtin, entre os anos 20 e 60, na União Soviética, e só foi conhecida na Europa a partir dos anos 70. A segunda é a teoria desenvolvida na França, por Benveniste, entre os anos 40 e 70, a qual, apesar de cronologicamente posterior, tem divulgação e repercussão anterior no Ocidente. Já a partir dos anos 70, outro francês, Oswald Ducrot, estudioso de Benveniste e Bakhtin, e situado no contexto europeu de desenvolvimento e discussão das teorias pragmáticas dos atos de fala e da Análise do Discurso francesa, vai

compondo sua “teoria polifônica da enunciação”, que ganha formulação definida em artigo publicado em 1984. (COSTA VAL. 1994, p. 4).

A partir dos anos 1980, Maingueneau (2008) comenta que foi a vez das problemáticas americanas invadirem a Europa, sobretudo o estudo da conversação. O destaque dessa corrente é o pesquisador T. Van Dijk. Ida Lúcia Machado (2006, p. 15) recorda, no entanto, que nessa época “com a morte de Pêcheux e com a ênfase que este pensador deu à história, à memória e, sobretudo, às formações discursivas e à ideologia, a disciplina AD, é preciso dizer, havia perdido seus créditos junto à academia”.

A pesquisadora brasileira (2006, p. 16) diz que “graças a pesquisadores como Simone Bonnafous, Dominique Maingueneau, Guy Lochard (entre outros), os estudos discursivos encontraram um ‘amparo’, um lugar para se desenvolver, como disciplina”. Machado ressalta ainda a importante participação do pesquisador Patrick Charaudeau, criador da Teoria Semiolinguística que, entre outras coisas, resgatou o conceito de sujeito. Charaudeau é ainda bastante conhecido pelo desenvolvimento do conceito de Contrato de Comunicação.

Renato de Mello (2003, p. 42 e 43) esclarece que “no contrato de comunicação, os parceiros da troca linguageira estão sujeitos àquilo que Charaudeau (1992: 633-835) chama de ‘modos de organização do discurso’, ou seja, os princípios de organização da matéria linguística”. O pesquisador acrescenta que esses princípios dependem das ações de comunicação do sujeito que são: enunciar, descrever, contar, argumentar. Salientamos que essa é a linha de pesquisa da AD à qual nos filiamos e, a partir da qual, desenvolvemos nossa pesquisa.

Como pode-se perceber, há semelhanças entre o contrato de comunicação e os acordos com o auditório propostos por Perelman & Olbrechts-Tyteca. O próprio Charaudeau admite a característica antropofágica da Teoria Semiolinguística, que certamente “devorou” conceitos e ensinamentos da retórica e da argumentação. Verificamos, portanto, que a utilização da linguagem, das estratégias argumentativas e do discurso pelo orador com o intuito de defender determinados pontos de vista e persuadir os interlocutores é uma prática que percorreu séculos e chega aos dias de hoje.

1.2 - A “nova retórica” e seu uso argumentativo

A retórica, que viveu um período de desprestígio e obscuridade durante séculos, começou a ter essa situação alterada a partir dos anos 1950. Isso ocorreu exatamente no ano de 1958, quando duas importantes publicações sobre o tema foram lançadas: “Tratado da argumentação – A nova retórica”, por Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca; e “Os usos do argumento”, por Stephen Toulmin. É bem verdade que essas obras só tiveram sua importância reconhecida nos anos 1970, mas já estavam disponíveis no mercado um pouco antes.

Christian Plantin (2008) considera essas duas obras como “refundadoras” da retórica e essenciais para desencadear o processo de estruturação e enriquecimento dos estudos sobre a argumentação. Para o pesquisador, “a atividade argumentativa é uma atividade de alto nível, que implica a coordenação de saberes e comportamentos diversos e heterogêneos” (2008, p. 14).

A importância da argumentação é enfatizada por Plantin (2008), que explica que “ela se situa num espaço intermediário, organizado por uma tensão entre o trabalho enunciativo e o trabalho interacional. Um locutor hábil constrói uma intervenção contínua, na qual encadeia as boas razões e mostra um mundo coerente” (2008, p. 14 e 15). O pesquisador fala da necessidade de se enunciar bem para obter-se êxito com a argumentação, ressaltando, contudo, a necessidade de se interagir com os interlocutores. Essa participação efetiva do interlocutor no diálogo com o orador, posicionando-se como sujeito de suas ideias e ações é característica da nova Análise do Discurso, que se constituiu nas últimas décadas e que essa “nova retórica” contribuiu para erigir. Plantin comenta como se dá essa interação entre orador e interlocutor:

O encontro *hic et nunc* desses discursos define a situação argumentativa em que se trata não com o outro como o representamos, e sim com o outro enquanto interlocutor que está presente e que fala, numa interação que constitui o momento de verdade da argumentação, quando ter razão também é convencer o interlocutor ou concordar com ele. (PLANTIN. 2008, p. 15).

O pesquisador William Augusto Menezes (2001) acrescenta que Perelman & Olbrechts-Tyteca fizeram uma contraposição entre demonstração e argumentação na hora de definir o eixo dessa “nova retórica”. Se a demonstração prende-se a fórmulas matemáticas e o cálculo para se chegar ao seu resultado e pode ser feito por uma máquina, no caso da argumentação há uma série de fatores e circunstâncias que podem

interferir no seu resultado. Menezes (2001, p. 185) esclarece que “ela não corresponde a uma certeza, mas essencialmente à comunicação, diálogo, discussão. Para que ela ocorra, é necessário que se estabeleça um contato entre o orador que deseja convencer e o auditório disposto a escutar (1987, p. 235)”.

Segundo Menezes (2001), elementos da “antiga” retórica são transpostos para essa sua nova forma de utilização, já que tinham eficácia comprovada. Um deles é o *ethos*, relacionado à credibilidade do orador e à boa aceitação que ele vai ter dos interlocutores e que se apresenta antes mesmo do ato argumentativo. Outro elemento é o *pathos*, que diz respeito à emoção que o orador vai provocar nos seus interlocutores, com o objetivo de convencê-lo e persuadi-lo com seu discurso.

1.2.1 - Ponto de partida

Michel Meyer (2005, p. XX - prefácio) observa que “a retórica ressurgiu sempre em período de crise”. Segundo o pesquisador, quando Perelman & Olbrechts-Tyteca lançaram o “Tratado da Argumentação – A nova retórica”, o mundo vivia um momento de questionamento das ideologias, da racionalidade e do *logos*. Reinava um ceticismo moderno, mais conhecido como niilismo. Em meio às máximas do “tudo é permitido” e “a racionalidade lógica é a própria racionalidade”, Perelman & Olbrechts-Tyteca apontaram para um novo caminho:

A Nova Retórica é, então, o ‘discurso do método’ de uma racionalidade que já não pode evitar os debates e deve, portanto, tratá-los e analisar os argumentos que governam as decisões. Já não se trata de privilegiar a univocidade da linguagem, a unicidade *a priori* da tese válida, mas sim de aceitar o pluralismo, tanto nos valores morais como nas opiniões. A abertura para o múltiplo e o não-coercivo torna-se, então, a palavra-mestra da racionalidade. (MEYER. 2005, p. XX – prefácio).

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) explicam que a argumentação não se constitui numa “palavra do Evangelho”, que em determinadas comunidades de fiéis devotos era acolhida sem questionamento. Na argumentação, o orador precisa considerar uma série de fatores e tentar presumir o que as pessoas, para as quais vai falar, querem ouvir para obter êxito na transmissão de sua mensagem, que visa angariar apoio ou persuadir. Para os pesquisadores (2005, p. 18), o orador “deve persuadir, pensar nos argumentos que podem influenciar seu interlocutor, preocupar-se com ele, interessar-se por seu estado de espírito”.

Nessa “Nova Retórica” caiu por terra aquela visão da retórica antiga, na qual os interlocutores eram manipulados pelos sofistas. Esse público ou auditório, como preferem chamar Perelman & Olbrechts-Tyteca, pensa, tem visão crítica e não é enganado com facilidade. Torna-se um desafio para o orador distinguir o perfil do auditório e tentar convencê-lo com suas propostas.

1.2.2 - Auditório e orador

Para poder tomar a palavra e se dirigir ao auditório, o orador precisa ter um certo reconhecimento e ser aceito por essas pessoas. Não é qualquer um que pode chegar à frente de um determinado grupo e passar sua mensagem. Dependendo da situação, ele corre o risco de ser rejeitado, incompreendido e até escorraçado. O orador tem que saber aonde pisa para não cair na armadilha do desprezo e da contestação de suas ideias por parte do auditório.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) explicam que as circunstâncias de aceitação ou rejeição do orador variam:

Às vezes bastará apresentar-se como ser humano, decentemente vestido, às vezes cumprirá ser adulto, às vezes, simples membro de um grupo constituído, às vezes, portavoz desse grupo. Há funções que autorizam – e só elas – a tomar a palavra em certos casos, ou perante certos auditórios, há campos em que tais problemas de habilitação são minuciosamente regulamentados. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA. 2005, p. 21).

No caso de uma missa, por exemplo, o orador principal será sempre o padre ou outra autoridade eclesiástica. Apenas ele está autorizado, pelas normas da Igreja Católica, a presidir tal celebração religiosa e realizar os procedimentos litúrgicos. Mesmo assim, no mundo contemporâneo, os fiéis parecem se sentir mais livres para participar de uma missa, que pode ser presidida por um padre mais conservador ou mais progressista. Ou seja, o auditório tem liberdade de escolha e, dependendo do que for dito pelo celebrante, também tem o direito de concordar ou não. Durante a missa não existe esse espaço para que o fiel se posicione, mas numa reunião paroquial ou numa conversa particular com o padre, ele poderá fazer suas críticas e observações.

Não é fácil para o orador, conforme explicam Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), definir seu auditório. Há várias nuances nesse processo de comunicação, que vão exigir que o orador defina, estrategicamente, aqueles que quer atingir. Por exemplo,

quando é um bispo que vai dar uma entrevista para tratar de um assunto delicado, como os casos de pedofilia envolvendo alguns membros da Igreja Católica, ele certamente vai procurar usar recursos argumentativos para atingir não só o jornalista com quem está falando, mas os leitores do jornal, os telespectadores ou os ouvintes da rádio.

Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), o orador terá que definir de antemão o auditório ou a parte dele que quer atingir para que seu discurso tenha mais chance de êxito. No caso de um presidente da República que vai fazer um pronunciamento ao Congresso Nacional, dependendo do assunto, ele pode optar por não tentar atingir os parlamentares da oposição, mas convencer apenas os que o apóiam. Em outros casos, o presidente da República pode querer atingir o auditório composto pela oposição, pois busca persuadi-lo de que determinadas medidas são necessárias.

O orador precisa ser hábil, no sentido de tentar saber como é e o que pensa o auditório, antes de realizar o ato argumentativo. Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 22), “em matéria de retórica, parece-nos preferível definir o auditório como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. O grande desafio para o orador será estabelecer um foco sobre o auditório que quer atingir e presumir o perfil psicológico e sociológico da maioria.

Quanto mais perto chegar das características psicológicas das pessoas, ou seja, sua forma de pensar e reagir diante de certas situações, mais chances de êxito o orador terá. É preciso considerar também os aspectos sociológicos, que envolvem a cultura, a história de vida das pessoas e da comunidade na qual está inserida, para que o ato argumentativo surta o efeito desejado.

1.2.3 - Auditório universal e particular

Por mais que o orador seja arguto para perceber as características do auditório e traçar uma estratégia argumentativa para poder atingi-lo, há obstáculos que surgem no percurso argumentativo e que exigem atenção e adaptação constantes. Há pesquisadores que levantam a possibilidade de o auditório universal ser uma construção do próprio orador. Emediato (2010, p. 86 e 87) explica que para isso é preciso “retirar do auditório universal sua razão objetiva, partilhada e admitida por todos os homens de razão e do bom-senso, e conferir-lhe uma subjetividade, constituída pelos olhos, e pelo coração, de um orador”.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) alertam para a existência de um auditório heterogêneo ou universal, como classificam. Ele reúne pessoas diferentes em termos de classes sociais, grau de instrução, vinculação política, opção sexual e religiosa. De acordo com os pesquisadores (2005, p. 24), o orador “deverá utilizar argumentos múltiplos para conquistar os diversos elementos de seu auditório. É a arte de levar em conta, na argumentação, esse auditório heterogêneo que caracteriza o grande orador”.

Há outros procedimentos argumentativos que são úteis ao orador para falar a um auditório heterogêneo. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 35) ensinam que “uma argumentação dirigida a um auditório universal deve convencer o leitor do caráter coercivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas”.

No caso dos pronunciamentos do Papa Bento XVI em países como o Reino Unido, onde há uma prevalência de anglicanos, o ideal é que ele trate de questões ligadas ao humanismo e ao Cristianismo, evitando assuntos que digam respeito apenas ao Catolicismo. Caso o orador infrinja essa regra com o objetivo de reforçar uma posição ou um certo segmento, correrá o risco de ter seus argumentos contestados pelo auditório ou por parte dele.

O auditório particular reúne pessoas que pertencem ao mesmo grupo social, partilham ideias ou crenças semelhantes. Para o orador, torna-se mais fácil utilizar argumentos que podem ser aceitos por esse auditório. Caso, por exemplo, o orador vá falar para os moradores de uma favela, deverá utilizar argumentos que tratem de combate à violência, melhorias urbanas, oferta de trabalho e qualificação profissional dos moradores. São temas de interesse do auditório, que poderá ser persuadido com mais facilidade.

É importante observar que, em muitas situações, o grau de escolaridade e a condição financeira elevados dos membros do auditório o tornam mais influente. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) o nomeiam como auditório de elite e explicam sua representatividade:

O auditório de elite é considerado o modelo ao qual devem amoldar-se os homens para serem dignos desse nome; o auditório de elite cria, então, a norma para todo o mundo. Nesse caso, a elite é a vanguarda que todos seguirão e à qual se amoldarão. Apenas a sua opinião importa, por ser, afinal de contas, a que será determinante. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA. 2005, p. 37 e 38).

Acreditamos que essa força atribuída ao auditório de elite é questionável e depende das circunstâncias. É provável que no meio empresarial, onde é dada grande importância ao capital, o auditório de elite seja reverenciado. Porém, nos meios políticos e sindicais de esquerda, nos quais deveria existir um esforço para acabar com as injustiças econômicas e sociais, o auditório de elite pode ser desprezado.

A conclusão que podemos tirar, nesse início de conversa sobre argumentação, é que o orador precisa dedicar uma atenção especial ao auditório. É vital que ele investigue e tente presumir o perfil geral desse público e procure adequar sua argumentação a ele. Agindo assim, o orador terá mais chances de aumentar a intensidade de adesão aos seus argumentos e desencadear a ação pretendida. Para facilitar esse trabalho, o orador pode tentar fazer acordos, sobre vários aspectos, com esse auditório.

1.2.4 - Busca de acordo

Ao contrário da retórica antiga, que supervalorizava o orador e considerava que com suas habilidades orais e de articulação de ideias, ele conseguia facilmente convencer os interlocutores, na argumentação o auditório é composto por pessoas que têm visão crítica, crenças e valores que precisam ser considerados pelo orador. Caso contrário, ele não conseguirá alcançar êxito com seu ato argumentativo.

Depois de reconhecer a importância do auditório, o orador precisará firmar acordos com ele. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) explicam que desde o ponto de partida até o desenvolvimento da argumentação é essencial que sejam firmados acordos com o auditório. Os pesquisadores (2005, p. 73) explicam que “esse acordo tem por objeto ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações”.

Os acordos que o orador firmar com seu auditório levarão em conta o que é aceito pelo público, podendo constituir-se em objeto de crença ou de adesão. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) agrupam esses objetos na categoria do real, que reúne os fatos, as verdades e as presunções; e na categoria do preferível, que congrega os valores, as hierarquias e os lugares do preferível.

Os fatos, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), podem ser resultantes de observação, supostos, convencionais, possíveis ou prováveis. De acordo com os

pesquisadores (2005, p. 77), “há aí uma massa considerável de elementos que se impõem ou que o orador se esforça por impor ao ouvinte. Uns como os outros, podem ser recusados e perder seu estatuto de fato”.

O orador vai necessitar de habilidade para conseguir convencer o auditório de que o fato ao qual se refere no seu ato argumentativo realmente é digno de crédito e não fruto de sua imaginação. A forma como ele vai abordar esse fato, seja enaltecendo-o ou criticando-o, também vai interferir na reação do auditório. Daí a necessidade de conhecer o auditório e procurar firmar acordos com ele.

Sobre verdades, para que sejam firmados acordos no campo argumentativo, a situação é um pouco mais complexa. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 77) explicam “designar-se-ão de preferência com o nome de verdades sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos, que se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência”.

A sugestão dos pesquisadores é para que se evite usar fatos juntamente com verdades como ponto de partida da argumentação, quando a primazia de um ou de outro resulta da maneira de conceber-lhes as relações recíprocas. Essa primazia, no entanto, só existe quando os dois objetos são confrontados. Porém, Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 78) esclarecem que “o mais das vezes, utilizam-se fatos e verdades (teorias científicas, verdades religiosas, por exemplo) como objetos de acordo, distintos, mas entre os quais existem vínculos que permitem a transferência de acordo”.

Ainda dentro da categoria do real, existem as presunções, que também são aceitas pelo auditório por gozarem de acordo universal, mas exigem que o orador as reforce com outros elementos. Há, no entanto, que se tomarem certos cuidados para se preservar a força das presunções. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 79) salientam que “para conservar seu estatuto, não há necessidade portanto de separá-las de uma eventual argumentação prévia”.

Os pesquisadores comentam os efeitos das presunções e suas limitações:

O uso das presunções resulta em enunciados cuja verossimilhança não deriva de um cálculo aplicado a dados de fato e não poderia derivar de semelhante cálculo, mesmo aperfeiçoado. Claro, as fronteiras entre probabilidade calculável – pelo menos em princípio – e verossimilhança podem variar conforme as concepções filosóficas. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA. 2005, p. 79).

Os fatos, as verdades e as presunções são, portanto, elementos da categoria do real, que precisam ser observados pelo orador no momento de definir sua estratégia de acordos com o auditório. A subjetividade envolve todos eles e deve ser considerada para criar o contato de espíritos com o público. A habilidade para tratar esses elementos, dentro da expectativa do auditório ou convencendo-o da melhor maneira de “enxergá-los”, é um passo importante para a eficácia da argumentação.

1.2.5 - Os valores

Na definição de sua estratégia argumentativa, o orador necessita saber os valores cultivados pelo auditório a fim de respeitá-los e ressaltá-los em sua mensagem. Quando se trata de um auditório universal isso é um pouco mais difícil, já que o grupo é mais heterogêneo. Mesmo assim há valores universais que podem ser utilizados com sucesso junto a esses auditórios.

O sociólogo E. Dupréel, conforme Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), diz que os valores universais são eficientes meios de persuasão, por serem “puros, espécie de ferramentas espirituais, totalmente separáveis da matéria que permitem moldar” (*apud* Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 86). Esses valores participam da construção das crenças que levam esses grupos a concordar ou a repelir uma ideia. Quanto mais vagos esses valores, maiores as chances de eles serem aceitos por um auditório universal.

No caso, por exemplo, de um discurso religioso, o orador que falar a um auditório universal terá mais chances de êxito se tratar de valores mais amplos como caridade, amor ao próximo e justiça divina. Mesmo havendo no grupo pessoas de diferentes crenças religiosas, certamente a maioria vai concordar que é necessário fazer o bem ao outro para se alcançar a salvação.

Porém, Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 86) alertam que a partir do momento em que esses valores se tornam mais precisos, “apresentam-se simplesmente como conformes às aspirações de certos grupos particulares”. Se, por exemplo, o discurso for para um auditório particular, como um grupo de evangélicos, o orador não poderá tratar de questões como o dogma da virgindade de Nossa Senhora ou a devoção aos santos, que são valores religiosos aceitos apenas pelos católicos.

Há algumas categorias de valores que precisam ser consideradas para que sua utilização surta o efeito desejado. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) dividem-nos em

duas categorias: abstratos e concretos. Os pesquisadores explicam que a figura de Deus é decisiva para essa separação:

Em nenhum lugar se observa melhor esse vaivém do valor concreto aos valores abstratos, e inversamente, do que nos raciocínios referentes a Deus, considerado, a um só tempo, valor abstrato absoluto e Ser perfeito. Deus é perfeito por ser a encarnação de todos os valores abstratos? (...) Ideologias que não queriam reconhecer em Deus o fundamento de todos os valores foram obrigadas a recorrer a noções, de outra ordem, como o Estado ou a humanidade. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA. 2005, p. 88).

A associação dos valores abstratos a Deus, considerado um ser perfeito, parece torná-los mais importantes. No entanto, grupos políticos ou entidades sociais que preferem não se envolver com a religião podem preconizar outros valores que também funcionam bem junto aos auditórios. Valores como democracia, ética e justiça social são aceitos por diversos auditórios, até mesmo por aqueles que têm fé e prática religiosa.

Também no meio político, os valores concretos são associados a discursos de grupos que não estão interessados em mudanças. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) citam o exemplo do governo chinês, que sempre destacou os valores concretos e mantém o país dentro do regime comunista, há várias décadas. Já os valores abstratos, conforme os pesquisadores (2005, p. 89), “manifestariam um espírito revolucionário”.

Eles esclarecem que quando valores abstratos, como fidelidade e solidariedade, são associados a valores concretos, costumam fazer parte de uma argumentação conservadora. Isso ocorre quando, por exemplo, o padre diz aos participantes de uma missa que eles precisam se manter fiéis à Igreja Católica. Mesmo utilizado o valor abstrato da fidelidade, o objetivo dessa argumentação é conservador, pois busca manter essas pessoas ligadas à instituição.

1.2.6 - Hierarquia de valores

Ao orador não basta apenas escolher os valores que irá utilizar em seu ato argumentativo. O auditório dá pesos maiores ou menores a esses valores, ou seja, considera que alguns são mais valiosos que outros, os hierarquiza. Diante disso, o orador deverá também estabelecer uma hierarquia desses valores, dando mais destaque a alguns em detrimento de outros.

Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 92), “a intensidade da adesão a um valor, em comparação com a intensidade com a qual se adere a outro, determina

entre esses valores uma hierarquia que se deve levar em conta”. Os pesquisadores explicam que, dentro dessa hierarquização, os auditórios costumam considerar superiores os valores dos homens em relação aos dos animais assim como os valores divinos acima dos valores humanos.

Outra forma de hierarquização é quando se trata do lugar comum da quantidade, isto é, quando o auditório considera mais os valores encontrados num volume maior. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 91) explicam que nesse caso “o grau superior é caracterizado por uma maior quantidade de certo caráter”. Um político reconhecido por ser um bom administrador pode ter esse valor mais destacado do que por ter se manifestado a favor do aborto, mesmo para um auditório com maioria de católicos. Isso porque há católicos mais progressistas, que podem considerar que, para um político, as qualidades administrativas estão acima da moral católica.

Os integrantes do auditório possuem princípios, crenças e doxas, que os levam a fazer essa hierarquização dos valores. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) comentam que, para algumas pessoas, o valor de causa é considerado superior ao do efeito, enquanto para outros o valor da verdade está acima do valor do bem. Os pesquisadores admitem que isso talvez possa ser explicado pelos esquemas de vinculação aos princípios, crenças e doxas de cada um, mas isso nem sempre fica explícito.

No caso, por exemplo, de um auditório composto por integrantes da Renovação Carismática Católica (RCC)¹, valores como a defesa da vida e as críticas ao aborto terão mais peso que o valor da mobilização que a Igreja Católica pode exercer sobre seus fiéis para que participem da luta contra a corrupção na política. Para o orador, essa hierarquização de valores na preparação do ato argumentativo será sempre um desafio.

1.2.7 - Os lugares

O orador dispõe de outro arsenal argumentativo que são os lugares. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) explicam que os lugares foram utilizados por Aristóteles e funcionam como depósitos de argumentos, aos quais o orador recorre no momento do ato argumentativo. Dependendo da acolhida ou rejeição por parte do auditório, o orador

¹ A Renovação Carismática Católica é um movimento religioso da linha mais conservadora, que surgiu em 1967, na Universidade de Duquesne (EUA), e se destaca por celebrações marcadas pelo canto e o louvor.

lança mão desses lugares que vão auxiliá-lo na tarefa de vencer as resistências e persuadir seus interlocutores.

Há três formas de lugares: da quantidade, da qualidade e outros lugares. Os lugares de quantidade, conforme Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 97), são “os lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que a outra por razões quantitativas”. Dessa maneira, o candidato a prefeito A pode se valer do valor de quantidade ao afirmar que é melhor do que o candidato B porque visitou o bairro X mais vezes e por isso conhece melhor seus problemas.

Já os lugares de qualidade são usados na argumentação para contestar os números que escudam os valores de quantidade. Quando, por exemplo, um crítico de cinema, respeitado no meio intelectual, tece comentários negativos sobre um determinado filme, mesmo que ele venha tendo uma ótima bilheteria, essas observações do profissional são levadas em conta. Apesar de ser uma única voz fazendo ressalvas a um filme que tem uma boa aceitação, ela possui qualidade e credibilidade que levam o auditório a refletir.

Se optar por um lugar de qualidade no seu ato argumentativo, o orador terá que provar para o auditório que mais importante do que o número é a forma de agir ou de pensar. Para contestar o candidato a prefeito A, que foi mais vezes ao bairro, o candidato B pode dizer que mesmo tendo visitado o bairro poucas vezes, intercedeu junto aos órgãos da Prefeitura para que fossem tomadas medidas para resolver determinados problemas. Isso pode levá-lo a ganhar pontos junto ao auditório.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) listam outros lugares que também podem auxiliar o orador na sua árdua batalha argumentativa de persuadir o auditório. Os lugares da ordem afirmam a superioridade do anterior sobre o posterior; os lugares do existente pressupõem um acordo sobre a forma do real ao qual são aplicados; os lugares da essência concedem um valor superior aos indivíduos enquanto representantes bem caracterizados dessa essência; e os lugares da pessoa, que estabelecem que é preferível o que não podemos nos proporcionar por meio de outrem do que o contrário.

O certo é que o orador bem preparado procura se valer dos valores e lugares argumentativos, que acredita serem os mais adequados, considerando aqueles que terão melhor aceitação pela maioria do auditório, para atingir seus propósitos persuasivos. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 109) esclarecem que “quando se trata de lugares, menos ainda do que quando se trata de valores, quem argumenta busca eliminar

completamente, em proveito de outros, certos elementos, busca de preferência subordiná-los, reduzi-los aos que considera fundamentais”.

As crenças cultivadas pelo auditório são outra questão que precisa ser levada em conta pelo orador, na elaboração de seu ato argumentativo. Essas crenças dizem respeito a valores humanos e culturais, credices populares e religiosas, que são formadas no núcleo familiar, nas comunidades e até nos locais de trabalho. Certas comunidades têm, por exemplo, uma crença de que os bons filhos serão bons maridos. Quando a esposa acusa o marido de não ter um comportamento adequado, alguém de sua família ou de seu círculo de amizades se arriscará a dizer: “certamente, ele não foi um bom filho”. Algo que pode ser facilmente contestado e sem comprovação científica. O orador, contudo, precisa ficar atento a essa e outras crenças para conquistar a simpatia do auditório.

1.2.8 – Firmar acordos

Munido desse arsenal argumentativo composto de valores e lugares, o orador buscará firmar acordos com o auditório, que lhe dará a oportunidade, em primeiro lugar, de realizar o ato argumentativo. Os integrantes do auditório terão que reconhecer que o orador possui legitimidade e credibilidade para poder falar. No caso, por exemplo, de um orador que vai falar sobre política a um grupo de católicos, logo após a missa, essas pessoas terão que reconhecê-lo como uma pessoa séria, que tem algum tipo de relação com a comunidade e partilhe dos seus mesmos valores e crenças. Há o que os estudiosos da retórica chamam de *ethos*-prévio, que habilita esse orador a falar para o auditório.

Os acordos com o auditório são fundamentais na realização do ato argumentativo. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 124) ressaltam que “cada discussão apresenta etapas, balizadas pelos acordos que se devem estabelecer, resultantes às vezes da atitude das partes, e que às vezes são institucionalizadas graças a hábitos assumidos ou a regras explícitas de procedimento”.

Ao elaborar as bases que darão origem a esses acordos, o orador precisa cuidar para que as premissas da sua argumentação sejam aceitas pelo auditório. Nessa hora, ele deverá ter habilidade para tratar dos valores, lugares e crenças que permeiam as proposições admitidas por seus interlocutores. Se atingir seu objetivo, o orador

alcançará a adesão dos espíritos por parte do auditório e terá grandes chances de persuadi-lo com suas ideias.

Sendo um auditório universal, no entanto, é complexa essa operação de firmar acordos. Ao contrário do que pensavam os retóricos antigos, que consideravam que os auditórios eram facilmente persuadidos pelos oradores, no processo argumentativo contemporâneo o auditório é exigente, tem visão crítica e não se deixa enganar.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 118) alertam para o risco de o orador conduzir mal a tentativa de firmar acordos: “Quando as conclusões desse último desagradam aos seus interlocutores, eles podem, se assim julgarem útil, opor a essa presunção de acordo sobre as premissas uma degeneração que terá o efeito de minar toda a argumentação pela base”.

Em se tratando de um auditório particular, as chances de o orador firmar um acordo são maiores. Principalmente, se ele tiver um conhecimento prévio dos valores, lugares e crenças que são aceitos por aquelas pessoas. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) salientam que, nesse tipo de caso, a persuasão antecede a iniciação. Dependendo do *ethos*-prévio do orador, o auditório particular já tem uma certa boa-vontade em ouvi-lo e a adesão dos espíritos pode ocorrer com mais facilidade.

É preciso, contudo, não utilizar argumentos que contrariem os valores, lugares e crenças desse auditório especializado. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 115) comentam que se, por exemplo, um teólogo for falar a um auditório composto por pessoas que tenham uma prática religiosa, ele “não pode por em dúvida fatos ou verdades atestadas por dogmas sem se excluir do auditório particular que os considera incontestes”. Caso ele incorra nesse erro, a reação contra seus argumentos pode ser ainda mais forte, pois o auditório particular tem conhecimento do assunto.

Em nossa pesquisa, utilizamos a teoria da argumentação, desenvolvida por Perelman & Olbrechts-Tyteca para analisar as coleções de editoriais do *Jornal de Opinião* que selecionamos. Consideramos as premissas, os objetos de acordo relativos ao preferível e também os baseados no real com o propósito de persuadir o auditório, formado por leitores e/ou assinantes da publicação. O orador, nos diferentes períodos analisados, tenta levar em conta os valores, lugares e crenças do auditório.

Elementos da retórica, como o *ethos* e o *pathos*, também fizeram parte do arcabouço teórico que utilizamos em nossa pesquisa. O *ethos* do *Jornal de Opinião* e também o da Igreja Católica foram evidenciados pelo orador para conquistar a

confiança do auditório. Já o *pathos* é um recurso comum do discurso religioso, que busca seduzir os interlocutores pela emoção. A diferença é que, se nos editoriais de 1989, o orador recorria ao *pathos* quando tratava dos problemas sociais e do desrespeito aos direitos dos cidadãos brasileiros; nos editoriais de 2009, o *pathos* é reforçado nos momentos em que o orador discorre sobre a justiça divina, a força da oração e do louvor.

CAPÍTULO 2 – Conjuntura histórica: Igreja Católica, ditadura militar e redemocratização do Brasil

2.1 – Conservadora ou progressista

Para entender melhor a alteração do discurso da Igreja Católica, no período de 1989 para 2009, nos editoriais do *Jornal de Opinião*, temos que retroceder um pouco na história dessa instituição milenar. Suas atitudes e o comportamento de alguns papas frente a fenômenos e conflitos, que interferiram diretamente no curso da sociedade, dão pistas sobre o porquê de a Igreja Católica adotar um discurso mais progressista ou conservador, dependendo da época.

Alberto Antoniazzi (1992) explica que, enquanto presença pública, a religião pode ter um caráter “conservador” ou “progressista”. Ele utiliza a análise que Peter Beyer (seguindo Luhmann) propõe das duas tendências. Para esses pesquisadores, “conservadora” é a tendência de utilizar, na sociedade moderna, a religião com bases tradicionais, ou seja, trabalhando para a unidade religiosa da sociedade contra o pluralismo. “Ao mesmo tempo, o inimigo político é identificado com o mal, o demônio, o inimigo religioso.” (ANTONIAZZI. 1992, p. 2).

Já a tendência progressista aceita o pluralismo religioso, lida melhor com os avanços científicos e certos valores do mundo contemporâneo, além de procurar prestar outros serviços à sociedade:

Estes serviços entram no campo dos outros sub-sistemas (economia, política, etc.). Mais exatamente: nas brechas dos outros sub-sistemas. Porque a economia e a política moderna criam grandes desigualdades e injustiças, a religião se esforça para aliviar a condição das vítimas, dos sofredores, ou - mais radicalmente (como sugere a “teologia da libertação”) - tenta transformar a sociedade, combater a opressão, restabelecer a justiça e a liberdade. Tarefas, como se vê, não diretamente religiosas, mas contudo expressão da presença pública da religião na sociedade. (ANTONIAZZI. 1992, p. 2 e 3).

Os bispos, padres, religiosos e fiéis-leigos denominados progressistas procuram participar da vida política, econômica e social do país, seja emitindo opiniões ou mobilizando comunidades para exigir que seus direitos de cidadãos sejam respeitados por governantes e por toda a sociedade; já os conservadores preferem se dedicar às questões religiosas e se absterem desse engajamento político. Há ainda os de tendência denominada moderada, que podem se unir a um desses dois grupos se forem persuadidos pelos argumentos usados. Observamos que nas questões dogmáticas da fé e da moral, os progressistas e os conservadores muitas vezes têm a mesma posição e o mesmo discurso, que deriva da hierarquia da instituição e é regido pelo Código de Direito Canônico². Dependendo das circunstâncias, o posicionamento de algumas lideranças pode ser alterado. Em 1971, por exemplo, dom Aloísio Lorscheider, visto até então como da ala moderada da Igreja, assumiu a presidência da CNBB e adotou uma postura mais progressista, passando a criticar os excessos cometidos pela ditadura.

Otto Maduro (1981, p. 61) comenta que o posicionamento político/religioso da Igreja Católica na América Latina é bastante ambíguo, já que em alguns casos está “intimamente ligada aos setores populares latino-americanos, mas significativamente sustentada e influenciada pelos governos e classes poderosas do continente”. Segundo o sociólogo, essas variações ocorrem de acordo com as conjunturas política, econômica, social e religiosa da América Latina e de outros continentes.

Maduro explica a movimentação, no interior da Igreja Católica, dos grupos conservador, progressista e moderado:

À medida em que se desenvolve aquele processo em nível societário, em seu seio aparecem, destacam-se, crescem e se enfrentam tendências ligadas, mais ou menos claramente, às diversas opções sócio-políticas em conflito a nível societário: uns – como a “Tradição, Família e Propriedade” – defendendo a todo custo a ordem social imperante; outros – como “Teologia da Libertação” e os “Cristãos para o Socialismo” – sustentando um compromisso com uma opção revolucionária ligada aos interesses dos setores populares do continente; no meio, uma tendência ao que tudo indica majoritária e predominante – que oscila entre posições reformistas e pretensões de neutralidade política. (MADURO. 1981, p. 62).

De acordo com o sociólogo, a estratégia política das religiões é quase sempre no sentido de conservar ou ampliar o poder religioso adquirido. A tendência de muitas lideranças é repelir as ameaças e buscar alianças com os grupos de poder que possam

² Publicação que reúne os dogmas, leis e orientações aprovadas pelo Papa, que orientam a Igreja Católica.

ajudá-las a alcançar esse objetivo. Há aquelas que estreitam laços com grupos dominantes, por se sentirem identificadas e “endividadas” com elas. Há vários casos, contudo, de lideranças religiosas que, conforme Maduro (1981, p. 175), “desempenharam claro papel nas lutas dos dominados contra a dominação interna e/ou externa”.

2.1.1 - Revolução francesa

A Revolução Francesa (1789)³ é apontada pelos historiadores como deflagradora de uma era em que a Igreja Católica perdeu prestígio político e parte de seus bens materiais, em razão das dificuldades da instituição em se adequar aos novos tempos e à sociedade moderna, que exigia mais liberdade e questionava o poderio político e econômico da Igreja. Segundo Antoniazzi & Matos (1996, p. 159), foram nesses 173 anos que separam a Revolução Francesa e o Concílio Vaticano II (1962-1965) – pelo qual a Igreja Católica tentou se renovar - “que o conflito entre Cristianismo e Modernidade se acentua, enquanto fé tradicional e sociedade moderna se distanciam uma da outra”.

O Papa Pio IX (1846-1878) contesta a modernidade e reafirma o poder papal ao escrever, na encíclica *Quanta Cura*, que o Sumo Pontífice pode transigir em relação ao progresso, o liberalismo e a civilização moderna. Antoniazzi & Matos (1996, p. 161) comentam que esses “são apenas alguns sintomas de uma mentalidade que caracteriza o catolicismo no século XIX: o medo do novo, o refúgio nas certezas e nas estruturas comprovadas do passado, a intransigência quanto à preservação da doutrina e disciplina eclesiástica”.

Patrick Charaudeau (2006) analisa essa estratégia de instituições, como a Igreja Católica, que rejeitam o que é novo para manter o *status quo*:

É feito igualmente apelo a esse imaginário quando se trata de defender os valores que, em tempo passado, foram fundadores da comunidade e pelos quais seus membros deveriam sentir-se responsáveis. É para rememorar esses valores que servem os monumentos homenageantes e outras cerimônias, manifestações e reuniões comemorativas, como se fosse preciso a todo custo manter uma espécie de ‘linha crença’ que transcendesse a história. (CHARAUDEAU. 2006, p. 212).

³ A Revolução Francesa, modelo clássico de revolução burguesa, foi um movimento social e político que transformou profundamente a França, de 1789 a 1799. Sob o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, a burguesia revoltou-se contra a monarquia absolutista e, com o apoio popular, tomou o poder, pondo fim aos privilégios da nobreza e do clero, além de livrar-se das instituições feudais do antigo regime.

Essa postura parece querer minimizar os efeitos da modernidade sobre os valores dessa instituição milenar, que é a Igreja Católica. Charadeau (2006, p. 212) acredita que para essas instituições, “a modernidade não teria por horizonte senão o progresso tecnológico, fuga para o futuro que nos faria dar as costas ao passado e às nossas origens.”.

Mesmo adotando uma postura de rejeição à modernidade, ao longo da história a Igreja Católica toma medidas para tentar resolver problemas decorrentes dela e que afetam as pessoas de classes sociais mais baixas. Na encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 1891, o Papa Leão XIII (1878-1903) defende os operários da exploração trazida pelo capitalismo. A situação vivida pelos trabalhadores era tão precária, que a Igreja Católica foi impelida a intervir.

Isso comprova que o discurso da instituição pode-se alterar de acordo com a conjuntura política, econômica, social e religiosa. Seus líderes são sensíveis às pressões do auditório, seja ele universal ou particular. Se não ouvir os clamores dos diversos grupos que sustentam sua credibilidade, ela corre o risco de soçobrar. Assim, mesmo num período em que predomina o discurso conservador, a Igreja Católica pode adotar medidas progressistas e vice-versa. Essa flexibilidade discursiva é vital para sua sobrevivência que, aliás, dura mais de dois mil anos.

2.1.2 - Papa de Hitler

Em outros momentos, a postura conservadora adotada pela Igreja Católica foi bastante criticada e trouxe prejuízos para sua imagem. Um deles foi o comportamento de sua alta hierarquia durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em 1933, quando a crise econômica e política se agravavam na Alemanha e Adolf Hitler conquistava espaço cada vez maior no meio político de seu país, o bispo Eugenio Pacelli, que já desenvolvia um trabalho diplomático no país desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), firmou um acordo com o político. Segundo John Cornwell (2000), Hitler e Pacelli firmaram uma concordata que concedia alguns privilégios à Igreja Católica na Alemanha, com o propósito de aumentar o seu número de fiéis e, em troca, a instituição não faria críticas ou objeções às ações do *Führer*.

Na ata da reunião com seu ministério, realizada em 14 de julho de 1933, Hitler declara: “Foi concedida uma grande oportunidade à Alemanha com a Concordata do

Reich. Criou-se uma esfera de confiança que será especialmente significativa na luta urgente contra o judaísmo internacional.” (CORNWELL. 2000, p. 147). Pacelli, de acordo com o autor, contestou essa avaliação de Hitler, argumentando que a Concordata era um reconhecimento do Código de Direito Canônico e uma garantia de que a legislação da Igreja seria respeitada na Alemanha.

O Papa Pio XI morreu, em 1939, um pouco antes de Hitler invadir a Polônia, em 1º de setembro, e os países aliados declararem Guerra à Alemanha, dando início ao conflito mundial que durou seis anos e vitimou em torno de 50 milhões de pessoas, entre elas 6 milhões de judeus. Homem de confiança de Pio XI, Pacelli, na época da morte do papa já ocupava o cargo de cardeal Secretário Geral no Vaticano, e era *papabile* (candidato a suceder Pio XI). Os cardeais foram convocados para o conclave e o cardeal Pacelli foi eleito por seus pares para ser o novo papa. Para homenagear seu antecessor, ele escolheu o nome de Papa Pio XII.

A Segunda Guerra Mundial foi iniciada e Hitler empreendeu sua insana luta para conquistar novos territórios, espalhando um rastro de violência por onde passava. Os países do eixo (Alemanha, Itália e Japão) se colocaram de um lado e os países aliados (liderados por Inglaterra, União Soviética, França e Estados Unidos) de outro. O discurso nazista tinha que convencer os alemães de que o país participava de uma guerra justa e para isso era necessário eleger-se um inimigo. Os escolhidos foram os judeus.

Hitler construiu campos de concentração onde milhões de judeus, fossem eles homens, mulheres, idosos ou crianças, foram presos, torturados, mortos e incinerados. Cornwell (2000) relata que essas atrocidades foram denunciadas ao Papa Pio XII, que em momento algum emitiu qualquer crítica oficial ao *Führer* e aos nazistas. Em sua homilia de Natal, em 1942, Pio XII defendeu os direitos humanos e condenou os estragos provocados pela guerra, porém sem se referir diretamente aos nazistas ou ao extermínio de judeus. Cornwell (2000, p. 329) salienta que “o próprio Hitler não poderia desejar uma reação mais enrolada e inócua do vigário de Cristo ao maior crime na história humana.” Esse comportamento do papa trouxe prejuízos enormes para a imagem da Igreja Católica, vista como omissa. Por esse motivo, Pio XII tornou-se conhecido como o “Papa de Hitler”.

2.1.3 - Concílio Vaticano II

Com a morte de Pio XII, em 1958, um novo conclave foi convocado e, para surpresa de muitos, o escolhido foi o Patriarca de Veneza, o cardeal Ângelo Roncalli, de 77 anos. Já se sabia que com essa idade avançada, o novo papa, que adotou o nome de João XXIII, seria um pontífice de transição, dentro da estratégia utilizada pela instituição para ter um pouco mais de tempo para escolher um papa que definisse novos rumos para a Igreja Católica. A instituição vivia um momento ruim pela perda de prestígio político desde a Revolução Francesa, se recusava a embarcar no trem da modernidade e adotara uma postura considerada omissa durante a Segunda Guerra Mundial.

O que não se esperava era que João XXIII, que na sua humildade dizia ser um “padre de aldeia” e ficou tão surpreso com sua eleição como boa parte dos católicos, tivesse sensibilidade e coragem para dar um passo tão importante e convocar o Concílio Vaticano II, considerado o evento eclesiástico mais importante para a Igreja Católica no século XX. O novo papa percebeu que a instituição precisava ser ousada para reparar seus erros e não perder o trem da história. Ele explicou que nesse Concílio “é necessário primeiramente que a Igreja não se aparte do patrimônio sagrado da verdade, mas ao mesmo tempo deve também olhar para o presente, para as novas condições de formas de vida do mundo moderno”. (*apud* Antoniazzi & Matos, 1996, p. 173).

Um total de 2.250 padres conciliares, provenientes de todos os continentes, participaram da abertura do Concílio Vaticano II, realizada no dia 11 de outubro de 1962, na Basílica de São Pedro, no Vaticano. Antoniazzi & Matos (1996) comentam que o encontro foi marcado por momentos de tensão entre grupos: um que sentia necessidade de a Igreja Católica avançar na sua estrutura interna e no seu posicionamento em relação às questões trazidas pelo mundo moderno; e outro, que preferia “ir mais devagar com o andor” e não fazer grandes mudanças.

2.1.4 - Habilidade argumentativa

Os grupos progressistas, no entanto, pareciam ser maioria ou ter mais habilidade para argumentar e persuadir seus pares, sem contar que João XXIII dava claros sinais de que a Igreja Católica precisava se renovar. Isso pôde ser observado nas discussões e

aprovações de documentos nas quatro sessões do Concílio Vaticano II, realizadas no segundo semestre dos anos de 1962 a 1965.

Lentamente, amadureceu entre os padres conciliares a convicção de que o Papa não os chamara a Roma apenas para dizer amém a projetos já prontos, mas para contribuir efetivamente na busca comum de renovação da Igreja (*aggiornamento*), exercendo desta forma sua corresponsabilidade e colegialidade episcopal. (ANTONIAZZI & MATOS, 1996, p. 179).

O então arcebispo de Belo Horizonte, dom João Resende Costa, junto com seu bispo auxiliar, dom Serafim Fernandes de Araújo, nomeado bispo, em 1959, pelo Papa João XXIII e que também ocupava o cargo de reitor da Universidade Católica de Minas Gerais, participaram dessa sessão de abertura do Concílio Vaticano II e de todas as outras. Na carta enviada no dia 1º de outubro de 1963 ao vigário geral da Arquidiocese de Belo Horizonte, monsenhor José Augusto Dias Bicalho, dom João enumera, com entusiasmo, as grandes linhas gerais anunciadas pelo Papa João XXIII: “1) Definição, ou melhor, consciência da Igreja; 2) Renovação; 3) Recomposição da unidade dos cristãos; 4) Colóquio da Igreja com o mundo contemporâneo”. (*apud* ANTONIAZZI, 2002, p. 181).

Entre a primeira e a segunda sessões do Concílio Vaticano II, no dia 3 de junho de 1963, faleceu João XXIII. O desejo de que a Igreja Católica encontrasse um novo caminho e a coesão dos cardeais mais progressistas fizeram com que o novo papa eleito pelo conclave fosse o bispo de Milão, João Batista Montini, que adotou o nome de Paulo VI. Ele anunciou, logo após sua eleição, que “a parte principal do nosso pontificado será ocupada pela continuação do Concílio”. (*apud* ANTONIAZZI & MATOS, 1996, p. 181).

O novo papa cumpriu sua promessa e o Concílio Vaticano II prosseguiu, com propostas importantes de renovação e de inserção da Igreja Católica aos novos tempos. Foi um momento de “abertura”, principalmente nos aspectos litúrgico e de valorização dos fiéis leigos (aqueles que não são bispos, padres ou religiosos). O Concílio propôs algumas mudanças, como uma participação maior dos fiéis leigos nas instâncias de decisão da Igreja, a celebração da missa no idioma oficial de cada país e com os padres podendo celebrar a missa de frente para os fiéis (até então, as missas eram celebradas apenas em latim e os padres ficavam de costas para a assembleia).

Esse clima de *aggiornamento* (renovação), trazido pelo Concílio Vaticano II, refletiu nos continentes. Na América Latina, foram realizadas algumas conferências de bispos, como a de Medellín (26 de agosto a 4 de setembro de 1968) e a de Puebla (27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979), que reforçaram a valorização dos fiéis leigos e a opção preferencial da Igreja Católica pelos pobres. Os índices de pobreza e miséria em vários países do continente eram muito elevados, e parte das lideranças católicas se sentia na obrigação de se engajar na luta para mudar esse quadro.

2.1.5 – Golpe militar

Nesse mesmo período em que a Igreja Católica demonstrava seu propósito de “se abrir” politicamente, para que os leigos pudessem participar das instâncias de decisão, no Brasil o Governo João Goulart (Jango) foi deposto, em 31 de março de 1964, por um golpe militar. De forma paradoxal, a Igreja Católica participou do movimento que derrubou Jango e, a princípio, apoiou os golpistas. Hélio Silva (1975, p. 335) diz que “a Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi, realmente, o ponto de partida para a Revolução de 1964”.

Conforme o historiador, essa manifestação realizada no dia 19 de março de 1964, em São Paulo, foi uma espécie de revide ao Comício das Reformas, que Jango fez no dia 13 de março, na Praça em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Dizia-se que ele tinha reunido cerca de 150 mil pessoas e, no seu discurso, o presidente da República fez referência a um grupo de mulheres de Belo Horizonte que, de terço em punho, impediu um comício de Leonel Brizola, cunhado e apoiador de Jango. “Não é com rosários que se combatem as reformas”, bradou Jango. (*apud* SILVA. 1975, p. 336).

O então deputado Cunha Bueno aproveitou esse mote para se reunir com outros políticos que tramavam para derrubar o presidente da República, alegando que suas reformas iriam abrir as portas do Brasil para o Comunismo. Segundo Silva (1975), eles procuraram a freira Ana de Lourdes, que propôs uma mobilização que se chamaria “Marcha de Desagravo ao Santo Rosário”. Algumas reuniões foram realizadas nas casas de famílias católicas, que se desdobraram para convocar um grande número de pessoas para a manifestação, cujo nome foi alterado para “Marcha da Família de Deus pela Liberdade” para que contasse também com a participação de não-católicos.

Conforme Silva (1975), a concentração na Praça da República, em São Paulo, foi marcada para as 16 horas, mas ao meio-dia as pessoas começaram a chegar. Comércio, indústria e repartições públicas encerraram suas atividades, às 15 horas, para que os funcionários pudessem participar. Bandeiras do Brasil e de São Paulo eram levadas e papel picado era jogado dos edifícios. Cálculos mais pessimistas falam em 500 mil participantes e os mais otimistas em 800 mil. “A multidão repetia em coro: ‘Um, dois, três, Brizola no xadrez’; ‘Tá chegando a hora de Jango ir embora’” (SILVA, 1975, p. 339).

A repercussão da “Marcha da Família” em São Paulo se espalhou pelo país e o deputado Cunha Bueno embarcou para Porto Alegre com duas senhoras da sociedade paulista, com o objetivo de levar o *know-how* adquirido, para que a manifestação fosse realizada também lá e em outros lugares. O golpe, em 31 de março, acabou tornando desnecessárias essas marchas ou transformando-as apenas em marchas da vitória.

2.1.6 - CNBB apóia o golpe

Sérgio Bernal (1989, p. 50) informa que logo após o golpe militar, os bispos paulistas divulgaram uma mensagem aos padres dizendo que “veem com satisfação a implantação de uma nova ordem de coisas que se esforça por debelar totalmente o perigo do comunismo, que já assumia proporções assustadoras”. O pesquisador (1989, p. 50) acrescenta que “os bispos se alegram em poder dar um voto de fé aos líderes do movimento, que prometem não se aproveitar para conservar privilégios e buscar as profundas reformas que o povo necessita e deseja”.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) também rendeu graças ao golpe militar:

O ‘Comunicado Mensal’ da CNBB comenta com aparente euforia o fato de que o Brasil tenha um novo governo como resultado da ‘revolução vitoriosa’ de 1º de abril. Três prelados, D. Helder como Secretário Geral da Conferência, D. Fernando Gomes, Secretário Geral do Centro-Oeste e D. Eugênio Sales, Secretário Geral do Nordeste, tiveram um encontro que o ‘Comunicado’ descreve como ‘cordialíssimo’ com o presidente Castelo Branco para examinar com atenção as principais áreas de colaboração. A informação diz que o Presidente manifestou sua firme decisão de manter o regime de respeito mútuo e leal colaboração entre Igreja e Estado. (BERNAL, 1989, p. 51).

Na opinião de Bernal, houve uma falta de clareza política por parte dos bispos brasileiros, que não consideraram a gravidade do golpe militar e seu prejuízo para a democracia e para as liberdades do país. Para o pesquisador (1989, p. 51), a postura da CNBB “só é explicável dentro de uma visão ingênua da Igreja-cristandade com tênues fronteiras entre o religioso e o civil”. Obviamente, que a promessa feita pelos militares de manter a colaboração entre Igreja e Estado contribuiu para que os representantes da instituição dissessem ‘amém’ aos golpistas.

Segundo Serbin (2001, p. 35) “os generais queriam a bênção dos bispos ao seu regime, e os prelados queriam a garantia dos privilégios e do espaço doutrinal concedidos à Igreja, de uma forma ou de outra, desde o início da história do Brasil”. Com o endurecimento do regime, no final da década de 1960, quando houve a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) que retirou direitos legais dos cidadãos e instituiu a censura da imprensa, alguns bispos, padres, religiosos e leigos católicos foram presos e parte deles torturados.

Ao ter parte de seus integrantes atingida, algumas lideranças da linha progressista adotaram uma posição mais crítica em relação ao regime militar. A ala mais conservadora da Igreja preferiu silenciar, mas não disfarçava sua discordância com o envolvimento mais direto de alguns segmentos da instituição com uma oposição radical aos militares. Um deles era o então bispo auxiliar de São Paulo, dom Lucas Moreira Neves, que em 1995 foi eleito presidente da CNBB, depois de 25 anos de hegemonia da ala moderada ou progressista:

Nos círculos progressistas, dom Lucas era lembrado por ter se recusado a testemunhar, na Justiça Militar, sobre a tortura de um de seus companheiros dominicanos, frei Tito de Alencar Lima, que se suicidou tempos depois na França. ‘Não posso fazer isso porque prejudicaria minha atividade pastoral’, declarou na época. (SERBIN. 2001, p. 43).

Bernal (1989) relata que diante da perseguição sofrida por opositores do regime, alguns bispos protestaram, pedindo que o direito de defesa dos presos fosse respeitado e não houvesse revanchismo. Membros da Igreja Católica também refutaram a pecha de comunista atribuída a ela, por criticar as injustiças sociais que existiam no país. Na verdade, eles cobravam as reformas prometidas pelos golpistas.

Alguns episódios vão surgindo para minar essa relação entre Igreja e Exército. De acordo com Serbin (2001), em 1967, o bispo de Volta Redonda (RJ), dom Waldyr Calheiros, denunciou a prisão, tortura e morte de quatro soldados acusados de uso ilegal

de drogas, no Quartel de Barra Mansa (RJ). Durante uma reunião da Comissão Central da CNBB, nesse mesmo período, dom Eugênio Sales disse “que não se vive num regime completamente democrático, que a Igreja do Brasil não é uma Igreja unida ao Estado, e portanto ao exigir o respeito aos direitos fazem isto mais como cidadãos do que como representantes da Igreja oficial”. (BERNAL. 1989, p. 54).

2.1.7 - Prisão dos dominicanos

Durante a ditadura, alguns padres, religiosos e leigos católicos foram presos, torturados e mortos. Um dos casos de maior repercussão foi o dos dominicanos frei Fernando de Brito, frei Carlos Alberto Libânio Christo (Betto), frei Ivo Lesbaupin e frei Tito de Alencar. Considerados pelo Exército como apoiadores do movimento de subversão, eles foram presos pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, que se tornou um dos mais ferozes perseguidores e torturadores dos que eram considerados inimigos do regime militar.

Fleury sabia da ligação dos dominicanos com o líder oposicionista Carlos Marighela⁴ e usou os religiosos para atraí-lo para uma emboscada. Torturados pelo delegado, os religiosos foram obrigados a telefonar para Marighela e combinar um encontro, no dia 4 de novembro de 1969, na Alameda Casa Branca, em São Paulo. O líder oposicionista foi alvejado por Fleury e agentes do Dops e exibido como “troféu”.

Os dominicanos permaneceram presos no período de 1969 a 1973. As cartas escritas por frei Fernando, frei Betto e frei Ivo compuseram o livro “O Canto na fogueira”, lançado em 1978. No prefácio, frei Carlos Mesters (1978) explica que na Bíblia o canto na fogueira aparece em situações de opressão contra o povo. O autor (1978, prefácio) escreve que “no canto na fogueira, quem canta é a liberdade nascida no coração de quem convive com o Deus vivo e libertador”.

Devastado pelas torturas que sofreu na prisão, frei Tito de Alencar Lima entrou em depressão e acabou se suicidando, no dia 7 de agosto de 1974, aos 29 anos de idade, no Convento de Saint Marie de La Tourette, em Paris (França). Mesters (1978, prefácio) o cita no livro ao dizer que “uma quarta pessoa pairou como presença no meio dos três. Ela se chama Tito. Apareceu e desapareceu, mas continua viva nestas cartas”.

⁴ Militante político desde o período em que era universitário na Bahia, ele fez parte do Partido Comunista Brasileiro. Na época da ditadura, Marighela fundou a Aliança Libertadora Nacional (ALN).

Na carta escrita aos seus pais, em 25 de novembro de 1969, frei Betto tenta explicar o motivo de sua prisão:

Esta é a primeira carta que escrevo da prisão. Estou aqui há 15 dias e é provável que fique ainda por muito tempo. Não que eu tenha cometido algum crime. Meu único crime é querer ser cristão no pleno sentido da palavra. É não me conformar com as injustiças, não compactuar com privilégios e ajudar aqueles que se encontram em dificuldade e risco de vida. (FREI BETTO. 1978, p. 17).

Frei Fernando informa, em carta de 17 de fevereiro de 1970, que estão na prisão sete dominicanos, um jesuíta, dois padres seculares ou diocesanos, um ex-dominicano, um ex-benedictino e muitos cristãos. Ele (1978, p. 24) reclama que “somos proibidos de celebrar a missa, de professar os votos religiosos, já que passamos pelas situações as mais diversas, desde a tortura até ficarmos em celas fétidas e sem as menores condições de higiene.”

Após o julgamento e condenação dos três dominicanos, frei Fernando (1978, p. 75) escreve uma carta ao padre Aniceto Fernández, em 6 de outubro de 1971, na qual diz que os próximos passos a serem dados pela Igreja Católica definiriam se ela “continuará a ter no pobre, no oprimido, no encarcerado, a sua imagem, o seu símbolo, a sua realidade, o seu sacramento”. O religioso alerta que o posicionamento a ser adotado pela instituição não será julgado por tribunais, mas pelo povo: “se ela for povo, ela continuará a existir e será fiel ao mestre. Caso contrário, mesmo que existam templos e homens designados como ‘de Igreja’, ela estará perdida.” (BRITO. 1978, p. 75).

2.2 - Igreja muda de lado

2.2.1 - Defesa dos direitos humanos

Os casos de prisão, tortura e morte de estudantes, políticos e religiosos são denunciados por instituições que defendem os direitos humanos, entre elas a Igreja Católica. Daniel Aarão Reis (2004, p. 124) comenta que “no Brasil, a Igreja Católica mudara radicalmente de lado, substituindo a bênção aos militares pela condenação ao capitalismo selvagem, à tortura e ao arbítrio”.

A defesa dos direitos humanos foi uma das causas que levou a Igreja Católica a se opor aos militares e a se unir a outras instituições, que empunhavam essa bandeira:

No Brasil, nenhuma instituição, inclusive a Igreja, jamais se incomodara em levantar a voz contra a tortura, que se tornou um problema depois de 1964 por uma série de razões. Uma conscientização maior quanto aos direitos humanos se desenvolveu no Ocidente depois das horríveis atrocidades da Segunda Guerra Mundial. No Vaticano II, a Igreja oficialmente adotou a causa dos direitos humanos. A era Médici foi decisiva na construção do compromisso da Igreja brasileira com a luta pelo respeito aos direitos humanos. (SERBIN. 2001, p. 320).

Em 1971, conforme Serbin (2001, p. 394), o arcebispo de São Paulo, cardeal dom Paulo Evaristo Arns, foi recebido pelo presidente Médici para uma conversa sobre os casos de prisão, tortura e morte que estavam ocorrendo em seu governo. Com poucos minutos de conversa, Médici se levantou, bateu a mão na mesa e disse para dom Paulo cuidar das questões religiosas, que ele cuidaria dos assuntos políticos do Brasil. O arcebispo foi expulso do gabinete do general.

Um dos focos de resistência ao regime militar foram as universidades. Em Belo Horizonte, o então reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Aloísio Pimenta (1964-1967), relata que ele e o reitor da Universidade Católica de Minas Gerais, dom Serafim Fernandes de Araújo, tiveram que intervir em várias ocasiões para livrar professores e estudantes das prisões. “Os militares diziam que eu e Dom Serafim éramos comunistas por defender os estudantes e professores”. (*apud* FRANCO. 2009, p. 121).

Por ocasião da prisão de alguns padres franceses na Arquidiocese de Belo Horizonte, o arcebispo de Belo Horizonte, dom João Resende Costa, e seu bispo auxiliar, dom Serafim Fernandes de Araújo, concederam uma entrevista coletiva à imprensa, em dezembro de 1968, na qual informam que a Arquidiocese tomara a defesa dos padres e requisitara sua soltura da prisão por meio de um *habeas corpus*. “Achamos, porém, que não estão em jogo só os padres, mas a liberdade da Igreja no seu âmbito religioso e sua linha de atuação segundo o Concílio e os documentos de Medellín dos Bispos latino-americanos”, declararam. (ANTONIAZZI. 2002, p. 202).

2.2.2 - Comissão Bipartite

Na época da ditadura militar, Serbin (2001) revela a existência da comissão Bipartite, formada por militares, bispos e outros religiosos que se reuniam para tentar apaziguar os ânimos de ambas as partes. Entre outros, faziam parte dela o general

Antônio Carlos da Silva Muricy e o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales. “O anticomunismo selava a amizade de ambos, mas a repressão a perturbava. Dom Eugênio trabalhou junto com Muricy para melhorar a imagem do Brasil, mas ao mesmo tempo se tornou um crítico severo e franco das arbitrariedades do regime.” (SERBIN. 2001, p. 159).

A preocupação do Exército com o posicionamento da Igreja Católica em relação ao Estado vem desde o início do golpe:

O Exército, cada vez mais, via a Igreja como um ninho de subversão, especialmente os setores radicais que se opunham ao governo. As suspeitas dos militares começaram em 1960, quando o general Castello Branco advertiu dom Hélder de que a Igreja estava ‘abandonando demais a sua função religiosa e exagerando a intervenção em assuntos pertencentes ao Estado’. (SERBIN. 2001, p. 107).

A nomeação do general Ernesto Geisel, em 1974, para presidente da República reacendeu a esperança de que a violência pudesse cessar nos porões da ditadura. Elio Gaspari (2003, p. 375) narra que, no dia 15 de março daquele ano, os cinco cardeais brasileiros⁵, devidamente paramentados, fizeram uma visita de cortesia ao novo presidente da República. O objetivo era tentar abrir um canal de diálogo e procurar por fim ao desrespeito aos direitos humanos.

2.2.3 - Luterano anticlerical

A situação, contudo, não seria tão fácil quanto os cardeais esperavam. Mesmo não sendo enquadrado como da “linha dura” do Exército, Geisel tinha suas desconfianças em relação à Igreja Católica e não conseguia entender porque a hierarquia da instituição funcionava de forma diferente da do Exército. Se os generais é que tinham o poder de decisão sobre o restante da tropa, por que os cardeais não enquadravam os bispos, padres, religiosos e leigos católicos que se insurgiam contra o regime?

Do ponto de vista religioso, Gaspari (2003, p. 376) descreve Geisel como “luterano por hábito familiar, o general era um agnóstico discreto e anticlerical assumido”. Na década de 1970, a presidência e a secretaria geral da CNBB eram ocupadas, respectivamente, pelos primos gaúchos e descendentes de alemães – assim como Geisel – dom Aloísio Lorscheider e dom Ivo Lorscheiter (a grafia do sobrenome é

⁵ Dom Eugênio Sales (Rio de Janeiro), dom Paulo Evaristo Arns (São Paulo), dom Avelar Brandão (Salvador), dom Vicente Scherer (Porto Alegre) e dom Vasconcelos Motta (Aparecida).

diferente por um erro do Cartório). Críticos em relação ao governo, os dois bispos eram vistos com reserva pelo presidente da República.

Em conversa com seus assessores diretos, general Golbery do Couto e Silva e o secretário Heitor Ferreira, em 1974, Geisel desabafou que “o Lorscheider acha que ele é igual a mim. Eu sou o presidente da República, e ele, o Aloísio, ou o outro, ele é o presidente da Igreja. (...) Ele tem o direito de esculhambar a política e todo esse troço, foi Jesus Cristo que deu a ele”. (*apud* GASPARI. 2003, p. 377).

O Serviço Nacional de Informação (SNI) tinha na Igreja Católica um de seus alvos. Gaspari (2003) relata que em certa ocasião o chefe da agência carioca do SNI, coronel Edmundo Adolpho Murgel, telefonou para o general Golbery para lhe informar que agentes do SNI seguiram dom Ivo Lorscheiter e o fotografaram abraçado a uma senhora, no escurinho do cinema Azteca, no Catete. Combinaram engavetar o assunto. Na ocasião, representantes da Igreja responderam que dom Ivo fora seqüestrado por agentes do SNI e fotografado com uma mulher em trajes íntimos, contratada por eles.

O general Golbery foi uma figura importante no sentido de tentar estabelecer uma boa relação com a Igreja Católica e dar respaldo ao governo Geisel. De acordo com Gaspari (2003), antes mesmo da posse de Geisel, seu futuro chefe da Casa Civil, tivera encontros reservados com os cardeais dom Avelar Brandão, dom Eugênio Sales e dom Paulo Evaristo Arns. Com este último, almoçou no dia 19 de fevereiro de 1974, na casa de Cândido Mendes. “Conversaram por três horas. Discutiram a tortura, e o general pediu que lhe levassem as denúncias. Propôs até mesmo um mecanismo. Reconhecia que a Igreja se transformara na última instância de oitiva das vítimas, mas temia a publicidade.” (GASPARI. 2003, p. 379).

Ações violentas contra os opositores do regime continuaram acontecendo durante o governo Geisel:

Em dezembro de 1976, repetindo integralmente os procedimentos do período Médici, o DOI-CODI invade uma casa na Lapa, em São Paulo, onde se reuniam dirigentes de uma organização clandestina – o Partido Comunista do Brasil – matando no local Pedro Pomar e Angelo Arroyo. Outro dos que foram detidos ali, João Batista Franco Drumond, teve sua morte anunciada, pouco depois, como tendo sido atropelado “quando tentava fugir”. (BNM. 1986, p. 66).

Conforme o projeto Brasil Nunca Mais (BNM), no dia 22 de setembro de 1976 também ocorreu o seqüestro do bispo de Nova Iguaçu (RJ), dom Adriano Hipólito, que foi levado para um matagal por homens encapuçados, que o espancaram e o

abandonaram nu. Esses homens explodiram o carro de dom Adriano em frente à sede do Regional Leste 1 da CNBB, no Rio de Janeiro.

Apesar desses casos de violência, o presidente Geisel manteve sua decisão de realizar a distensão política, lenta e gradual, rumo à democracia. Uma de suas ações para evitar que a linha dura do Exército voltasse ao poder foi tirar o general Sílvio Frota do Ministério do Exército. De acordo com Roberto Ramalho⁶, o presidente Geisel, informado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI)⁷ de que Frota iria pressioná-lo para ser o próximo presidente da República por ser general de quatro estrelas e o mais antigo na linha de sucessão, convocou-o até Brasília, em 12 de outubro de 1977. Ele foi recebido, no aeroporto, pelos generais que dirigiam as principais forças do Exército e que eram leais a Geisel. Em reunião com o presidente, Frota foi retirado do cargo.

O general Golbery continuava com suas incursões junto aos bispos e, de acordo com Gaspari (2003), numa determinada ocasião encontrou-se com familiares de 13 desaparecidos políticos na sede da CNBB, em Brasília. “Recebeu um dossiê em que cada caso fora documentado e prometeu dar notícias. Mais tarde o cardeal (dom Paulo Evaristo Arns) contou que Golbery chorou ao ouvir duas das narrativas.” (GASPARI. 2003, p. 406).

O cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns (1986), conta a história da mãe de um desaparecido político, que a princípio o procurava regularmente para saber se o filho tinha sido encontrado. Depois as visitas foram esparsando, até que ela também sumiu. “O corpo da mãe parecia diminuir, de visita em visita. Um dia também ela desapareceu. Mas seu olhar suplicante de mãe jamais se apagará de minha retina” (ARNS. 1986, p. 11 e 12).

2.2.4 - Teologia da Libertação

Ganhou força, na década de 1970, a Teologia da Libertação, que surgiu na segunda metade do século XX, com propostas avançadas como a opção preferencial da

⁶ <http://www.webartigos.com/articles/51497/1/Artigo-O-presidente-Ernesto-Geisel-e-o-estabelecimento-do-retorno-a-democracia-ao-Brasil-pos-Regime-Militar-de-1964/pagina1.html#ixzz1G6Qs41dr> – acesso em 21/02/2011.

⁷ Na época, o órgão era dirigido pelo general João Batista Figueiredo, que depois foi escolhido para ser o sucessor de Geisel.

Igreja Católica pelos pobres, críticas ao capitalismo e a valorização dos fiéis leigos. No final da década de 1960 e em parte da década de 1970, a Teologia da Libertação viveu seu apogeu, pregando o fim das injustiças econômicas e sociais, além das reformas política e agrária, entre outras. Seus teólogos também criticavam as lideranças da Igreja Católica que se mantinham ao lado do poder de muitos países, “fechando os olhos” para as injustiças econômicas e sociais. O próprio poder papal e a ostentação da instituição eram motivos de crítica da Teologia da Libertação. Isso provocou a ira do papa, bispos, generais, grandes latifundiários e políticos conservadores.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram alguns dos movimentos religiosos que nasceram ou ganharam força nesta época. Bispos como dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MS), que pregava abertamente mudanças econômicas e sociais, foram ameaçados de morte. Na sua presença foi assassinado o padre João Bosco Burnier, em 15 de outubro de 1976. Coincidentemente, durante o processo de abertura política do Brasil, na década de 1980, a Teologia da Libertação começou a perder força.

O Papa Paulo VI, que procurou apoiar os bispos brasileiros durante a ditadura militar e entre as suas medidas elevou dom Paulo Evaristo Arns a cardeal, em 5 de março de 1973, morreu em agosto de 1978. Para seu lugar, o conclave elegeu o patriarca de Veneza, Albino Luciani, que escolheu o nome de João Paulo I, fazendo referência a João XXIII e Paulo VI. Com apenas 33 dias de pontificado, ele morreu em 29 de setembro de 1978.

2.2.5 - Papa polonês

Depois de mais de 450 anos de eleição de papas de origem italiana, o conclave surpreendeu o mundo ao eleger, em 16 de outubro de 1978, o cardeal polonês Karol Wojtyła, 58 anos de idade, considerado jovem para o cargo. Para homenagear seu antecessor, chamado de o “Papa sorriso” e cuja morte ainda era lamentada pelos católicos de todo o mundo, o novo papa escolheu o nome de João Paulo II.

Natural de Wadowice (Polônia), Karol Wojtyła era filho de uma família humilde, perdeu a mãe aos 9 anos, frequentou a Faculdade de Letras e Filosofia de Cracóvia, mas foi obrigado a abandonar o curso por causa da guerra. Trabalhou como mineiro e operário. Segundo Antoniazzi & Matos (1996, p. 191), “aos 23 anos decidiu

ser padre, sendo ordenado sacerdote em 1946. Foi nomeado bispo auxiliar de Cracóvia, em 1958, assumindo a responsabilidade dessa diocese na qualidade de bispo titular em 1964”.

Durante a Segunda Guerra, a Polônia foi invadida pelos nazistas, que aprisionaram os que resistiram e perseguiram os judeus que lá nasceram. A Igreja Católica procurou proteger a população e resistir à dominação nazista. Depois do fim da Segunda Guerra, em 1945, a Polônia sofreria com o controle dos comunistas, feito pela União Soviética. Isso iria influenciar, decisivamente, o papado de João Paulo II.

Bernstein & Politi (1996) relatam que o papa foi um dos aliados de Mikhail Gorbachev, secretário geral do Partido Comunista da União Soviética de 1985 a 1991 e idealizador da *Perestroika* e da *glasnost*⁸, política de abertura implementada no fim dos anos 1980 que pôs fim ao comunismo e deu liberdade às repúblicas soviéticas. João Paulo II também manteve boas relações com o então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan (1981-1989), que tinha interesse em “implodir” a potência soviética. Para o papa, o comunismo sempre foi uma ameaça para a Igreja Católica e seu fim representava uma possibilidade de a instituição expandir-se.

Provavelmente, João Paulo II temia que a Teologia da Libertação abrisse as portas para o comunismo na América Latina, por isso admoestou severamente suas lideranças. Uma das justificativas era de que o papel da Igreja Católica deveria ter um cunho mais religioso e menos político. A Conferência Latino-Americana de Santo Domingo, realizada em outubro de 1992, foi bem mais comedida em termos de conteúdo do que as de Medellín (1968) e Puebla (1979), que demonstraram a preocupação dos bispos com as questões políticas, econômicas e sociais dos países latino-americanos e declararam, explicitamente, sua opção preferencial pelos pobres. Os ventos do Concílio Vaticano II sopravam cada vez mais fracos e a Igreja Católica dava sinais de que o tufão conservador não tardaria.

⁸ *Glasnost* (transparência) e *Perestroika* (restauração da economia). No plano econômico, Gorbachev visava submeter o governo ao controle popular e sair do rígido controle estatal, abrindo espaço para a iniciativa privada. Essa política se irradiou para os demais países que compunham o bloco comunista. O ponto alto das mudanças foi o fim do monopólio de poder do partido comunista soviético, que possibilitou o multipartidarismo e a instauração de eleições diretas em 1994. No plano externo, ela propôs a desativação das armas nucleares no ano 2000.

2.2.6 - Boff perseguido

O então cardeal Joseph Ratzinger, hoje Papa Bento XVI, que durante o regime nazista fez parte da juventude hitlerista⁹, homem de confiança de João Paulo II que foi prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (antiga Santa Inquisição), de 1981 a 2005, vetou livros e repreendeu lideranças da Teologia da Libertação. Um dos casos notórios, no Brasil, foram as punições sofridas por Leonardo Boff. Alguns livros do teólogo, entre eles, “Igreja, Carisma e Poder” (1982), foram censurados por Ratzinger.

Bernstein & Politi (1996) contam que, em 1984, Ratzinger convocou Boff para ir ao Vaticano para prestar contas sobre seus escritos. Os cardeais dom Aloísio Lorscheider e dom Paulo Evaristo Arns acompanharam o frei franciscano até Roma, para tentar interceder ao seu favor, mas o então prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé não autorizou os cardeais brasileiros a acompanharem o depoimento de Boff.

As críticas de Boff (1982) tratam, entre outras coisas, dos temores da Igreja Católica em relação “ao novo” e de suas boas relações com os donos do poder:

Enquanto poder, a Igreja-instituição teme todas as transformações que coloquem em risco a segurança do poder adquirido. E o poder por si mesmo jamais abdica. Somente reparte quando periga soçobrar. A instituição quer estar sempre com os vencedores. Daí a facilidade com que Roma, o centro da Igreja-instituição, ratifica revoluções vitoriosas e direitos conquistados com trabalho e sangue; na luta ela estava oficialmente ausente ou neutra; na vitória, quando já passaram todos os riscos e se superaram todas as ambigüidades, está presente e proclama uma conquista a mais do Evangelho. (BOFF. 1982, p. 94).

Mesmo sem a força que teve na década de 1970, a Teologia da Libertação, hoje também chamada de Cristologia da libertação, reúne integrantes da Igreja Católica que acreditam que sua missão é a de estar ao lado dos pobres, denunciando as injustiças que eles sofrem. Também trabalham para que esses excluídos assumam o protagonismo de sua história e exijam que seus direitos de cidadãos sejam respeitados. Para o teólogo da libertação e padre jesuíta, João Batista Libanio, “a Igreja, enquanto sacramento do Reino, é, primordialmente, uma Igreja dos pobres. Sua missão principal consiste em anunciar em palavras e gestos a predileção pelos pobres e denunciar tudo que os fere”. (*apud* VIGIL. 2007, p. 198).

⁹ Ele afirma que foi obrigado a se engajar no movimento, mas pouco tempo depois se desligou.

2.2.7 - Governo Figueiredo

Encerrado o governo Geisel, em março de 1979 tomou “posse na Presidência da República o general João Baptista Figueiredo, prometendo aprofundar a distensão política iniciada no Governo Geisel, transformando este país numa democracia” (BNM. 1986, p. 21 e 22). Com a economia em crise e o governo militar sendo execrado por boa parte da população, o general Figueiredo teve uma relação difícil com a Igreja, a imprensa, os políticos e a sociedade em geral.

A própria conjuntura nacional dificultou a relação do último general-presidente com a sociedade e vários de seus segmentos representativos. No final do governo Geisel, as pressões pela redemocratização do país já tinham sido iniciadas. “A partir de fevereiro de 1978, começam a proliferar, em todo o país, Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), que lançam uma campanha por Anistia ampla, geral e irrestrita.” (BNM. 1986, p. 67). No final desse mesmo ano, nas eleições majoritárias para o Senado, o MDB conquista 18,5 milhões de votos contra 13,6 milhões da Arena, o partido do governo. No apagar das luzes de seu governo, Geisel revogou o Ato Institucional número 5, restituindo ao país alguns direitos como a liberdade de imprensa e de manifestação.

Outro elemento que dificultou essa relação foi o temperamento do presidente Figueiredo, que em certa ocasião declarou que preferia o cheiro dos cavalos ao do povo. O relacionamento com a imprensa também era complicado e, volta e meia, Figueiredo “explodia” com os repórteres, reclamando de reportagens que não condiziam com a verdade ou de fotografias suas, em posições inusitadas.

O pior foi verificar que as “viúvas da linha dura” continuavam na ativa. Em abril de 1981, dois militares do Doi-Codi se envolveram num atentado no Riocentro, onde estava sendo realizado um show de música popular brasileira em comemoração ao 1º de maio. Uma bomba transportada por eles explodiu no carro, um morreu e o outro se feriu. As forças militares impediram que as investigações sobre o caso fossem feitas.

O que se viu nos últimos anos do Governo Figueiredo foi um país que caminhava meio à deriva, pois os militares, premidos por uma crise econômica descontrolada e a pressão pela redemocratização, pareciam não ver a hora de deixar o governo. O Congresso Nacional ganhara mais liberdade, mas os políticos tinham que “pisar em ovos” para não invadir o poder militar. Várias lideranças da Igreja Católica engrossavam o coro dos que buscavam a redemocratização do Brasil e preparavam

projetos, como o “Brasil Nunca Mais”, que denunciavam os casos de prisão, tortura e morte durante a ditadura.

As relações do governo Figueiredo com a Igreja Católica pioraram quando, em 7 de setembro de 1980, em Ribeirão (PE), o padre Vito Miracapillo se recusou a celebrar missa em comemoração ao Dia da Pátria, em 7 de setembro. Escudados no Estatuto dos Estrangeiros, aprovado naquele mesmo ano e que proibia a participação de estrangeiros em movimentos políticos, os militares expulsaram o sacerdote de origem italiana do Brasil. A CNBB e vários movimentos religiosos protestaram contra a arbitrariedade.

2.3 – Processo de redemocratização

2.3.1 - Diretas já

O movimento pelas “Diretas já” foi uma das formas que partidos de oposição, como o MDB - tendo à sua frente o deputado Ulisses Guimarães -, intelectuais, artistas, a Igreja Católica e outras entidades que lutavam pela redemocratização do país, encontraram para mobilizar a sociedade e forçar o governo militar a não retroceder em seu processo de distensão política.

A partir de janeiro de 1984, políticos de centro-esquerda, representantes de entidades como a CNBB e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), artistas e entidades estudantis mobilizaram milhões de pessoas em todo o País. Alguns veículos de comunicação, como a Rede Globo, não deram espaço para a mobilização, mas em virtude de seu crescimento tiveram que rever essa postura. Idealizador do comício em São Paulo, o governador Franco Montoro disse que na manifestação não estavam presentes 300 ou 400 mil pessoas na Praça da Sé, mas as esperanças de toda a população do Brasil.

A emenda Dante Oliveira, que daria direito aos brasileiros de escolher seu primeiro presidente da República civil, depois de 21 anos de ditadura, foi derrotada no Congresso Nacional, no dia 25 de abril de 1984, mesmo tendo conseguido 298 votos contra 65, já que muitos políticos, que não queriam ficar mal com a população nem com os militares, preferiram se ausentar do plenário. A legislação exigia dois terços dos votos para alterações na Constituição Brasileira. Os brasileiros lamentaram a derrota, mas o movimento “Diretas Já”, que reunira milhares de manifestantes em algumas

capitais do país, saíra vitorioso ao “enterrar” qualquer desejo que os militares tinham de permanecer no poder. Foram despachados pelas portas dos fundos. O presidente da República seria eleito por um Colégio Eleitoral composto por deputados federais e senadores.

Como existia uma resistência dos militares em relação a Ulisses Guimarães, a oposição achou por bem lançar o nome de Tancredo Neves, político mineiro moderado que atuara de forma prudente nos momentos de crise dos governos de Getúlio Vargas e João Goulart. O “Diretas Já” transformou-se em outro movimento de apoio à candidatura de Tancredo, que disputou a eleição contra Paulo Maluf, o candidato do PDS.

2.3.2 - Poder civil

Eleito, no dia 25 de janeiro de 1985, com 480 votos contra 180 dados à Maluf, Tancredo foi ovacionado pelos brasileiros, que se engajaram na luta pela redemocratização do país. Um problema surgiu quando o novo presidente foi internado na véspera de sua posse, no dia 14 de março, com suspeita de diverticulite – na verdade, ele tinha um tumor no intestino. Depois de algumas mudanças de médicos, de hospitais, diagnósticos e cirurgias, Tancredo Neves morreu no dia 21 de abril de 1985, comovendo e deixando apreensivos os brasileiros, que temeram pelo futuro da democracia.

O vice-presidente da República, José Sarney, assumiu o poder. Já às turras com os políticos e outras instituições que lutavam pela redemocratização do país, o presidente Figueiredo se recusou a participar da solenidade de posse de Sarney e passar-lhe a faixa presidencial. Disse para o povo esquecê-lo, foi embora sem se despedir, para viver feliz junto de seus cavalos.

Durante o governo Sarney, o país enfrentou sérios problemas econômicos, com a inflação chegando a ultrapassar a barreira dos 80% mensais. Nas gôndolas dos supermercados, os preços dos produtos praticamente dobravam de um mês para outro. Os ministros da Fazenda, assim como os pacotes econômicos, eram trocados com frequência, mas os índices inflacionários continuavam fora de controle.

Em 1989, os brasileiros tiveram a oportunidade de eleger seu primeiro presidente da República após o golpe de 1964. O escolhido foi Fernando Collor de Mello, que se

intitulava “o caçador de marajás”. Depois de eleito, ele confiscou a poupança da população, se envolveu em denúncias de corrupção, distanciou-se do Congresso Nacional e dos donos dos grandes meios de comunicação. A consequência foi o *impeachment* de Collor, em 29 de setembro de 1992. O vice-presidente Itamar Franco assumiu o governo e lançou o Plano Cruzado, que teve como timoneiro o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Com a inflação sob controle, os brasileiros elegeram Fernando Henrique presidente da República, em 15 de outubro de 1994. A abertura do mercado brasileiro, iniciada no Governo Collor, foi expandida no Governo Fernando Henrique, que também privatizou grandes empresas como a Companhia Vale do Rio Doce, o sistema de telefonia e de energia elétrica. Reeleito em 1998, FHC viu a situação da economia piorar e o desemprego aumentar de forma significativa.

Depois de três tentativas frustradas, o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República, em 2002. Adotou uma postura mais moderada, convidou o empresário José Alencar para ser seu vice e se auto-intitulou “Lulinha paz e amor”. Desenvolveu projetos sociais importantes, com destaque para o Bolsa Família, manteve a inflação sob controle, quitou a dívida externa e investiu em planos desenvolvimentistas, que geraram riqueza e empregos.

Problemas sérios ocorreram durante o Governo Lula, entre eles o escândalo do Mensalão, que envolveu figuras como o ministro da Casa Civil, José Dirceu; e a quebra do sigilo fiscal do caseiro Francenildo Costa, autorizada e divulgada pelo então ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Má distribuição de renda, miséria e analfabetismo foram reduzidos, mas ainda atingem um número significativo de brasileiros. Apesar disso, o presidente Lula deixou o Governo, no início de 2011, com um índice de aprovação de quase 90% e ainda elegeu sua sucessora, Dilma Rousseff.

2.3.3 - Eleição de Bento XVI

Com problemas de saúde desde o início dos anos 1990, João Paulo II morreu em abril de 2005. Mesmo com a redução do número de católicos em todo o mundo, principalmente no Brasil, considerado o maior país católico do mundo, a morte do pontífice foi lamentada por líderes religiosos e políticos de vários países, conquistados pela simpatia do papa, que visitou 133 países e percorreu 1,3 milhão de quilômetros – o

que equivale a dar 29 voltas em torno da Terra -, distribuindo sorrisos, pedindo perdão pelos males cometidos pela Igreja Católica no passado e trabalhando para expandir o Catolicismo.

Para estudiosos da religião, João Paulo II trouxe grandes benefícios para a Igreja Católica, no sentido de difundi-la pelo mundo em suas viagens, conquistar seguidores com seu carisma e aproveitar muito bem os espaços cedidos pela mídia. Porém, do ponto de vista doutrinário, moral e teológico, outros pesquisadores acreditam que o papa polonês representou um retrocesso para a instituição. Bernstein & Politi (1996) comentam que em determinadas áreas o papa polonês não fazia concessões:

Durante os últimos anos, João Paulo II tentou encontrar um meio – mais além do seu Pontificado – de amarrar a Igreja à sua visão da vontade divina. Ele declarou que os homens casados nunca poderão ser sacerdotes. Repetiu sua determinação de que a Igreja proíba as mulheres de ingressarem no sacerdócio. Recusou-se a considerar a hipótese de se permitir que pessoas divorciadas e casadas de novo possam comungar. (BERNSTEIN & POLITI. 1996, p. 514).

O cardeal Ratzinger foi eleito Papa Bento XVI, no conclave de abril de 2005. Alguns veículos de comunicação da imprensa de referência do Brasil não pouparam críticas a ele, acusando-o de representar um retrocesso ainda maior para a instituição. Bento XVI deixou claro, desde o início de seu pontificado, que não faria concessões teológicas ou morais para que a Igreja Católica se adequasse ao mundo contemporâneo e deixasse de perder fiéis. O sumo pontífice, conforme alguns vaticanistas¹⁰, prefere uma Igreja com um número menor de fiéis, mas que sejam seguidores leais da doutrina e das normas da instituição.

Durante 21 anos, o cardeal Joseph Ratzinger, o principal algoz da Teologia da Libertação, foi prefeito da Congregação para Doutrina da Fé. Nesse período, ele controlou com mão de ferro as ações, escritos e intervenções dos que ousavam criticar a doutrina da Igreja Católica e o comportamento de seus líderes. Leonardo Boff sentiu na pele a rigidez do cardeal alemão.

Segundo Bernstein & Politi (1996), Boff recebeu uma notificação e foi condenado ao silêncio obsequioso, em abril de 1985. Depois teve seu livro “Trindade e Sociedade” proibido de ser publicado na Itália e foi obrigado a se afastar da editora Vozes, em 1991. Ao deixar a Ordem dos Franciscanos Menores e o sacerdócio, em 26

¹⁰ Pesquisadores e jornalistas especializados na política empreendida pelo Vaticano.

de maio de 1992, o ex-religioso declarou: “O poder eclesiástico é cruel e impiedoso. Ele não esquece nada. Ele não perdoa nada. Ele exige tudo.” (*apud* BERNSTEIN & POLITI. 1996, p. 421).

2.3.4 – Pedofilia e negligência

O cardeal Ratzinger não teria agido com a mesma presteza quando, em 1998, recebeu denúncias contra o padre norte-americano Lawrence Murphy, diretor de escola católica para deficientes auditivos, acusado de ter cometido abuso sexual contra 200 crianças surdas, entre 1950 e 1974, muitas vezes durante a confissão. O então prefeito para a Doutrina da Fé preferiu deixar o caso arquivado até que, em 2010, o jornal alemão *Die Zeit* divulgou atas, que são resultado da correspondência entre o Vaticano e o arcebispo de Milwaukee, Rembert Weakland, denunciando os casos de pedofilia e pedindo providências.

A defesa de Bento XVI foi assumida por vários representantes da Igreja Católica. O arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom Walmor Oliveira de Azevedo, publicou seis artigos, no período de 3 de abril a 7 de maio de 2010, no jornal *Estado de Minas*, defendendo o papa e a instituição. No primeiro deles, publicado na Sexta-Feira da Paixão e intitulado “Pai, perdoa-lhes”, o autor remete o auditório à frase que Jesus disse na cruz, pouco antes de morrer, referindo-se aos soldados responsáveis por sua execução e pelo povo, que optou pela sua morte no lugar do ladrão Barrabás.

O arcebispo utiliza a técnica argumentativa da analogia ao associar o papa a Jesus Cristo, dizendo que Bento XVI estava sendo vítima de uma campanha infame, que queria atingir a Igreja Católica. Usou ainda o recurso do lugar de essência que, de acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 106), “concede um valor superior aos indivíduos enquanto representantes bem caracterizados dessa essência.”

O Código de Direito Canônico, em seu cânon 749 (1987,p. 345), estabelece que “em virtude de seu ofício, o Sumo Pontífice goza de infalibilidade no seu magistério”. Esse direito é estendido aos bispos. Outro benefício jurídico concedido aos papas é que o Vaticano é reconhecido como um país, o que impede que o sumo pontífice possa ser julgado em outra nação.

2.3.5 – Documento adulterado

Na Conferência Latino-Americana de Aparecida, realizada em maio de 2007, o novo papa esteve pela primeira vez no Brasil para acompanhar os trabalhos. Durante 18 dias, um grupo de bispos, eleitos delegados por seus pares, discutiu várias questões que pudessem indicar um novo caminho para a Igreja Católica na América Latina. Na ocasião, um fato bastante grave ocorreu. O documento aprovado pelos participantes da Conferência foi, posteriormente, adulterado em vários pontos pela comissão de redação.

Conforme o padre Agenor Brighenti (2008), que atuou como perito na Conferência de Aparecida, foram mais de 250 mudanças, com supressão e acréscimos de textos. Apesar disso, o papa aprovou o documento adulterado. Não houve investigação para se saber as causas dessa ação, mas um dos objetivos parece ter sido o de reforçar o poder hierárquico e a supremacia da Igreja Católica. Em um dos acréscimos, ressalta-se que “os bispos têm sucedido, por instituição divina, aos Apóstolos, como Pastores da Igreja, de modo que quem os escuta, escuta a Cristo, e quem os despreza, despreza a Cristo e a quem ele enviou. (*Lumen Gentium* 20).” (BRIGUENTI. 2008, p. 63).

No caso das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que pertencem à vertente progressista da Igreja Católica, o documento suprimiu a seguinte parte: “são espaços privilegiados para a vivência comunitária da fé, mananciais de fraternidade e de solidariedade alternativa à sociedade atual, fundada no egoísmo e na competição desmedida”; no lugar foi acrescentado: “Não tem faltado membros de comunidade ou comunidades inteiras que, atraídos por instituições puramente leigas ou radicalizadas ideologicamente, foram perdendo o sentido eclesial”. (BRIGHENTI. 2008, p. 49).

2.3.6 - Conceito de pobreza

Mesmo enfraquecida, a Teologia da Libertação continua sendo alvo de atenção do Papa. Tanto que, em 26 de outubro de 2006, a Congregação para a Doutrina da Fé, que agora tem à sua frente o cardeal norte-americano William Levada, publicou uma notificação contra dois livros do teólogo salvadorenho, Jon Sobrino. Defensor dos pobres, ele faz críticas ao comportamento da Igreja Católica:

No pontificado de João Paulo II foram batidos todos os recordes de beatificações e canonizações, mas, no meu entender, nem um só dos homens e mulheres que foram

assassinados no Terceiro Mundo por praticar justiça, defender os pobres, ser fiéis a Jesus, definitivamente, foram reconhecidos pelo Vaticano. (SOBRINO. 2008, p. 59).

O teólogo brasileiro Jung Mo Sung acredita que o motivo que levou a Congregação para a Doutrina da Fé a punir Jon Sobrino foi a compreensão do que significa a preocupação com os mais pobres. Ele (2007, p. 317) diz que a Congregação justifica que “a primeira pobreza dos pobres é não conhecer Cristo’ e, por isso, a primeira e a principal missão da Igreja em relação aos pobres é lhes apresentar o verdadeiro Cristo.”

Para Jung Mo Sung, esse novo conceito que a Igreja Católica quer imprimir à palavra ‘pobre’ indica onde a instituição pretende chegar:

O que está por trás da advertência a Jon Sobrino e de uma boa parte das críticas à Teologia da Libertação como também das disputas que ocorrerão na V Conferência do Celam é a discussão sobre quem é o pobre, porque isso afeta diretamente a compreensão do papel da Igreja Católica no mundo e da sua relação com o Reino de Deus. Parece-me que a Congregação da Doutrina da Fé está tentando produzir um novo sentido à palavra pobreza para que a Igreja Católica possa recuperar a importância, a influência e a centralidade que já teve no passado. (...) Por outro lado, se assumirmos que o grande problema do pobre é que não conhece o verdadeiro Cristo, que só a Igreja Católica conheceria mais plenamente, a Igreja Católica se tornaria a principal instituição na grande tarefa de lutar contra a pobreza. (SUNG. 2007, p. 319)

Para atingir esse objetivo apontado por Jung Mo Sung, a Igreja Católica conta com um grande número de bispos nomeados pelos Papas João Paulo II e Bento XVI, que, provavelmente, partilham desse mesmo ponto de vista. No Brasil, dos 459 bispos que existiam até o final de janeiro de 2011, incluindo os que estão na ativa e os eméritos (aposentados), 273 (59%) foram nomeados por João Paulo II – entre eles o arcebispo de Belo Horizonte, dom Walmor Oliveira de Azevedo - e 102 (22%) pelo seu sucessor. Se contarmos apenas os que estão na ativa e que têm poder de decisão, praticamente 100% deles foram nomeados pelos dois últimos papas.

O teólogo e ex-assessor da CNBB, padre Manoel Godoy, lamenta que “boa parte dos bispos mais novos não tem mais o concílio como referencial, porque, na atual perspectiva de Igreja, a conferência episcopal está enfraquecida, valendo mais a relação direta entre bispos e o papa, numa comunhão mais vertical que horizontal”¹¹. Para o historiador, padre Oscar Beozzo, a Igreja poderia ter avançado depois do Concílio Vaticano II, abrindo mais espaço para os fiéis leigos, incluindo a ordenação sacerdotal

¹¹ GODOY. *Estado de São Paulo*, 30/01/2011.

para homens casados e mulheres. “Isso se abortou na Igreja que, infelizmente, perdeu o bonde a História.”¹²

Quando o *Jornal de Opinião* foi fundado, em 1989, as conjunturas política e religiosa brasileiras levaram o orador a adotar um discurso engajado, exigindo que fossem feitas reformas estruturais que trouxessem em seu bojo a justiça social, o fim da corrupção, da impunidade e dos privilégios. A CNBB que, à princípio apoiou o golpe militar, depois mudou de lado e engrossou fileiras com o movimento de redemocratização do Brasil.

As forças conservadoras da Igreja Católica, contudo, não acabaram. Podemos dizer que, no máximo, elas hibernaram durante um período. O papa polonês João Paulo II conduziu a instituição para um caminho mais conservador, combatendo movimentos progressistas como a Teologia da Libertação, e incentivando os mais conservadores, como a Renovação Carismática Católica. Os editoriais de 1999 e, principalmente, os de 2009 do *Jornal de Opinião* refletem essa mudança discursiva e conjuntural.

¹² BEOZZO. *Estado de São Paulo*, 30/01/2011.

Capítulo 3 – Discurso religioso, imprensa católica e Jornal de Opinião

3.1 - *Discurso constituinte*

Verifica-se que há pouco interesse da maioria dos pesquisadores em Análise do Discurso pelo discurso religioso. Segundo Dominique Maingueneau (2004, p. 44), “os gêneros literários, filosóficos, teológicos... são considerados como advindos de funcionamentos marginais.” Ele ainda credita esse desinteresse pelo pouco conhecimento do intertexto do discurso religioso.

O pouco interesse manifestado até hoje pelos analistas de discurso em relação ao discurso religioso explica-se, em primeiro lugar, por se tratar de textos cuja simples compreensão implica o conhecimento de um vasto intertexto, que pode não ser acessível a todos. Trata-se, além disso, de textos que mantêm com a realidade social uma relação muito mais indireta do que a encontrada em textos vindos de outros discursos. (MAINGUENEAU. 2008, p. 199).

Temos que nos lembrar que o discurso religioso está entre os chamados discursos constituintes que, segundo Maingueneau (2008, p. 201), “servem de ‘fiadores’ para outros discursos”. Isso significa que, como não há outros discursos que os precedam ou validem, eles têm autonomia para gerir, por meio de sua enunciação, seu estatuto ‘autofundado’”. Para o pesquisador, existe uma ligação entre os discursos constituintes e os *archéion* (derivado da palavra grega *arché*, que significa fonte ou princípio) da sociedade.

Por meio de homilias (sermões) proferidas durante as missas, artigos ou editoriais em jornais, como os que analisamos em nossa pesquisa, a Igreja Católica tem um tipo de discurso que tanto pode convencer ou persuadir um auditório particular como ser levado em consideração por um auditório universal. O fato de ser um discurso constituinte imprime certa autoridade ao que é dito por representantes da instituição, mesmo que boa parte do público discorde ou já tenha certa reserva em relação à Igreja Católica, em razão de pertencer a outra igreja ou mesmo por ser ateu. Nesse caso, a atenção ao discurso da instituição é para contestar ou criticar.

De acordo com Maingueneau (2008), tanto a base de sua função social quanto as propriedades textuais e enunciativas definem os discursos constituintes. O pesquisador acrescenta que eles ocupam um lugar singular no interdiscurso, o que os leva a ter invariantes enunciativas. No caso do discurso religioso, temos que considerar o papel de comunidades que participam das celebrações, de mobilizações sociais e se orientam por livros sagrados, como por exemplo a Bíblia ou a Tora, ou por documentos editados pelas igrejas.

Quando emite uma opinião por meio do editorial do *Jornal de Opinião*, a Igreja Católica acredita que seu discurso surtirá efeito sobre o auditório particular, ou seja, pelos católicos que leem aquele veículo de comunicação. O espaço é utilizado até mesmo para questionar avanços científicos, que ameaçam os dogmas da instituição:

Desta forma, experiências até que bem sucedidas, como a da reprodução *in vitro*, não merecem a aprovação eclesial. Ela contraria a vontade divina, os insondáveis desígnios da vontade divina. A ciência humana – justamente por ser humana – está condicionada às limitações próprias do homem, enquanto o saber de Deus é universal. Só Ele conhece tudo o que explica a nossa existência e justifica nossas venturas e desventuras neste mundo. (JORNAL DE OPINIÃO, *Reprodução humana – A paternidade responsável*, edição 3, 19 a 25/02/1989).

Com esse discurso, a Igreja Católica procura impor a sua verdade ou “verdade de fé” que, dentro do campo da Análise do Discurso é um conceito complexo. Ao contestar a ciência e procurar impor sua “verdade de fé” com relação à reprodução *in vitro*, o orador pressupõe que o auditório particular, formado pelos leitores do *Jornal de Opinião*, é constituído por católicos que acreditam nos dogmas da instituição. Ele tem grandes chances de se equivocar, pois parte desse auditório pode ser de católicos da linha progressista, que são a favor dos avanços da ciência.

O erro do orador talvez seja o de ter considerado apenas o circuito interno do discurso e a presença da figura imaginada do destinatário ideal. Patrick Charaudeau (2008) comenta que, nesse caso, o orador, chamado de EU comunicante, fabrica em sua mente o interlocutor ideal, denominado TU destinatário (TUd). Conforme Charaudeau (2008, p. 45), “o EU tem sobre ele um total domínio, já que o coloca em um lugar onde supõe que sua intenção de fala será totalmente transparente para TUd”.

O orador do *Jornal de Opinião*, ao dirigir o seu discurso a um destinatário ideal, pode desprezar parte significativa do circuito externo da comunicação, no qual aparecem os sujeitos interpretantes (TU_i), que detêm a iniciativa do processo de

interpretação. Os interpretantes não se submetem totalmente ao domínio do EU comunicante, têm liberdade para avaliar o que lhe é proposto no ato argumentativo, podendo acatar ou rejeitar a mensagem. O pesquisador francês (2008, p. 46) explica que “o TUi só depende dele mesmo e se institui no instante exato em que opera um processo de interpretação”.

3.1.1 - Conservadorismo do Lar Católico

Nessa sua fase inicial, em 1989, o *Jornal de Opinião* contava com boa parte de seus assinantes oriundos do jornal *Lar Católico*, que tinha uma linha editorial mais voltada para temas religiosos e relativos à família, ou seja, eram leitores com uma probabilidade maior de serem conservadores. Ao tratar de temas polêmicos, como a reprodução *in vitro*, a publicação comunica a esse auditório que, mesmo com a mudança da sua linha editorial que passou a ser mais crítica em relação às questões políticas, econômicas e sociais do Brasil, não fazia concessões com relação aos dogmas da fé. O propósito era o de manter esses assinantes. Porém, para conquistar novos leitores com um posicionamento mais progressista, os editoriais do *Jornal de Opinião* dessa época defendem a reforma agrária, criticam os corruptos e “colocam o dedo” nos problemas sociais do país.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 73) esclarecem que “tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo do auditório”. Por meio desse acordo, o orador vai tratar do conteúdo das premissas da argumentação, das ligações particulares com o auditório e da forma como ele se serve dessas ligações. Os pesquisadores ressaltam que o bom orador vai sempre se valer desse acordo para utilizar argumentos que serão presumidamente aceitos pelos ouvintes.

Charaudeau (2006) trata do acordo, em sua teoria semiolinguística, no conceito de “contrato de comunicação”. Conforme o pesquisador, a troca linguageira se dá num quadro de co-intencionalidade, garantido por um quadro de instruções discursivas fornecidas pela situação de comunicação, entre as quais destacamos a identidade dos parceiros e o quadro de problematização. Ele esclarece que “o necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência” (Charaudeau, 2006, p. 68).

O discurso religioso é um tema delicado, pela própria forma como esses textos são tratados. Conforme Maingueneau (2008), muitas vezes o texto religioso é tido como sagrado e não tem autor, no sentido usual do termo. Esses autores são vistos como pessoas inspiradas por Deus ou pelo Espírito. Conforme o pesquisador (2008, p. 203), “os textos inscritos em tal quadro hermenêutico dificilmente poderiam ser considerados imperfeitos. Nesse caso, os intérpretes é que são deficientes”.

O pesquisador José Luiz Fiorin (2004) usa o discurso religioso como figura de linguagem na sua conclusão sobre a teoria dos signos. Segundo ele, estudar a linguagem é uma forma de tentar entender a origem da humanidade. O autor salienta que no primeiro livro da Bíblia, o Gênesis, Deus cria o mundo falando:

O poder criador da divindade é exercido pela linguagem, já que nela e por ela se ordena o mundo. ‘Deus disse: Faça-se a luz. E a luz foi feita. E viu Deus que a luz era boa: e separou a luz e as trevas. Deus chamou a luz dia e as trevas noite; fez-se uma tarde e uma manhã, primeiro dia (I, 3-5)’. O mito quer mostrar o poder criador da linguagem, que dá ao homem a capacidade de ordenar o mundo, de categorizá-lo. (FIORIN. 2004, p. 73).

O caráter constituinte do discurso religioso lhe dá um *status* de autoridade, que reduz o volume de críticas que recebe. Composto de muitos termos teológicos e litúrgicos característicos da instituição, ele também não é bem compreendido por um grande número de pessoas. No interdiscurso, observamos outros elementos, entre eles a heterogeneidade discursiva, que precisa ser bem entendida para que possamos compreender melhor o discurso presente nos editoriais do *Jornal de Opinião*.

3.1.2 - Heterogeneidade do discurso

Estudos sobre as características do discurso religioso foram feitos por Maingueneau (2008), que sustenta que os discursos religiosos são essencialmente heterogêneos, havendo uma assimetria entre os textos “primeiros” e os textos “segundos”. Estes últimos comentam ou resumem os “primeiros”. O pesquisador (2008, p. 202) acrescenta que “alguns textos primeiros possuem um estatuto de arquitextos, verdadeiros monumentos consagrados a uma exegese indefinida”.

No caso da Igreja Católica, um exemplo desses textos “primeiros” são os evangelhos, que estão presentes na Bíblia e contam a história de Jesus Cristo encarnado como homem, os milagres que realizou, as perseguições que sofreu, sua morte e

ressurreição. Durante a missa, um trecho do evangelho é lido e o padre o comenta por meio de sua homilia, que pode ser considerada como o texto “segundo”. Nessa interpretação feita do texto “primeiro”, o sacerdote pode seguir uma linha mais conservadora ou progressista.

Suponhamos, por exemplo, que o evangelho da missa seja sobre o milagre da multiplicação dos pães (Mc 6, 30-44). Em sua homilia, o celebrante pode usar um discurso tradicional, explicando que os cinco pães e dois peixes trazidos pelos apóstolos foram multiplicados por um milagre de Jesus, de forma que alimentassem cerca de 5 mil pessoas. Outro celebrante, com uma linha de pensamento diferente, pode dizer que na verdade Jesus conseguiu, com seu discurso, sensibilizar todos os presentes para que partilhassem seu lanche, gerando um bonito gesto de solidariedade.

Para evitar que as interpretações dos evangelhos sejam diferentes, as Conferências Episcopais, como a CNBB, organizam roteiros homiléticos seguindo a orientação da Santa Sé¹³. Padres e religiosos de uma linha mais progressista que ousam fugir desses roteiros podem ser punidos pela hierarquia. Na Arquidiocese de Belo Horizonte, frei Cláudio van Balen, da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, já sofreu algumas reprimendas e foi ameaçado de ser transferido para outra Paróquia por desprezar essa orientação.

Segundo frei Betto (2010), “corre a notícia de que, por discordar da ação pastoral de frei Cláudio, a Arquidiocese de Belo Horizonte teria dado a ele o prazo de abandonar a paróquia do Carmo até 31 de maio”¹⁴. O religioso observa que o motivo dessa punição é que frei Cláudio é acusado de ser demasiadamente heterodoxo em suas pregações e nos boletins dominicais. Uma mobilização feita pela comunidade paroquial impediu a saída do religioso.

Jacqueline Authier-Revuz (2004) trata da heterogeneidade mostrada e constitutiva. A primeira é explicitada no discurso enquanto a segunda fica oculta, mas atua como um dos seus constituintes fundamentais, como é o caso das relações interdiscursivas. No caso da heterogeneidade mostrada, a autora (2004, p. 13) explica que “o locutor faz uso de palavras inscritas no fio de seu discurso (sem a ruptura própria

¹³ Santa Sé é o nome que se dá à hierarquia máxima da Igreja Católica, que fica no Vaticano, e é liderada pelo papa.

¹⁴ http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=32437 – acesso em 01/05/2011.

à autonomia) e, ao mesmo tempo, ele as mostra.” Ao explicitar essa voz, o locutor acredita que seu argumento terá mais força de persuasão.

Nos editoriais do *Jornal de Opinião*, de 2009, verifica-se que o orador faz questão de utilizar citações bíblicas, até mesmo nos títulos. Como o discurso religioso é classificado como constituinte, existe certa deferência em relação a ele, mesmo por parte do auditório universal. O estatuto de fundador confere ao discurso religioso um tratamento especial vindo dos interlocutores.

Em se tratando de um auditório particular, formado por católicos que se interessam em ler e assinar uma publicação especializada, o uso da heterogeneidade mostrada pode ser ainda mais eficaz. O grande desafio para o orador é saber discernir sobre o perfil do auditório. Ele também precisa levar em conta que, mesmo em se tratando de um auditório particular, há a presença do TU interpretante (TUi), que pode recusar um argumento, mesmo que ele venha revestido com citações bíblicas.

3.1.3 - Dialogismo de Bakhtin

O dialogismo proposto por Bakhtin leva à interação com o discurso do outro e origina a heterogeneidade constitutiva. Mesmo de forma implícita, os discursos se misturam no que Authier-Revuz (2004, p. 68 e 69) chama de “em um jogo inevitável de fronteiras e de interferências”. A pesquisadora (2004, p. 68 e 69) complementa que “nenhuma palavra vem neutra ‘do dicionário’; elas são todas ‘habitadas’ pelos discursos em que viveram ‘sua vida de palavras’, e o discurso se constitui, pois, por um encaminhamento dialógico, feito de acordos, recusas, conflitos, compromissos”.

Segundo Authier-Revuz (2004, p. 69), “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do outro’”. Maingueneau (1997) dá sua definição para discurso heterogêneo:

A heterogeneidade mostrada incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação, enquanto a heterogeneidade constitutiva aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva. (MAINGUENEAU. 1997, p. 75).

Para usufruir da credibilidade dada ao seu discurso constituinte, a Igreja Católica parece se valer de uma estratégia argumentativa que faz com que use o discurso divino quando recorre à heterogeneidade mostrada. Isso significa que Deus sempre é

apresentado como fiador de seus discursos. A voz da hierarquia da Igreja Católica, ou seja, da Santa Sé ou dos bispos, fica muitas vezes oculta por meio da heterogeneidade constitutiva. Para os fiéis, em diversos casos, não fica claro se o discurso que chega até eles tem inspiração divina ou é da hierarquia da instituição.

3.1.4 – Imprensa e a Reforma

O surgimento da imprensa, no século XVI, poderia ter representado um avanço para a Igreja Católica, no sentido de ela utilizar esse recurso para difundir seus dogmas e ensinamentos. Gutemberg sinalizou nesse sentido ao escolher a Bíblia para ser o primeiro livro a ser impresso. A hierarquia da instituição na época, contudo, não vislumbrou esse potencial e quem acabou se valendo da imprensa para protestar contra práticas da Igreja Católica, como a cobrança de indulgências¹⁵, foi o ex-padre Martinho Lutero.

Segundo Ismar de Oliveira Soares (1988), Lutero se revelou um ótimo comunicador social ao utilizar a imprensa para produzir panfletos e cartazes para denunciar os abusos cometidos pela Igreja Católica e ironizar o papa, que era apresentado em desenhos como cobrador de impostos. O Papa Leão X divulgou a constituição *Inter sollicitudines* para controlar o uso da imprensa e tentar barrar os reformistas. Também excomungou¹⁶ Lutero, em 15 de junho de 1520.

Soares (1988, p. 41) comenta que a ação de Leão X provocou efeito contrário e “o resultado não poderia ter sido mais desastroso para a unidade que Roma queria preservar. Cinco anos depois de promulgada a *Inter sollicitudines*, Lutero arrastava consigo quase toda a nobreza alemã e boa parte de seus súditos”. Com a Reforma

¹⁵ Pelo Catecismo da Igreja Católica, por meio das indulgências, que são compradas, os fiéis podem obter para si mesmos e também para as almas do Purgatório, a remissão das penas temporais, sequelas dos pecados. A Igreja recomenda também as esmolas, as indulgências e as obras de penitência em favor dos defuntos.

¹⁶ Pelo Código de Direito Canônico e pelo Catecismo da Igreja Católica, alguns pecados particularmente graves são passíveis de excomunhão, a pena eclesial mais severa, que impede a recepção dos sacramentos e o exercício de certos atos eclesiais. A cooperação formal para um aborto, por exemplo, constitui uma falta grave. A Igreja sanciona com a pena canônica de excomunhão este delito contra a vida humana.

Protestante, a Igreja Católica perdeu fiéis e também a influência que tinha em parte da Europa e dos Estados Unidos.

Para Soares (1988), sem o auxílio da imprensa dificilmente Lutero teria conseguido divulgar suas críticas à Igreja Católica, persuadir as pessoas e desencadear a Reforma Protestante. Um século antes, João Huss fez críticas semelhantes às de Lutero, mas como não contava com a imprensa, não arrebanhou muitos adeptos e, como herege, foi queimado na fogueira da inquisição, em 6 de julho de 1415.

O papel relevante da imprensa para o êxito da Reforma Protestante parece ter criado um trauma nas lideranças da Igreja Católica em relação a ela e provocado uma revanche, no sentido de tentar mantê-la afastada da instituição. Joana Puntel (2005) informa que, em 1559, o Papa Paulo IV publicou um índice de autores e livros que não podiam ser editados nem lidos pelos católicos. Ele só foi suspenso pelo Papa Paulo VI, em 1966.

Puntel (2005) relata que o Papa Pio X, em 1906, incrementou essa censura à imprensa e procurou afastar padres e seminaristas dessa má influência:

A encíclica *Pieni D'Animo*, por exemplo, proíbe os seminaristas de lerem jornais e relembra aos sacerdotes que não deveriam escrever para revistas ou jornais sem licença, mesmo tratando-se de material puramente técnico. Querendo precaver-se contra ideias modernistas, como o evolucionismo e o positivismo, Pio X introduz o *imprimatur* e o *nihil obstat*. Em outras palavras, cada diocese deveria montar um departamento de censura para avaliar e aprovar os trabalhos a serem publicados. (PUNTEL. 2005, p. 120).

Foi o Concílio Vaticano II (1962-1965) que abriu espaço para a comunicação social dentro da Igreja Católica. Conforme Puntel (2005), o decreto *Inter mirifica* determina que é obrigação e direito da instituição utilizar os meios de comunicação. Dali em diante, as conferências episcopais, dioceses e paróquias contavam com o apoio da Santa Sé para participar da vida da imprensa e criar seus próprios veículos de comunicação, como boletins, jornais e rádios.

3.1.5 – Evangélicos e a comunicação

No Brasil, a Igreja Católica parece não ter se sentido ameaçada pelas igrejas evangélicas ou pentecostais que aqui aportaram, em 1910. Segundo Paul Freston (1994), na primeira onda chegaram a Congregação Cristã, em 1910, e depois a

Assembleia de Deus, em 1911. Durante 40 anos, essas duas igrejas monopolizaram a atenção dos evangélicos, sendo que a Assembleia de Deus conquistou bem mais espaço. Nada, porém, que ameaçasse a supremacia católica.

Freston (1994) relata que a segunda onda de “ocupação” do território brasileiro pelas igrejas evangélicas se deu em 1950 e início de 1960. As igrejas mais representativas foram a Quadrangular, em 1951; a Brasil para Cristo, em 1955; e Deus é Amor, em 1962. O número de igrejas evangélicas aumentou, mas no Brasil a tradição católica continuava forte e o percentual de evangélicos comparado ao de católicos ainda era insignificante. O censo do IBGE, de 1960, demonstrava que mais de 65 milhões de brasileiros, ou 93,1% da população, eram católicos.

A terceira onda de “invasão” evangélica, que de acordo com Freston (1994) ocorreu na década de 1970 e ganhou força em 1980, iria preocupar seriamente as lideranças católicas. O pesquisador (1994, p. 71) acrescenta que “sua representante máxima é a Igreja Universal do Reino de Deus (1977), e um outro grupo expressivo é a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980)”. Elas se diferenciam em alguns pontos das pentecostais tradicionais e, por isso, são chamadas de neopentecostais.

A principal representante das Igrejas neopentecostais no Brasil é a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), que foi criada pelo pastor Edir Macedo, em 1977. Com uma postura mais agressiva e usando os meios de comunicação de forma sistemática, tanto que adquiriu a *TV Record* e criou o jornal *Folha Universal*¹⁷, a Iurd ganhou espaço dentro do cenário religioso, político e midiático brasileiro. As relações da nova Igreja com a Igreja Católica ficam mais acirradas a partir de um episódio que ocorreu no dia 12 de outubro de 1995: o pastor Sérgio Von Helder chutou a imagem de Nossa Senhora Aparecida durante seu programa “O Despertar da Fé”. As lideranças católicas reagiram com indignação.

O censo de 2000 do IBGE¹⁸ confirmou uma percepção empírica de padres e bispos: o percentual de católicos, que era de 89% da população, em 1980, caiu para 73,9%. Já o percentual de evangélicos saltou de 6,6% para 15,6% nesse mesmo período. Outro fenômeno que chamou a atenção das lideranças católicas foi o aumento do

¹⁷ Criada em 1992, a *Folha Universal* é um dos jornais com a maior tiragem do Brasil, girando em torno de 2,4 milhões de exemplares por semana, em 2011. Ele é vendido aos fiéis e distribuído, gratuitamente, para o público em geral.

¹⁸ <http://uol.com.br/ultnot/especial/papanobrasil/catolicismonobrasil/> - Acesso em 06/09/ 2009.

percentual dos sem-religião (classificados pelo IBGE como pessoas que acreditam em Deus, mas não professam nenhuma religião), que subiu de 1,6%, em 1980, para 7,4%, em 2000. Segundo o professor da PUC do Rio de Janeiro, César Romero Jacob (2007), “esses fenômenos (a migração para as igrejas pentecostais e os “sem-religião”) ocorreram principalmente nos cinturões da miséria que se criaram em torno das grandes capitais”.¹⁹

3.2 – Mudança de postura na modernidade

3.2.1 - Exemplo do neopentecostalismo

Conforme Ivo Pedro Oro (1996), o neopentecostalismo valoriza mais a expressividade emocional, o demônio é apontado como causa dos males, investe mais em meios de comunicação, os discursos dos pastores são mais inflamados, os fiéis podem cuidar de sua beleza e também se divertir. Engana-se, porém, quem considera que essas igrejas têm uma postura religiosa mais avançada:

Se, por um lado, o neopentecostalismo se apresenta como liberal nos usos e costumes, bem como na utilização de recursos tecnológicos modernos (sobretudo no uso dos meios de comunicação de massa, como veremos), por outro lado, ele constitui um movimento religioso fundamentalista pelo fato de nutrir a certeza da verdade divina inquestionável do texto escriturístico, sem qualquer possibilidade de interpretação. (ORO. 1996, p. 56).

O discurso de muitas igrejas neopentecostais é marcado pelo fervor, a valorização da figura do demônio e pela Teologia da Prosperidade. Em cultos carregados de emoção, há pastores que gritam, realizam sessões de cura e pregam que é preciso dar um dízimo generoso à Igreja para ser recompensado financeiramente por Deus, além de garantir um lugar no céu. Para as lideranças da Igreja Católica, ficou claro que esse discurso estava sendo mais eficiente que o seu, principalmente no que tange à manutenção de seus fiéis e à conquista de novos seguidores. Veja a seguir a evolução do percentual religioso no Brasil em algumas décadas do século XX:

¹⁹ <http://uol.com.br/ultnot/especial/papanobrasil/catolicismonobrasil/> - Acesso em 06/09/ 2009.

Ano	Católicos	Evangélicos	Outras religiões	Sem-religião
1940	95.2	2.6	1.9	0.2
1950	93.7	3.4	2.4	0.3
1960	93.1	4.3	2.4	----
1970	91.8	5.2	2.3	0.8
1980	89.0	6.6	2.5	1.6
1991	83.3	9.0	2.9	4.7
2000	73.9	15.6	3.5	7.4

Fonte: IBGE – Censos demográficos (quadro comparativo por % da população do país)²⁰

3.2.2 - Renovação Carismática Católica

A preocupação da Igreja Católica com a perda de fiéis tanto no Brasil quanto em outros países pode ter sido um dos fatores que deflagrou a escalada conservadora do pontificado de João Paulo II. João Batista Libanio (1984) fala de um movimento que chama de “a volta à grande disciplina”, que foi iniciado pelo Papa João Paulo I, em seu rápido pontificado, e implementado por João Paulo II. Segundo Libanio (1984, p. 11), na sua primeira radiomensagem *Urbi et Orbi*, o papa polonês insiste na fidelidade à grande Disciplina da Igreja. “A disciplina, de fato, não tende a suprimir o que é bom, mas a garantir a justa ordem própria do Corpo Místico, como a garantir e regular a fisiológica articulação entre todos os membros que o formam”. (João Paulo II *apud* LIBANIO. 1984, p. 11).

Colocando isso em prática, João Paulo II reprimiu a Teologia da Libertação e puniu alguns de seus líderes, abrindo espaço para novos movimentos religiosos que se enquadravam nessa nova linha de pensamento da Santa Sé. Começaram a ganhar força alguns movimentos religiosos católicos de linha conservadora, que possuem uma raiz pentecostal. O principal deles é a Renovação Carismática Católica (RCC), que foi criada em 1967, na Universidade de Duquesne (EUA) e congrega, de acordo com Brenda Carranza (2000), cerca de 40 milhões de adeptos no mundo, sendo 8 milhões apenas no Brasil. Suas celebrações também são marcadas pelo louvor, cantos, sessões de cura e a

²⁰ [HTTP://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_campos.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_campos.pdf) - Acesso em 21/04/2010.

glossolalia, que conforme a pesquisadora (2000, p. 89) “manifesta-se através da oração em linguagem não vernacular, é uma ação de Deus que move alguém a falar em voz alta”.

No geral, as lideranças da RCC parecem estar mais preocupadas com as orações do que em fazer críticas aos problemas políticos, econômicos e sociais que o Brasil enfrenta. Nos últimos anos, alguns projetos sociais passaram a ser desenvolvidos por grupos da RCC e há também integrantes do movimento que ingressaram na política partidária. Contudo, Carranza (2000, p. 171) analisa que “o mundo partidário é para a RCC uma instância acidental que o candidato utiliza para ascender a um mandato e a partir daí assegurar os interesses do Movimento”.

A pesquisadora observa a diferença com que a RCC e as Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), de linha progressista, tratam as questões sociais:

Diferentemente da Teologia da Libertação, a RCC encara as problemáticas sociais como fruto do egoísmo humano, como conflitos que devem primeiro ser resolvidos na esfera privada para depois serem solucionados na esfera pública. Enquanto que as Cebs insistem no pecado estrutural e na procura das soluções coletivas, através da luta pela cidadania. (CARRANZA. 2000, p. 171).

Padre Eduardo Dougherty (*apud* Carranza. 2000, p. 156), que foi um dos iniciadores da RCC no Brasil, avalia que as Cebs desenvolvem um trabalho social importante, que é complementado pela espiritualidade da RCC. Conforme Beozzo, que se alinha aos progressistas, a RCC valoriza a dimensão do indivíduo, na qual cada um tem sua experiência espiritual única. “As Cebs têm um espaço muito grande para o social, para o compromisso transformador, que é mais árduo e empolga menos. Ela navega contra-corrente”. (BEOZZO, *apud* CARRANZA. 2000, p. 157).

3.2.3 – Conceitos de libertação

As diferentes formas com que as Cebs e a RCC lidam com a libertação são salientadas por Pedro Ribeiro de Oliveira (2007). Segundo o pesquisador, enquanto as Cebs usam a ideia-força de libertação para se referir à opressão da estrutura econômica, política e social, a RCC a utiliza de forma bem diferente para se referir à libertação das drogas, da bebida e dos traumas psíquicos. Oliveira (2007, p. 22) conclui que “a estrutura participativa e igualitária das Cebs predispõe-nas à postura de contestação da ordem estabelecida, portanto, à sua transformação”.

A emoção é outra marca muito forte no discurso e nas celebrações da RCC. Carranza (2000) comenta que isso é motivo de crítica dos setores progressistas da Igreja Católica. Para o teólogo Clodovis Boff (*apud* CARRANZA. 2000, p.103), o maior risco é o de “tornar o cristianismo uma religião subjetivada, isto é, colocá-lo no centro da experiência espiritual, fazendo da fé uma subjetivação emocional, psicologizante e ilusória”.

Patrick Charaudeau (2006) interpreta esse tipo de discurso de grupos que utilizam de recursos como a ideologia e a fé para congregar as pessoas:

Compreende-se que os discursos que sustentam esse imaginário tenham sido capazes de mobilizar as massas. Eles frequentemente convertem essa busca espiritual em cruzada armada e justificam não somente as guerras étnicas e os genocídios, mas igualmente os excessos cometidos nestes atos como sendo ‘sacrificais’, necessários à consumação de uma purificação. (CHARAUDEAU. 2006, p. 211 - C).

Outros pesquisadores, como o padre Alberto Antoniazzi (1994), concordam que são mudanças sócio-culturais que propiciaram o crescimento tanto do pentecostalismo quanto da Renovação Carismática Católica. Para ele (1994, p. 19), esse novo movimento católico “apesar das diferenças doutrinárias ou teóricas – apresenta na prática fortes analogias com o pentecostalismo de matriz protestante”.

3.2.4 - Conservadores na CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) demonstrou, desde o início da década de 1990, seu interesse pelo fenômeno das igrejas neopentecostais. Segundo o pesquisador Ivo Pedro Oro (1996), nos anos de 1991, 1993 e 1994, a instituição promoveu o seminário “A diversidade religiosa no Brasil”, com o propósito de entender o fenômeno e definir ações pastorais para a Igreja no Brasil. A maior parte dos bispos brasileiros tomou uma atitude mais radical ao colocar fim na sequência de eleições de presidentes das alas progressista e moderada na CNBB. Em 15 de maio 1995, dom Lucas Moreira Neves, então arcebispo-primaz de Salvador (BA) e da ala mais conservadora, foi eleito presidente.

Ao que parece, para as lideranças da Igreja Católica alterar esse discurso era necessário para garantir que a instituição continuasse à frente das outras igrejas. A redemocratização do Brasil e os ventos da modernidade, que trouxeram junto a liberdade religiosa e a mudança do conceito de pecado, levaram muitos fiéis a migrar

para outras religiões ou se tornarem católicos mais flexíveis, no sentido de poderem se divorciar, usar camisinha e concordar com a pesquisa com células-tronco embrionárias. A opção de parte dessas lideranças foi retroagir ao período que antecedeu o Concílio Vaticano II.

As lideranças da Igreja Católica suspeitaram que o discurso politizado, que ganhou força na década de 1970 com a Teologia da Libertação, não estava agradando aos fiéis. Já o discurso das Igrejas neopentecostais, com um tom mais messiânico, parecia surtir um efeito maior. Tanto a migração de católicos para outras religiões quanto o crescimento do percentual dos sem-religião podem ser indicativos de que essas pessoas não estavam satisfeitas com a instituição.

3.2.5 - Imprensa católica

A ideia de lançar um jornal para a Igreja Católica no Brasil era uma forma de difundir o discurso da instituição e tentar frear essa debandada de fiéis. Os “arquitetos” do *Jornal de Opinião* tinham uma proposta ambiciosa, que era de aproveitar o novo momento político vivido pelo Brasil e a credibilidade conquistada pela instituição durante a ditadura militar para tentar contornar os problemas trazidos pela modernidade e a pós-modernidade. A comunicação social, voltada para o público externo da Igreja Católica e tendo à frente profissionais da área, foi a principal arma escolhida por algumas de suas lideranças levar essa proposta adiante.

A importância de um jornal como instrumento de comunicação é reconhecida pelos pesquisadores. Emediato (2006, p. 307) comenta que “a função de um jornal, para uma Análise do Discurso, não é informar a comunidade, é figurá-la através de sua própria enunciação, a enunciação comunitária, em uma instância cidadã consumidora de factualidade, de comentários e de paradigmas referenciais.”

O local escolhido para sediar esse movimento foi Belo Horizonte, que tem certo pioneirismo dentro da imprensa católica. De acordo com Maria Céres Pimenta Spínola Castro (1997), o primeiro jornal a circular no arraial de Curral del-Rei e a ser entregue ao presidente do Estado, Bias Fortes, em 7 de setembro de 1895, foi o jornal *Bello Horizonte*, editado pelo padre Francisco Martins Dias, o padre Chiquinho, vigário da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem. Mesmo com o temor que a Santa Sé tinha em relação aos desvios que a imprensa poderia provocar em seu rebanho, em Belo

Horizonte padres e bispos enxergaram, desde a época da fundação da capital, o potencial que ela tinha para preservar a sua doutrina e moral junto a uma população de quase 100% de católicos.

O *Bello Horizonte* “era impresso numa pequena prensa Liberty, movida a pedal, pois o arraial ainda não contava com luz elétrica” (CASTRO. 1997, p. 20). A tiragem inicial foi de 600 exemplares. Padre Chiquinho utiliza seu jornal para pregar as normas de bom costume, a moral da Igreja e combater o ateísmo da República. O sacerdote explicita o que considera o papel da imprensa:

Ao jornal é dada a tarefa de combater os abusos e desvios e propagar idéias sãs e benéficas ao progresso social. “A vida de uma cidade – defende o vigário – está em ordem direta com o desenvolvimento da imprensa”, desde que ela, “compreendendo a sublime e alta missão que exerce perante a sociedade, atira-se no campo das lutas civilizadoras”, com denodada intrepidez, prudência, modéstia, imparcialidade e caráter. (SIQUEIRA, J.M. *apud* CASTRO. 1997, p. 36).

O tempo de duração do *Bello Horizonte*, assim como da maioria dos jornais que surgiu no Arraial de Curral del-Rei, não foi longo. Ele encerrou suas atividades em 31 de março de 1899. Porém, a imprensa católica ganhou novo impulso quando, em 1922, tomou posse na recém-criada Arquidiocese de Belo Horizonte (1921) seu primeiro arcebispo, dom Antônio dos Santos Cabral, natural de Propriá (SE). Ele acreditava que a Igreja Católica em Belo Horizonte precisava de um jornal para divulgar suas ideias, celebrações e manter viva a chama da fé católica. De acordo com Ramiro Barbosa (2010), no seu primeiro ano de governo, dom Cabral criou um Conselho de Imprensa, reunindo padres e leigos, para levar adiante esse seu projeto de criar um jornal, de preferência diário.

No dia 8 de abril de 1923, foi lançado o jornal *O Horizonte* que, conforme Barbosa (2010, p. 18), “aparentava feições modestas, com mais artigos do que noticiários. Adotando uma linha declaradamente católica, o jornal era marcado pelo seu teor combativo presente nos textos doutrinários”. O jornal reunia alguns nomes importantes da intelectualidade belo-horizontina da época. Começou com circulação semanal, evoluiu para bissetimanal e, mais tarde, para trissemanal.

3.2.6 - O Diário Católico

O sonho de ter um jornal diário, com formato, anunciantes e circulação semelhante à imprensa da época, ainda era alimentado por dom Cabral. Barbosa (2010) relata que em 1932 foi realizado, em Belo Horizonte, o Congresso da Imprensa Católica e, logo em seguida, foi criada a “Comissão Pró-Diário”. Em 6 de fevereiro de 1935, houve o lançamento de *O Diário*, que segundo Barbosa (2010, p. 19), representava “um grande avanço editorial em relação ao seu antecessor. Realmente suas feições eram semelhantes aos demais jornais que circulavam na capital mineira. A gama de assuntos abordados era bem mais ampla”.

Intelectuais importantes da sociedade mineira, como Edgar de Godoi da Mata Machado, Guilhermino César, José Franzen e Lima e João Etienne Filho participaram da direção e redação do novo jornal da Arquidiocese de Belo Horizonte, que passou a ser conhecido popularmente como *Diário Católico*. Messias Augusto de Oliveira Ferreira (2007) comenta que alguns desses intelectuais eram da corrente democrata cristã e se fundamentavam na proposta do filósofo católico francês, Jacques Maritain. O pesquisador (2007, p. 16) esclarece que “a Democracia Cristã, em Jacques Maritain, é o regime em que o povo goza de sua maioria social e política e a exerce para se dirigir a si próprio, ou ainda que ela é o governo do povo, pelo povo e para o povo”.

Segundo Ferreira (2007), a Doutrina Social da Igreja condenou o Liberalismo, por considerá-lo responsável pela exploração e pobreza da classe operária. O pesquisador (2007, p. 34) comenta que “durante o período que escreveu o editorial do *O Diário*, Mata Machado abordou temas que desagradavam a ditadura Vargas, como a defesa de uma democracia política”. O jornal também condenou a neutralidade proposta por Getúlio Vargas no início da Segunda Guerra Mundial. Algumas vezes, dom Cabral teve que interceder para que Mata Machado não fosse preso.

No aspecto religioso e moral, Ferreira (2007, p. 53) informa que “*O Diário* defendia a moralização da sociedade, considerava o catolicismo a religião oficial do povo brasileiro”. Também condenava o espiritismo, as cartomantes, a maçonaria e os jogos de azar. Durante duas décadas, a Arquidiocese de Belo Horizonte utilizou-se das páginas de *O Diário* para difundir o seu discurso, no qual realçava a doutrina e a moral católica e atacava outras religiões e instituições que considerava nocivas para as famílias e para o Brasil.

Durante os seus 20 anos de existência, de acordo com a coleção Linhares, de Joaquim Nabuco Linhares²¹, *O Diário* viveu momentos de crise e dificuldade financeira. Ferreira (2007) comenta que, no período de 1939 a 1940, o número de páginas da publicação caiu de 8 para 4 em razão da dificuldade de importar papel. A quantidade de anúncios não era suficiente para manter a publicação e, na década de 1950, foi lançada uma campanha de assinaturas que acabou por levar o jornal à bancarrota. A ideia era motivar os assinantes a pagarem dez anos de assinatura adiantados e depois se tornarem remidos. Ninguém considerou que, depois desse prazo, o jornal precisaria de recursos para continuar se mantendo. Assim, tendo que indenizar e negociar com muitos assinantes essa remissão, *O Diário* fechou suas portas em 1955.

3.3 – História do Jornal de Opinião

3.3.1 – A Bússola e O Sacrário do Amor

Dom Cabral morreu em 1967 e dom João Resende Costa assumiu como arcebispo metropolitano, mantendo acesa a chama de um dia criar um novo jornal para a Arquidiocese. Depois de um intervalo de 29 anos, esse desejo acabou se concretizando, em 1984, quando a Arquidiocese de Belo Horizonte, em parceria com um grupo de dioceses de várias partes do Brasil e com o propósito de criar um jornal católico com abrangência nacional, adquiriu da Congregação Verbo Divino o jornal *Lar Católico*, com sede em Juiz de Fora (MG) e com uma história de mais de 70 anos de existência.

Sandra Tosta (2007) comenta que a história do *Lar Católico* teve início, em 1912, com o jornal *A Bússola*. Durante o pontificado de Leão XIII (1878-1903), houve um incentivo às dioceses para que criassem suas publicações para constituir a “boa imprensa”. A pesquisadora (2007, p. 126) explica que elas deveriam “contrapor à imprensa leiga, que considerava ‘má imprensa’, e tentar fazer frente aos veículos que difundiam ideias contrárias e diferentes das emanadas pela Igreja”.

21

http://linhares.eci.ufmg.br/ln2_infofasc.php?status=2&jornal_id=142&jornal_ano=1955&jornal_data=19550206&jornal_pag=3&jornal_pi=0&jornal_pf=3&ji=155&jl=14 – acesso em 08/05/2011.

No editorial de sua primeira edição, *A Bússola* diz que é obrigação dos católicos apoiarem a publicação:

A Bússola é um jornal catholico. Assim como o jornal é uma necessidade social-moderna, assim o jornal catholico é uma necessidade social catholica. (...) O catholico que não assigna, que não lê uma folha catholica, não preza, não cultiva as suas crenças; não concorre para a defesa destas. É réo de lesa fé todo aquele que contribui com o seu dinheiro para a sustentação da ímpia, anti-clerical, a-catholica. (apud TOSTA. 2007, p. 127).

Depois de cinco anos de circulação, *A Bússola* cede lugar a um novo jornal, que traz uma proposta de modernização dentro do formato de revista. Trata-se de *O Sacrário do Amor*, que tem sua circulação iniciada em 28 de abril de 1917. Segundo Tosta (2007, p. 131), o novo jornal tem formato tablóide, enquanto *A Bússola* era *standard*, e “90% do jornal era composto de histórias que resgatavam a moral e os princípios religiosos, insistindo no debate de idéias pautadas pelo pensamento maniqueísta do tipo bondade x maldade, pecado x salvação, caridade x indiferença etc.” A pesquisadora acrescenta que assuntos políticos e polêmicos, sem ligação com a religião, pareciam ser evitados.

3.3.2 – “Lar Catholico”

O tempo de vida de *O Sacrário do Amor*, contudo, foi breve e, em 1919, a congregação do Verbo Divino lançou o *Lar Catholico*. A publicação retornou ao formato *standard* e, segundo Tosta (2007, p. 132), “propunha um vasto programa de exposição do evangelho, de contos ‘morais’, dos movimentos religiosos no Brasil e no mundo e de romances”. A nova publicação adotou uma linha mais combativa e elegeu como um de seus alvos o socialismo que, após a revolução russa, em 1917, era uma das principais preocupações da Igreja Católica.

O novo jornal desenvolve campanhas para angariar assinaturas. Uma delas consiste em oferecer aos assinantes a divulgação da morte de parentes nas páginas da publicação e a celebração de missas em ação de graças nas paróquias da congregação. Era comum também que muitos religiosos visitassem famílias em Juiz de Fora e outras cidades de Minas para coletar assinaturas. Nos tempos áureos, o *Lar Católico* chegou a ter mais de 30 mil assinantes.

Divergências internas sobre a linha editorial do *Lar Católico* fizeram com que a congregação resolvesse vendê-lo, nos anos de 1980. Algumas dioceses de Minas Gerais e do Espírito Santo, que compõem o Regional Leste II da CNBB, resolveram adquiri-lo. Um dos fatores motivadores foi a Campanha da Fraternidade de 1989, cujo tema foi “Fraternidade e Comunicação”. Criada em 1964, por iniciativa da CNBB, a Campanha da Fraternidade aborda temas relevantes para a Igreja Católica.

Segundo Ismar de Oliveira Soares (1989), desde 1979 o tema “comunicação” vinha sendo lembrado pela equipe organizadora da Campanha da Fraternidade. A equipe de reflexão do Setor de Comunicação da CNBB, organizada por dom Eduardo Koiak e Maria da Glória Bordeghini, persistiu na proposta, que foi aprovada pela Assembléia Geral dos Bispos. Um grupo de especialistas em comunicação “leigos” foi convidado para fornecer subsídios para o texto-base da Campanha da Fraternidade, lançada em 1989.

3.3.3 - Transição para *Jornal de Opinião*

O local escolhido para sediar aquele que deveria ser o jornal da Igreja Católica no Brasil foi Belo Horizonte. À frente do projeto estava o então arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, e reitor da PUC Minas, dom Serafim Fernandes de Araújo, um entusiasta da área de comunicação. O jornalista Pedro Ernani Goulart, da Assessoria de Comunicação da Arquidiocese, foi encarregado de montar o projeto editorial e gráfico para o novo jornal, além de estruturar a empresa e a redação.

Um dos cuidados que se teve foi realizar uma lenta transição do *Lar Católico* para o novo jornal. Isso foi feito no período de 1984 a 1989 e, provavelmente, o objetivo foi de tranquilizar os assinantes (auditório) do *Lar Católico* com relação às mudanças que seriam feitas para tentar conservá-los. Tosta (2007) comenta que nesse período de transição o jornal já apresentava uma preocupação maior com questões sociais e tratava de assuntos econômicos, culturais e econômicos. “É um periódico que se quer sintonizado com a modernidade, em busca de um jornalismo mais dinâmico, com uma linguagem menos rebuscada e mais leve. Espelha-se no modelo dos grandes jornais de circulação nacional.” (TOSTA. 2007, p. 133).

Nesse período de transição foi escolhido o novo nome da publicação, que foi *Jornal de Opinião*. Ao que tudo indica, a ideia de se ter uma linha editorial mais crítica

em relação às questões sociais, políticas e econômicas, pode ter contribuído para que os responsáveis pela publicação escolhessem um nome baseado no jornal alternativo *Opinião*, que foi criado na época da ditadura militar e fez oposição ao regime.

Os objetivos da nova publicação foram destacados na época do seu lançamento, em fevereiro de 1989:

De acordo com documento distribuído a setores do empresariado e da imprensa pela Diocese de Belo Horizonte, intitulado “*Jornal de Opinião: um semanário que nasce grande*”, a linha editorial destaca três objetivos básicos: formar a opinião pública, esclarecendo fatos do cotidiano a partir dos ensinamentos cristãos; informar sobre as atividades da Igreja no Brasil e no mundo e sobre outros temas diretamente ligados à sua ação pastoral; promover a unidade da Igreja no Brasil através da informação confiável e da troca de experiência entre as dioceses, movimentos pastorais e comunidades eclesiais. O objetivo de promoção da unidade da Igreja certamente estava vinculado ao de tornar o semanário um porta-voz, isto é, um órgão de informação “oficial da CNBB”. (TOSTA. 2007, p. 135 e 136).

Na Assembleia Geral da CNBB, em 1990, os bispos se mostraram divididos quanto a essa sugestão de ter um jornal da Igreja Católica em âmbito nacional e a proposta acabou sendo rejeitada. O então arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom Serafim Fernandes de Araújo, que assumiu esse cargo em 1986 depois da aposentadoria de dom João Resende Costa, sempre defendeu a ideia de que, em vez de construir uma grande catedral, a Arquidiocese de Belo Horizonte deveria investir em veículos de comunicação. Assim, ele tomou para si a responsabilidade de levar o *Jornal de Opinião* adiante.

3.3.4 - Falar para fora

Em formato *standard* e com 12 páginas, o *Jornal de Opinião* começou a circular em 5 de fevereiro de 1989, dando continuidade aos 77 anos do *Lar Católico*. De acordo com Tosta (2007, p. 136 e 137), sua linha editorial era baseada nos objetivos propostos pela ação pastoral da CNBB e os responsáveis anunciavam que “não será uma publicação voltada para dentro da Igreja, mas para todos aqueles que desejam uma opinião sobre a realidade a partir dos ensinamentos cristãos”.

O “Encontro Latino-Americano sobre Igreja e Opinião Pública” foi realizado, em Belo Horizonte, na mesma época do lançamento do *Jornal de Opinião*. Tosta (2007) relata que Pedro Ernani Goulart expressou sua preocupação com o fato de a Igreja Católica ter dificuldade para formar a opinião pública e em ter seus próprios meios de

comunicação. A profissionalização da comunicação na Igreja Católica foi outro assunto tratado durante o evento e defendeu-se que era necessário “implementar estruturas que trabalhassem a informação do ponto de vista católico, mas de forma profissional e não apenas clerical”. (TOSTA. 2007, p. 139).

Nessa sua fase inicial, o *Jornal de Opinião* colocou em prática essa proposta e tanto seu diretor, o próprio Goulart, como a redação era composta, majoritariamente, por jornalistas profissionais. Também foram contratados articulistas “leigos”, que tratavam de temas da atualidade. Cada edição do ano de 1989 continha três editoriais, debatendo questões pastorais, sociais, políticas e econômicas. Questões doutrinárias e morais da Igreja Católica aparecem em número reduzido.

3.3.5 - Perda de assinantes

Mesmo com os cuidados tomados nesse período de transição de *Lar Católico* para *Jornal de Opinião*, Tosta (2007) observa que houve uma perda significativa de leitores, assinantes e anunciantes. Não se sabe ao certo os motivos, que podem ter sido por discordância em relação à nova linha editorial ou por falhas no desenvolvimento de campanhas para manter os antigos assinantes e angariar novos. Para a pesquisadora (2007, p. 140), “um renovado quadro de assinaturas deveria ser antecedido de uma pesquisa de opinião e de mercado”.

Outro incidente de percurso foi a morte do diretor da publicação, Pedro Ernani Goulart, no final de 1989, num acidente aéreo. A ex-editora do *Jornal de Opinião*, Vânia Queiroz, relata que, em 1990, foram trabalhar na publicação pessoas que não tinham nada a ver como projeto inicial, as tentativas de aumentar o número de assinaturas e anunciantes fracassaram e “o jornal então passou a enfrentar uma dificuldade financeira muito grande” (apud TOSTA. 2007, p. 141). A alternativa encontrada para que o jornal não fechasse as portas foi substituir os editores, demitir boa parte da redação e reduzir o tamanho do jornal para quatro páginas. Ficaram à frente da publicação as editoras Vânia Queiroz, Graziela Cruz e Nanci Alves.

Em 1993, foi extinta a empresa jornalística Mensagem, que administrava o jornal, e demitidos seus cerca de 30 funcionários. O *Jornal de Opinião* foi absorvido pela gráfica Fumarc, da Arquidiocese de Belo Horizonte, que deu novo fôlego à publicação. Mais jornalistas foram contratados e as editoras Vânia Queiroz e Graziela

Cruz criaram um Conselho Editorial, composto por alguns padres, professores universitários e “leigos” engajados em algumas pastorais.

Um novo formato, agora tablóide, com algumas páginas coloridas e com 20 páginas, foi lançado no final de abril de 1994. Na primeira página, a expressão “Novo Lar Católico” foi substituída por “Visão Cristã da Atualidade”. Para Tosta (2007, p. 143), “as mudanças feitas pareciam refletir uma opção clara de jornalismo: fazer uma leitura formativa e informativa de temas atuais e de interesse do público em geral, sob a ótica cristã”.

Mesmo com essas mudanças, parte dos leitores, contudo, não parecia estar satisfeita. Em pesquisa realizada em 1999, um grande número de entrevistados pedia que o jornal tratasse mais de assuntos de espiritualidade e Bíblia. Ao que parece, esses leitores tinham um ponto de vista semelhante aos dos assinantes do *Lar Católico* ou já sinalizavam para um novo modelo de Igreja, mais conservadora, que se estruturava. No final do século XX e início do século atual, parte do auditório do *Jornal de Opinião* e de outros veículos de comunicação católicos parecem ter um perfil mais conservador.

Isso talvez explique o êxito de alguns deles, como a TV Canção Nova. Criada em 1989, em Cachoeira Paulista (SP), ela se estruturou depois de 10 anos de trabalho da Rádio Canção Nova e do fortalecimento da comunidade de fiéis-leigos, ligados à Renovação Carismática Católica (RCC). A emissora tem uma programação recheada de missas, terços e pregações, alcançando bons índices de audiência entre os adeptos da RCC. Sem anunciantes, ela é mantida por meio de doações desses fiéis.

3.3.6 - Fase clerical

Depois dessas mudanças, Queiroz (2007) avalia que o *Jornal de Opinião* conseguiu cumprir seu propósito de ajudar na formação de católicos engajados e apresentar os pontos de vista da Igreja Católica para formadores de opinião e educadores. Segundo a jornalista (*apud* TOSTA. 2007, p. 144), “nesse período (1994 a 2006), o jornal conquistou credibilidade no interior da Igreja Católica, sendo citado por diversos padres e bispos como referência de comunicação católica para a Igreja no Brasil”. Apesar disso, a publicação não conseguiu atrair mais que 7 mil assinantes nem anunciantes que custeassem suas despesas.

Mesmo assim, nesses mais de 20 anos de existência, o *Jornal de Opinião* tem circulado ininterruptamente. Em pesquisa realizada com seus assinantes, em 2005, verificou-se que 53,3% deles têm entre 22 e 65 anos de idade, 57,2% possuem curso superior completo e 211 entrevistados, de um universo de 896, utilizam o jornal para sua formação pessoal.

O novo arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom Walmor Oliveira de Azevedo, que assumiu o cargo em abril de 2004, realizou uma nova mudança editorial no *Jornal de Opinião*. Ele criou o cargo de Vigário Episcopal para a Comunicação na Arquidiocese e seu titular, que deve ser padre ou bispo, passou a ser responsável pela publicação, assim como pela Rede Catedral de Comunicação, criada em 2006, que congrega ainda a *TV Horizonte*, a *Rádio América* e a *Rádio Cultura*. O jornal conta ainda com um padre ou freira responsável diretamente pelo controle do que é publicado, participando da definição das pautas e da edição.

Observa-se que a proposta inicial do *Jornal de Opinião*, de ter jornalistas profissionais à sua frente e uma participação maior de fiéis-leigos, como propunha o Concílio Vaticano II, foi abandonada nessa nova fase da publicação. O jornal se tornou mais clerical, passou a dar mais espaço às ações do arcebispo e da Arquidiocese de Belo Horizonte, mudou o foco da cobertura nacional e abandonou o tom crítico que tinha em relação às questões sociais, políticas e econômicas.

Nessa nova fase, percebemos que o *Jornal de Opinião*, principalmente nos editoriais que analisamos em nossa pesquisa, segue as orientações conservadoras propostas pela Santa Sé, a partir do pontificado de João Paulo II. Por elas, a Igreja Católica deve se encarregar das questões religiosas e procurar atuar sobre o “pobre” que não tem Cristo no coração, deixando o problema do “pobre” que não tem comida, casa, assistência médica e educacional por conta dos governantes.

A relação do *Jornal de Opinião*, nessa nova fase, com os governos e empresários é bem diplomática e não existem cobranças e críticas duras, como as que ocorriam na sua primeira fase. As dificuldades financeiras continuam, o número de assinantes vem baixando e há uma quantidade mínima de anunciantes, o que obriga a Arquidiocese de Belo Horizonte a arcar com a sua manutenção, como ocorre desde o seu lançamento.

Parte 2

Metodologia de Pesquisa e Análise contrastiva dos editoriais do Jornal de Opinião, dos períodos de 1989, 1999 e 2009.

CAPÍTULO 4 – Engajamento inicial e posteriores “sussurros” conservadores

4.1 - Etapas de análise

Para realizar nossa pesquisa utilizamos três etapas de análise. Na primeira, fizemos uma análise da tematização dos 195 editoriais publicados em 1989 (133), 1999 (10) e 2009 (52). Depois de lê-los, escolhemos os mais representativos de cada período, ou seja, aqueles que refletiam com mais intensidade as características que vigoraram em cada época. Mesmo com a diferença do número de editoriais de cada período, avaliamos que a mostra a ser analisada deveria ter a seguinte proporção: 10 de 1989, 3 de 1999 e 10 de 2009. Para confirmar se os editoriais selecionados refletiam realmente a tendência do discurso de Igreja Católica em cada período, ou seja, mais progressista, em 1989; apresentado sinais de mudança, em 1999; e mais conservador, em 2009, sorteamos uma mostra de 10% em cada período, que nos permitiu comprovar a regularidade.

O passo seguinte foi anotar o número, a data de publicação, o título, o tema principal e seu quadro de questionamento. Isso nos permitiu comparar os temas que prevaleceram em cada período e as doxas que o sujeito argumentante (orador) tentou criar ou reforçar junto ao auditório.

A segunda etapa de análise que utilizamos foram os acordos que o *Jornal de Opinião* procurou firmar com seu auditório, em cada período. Como consideramos que os leitores da publicação formam um auditório particular, ou seja, composto majoritariamente por católicos que procuram se informar e se formar por meio desse jornal pertencente à Igreja Católica, verificamos uma prevalência de tentativas de acordos preferenciais, isto é, utilizando valores, hierarquias e lugares comuns. Identificamos, porém, algumas propostas de acordo baseadas no real, considerando os fatos, verdades e presunções.

Por fim, usamos como etapa de análise as vozes, dentro do discurso heterogêneo da Igreja Católica, responsáveis pelos planos de enunciação. Dentro da instituição há segmentos conservadores, moderados e progressistas, que se sobressaem nos editoriais do *Jornal de Opinião*, dependendo do período e da conjuntura religiosa, política,

econômica, social e cultural do Brasil e do mundo. O que se diz, geralmente, no meio da Igreja Católica, é que os percentuais de conservadores e progressistas, ou seja, os extremos, são pequenos. A maioria é de moderados que, dependendo da conjuntura de cada época, se junta a um desses grupos extremistas.

4.1.1 - Editoriais de 1989 - “O povo unido...”

Depois de cinco anos preparando a transição do *Lar Católico* para a nova publicação, finalmente, em 1989, foi lançado o *Jornal de Opinião*. A ditadura militar terminara há apenas quatro anos e a ala progressista da Igreja Católica, que depois de um tempo de instauração do regime se posicionou contra os casos de tortura, mortes e outros abusos, saiu fortalecida. Nesse período inicial, a publicação parece refletir os ideais desse segmento, que procura participar do processo de redemocratização, trabalha para conscientizar a população para cobrar seus direitos de cidadãos, exige que sejam feitas mudanças estruturais, como a reforma agrária, e se empenha para que haja justiça social no Brasil.

Verificamos que, nesse período, os editoriais do *Jornal de Opinião* versavam mais sobre temas exteriores ao discurso religioso, como eleições presidenciais, críticas aos problemas de corrupção e impunidade no Brasil. Na época, a Igreja Católica era a instituição com maior credibilidade no Brasil e, é provável, que os responsáveis pela publicação acreditassem que seu auditório era composto por leitores com uma linha de pensamento mais avançada. O bordão “O povo unido, jamais será vencido”, utilizado nas manifestações populares no período de redemocratização, talvez seja o mais apropriado para resumir o discurso da Igreja Católica neste período.

Existem controvérsias em relação a isso, já que o *Jornal de Opinião* deu continuidade ao *Lar Católico*, que tinha uma linha editorial conservadora. Porém, o antigo jornal foi comprado e passou a ser gerido pelo *pool* de dioceses, em 1984. Isso significa que foi feito um trabalho de transição para o *Jornal de Opinião*. Porém, a dificuldade da publicação de ampliar seu público leitor e as crises financeiras que viveu, logo no início da década de 1990, são indícios de que pode ter havido um erro na avaliação desse auditório.

4.1.2 - Análise da tematização

Fizemos a leitura de 133 editoriais publicados nas edições do *Jornal de Opinião* publicadas de fevereiro a dezembro de 1989. A maioria das edições traz três editoriais e algumas publicam dois. Em apenas um caso foi publicado apenas um editorial em todo o espaço. Como o formato do jornal era *standard*, isso possibilitava a publicação desse número grande de editoriais.

Talvez também houvesse o interesse dos responsáveis em imitar jornais da imprensa de referência, como “Folha de São Paulo” e “Estado de São Paulo”, que publicam numa mesma página editoriais e colunas assinadas, sobre diferentes temas.

Na análise temática que fizemos, os assuntos abordados nos editoriais do *Jornal de Opinião*, nas edições de 1989, em ordem de maior recorrência foram:

Tema	Número de inserções
Eleições presidenciais	17
Brasil: corrupção e impunidade	13
<i>Jornal de Opinião</i>	10
Democracia	8
Economia	7
Violência no campo e educação	5 cada

4.1.3 - Temas abordados três vezes

Campanha da Fraternidade, trânsito, serviço público, CNBB, defesa da família, Amazônia, Indígenas e Estatuto da Criança e do Adolescente.

4.1.4 - Temas abordados duas vezes

Conferência Episcopal de Puebla, crise na Igreja Católica, política e Igreja Católica, aborto, dívida externa, Previdência Social, Pastoral da Criança, evangelizar a cultura e tráfico de drogas.

4.1.5 - Temas abordados uma vez

Carnaval, documento dos leigos, reprodução humana, imprensa, Semana Santa, Igrejas evangélicas, Constituição Brasileira, violência na cidade, legalização do jogo, credibilidade da Igreja Católica, pacto social, aposentados, sexo, futebol, missões, movimentos populares, racismo, dízimo, política tributária, celibato, mulher na igreja, Poder Judiciário, Papa e Natal.

4.2 - Busca de acordos

O orador criou algumas estratégias argumentativas a fim de firmar acordos com o auditório. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 83) esclarecem que há “alguns objetos de acordo acerca dos quais se pretende apenas a adesão de grupos particulares: os valores, as hierarquias e os lugares do preferível”. Em se tratando de um público específico de católicos que lê o *Jornal de Opinião*, constatamos que os objetos de acordo relativos ao preferível foram os mais utilizados pelo orador.

No editorial que denominamos 1989-01, com o título “*Lar Católico – Desafios de um novo tempo*”, publicado na primeira edição do *Jornal de Opinião*, que abrange o período de 05 a 11 de fevereiro de 1989, o orador anuncia qual será o objetivo do novo jornal católico. Citando um trecho do texto base da Campanha da Fraternidade daquele ano, cujo tema foi “Fraternidade e Comunicação”, o desafio proposto é “comunicar a Boa Nova e de impregnar com valores do Evangelho a cultura moderna, do homem, da cidade, da técnica, da racionalidade”.

Dentro do meio religioso, “Boa Nova” significa o nascimento de Jesus Cristo. O orador anuncia que o *Jornal de Opinião* pretende fazer Cristo “renascer” dentro do mundo contemporâneo, que deve ser impregnado pelos valores do Evangelho. Entre esses valores se destacam o amor, a misericórdia, a paz e a justiça. São premissas lançadas pelo orador a fim de firmar um acordo com os leitores dessa nova publicação. Em suma, ele parece querer dizer que aqueles que concordarem que a cultura moderna está se secularizando e que alguma coisa precisa ser feita, devem aderir ao *Jornal de Opinião*.

A autonomia do *Jornal de Opinião* é outro argumento utilizado no editorial 1989-01, para conquistar a confiança dos leitores. O orador (1989-01, p. 2) salienta que “ele não está ligado a nenhum grupo empresarial, político ou familiar interessado em

influenciar a opinião pública a partir de suas teorias sobre a organização da sociedade”. Ele não esconde, contudo, que assim como qualquer publicação, o *Jornal de Opinião* quer “influenciar a opinião pública a partir dos fundamentos de seus idealizadores”. Ao nosso ver, existe aí uma contradição ou o orador acredita que a influência da Igreja Católica está acima da que é exercida por empresas e políticos.

De qualquer maneira, o orador fez questão de ressaltar o *ethos* de independência do *Jornal de Opinião* que, como dizia a *Folha de São Paulo* numa de suas campanhas de divulgação: “não tem rabo preso com ninguém”. Charaudeau (2006, p. 113 e 114) explica que o *ethos* é “que permite ao orador parecer ‘digno de fé’, mostrar-se fidedigno, ao fazer prova de ponderação (a *phronésis*), de simplicidade sincera (a *aretê*), de amabilidade (a *eunóia*).”

A construção de um *ethos* positivo para a publicação facilitará sua aceitação pelo auditório. Marcelo Dascal (2005) explica esse efeito:

Uma vez construído e aceito, esse ‘caráter’ preenche uma função na formação de uma disposição ou de uma predisposição favorável ou contrária ao orador. Ela determina o valor de sua credibilidade, isto é, o peso maior ou menor que a ‘função de credibilidade’ atribuirá à plausibilidade de seus argumentos. (DASCAL. 2005, p. 66).

O nome *Lar Católico* abre e fecha o editorial 1989-01, que afirma que o *Jornal de Opinião* faz a “modernização de um semanário de 77 anos”. O orador parece dizer ao auditório que os valores cristãos, difundidos pela antiga publicação, serão mantidos, mas modernizados (parece evocar a dicotomia tradição/modernidade, como valores). Ele usa o valor “modernização”, que é abstrato e indica desejo de mudança. Porém, esse valor é conjugado com o lugar de quantidade, já que o *Lar Católico* existiu por 77 anos. Em resumo, o orador anuncia que algo novo está chegando à Igreja Católica, mas ele está fincado sobre as bases sólidas da tradição.

Um dilema entre tradição e modernidade parece ser vivido pelas lideranças da Igreja Católica, nesse período contemporâneo. Em seu discurso, algumas delas tentam mostrar que acompanham as mudanças vividas pela sociedade, em termos de hábitos, costumes e abertura para a mídia. Porém, essa mudança é mais na forma do que no conteúdo. Os padres-cantores, por exemplo, que no visual e na forma de se expressarem pouco se diferenciam de outros *pop-stars*, continuam defendendo dogmas e regras moralistas da instituição.

O *Jornal de Opinião*, nessa fase inicial, coloca-se como uma publicação aberta a todas as tendências, sejam elas progressistas ou conservadoras. Nos editoriais de 1989, deixa a entender que é criticado por representantes da linha conservadora da Igreja por abrir espaço para os progressistas. Porém, não se furta de criticar as pesquisas com células-tronco embrionárias e os defensores do aborto. Tenta reunir as duas tendências no mesmo caldeirão, sem saber ao certo se o prato vai agradar ao paladar de seu auditório.

4.2.1 - 10 anos de Puebla

A “Conferência Episcopal Latino Americana de Puebla” estava completando 10 anos na ocasião e o editorial que denominamos 1989-04, de 12 a 18 de março de 1989, trata dessa questão. O orador comenta o esforço da Igreja Católica para que seja feita justiça social no continente. A “Conferência de Puebla” reafirmou a preferência da Igreja Católica pelos jovens e pelos pobres, e o orador explica que essa decisão confirmou a ligação da Igreja com Jesus Cristo: “Tomando o partido dos jovens, a sociedade do futuro, e alinhando-se aos pobres, a anti-sociedade que incomoda, a Igreja alimenta a fé dos católicos e reafirma sua divindade. Só assim ela se entenderá com Cristo, seu fundador”. (1989-04, p. 2).

A busca da justiça social é destacada de forma contundente no editorial 1989-04. O orador (1989, p. 2) lamenta que, dez anos depois, as metas transformadoras da “Conferência de Puebla” ainda não foram atingidas: “Se não houve ainda uma transformação radical da sociedade – meta daquela Conferência e sonho de tantos que defendem, com a Igreja, a justiça social - colheram-se frutos sazonados de uma evangelização mais adequada à realidade latino-americana”. A proposta é de uma mudança radical e os frutos, aos quais ele se refere, são de uma aproximação maior da Igreja com o povo e uma mobilização popular para se exigir dos governantes e dos ricos, que seja feita justiça social.

Não há, contudo, uma posição unânime da Igreja Católica em relação a essa postura, tanto que o orador diz que as divergências no corpo da instituição sempre existiram e cita um episódio polêmico envolvendo a aprovação do Documento de Trabalho, durante a “Conferência de Puebla”. Ele (1989, p. 2), porém, tenta justificar o porquê dessa postura politizada da Igreja Católica: “É justo entender a luta de hoje da

Igreja, coerente com seus princípios de comunhão com todos e de participação na vida sofredora da América Latina, marcada por governos opressores e pela violência sob todos os aspectos e sentidos”.

O final do editorial é emblemático, pois o orador diz ao auditório que ele deve se animar com a “IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano”, marcada para 1992, em Santo Domingo (República Dominicana). A expectativa era de que a Igreja Católica avançasse mais em sua atuação política e social, já que os bispos estavam mais conscientes e os 500 anos de evangelização da América Latina se avizinhavam. Isso terminou não ocorrendo. Com 14 anos de papado, João Paulo II não escondia seu perfil conservador e seu temor de que a Teologia da Libertação transformasse a América Latina num terreno fértil para o comunismo.

Os bispos da linha conservadora ganharam força na Conferência de Santo Domingo, as divergências com os bispos da linha progressista se acirraram e, por pouco, o encontro não terminou sem um documento final. Alguns bispos da linha mais moderada intervieram e foi elaborado um documento, que alguns teólogos e estudiosos da Igreja consideram insosso e sem força política e social. Para a hierarquia da instituição, o slogan “opção preferencial pelos pobres” começou a se tornar um termo de retórica, porém na linha dos sofistas.

Coincidentemente, foi em 1992 que o frei franciscano e principal expoente brasileiro da Teologia da Libertação, Leonardo Boff, deixou a vida religiosa, após sofrer punições severas de João Paulo II e de seu braço direito e prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Joseph Ratzinger, atual papa Bento XVI.

4.2.2 - Reforma agrária

A bandeira da reforma agrária era erguida com vigor por parte significativa da Igreja Católica, em 1989. No editorial “Reforma Agrária – Injustiça no campo”, publicado na edição de 26 de março a 1º de abril de 1989, e que denominamos 1989-06, o orador utiliza um conflito violento que ocorreu numa fazenda, no Rio Grande do Sul, para cobrar do governo brasileiro a realização da reforma agrária.

O orador cita alguns fatos que contribuíram para “frear” a reforma agrária e fazer “explodir” a violência no campo: as promessas não-cumpridas pelos Governos da Nova República (Tancredo Neves e José Sarney), as falhas no texto constitucional que

trata da reforma agrária e a situação de penúria vivida por milhares de famílias, que precisam de um pedaço de terra para sobreviver.

Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 76), “existem certas condições que favorecem esse acordo, que permitem defender sem dificuldade o fato contra a desconfiança ou a má vontade de um adversário”. O orador acredita que o auditório está chocado com os casos de violência no campo e com a situação de miséria de muitas famílias. Ele aproveita para criticar o texto da nova Constituição Brasileira, promulgada em 1988, que a linha progressista da Igreja Católica considerou ruim na parte que aborda o papel social da terra e a reforma agrária. A bancada ruralista foi mais hábil e aprovou o texto que mais lhe interessava.

O editorial narra um encontro do então presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, com o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa. Este último afirmou que havia várias maneiras de se fazer reforma agrária e era preciso descobrir-se uma, que atendesse às necessidades do Brasil. Isso demonstra que o governo não sabia ainda nem o modelo de reforma agrária que iria usar. O orador cobra a abertura urgente dessa discussão com a sociedade, para evitar que houvesse mais conflitos.

Os itens lexicais “injustiça no campo” e “injustiça fundiária” são repetidos algumas vezes no texto do editorial 1989-06. O orador usa o valor abstrato da “justiça” que, como explicam Perelman & Olbrechts-Tyteca, é indicativo de que é preciso haver mudanças, e cobra do governo a realização da reforma agrária. Para acalmar a parte legalista do auditório, o orador procura justificar as infrações cometidas pelos trabalhadores rurais com a seguinte argumentação:

Se a invasão de terras deve ser condenada, pois fere o princípio da propriedade privada, também deve ser condenado o estado de miséria e abandono de milhões de famílias de trabalhadores rurais em todo o País. Se tomar a propriedade alheia pela força deve ser condenado, o mesmo tratamento deve ser dado ao uso de violência policial para expulsar os invasores. (JORNAL DE OPINIÃO. 1989-06, p. 2).

A Igreja Católica é elogiada pelo orador por ser uma das instituições que tem exigido a realização da reforma agrária, condenando a injustiça no campo e cobrando providências para conter a violência. Ele (1989-06, p. 2) procura ganhar a confiança do auditório ao afirmar que “ao agir dessa maneira, a Igreja se torna porta-voz de milhões de brasileiros que anseiam pela justiça no campo”. O objetivo do orador parece ser o de

alçar a Igreja Católica ao lugar da essência. Conforme Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 106), ocupa esse lugar “o que encarna melhor um padrão, uma essência, uma função é valorizado por isso mesmo”.

Em tom dramático, o orador encerra o editorial 1989-06, procurando mobilizar o apoio do auditório. Ele (1989-06, p. 2) adverte os interlocutores sobre os riscos que o país corre de assistir a uma guerra no campo se não tomar providências urgentes: “Ou o Brasil realiza uma reforma agrária justa, ou os conflitos pela posse da terra transformam o País em um explosivo barril de pólvora”.

4.2.3 - Eleições presidenciais

Alegria e consciência. O orador toca nesses dois valores ao anunciar, no editorial “Eleições presidenciais – As cores do novo Brasil”, publicado no período de 19 a 25 de fevereiro de 1989, que denominamos 1989-03, que “após quase três décadas de jejum eleitoral, os brasileiros vão reencontrar no segundo semestre as urnas e através delas vão escolher o sucessor do presidente José Sarney”. Primeiro presidente civil depois da ditadura militar, que vigorou de 1964 a 1985, Sarney assumiu o lugar do presidente Tancredo Neves, eleito por um Colégio Eleitoral, mas que morreu antes de tomar posse.

É interessante observar que o item lexical “jejum” é utilizado de forma negativa, sendo que para a Igreja Católica o jejum é positivo e visto como um sacrifício para a purificação dos pecados. Ele é realizado principalmente na Quaresma, que é o período em que circula esta edição do *Jornal de Opinião*.

O orador enumera os valores que os candidatos devem ter para merecer o voto do eleitor. São eles: honestidade, bom programa de governo e força nova no cenário político. O orador hierarquiza esses valores, colocando em primeiro lugar a honestidade, depois a competência administrativa e, por fim, a força política nova. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) salientam a importância da hierarquização dos valores numa estratégia argumentativa:

As hierarquias de valores são, decerto, mais importantes do ponto de vista da estrutura de uma argumentação do que os próprios valores. Com efeito, a maior parte destes são comuns a um grande número de auditórios. O que caracteriza cada auditório é menos os valores que admite do que o modo como os hierarquiza. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA. 2005, p. 92).

Precisamos nos lembrar de que vários casos de corrupção, nepotismo e outros favorecimentos vinham sendo denunciados pela imprensa depois do fim da ditadura militar, quando havia censura. O orador crê que, para o auditório, o valor da honestidade dos candidatos vem em primeiro lugar. Só isso, contudo, não basta. Ele precisa ser um bom administrador e ter uma proposta de governo nova. O Governo Sarney foi uma decepção, principalmente do ponto de vista econômico, chegando ao fim com uma inflação de mais de 80% ao mês.

Assim como usou o item lexical “jejum” de forma negativa, o orador também empregou outros termos religiosos de forma pejorativa. Ele afirmou, por exemplo, que os eleitores não aceitariam “uma candidatura milagrosa” e que “os salvadores surgem muitas vezes da ignorância e do desespero do povo”. Essa utilização de itens lexicais religiosos dentro de um contexto político denotam a heterogeneidade mostrada, no discurso da Igreja Católica.

Essa estratégia argumentativa da heterogeneidade discursiva é utilizada com certa frequência pelos representantes da Igreja Católica. Em alguns casos, é empregada a heterogeneidade constitutiva, que mistura, de forma implícita, a voz da hierarquia da instituição com o que é reconhecido pelos fiéis como “palavras de Deus”. No caso do editorial 1989-03, verificamos um caso de heterogeneidade mostrada. Isso é explicado pela pesquisadora Jacqueline Authier-Revuz (2004):

Por esse meio, sua figura normal de usuário das palavras é desdobrada, momentaneamente, em uma outra figura, a do observador das palavras utilizadas; e o fragmento assim designado – marcado por aspas, por itálico, por uma entonação e/ou por alguma forma de comentário – recebe, em relação ao resto do discurso, um estatuto outro. (AUTHIER-REVUZ. 2004, p. 13).

A partir da proposta de que a Igreja Católica assuma o papel de protagonista dentro do meio político brasileiro, o orador (1989-03, p. 2) explicita isso ao escrever que “no pleito deste ano, a Igreja Católica pretende dar continuidade ao seu trabalho de conscientização política”. No ano anterior, a Igreja realizou esse mesmo trabalho nas eleições municipais e o saldo é visto como positivo. O auditório é avisado que “em muitas paróquias e dioceses estão sendo montados núcleos de Pastoral Política, visando formar os católicos para uma atuação firme e consciente neste campo”.

Ao dar à Igreja Católica esse papel de formadora política dos brasileiros, o orador lhe atribui o lugar da essência. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 106)

explicam que “entende-se como lugar da essência o fato de conceder um valor superior aos indivíduos enquanto representantes bem caracterizados dessa essência”. O auditório é chamado a confiar plenamente na Igreja, pois ela vai ajudá-lo a separar o joio do trigo e a eleger o melhor candidato à Presidência da República. Fernando Collor de Mello foi o nome escolhido pelos brasileiros. O primeiro presidente da República eleito pelos brasileiros, após a ditadura militar (1964-1985), não conseguiu chegar ao fim de seu mandato, pois, em 1992, sofreu um processo de *impeachment*.

4.2.4 – Fim do celibato

O *Jornal de Opinião* também apoiou, em 1989, a articulação de um grupo de padres para questionar a obrigatoriedade do celibato. O assunto é tratado no editorial intitulado “Encontro de presbíteros – por um debate na Igreja”, publicado na edição que circulou de 19 a 25 de novembro de 1989, denominado editorial 1989-10. Instituído obrigatoriamente pelo Concílio Ecumênico de Trento (1546-1562), o celibato é visto pela publicação como um obstáculo que impede que um grande número de homens e mulheres abrace o sacerdócio e a vida religiosa. É um assunto bastante delicado para a hierarquia de Igreja Católica, e alguns críticos levantam a suspeita de que o casamento de padres e bispos não é permitido para que a instituição não precise repartir seus bens.

O orador usa o argumento de que a sociedade atual discute e revê algumas normas para se transformar e, por isso, a Igreja Católica também deve seguir esse mesmo caminho. Ele parece querer dizer ao auditório que a Igreja precisa se modernizar para acompanhar as mudanças da sociedade. Também deixa claro que, com o fim do celibato obrigatório, haverá mais padres e eles serão mais felizes.

Para justificar que o celibato não é uma “verdade de fé”, o orador (1989-10, p. 2) salienta que “os que defendem a ideia afirmam que o celibato não tem fundamentação bíblica”. Para respaldar essa proposta, ele cita o Sínodo dos Bispos, realizado em 1971, e o 3º Encontro Nacional de Presbíteros, que ocorreu naquele ano, que levantaram essa discussão.

A fim de tentar negociar a questão com a hierarquia da Igreja, o orador argumenta que, na verdade, o que se quer é abertura do diálogo para se debater o assunto. A proposta é de que o celibato se torne opcional e que só devem assumi-lo “aqueles que se sentirem em condições para tal” (1989-10, p. 2).

Está implícito nessa argumentação, já que o tema ainda é um tabu, o valor da família, que é tão caro para a Igreja e, certamente, também o é para os leitores do *Jornal de Opinião*. O orador tenta conseguir o apoio do auditório, que deve entender que os padres, freiras e bispos têm o direito de constituir suas famílias, casando-se e tendo filhos e netos.

4.2.5 - Resistência dos conservadores

Como já previra o orador no editorial da primeira edição do *Jornal de Opinião*, a Igreja Católica tem divergências internas em razão de segmentos progressistas e conservadores que possui. No editorial “A função da imprensa – confronto e encontro”, publicado na edição de 12 a 18 de março de 1989, denominado editorial 1989-05, isso é evidenciado. Ele trata de críticas feitas ao *Jornal de Opinião* pelo religioso beneditino dom Marcos Barbosa, conhecido por sua postura conservadora. Ele escreveu um artigo criticando a publicação, por ter feito uma entrevista com frei Betto, religioso dominicano de linha progressista.

O orador (1989-05, p. 2) justifica que o *Jornal de Opinião* segue o que está previsto na Instrução Pastoral Comunhão e Progresso, sendo “lugar de encontro e confronto de ideias e opiniões”. Ele acrescenta que o objetivo da nova publicação é ainda “ser um espelho do mundo e, com a graça de Deus, uma luz para cada um dos nossos leitores”. Com essa estratégia argumentativa, o orador esclarece que o *Jornal de Opinião* segue as orientações da Igreja, abre espaço para que todas as vozes (progressistas, moderadas e conservadoras) se manifestem e postula o lugar de orientador dos seus leitores, iluminando os seus caminhos.

O Brasil vive um novo momento político, no qual a ditadura e a censura aos meios de comunicação foram extintos, por exigência da sociedade. Apoiado nisso, o orador usa valores universais da democracia e da liberdade de expressão quando explica a responsabilidade da publicação:

A responsabilidade que assumimos: promover a liberdade de expressão e, em consequência, o diálogo fraterno e produtivo entre as pessoas e entre diferentes correntes de pensamento. Tudo no sentido de ‘servir e consolidar a união e cooperação, animados pela vontade de construir e não de destruir’. (JORNAL DE OPINIÃO. 1989-05, p. 2).

Para confirmar ao seu auditório que coloca em prática o que prega, o orador informa que o artigo de dom Marcos Barbosa está sendo publicado nesta edição. Revela ainda que também recebeu críticas de dom Manuel Pestana, outro religioso reconhecido por sua postura conservadora, e que só não publica sua carta porque não a recebeu. Emediato (2004, p. 161) explica que “como a argumentação sempre pressupõe uma tese defendida por um sujeito e uma outra tese, adversária da primeira e, portanto, a sua antítese, devemos sempre considerar que onde há argumentação há também debate, discussão de ideias, oposição”.

Para o orador é bom revelar que essas discordâncias em relação à sua linha editorial vêm de vozes conservadoras da Igreja Católica. Isso confirma que a proposta do *Jornal de Opinião* é ser uma publicação alinhada às forças progressistas. O esforço é no sentido de firmar um acordo com o auditório para que ele apóie essa proposta de a Igreja estar ao lado dos brasileiros que querem consolidar o regime democrático, acabar com a corrupção, com a má distribuição de renda e a miséria.

4.2.6 - Muito além do quintal

Como o tema da Campanha da Fraternidade de 1989 era comunicação e o *Jornal de Opinião* procurava reafirmar a importância da comunicação para a Igreja Católica, esse tema foi recorrente na publicação neste primeiro ano de existência. No editorial “Notícias falsas – Resposta à calúnia”, publicado na edição de 23 a 29 de abril de 1989, que denominamos editorial 1989-07, o jornal aborda uma polêmica entre os bispos e a revista *Veja*.

O orador (1989, p. 2) explica que a revista publicou uma reportagem “em que tentou mostrar aos seus leitores que a Igreja cuida de muitos assuntos que não lhe dizem respeito, mas que fiscaliza pouco o que acontece em seu próprio quintal”. A *Veja* não aceita que a Igreja Católica interfira em questões políticas e econômicas, exigindo que a instituição se restrinja aos assuntos religiosos, que estão no seu “quintal”.

Mais uma vez, o orador se vale de críticas de “conservadores” para reafirmar a linha progressista do *Jornal de Opinião*. *Veja* é considerada, por vários representantes do meio jornalístico e acadêmico, como uma revista de linha conservadora, e se a nova publicação da Igreja quer que seu auditório confirme que tem uma linha editorial mais avançada, essas críticas vieram a calhar. O argumento quase-lógico do sacrifício é

utilizado pelo orador (1989, p. 2) quando ele diz que essa perseguição de *Veja* contra a Igreja vem de longa data e “basta pesquisar nas edições da revista dos últimos dois anos a coleção de ataques de baixo nível dirigidos à Igreja”. Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 286), esse argumento é aplicado “a todo o campo das relações de meio com fim, sendo o meio um sacrifício, um esforço, um dispêndio, um sofrimento”.

O lugar da quantidade é outro argumento usado pelo orador para convencer o auditório de que os ataques da *Veja* contra a Igreja duram bastante tempo (dois anos). Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 97) explicam que “a superioridade em questão aplica-se tanto aos valores positivos como aos negativos, no sentido de que um mal duradouro é um mal maior do que um mal passageiro”.

O orador procura ainda arrebanhar a solidariedade do auditório, para que exija que o Governo brasileiro tome providências contra os abusos cometidos pela imprensa. Ele cita os artigos da Constituição Brasileira que tratam da comunicação, argumentando que não se quer a volta da censura, mas é preciso proteger-se efetivamente as vítimas dos abusos. Fala ainda da necessidade de se criar o Conselho de Comunicação e pede que os parlamentares elaborem uma lei ordinária para regular essas questões.

O argumento quase-lógico da comparação é outro que é utilizado pelo orador. Nas entrelinhas, ele diz ao auditório que o *Jornal de Opinião* não cometerá abusos como os de *Veja*. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 275) esclarecem que “as comparações podem dar-se por oposição (o pesado e o leve), por ordenamento (o que é mais pesado que) e por ordenação quantitativa (no caso, a pesagem por meio de unidade de peso)”. Uma forma de ressaltar um diferencial positivo da nova publicação.

Porém, o orador sabe que o melhor caminho argumentativo não é o de se colocar acima da imprensa de referência. Ao auditório isso poderá parecer que ele utiliza o valor negativo da soberba. Sem contar que há o risco de atrair críticas desses veículos de comunicação. Por esse motivo, o orador (1989-07, p. 2) reconhece o importante papel da imprensa de referência desempenhado nesses “momentos difíceis que passa nossa Pátria”. Perseguida pela ditadura, que lhe impôs a censura, prendeu, torturou e matou jornalistas, a imprensa de referência também saiu fortalecida quando os generais retornaram aos quartéis.

Lembrando o primeiro arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom Antônio dos Santos Cabral (1922-1968), que dizia que os veículos de comunicação da Igreja Católica eram a “boa imprensa”, o orador ainda se arvora o direito de apontar o

“melhor” caminho a ser seguido pela imprensa de referência. Ele diz que se eles forem bem usados podem ser “instrumentos eficazes de construção de um mundo mais fraterno, na Verdade e na Paz”. O orador não explica o que significa ser “bem usado”, mas provavelmente uma das medidas seja apoiar as propostas da Igreja Católica para a sociedade brasileira.

É interessante observar que os itens lexicais “Verdade” e “Paz” são grafados em caixa alta e baixa. São valores muito empregados nos documentos eclesiais, nas homilias de bispos e padres. O orador parece dizer aos responsáveis pela imprensa de referência que ela deve seguir as orientações da Igreja Católica para também se tornar uma “boa imprensa”, livre dos abusos.

Por fim, ao reproduzir o texto do comunicado que os bispos, reunidos na sua “27ª Assembleia Geral”, divulgaram contra a revista, o orador reforça o argumento quase-lógico de autoridade. Esse recurso argumentativo tem sérios problemas de aceitação e inclui-se entre os elementos da argumentação quase-lógica, que alguns estudiosos chamam de falácias. Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 348), o argumento da autoridade é “um pseudo-argumento destinado a camuflar a irracionalidade de nossas crenças, fazendo que sejam sustentadas pela autoridade de pessoas eminentes, pelo consentimento de todos ou do maior número”.

Para o orador, os leitores do *Jornal de Opinião* são fiéis obedientes à autoridade dos bispos. Ele presume que o auditório considerará inadmissível que uma revista persiga a Igreja Católica e condene sua ação. O argumento do orador é que só os cegos não conseguem enxergar que a Igreja é a instituição mais apta, naquele momento, para guiar o povo brasileiro na reconstrução de um país livre, com justiça econômica e social. Se *Veja* discorda, então é melhor que não seja vista.

4.2.7 - Outros vilões

Além da imprensa de referência há, na visão do *Jornal de Opinião*, outros vilões que ameaçam a nascente redemocratização do Brasil. No editorial intitulado “Brasil – Terra de ninguém”, publicado no período de 14 a 20 de maio de 1989, que denominamos editorial 1989-08, o orador cita uma série de fatos, que são objetos de acordo baseados no real, para convencer o auditório de que as lideranças políticas, militares, jurídicas e empresariais brasileiras não merecem crédito. Ele fala de explosão

de bombas em alguns estados brasileiros, de políticos que elevaram seus próprios salários de forma inaceitável, de generais que tiveram seus salários equiparados aos de juízes e da fuga de capitais para o exterior.

Como se vê, o orador narra um cenário de caos, no qual bombas explodem em meio à malversação dos recursos públicos, legislação em causa própria, troca de favores e ameaça de “quebra” financeira. Ele (1989, p. 2) alerta o auditório de que “a impressão que fica para o cidadão comum é que o Brasil vai se transformar em terra de ninguém, à mercê de saqueadores que procuram conquistar para si o maior quinhão”.

O argumento usado é o *ad personam*, que Emediato (2004, p. 174) explica como tendo “o objetivo último desqualificar a pessoa, demonstrando que o que ela diz ou faz opõe-se à imagem que dela se faz”. Políticos, generais, juízes e empresários são reduzidos ao mesmo patamar, ou seja, ao dos saqueadores que só buscam enriquecer enquanto o povo sofre com a miséria, a inflação e a péssima qualidade dos serviços públicos.

Nem a direita, nem a esquerda escapam das críticas do orador. Primeiro, ele (1989, p. 2) ataca o deputado José Genuíno (PT/SP) por querer justificar a bomba que explodiu nas mãos de um bancário recifense em greve, filiado ao PT, como sendo “uma manobra da direita, para denegrir o partido perante a opinião pública”. Depois o orador parte para cima do general Newton Cruz, classificado como “de triste lembrança”, que apoiou o atentado contra o monumento que homenageia os operários mortos pelo Exército, em 1988, em Volta Redonda (RJ).

O orador (1989) cobra que as lideranças respeitem a lei e deem exemplo ao país:

Não se pode cobrar do povo respeito às leis quando estas mesmas leis não são respeitadas por seus líderes políticos e econômicos. E onde não impera a lei, reina a anarquia. Este é o caminho que o País parece estar trilhando, pela irresponsabilidade de seus líderes. (JORNAL DE OPINIÃO. 1989-08, p. 2).

Diante desse descalabro e dessa falta de credibilidade que atinge a direita e a esquerda da política brasileira, englobando políticos, militares, juízes e empresários, fazendo minguar a esperança dos brasileiros, o orador (1989, p. 2) faz uma pergunta-chave: “E quem fará justiça a todos os milhares de brasileiros oprimidos por salários de fome?” A resposta que ele parece querer ouvir do auditório é: “A Igreja Católica”. Isso fica evidenciado no editorial 1989-09, que analisaremos logo a seguir.

Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 77), “os fatos que são admitidos podem ser, quer fatos de observação – e esta será, talvez, a fração mais importante das premissas -, quer fatos, supostos, convencionais, fatos possíveis ou prováveis”. O orador acredita que os casos de explosão de bombas, aumentos abusivos de salários de políticos e generais, além da fuga de capitais, são fatos conhecidos e condenados por seu auditório.

4.2.8 - A Igreja resolve

No editorial intitulado “Opinião pública – A responsabilidade da Igreja”, publicado na edição de 11 a 17 de junho de 1989, e denominado editorial 1989-09, verificamos que a pergunta capciosa, feita no editorial 1989-08, sobre quem deveria assumir a liderança do movimento para ajudar o Brasil a encontrar o rumo certo, a fim de corrigir os problemas e criar condições para que houvesse ética na política, justiça econômica e social, que favorecessem a toda a população, é respondida: a Igreja Católica.

O orador usa o argumento do lugar da essência, para informar que os institutos de pesquisa apontam a Igreja Católica como possuidora do maior índice de credibilidade, em 1989. Ele cita o instituto Ibope, que apurou que 79% da população confia na Igreja Católica. O orador (1989-09, p. 2) interpreta que essa confiança é sinal de que “a população espera da Igreja uma ação concreta, uma palavra de apoio e solidariedade, que possa determinar os rumos para o país”.

O *ethos* de credibilidade da Igreja Católica naquele momento deixa o orador numa situação bastante confortável. Diante da situação de caos político e econômico que o *Jornal de Opinião* afirma existir no Brasil, agravando os problemas sociais, o orador acredita que o momento é de reforçar o nome da Igreja Católica para que ela assuma o comando das transformações que o país precisa. Dominique Maingueneau (2005, p. 71) explica a importância do *ethos* numa enunciação ao dizer que “o público constrói representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale”.

O orador arrisca dizer até mesmo qual é a expectativa do auditório em relação aos caminhos que o Brasil deve tomar. Como se dissesse que já que a Igreja Católica é tão respeitada, sua vontade é a vontade do povo brasileiro. Segundo ele (1989-09, p. 2),

esses rumos “passam, necessariamente, por uma melhoria das condições de vida do povo, por uma legislação justa e uma participação social e política efetiva”.

O *Jornal de Opinião* usa o argumento de lugar da essência para dizer que a Igreja Católica reúne todas as condições para liderar um movimento que levará o Brasil a encontrar um caminho de paz e justiça social. No mesmo editorial, o orador lembra que, no final de 1989, haveria eleições e que, mais uma vez, a Igreja Católica exerceria um importante papel de conscientização dos eleitores, para que eles escolhessem candidatos comprometidos com o bem comum.

Depois de ter ficado 21 anos sob a tutela da ditadura militar, os brasileiros parecem ser vistos pelo orador como pessoas que não conseguem caminhar com as próprias pernas. Isso fica evidente quando ele escreve:

Quando a população aponta a Igreja como instituição mais confiável do País não está lhe concedendo um prêmio para ser exposto em prateleiras. Na verdade está passando-lhe uma procuração assinada em branco. Ao demonstrar sua confiança na instituição o povo pede que ela assuma suas reivindicações e busque a solução de seus problemas. (JORNAL DE OPINIÃO. 1989-09, p. 2).

Talvez o orador, nesse caso, tenha subestimado o seu auditório ao pretender que ele passaria à Igreja uma procuração assinada em branco para a solução de seus problemas e, ao mesmo tempo, superestimado o seu próprio *ethos*. O orador poderia ter causado o descontentamento de muitos membros do auditório ao tratá-lo como incapaz de agir com autonomia e independência para resolver os problemas de seu país.

Maingueneau alerta que não se pode fazer do *ethos* um meio de persuasão. O pesquisador (2005, p. 75) adverte que “ele é parte constitutiva da cena de enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência”. Entusiasmado com o elevado índice de credibilidade da Igreja Católica, em 1989, o orador acha que isso é suficiente para convencer o auditório a aceitar a tutela da instituição.

4.2.9 - Vontade divina

Selecionamos como contraditório dentro da coleção de editoriais de 1989, o que é intitulado “Reprodução humana – A paternidade responsável”, publicado no período de 19 a 25 de fevereiro e denominado editorial 1989-02. O orador inicia sua

argumentação falando da necessidade de a conduta humana e a ciência obedecerem à ética, chamada de ciência da moral.

Depois de dizer que o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus, o orador (1989-02, p. 2), ressalta que “a meta do ser humano é a transcendência; paira, portanto, muito acima da matéria e dos objetivos terrenos que ele possa ter. Se não alcança a visão e a consciência desta realidade, perde-se o contato com a Verdade revelada por Cristo”.

No editorial 1989-02, o orador diz ao auditório que as questões terrenas, por mais importantes que sejam, têm um valor menor do que as divinas. Falando a um auditório que presume ser formado majoritariamente por católicos, o orador está convicto de que para ele a palavra de Deus tem mais peso do que a dos homens. O editorialista busca ainda um objeto de acordo baseado no real ao utilizar a “Verdade”, grafada por ele em caixa alta e baixa.

Conforme Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 77), “designar-se-ão de preferência com o nome de verdades sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos, que se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência”. Para o orador, a verdade da fé é incontestável e deve ser obedecida por todos os católicos.

O passo seguinte é criticar a ciência por estar ferindo a ética, ao desenvolver técnicas artificiais para a reprodução humana. O orador reconhece que a posição da Igreja Católica não tem sido compreendida e aceita, mas há que se entender o porquê dessa postura:

Experiências até que bem sucedidas, como a da reprodução *in vitro*, não merecem a aprovação eclesial. Ela contraria a vontade divina, os insondáveis desígnios da vontade divina. A ciência humana – justamente por ser humana - está condicionada às limitações próprias do homem, enquanto o saber de Deus é universal. Só Ele conhece tudo o que explica a nossa existência e justifica nossas venturas e desventuras neste mundo. (JORNAL DE OPINIÃO. 1989-02, p. 2).

O aborto é outro tema tratado neste editorial. O orador (1989-02, p. 2), alerta que “os métodos abortivos de limitação da reprodução contrariam a regra básica da ética cristã de respeito à vida. (...) Quem pode contestar que a vida começa na concepção? Como negar que toda obra de arte começa no primeiro gesto do artista?”. O objetivo do

orador parece ser o de marcar a posição da Igreja Católica em relação a esse assunto, que volta e meia é trazido à tona pela mídia, os políticos e a sociedade.

Diferente da postura que adota nos demais editoriais de 1989 analisados nesta pesquisa, nos quais o orador critica as lideranças políticas e econômicas e exige que sejam feitas mudanças que tragam justiça social, no editorial 1989-02, o orador trata da força de Deus e do respeito que deve existir em relação aos desígnios do Pai. A estratégia argumentativa do orador é a da heterogeneidade constitutiva do discurso.

De acordo com Authier Revuz (2004, p.69), “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do outro’”. Ao tratar da reprodução *in vitro* e do aborto, o orador afirma que são questões divinas, sem esclarecer o que foi dito por Deus e está presente na Bíblia e o que são normas criadas pela hierarquia da Igreja Católica. Mesmo sendo considerados pela instituição como representantes de Deus na terra, o papa, os cardeais, os bispos e os padres são homens como quaisquer outros e suas palavras não são divinas. O orador parece acreditar em um auditório que partilha dessa verdade.

4.2.10 - Regularidade discursiva

Uma regularidade discursiva pôde ser verificada nos editoriais de 1989. O orador assume uma postura mais engajada, critica os governantes pelos desmandos na política, ataca a corrupção e a impunidade. Exige que sejam feitas mudanças estruturais, como a reforma agrária e uma melhor distribuição de renda, e que sejam tomadas medidas concretas para que haja justiça social. Até mesmo a abertura de diálogo para tratar de dogmas, como o celibato obrigatório, é defendida por ele.

A Igreja Católica é apontada pelo orador, dessa fase inicial do *Jornal de Opinião*, como a única instituição com credibilidade e competência para liderar o movimento pela redemocratização segura do Brasil. Nesse “novo” país, todos terão seus direitos de cidadãos respeitados e não haverá privilégios para grupos. Um sonho utópico que o orador procura partilhar com seu auditório.

4.3 - Editoriais de 1999 - Discurso em transição

4.3.1 - Sussurros conservadores

Dez anos depois do lançamento do *Jornal de Opinião*, observa-se que algumas mudanças começam a ser feitas na sua linha editorial. As conjunturas política, econômica, social, cultural e religiosa brasileiras mudaram durante esta década. Depois do fracasso do Governo Collor, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o poder e durante a gestão do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi lançado o Plano Real. O problema da inflação, que estava entre as principais preocupações dos brasileiros, foi controlado e alavancou a candidatura de FHC, eleito presidente da República em 1995 e, reeleito, em 1998.

O temor da Igreja Católica de que o processo de redemocratização pudesse retroceder diminuía, consideravelmente. A economia dava sinais de recuperação, impulsionada pela globalização, que levava o Brasil a encontrar mercado em outros países. Havia, contudo, problemas sérios de empresas que não conseguiam competir com produtos importados, “quebravam” e faziam aumentar o desemprego. O Governo Federal investia em novos projetos sociais, mas a pobreza e a falta de perspectivas deixavam uma parte da população desalentada.

Em alguns de seus editoriais publicados em 1999, o *Jornal de Opinião* mostra sua preocupação com essas questões. Parecem refletir certo resquício que ficou da postura engajada, que se vê nos editoriais de 1989. Porém, percebe-se que a linha editorial está em processo de mudança. Questões religiosas e a valorização dos representantes da hierarquia da Igreja Católica ganham mais espaço. As palavras de ordem, “gritadas” nos editoriais de 1989, cedem lugar aos “sussurros” conservadores emitidos pelo novo modelo de Igreja, que ganha espaço no Brasil.

4.3.2 - Estatísticas dos editoriais

Foram escritos apenas dez editoriais neste ano. O orador parece não ter muito o que dizer, e só se manifesta em ocasiões especiais. Ele pode adotar essa postura por dois motivos opostos: ou não concorda com os novos rumos seguidos pela Igreja Católica e prefere não opinar ou concorda e acha desnecessário dar explicações, pois o conteúdo da publicação fala por si só. Veja abaixo a relação de temas abordados:

Tema	Número de inserções
------	---------------------

<i>Jornal de Opinião</i> (mudanças da linha editorial, no formato e campanhas promocionais)	6
Educação e trabalho	1
Cardeal Dom Serafim Fernandes de Araújo	1
Livro do padre Johan Konings	1
Natal	1

O nome da página foi alterado de “Opinião” para “Diálogo”. O orador parece sinalizar que, de agora em diante, não pretende apenas emitir sua opinião, mas ouvir o que o auditório tem a dizer. Outra mudança é que os editoriais passam a ser assinados pelas editoras. O orador agora tem nome e sobrenome, responsabilizando-se pelo que for dito. Verificamos que o discurso da Igreja Católica nos editoriais sofreu alterações, ou seja, ainda trata de temas políticos e sociais do Brasil, mas contempla mais assuntos religiosos, talvez para agradar um auditório mais conservador.

4.3.3 – Mudança na conjuntura religiosa

Algumas questões da hierarquia da Igreja Católica, que ocorriam em 1999, precisam ser consideradas antes de iniciarmos a análise dos editoriais. A primeira delas é que o arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom Serafim Fernandes de Araújo, completaria 75 anos naquele ano e, como prevê o Código de Direito Canônico, que rege as leis da instituição, deveria pedir sua aposentadoria. Porém, como fora elevado a cardeal em 1998, a expectativa de muitos católicos da Arquidiocese de Belo Horizonte era de que o Papa João Paulo II, que lhe concedera o título por distinção, já que Belo Horizonte não é sede cardinalícia²², deveria lhe dar mais algum tempo de permanência no cargo. Os boatos sobre prováveis nomes para substituir dom Serafim, porém, já começavam a surgir.

Na América Latina, a Teologia da Libertação fora quase que totalmente defenestrada por João Paulo II, já um pouco alquebrado pelo peso dos 79 anos de idade

²² O Vaticano define as dioceses que são sedes cardinalícias de cada país. Nelas, o bispo recebe o título de cardeal e compõe o seletor colégio que terá direito de eleger ou ser eleito o próximo papa. No Brasil existem quatro sedes cardinalícias: Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador.

e pela ação do Mal de Parkinson – que começou a se manifestar em 1994 -, e por seu fiel escudeiro, o prefeito da Congregação para Doutrina da Fé, cardeal Joseph Ratzinger. Por outro lado, movimentos religiosos de linha mais conservadora, como a Renovação Carismática Católica, e os padres-cantores como Marcelo Rossi, reuniam, no final da década de 1990, milhares de fiéis nas missas-show. Era diante desse cenário que o *Jornal de Opinião* tinha que circular.

No editorial intitulado “Educação e trabalho: pilares para um mundo melhor”, publicado na edição de 8 a 14 de fevereiro de 1999, denominado editorial 1999-01, o orador discute os problemas educacionais que atingem o mundo. Cita o relatório “Situação Mundial da Infância – 1999”, divulgado pelo Unicef, que constata que o direito à educação é negado a 130 milhões de crianças nos países em desenvolvimento, entre os quais está o Brasil.

Como se vê, os temas políticos e sociais ainda continuam em pauta na publicação. Mesmo com os avanços que ocorreram na última década, a preocupação com a justiça social ainda é enfocada pelo *Jornal de Opinião*. O orador (1999-01, p. 2) lembra que, na Campanha da Fraternidade do ano anterior, a CNBB apontou “a problemática da educação como base para a promoção da cidadania e do desenvolvimento social”.

O desemprego, que atingia um grande número de brasileiros em 1999, era o tema da Campanha da Fraternidade daquele ano e o orador comentou que o colunista e padre João Batista Libanio (1999-01, p. 11) sugeria em seu artigo publicado naquela edição que “a educação, a capacitação e a criatividade são as setas que apontam saídas para o desemprego”.

Educação e trabalho são indicados pelo orador (1999-01, p. 2) como os pilares para “construção de uma sociedade sem chagas, que tenha perspectivas de desenvolvimento humano e econômico”. Ele parece exigir que o progresso econômico não deixe para trás a dignidade humana. Cobra de governantes e empresários a oportunidade para que os brasileiros, que foram excluídos do mercado de trabalho pelo baixo nível de instrução, possam estudar e recuperar os seus empregos.

Importante observar que o editorial 1999-01 traz outra inovação em relação aos editoriais de 1989: uma fotografia. Nela uma criança negra, esboçando um sorriso, está sentada numa carteira, segurando um lápis. Optamos por não emitir opinião sobre ela, já que nossa pesquisa não contempla a análise de imagens.

4.3.4 - *Cara nova*

O editorial intitulado “O *Jornal de Opinião* está de cara nova”, publicado na edição de 8 a 15 de março de 1999, e denominado editorial 1999-02, é emblemático ao anunciar que uma nova era chega à publicação. Novos ventos sopravam e novas vozes, que aparentavam ter um tom mais conservador, se mostravam nas páginas da publicação. Percebe-se que a proposta inicial de se fazer um jornal mais combativo e engajado nas questões políticas, econômicas e sociais do Brasil está sendo abandonada.

Dificuldades para se aumentar o número de assinantes e anunciantes do *Jornal de Opinião*, pressões dos leitores e da hierarquia da Igreja parecem impelir a publicação a buscar um novo caminho. Nele, a justiça parecer ser mais divina e menos social, em vez de conscientizar os católicos para escolherem bons políticos a proposta é melhorar sua formação religiosa. A caminhada, porém, está só começando.

No editorial 1999-02, o orador (1999-02, p. 2) anuncia que o *Jornal de Opinião* está de cara nova. O objetivo é de oferecer ao auditório “um veículo moderno, dinâmico e em dia com os acontecimentos na Igreja e na sociedade”. A própria hierarquização dos “acontecimentos” disposta pelo orador, colocando primeiro a Igreja e depois a sociedade, é um prenúncio de que o jornal passaria a dar prioridade aos assuntos internos da instituição em detrimento de outras questões.

Observamos, ainda, que as preocupações estéticas e um conteúdo menos politizado ganham mais importância nessa nova fase do *Jornal de Opinião*. O orador (1999, p. 2) avisa ao auditório que “nossas páginas estão mais leves e ‘arejadas’ para que você leitor tenha prazer em ter, em suas mãos, um jornal bonito e agradável de ler”. Ao que nos parece, os itens lexicais “leves” e “arejadas”, este último grafado com aspas pelo orador, dizem respeito tanto ao aspecto estético quanto ao conteúdo do jornal.

É como se o orador dissesse ao auditório que, de agora em diante, os temas seriam tratados com menos contundência e de forma mais leve. Com isso, a publicação se tornaria mais bonita, agradável de ler e daria prazer aos leitores. O hedonismo é um dos valores cultivados pela sociedade contemporânea e o orador se lembra disso. Também não podemos nos esquecer de que, desde 1998, o arcebispo dom Serafim Fernandes de Araújo, responsável pelo *Jornal de Opinião*, é cardeal e não poderia

desagradar o Papa, que propunha uma Igreja menos engajada politicamente e mais voltada para questões religiosas na América Latina.

O perfil do auditório parece refletir essa nova proposta editorial do *Jornal de Opinião*, tanto que os resultados da pesquisa, que o orador comenta no editorial 1999-02, revelam que a página de “Espiritualidade” é a preferida pelos leitores. Seus membros pedem mais orações e menos bordões políticos, preferem levar terços nas mãos a cartazes de protesto, pedem que as bandeiras dos partidos políticos sejam arriadas para dar lugar aos estandartes com imagens de Nossa Senhora e dos santos. Essa parece ser a “nova cara” que o *Jornal de Opinião* passa a mostrar, em 1999.

Outros espaços da publicação, que os leitores apontaram como seus preferidos na pesquisa, são “O olhar do teólogo” e “Bíblia”, ambos escritos por padres. O auditório prefere ouvir a voz oficial da Igreja. Mesmo que os padres João Batista Libanio e Johan Konings, responsáveis respectivamente pelas duas colunas, sejam de uma linha mais progressista, eles não deixam de ser sacerdotes e isso parece agradar ao auditório. Para atender às reivindicações do auditório, o orador anuncia que está sendo criada mais uma página de espiritualidade num espaço nobre do jornal, que é a contra-capa. A proposta para essa nova página é usar imagens grandes e pouco texto. Esse auditório, com perfil semelhante ao de muitos outros do mundo contemporâneo, não parece querer ler longos tratados e reflexões complexas. Fica mais contente com uma bela imagem, acompanhada de uma simples legenda ou uma breve oração.

Outra alteração que leva-nos a perceber a mudança de rota editorial do *Jornal de Opinião* ocorreu na página 3. Nela, durante um longo tempo, os jesuítas da Faculdade dos Jesuítas (Faje) de Belo Horizonte, que têm no geral uma postura político-teológica mais avançada, escreveram seus artigos e reflexões. O orador anuncia que haverá, de agora em diante, um revezamento com os grupos de espiritualidade beneditina, franciscana e carmelita. Coincidentemente, dom Marcos Barbosa, que criticou a linha editorial do *Jornal de Opinião*, em 1989, era beneditino.

Houve ainda a ampliação do espaço para a coluna “Bíblia”, que ocupava meia página e passou para uma página inteira. Educadores e psicólogos foram agregados à nova equipe de colaboradores do *Jornal de Opinião*. Também houve o deslocamento do espaço da entrevista ping-pong, chamado de “Painel”, da contra-capa para o interior do jornal. Isso significa que ele, que serviu de espaço para entrevistas polêmicas no passado, com a de frei Betto, perdeu importância. Neste número, o entrevistado foi o

cardeal dom Serafim Fernandes de Araújo. Mais uma vez, a voz da principal autoridade da Igreja Católica em Belo Horizonte é oferecida ao auditório.

O orador (1999-02, p. 2) finaliza o editorial dizendo ao auditório que aguarda sua aprovação e esclarece qual deve ser sua mensagem dali para frente: “Este é o novo *Jornal de Opinião*. Esperamos que nossos leitores aprovelem as mudanças e que elas venham trazer ainda mais subsídios para a formação humana e cristã de todos nós!” A publicação quer se adequar às demandas desse, que parece ser um novo auditório, talhado por esse novo modelo de Igreja, que está se instaurando no Brasil.

4.3.5 - Jornalismo “chapa branca”

O editorial intitulado “Parabéns dom Serafim!!”, publicado na edição de 27 de abril a 3 de maio de 1999, e denominado editorial 1999-03, foi escolhido por nós para ser o contraditório. Como na coleção de 1999, há tanto editoriais com uma linha de argumentação mais engajada politicamente, como era feito em 1989, quanto outros que sinalizavam para um discurso mais conservador, optamos por um editorial contraditório em relação aos de linha mais progressista. Nele, o orador trata apenas do cardeal dom Serafim Fernandes de Araújo, cumprimenta-o pelos 50 anos de sacerdócio, 40 anos de bispos e 75 anos de idade.

A autoridade da Igreja é incensada pelo orador. Ele parece acreditar que o auditório partilha consigo a escolha e a imagem das lideranças da instituição. Diz a todos que assume a responsabilidade de saudar o grande líder. Também respalda essa postura, ao publicar o depoimento de amigos que falam “sobre a vida e a missão do cardeal”. O cargo é citado sem o nome de dom Serafim, conferindo-lhe a importância de fazer parte de um grupo de cerca de 200 “príncipes da Igreja”, que são conselheiros diretos do Papa e poderão eleger e também ser eleitos seus sucessores.

O orador deixa claro que o principal responsável pelo *Jornal de Opinião* está mais próximo do Papa e, portanto, a publicação ecoa a voz do Vaticano. Se o “novo” jornal fosse um carro, agora estaria começando a usar “chapa branca”. Em se tratando de um auditório particular, o orador sabe que o argumento quase-lógico da autoridade tem grandes chances de surtir efeito. A dupla de pesquisadores belgas (2005) explica o efeito desse argumento:

Muitas vezes, antes de invocar uma autoridade, costuma-se confirmá-la, consolidá-la, dar-lhe a seriedade de um testemunho válido. Com efeito, quanto mais importante é a autoridade, mais indiscutíveis parecem suas palavras. No limite, a autoridade divina sobrepuja todos os obstáculos que a razão poderia opor-lhe. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 351).

Frente ao fenômeno da secularização presente no mundo contemporâneo, o orador tenta valer-se da autoridade do cardeal dom Serafim para mostrar que o responsável pelo *Jornal de Opinião* é um representante direto do papa. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) alertam, contudo, que o argumento da autoridade é um dos mais criticados no meio retórico-argumentativo. Segundo os pesquisadores (2005, p. 348), o motivo é por ser um dos “mais largamente utilizado, e isso de uma maneira abusiva, peremptória, ou seja, concedendo-lhe um valor coercivo, como se as autoridades invocadas houvessem sido infalíveis”.

O “novo” *Jornal de Opinião*, como foi anunciado pelo orador, dá claros sinais de que uma nova estratégia argumentativa está em curso. Com base na pesquisa com seu auditório e na percepção de que a Igreja Católica vive um momento diferente do modelo de 1989, a publicação busca novas bases de acordo com seus leitores. É preciso de mais um tempo para se avaliar o efeito dessa mudança e onde a instituição pretende chegar. Um católico, um pouco perplexo com essas alterações que começavam a ocorrer no *Jornal de Opinião*, poderia exclamar: “Só Deus sabe...”.

O discurso engajado de uma Igreja progressista do período inicial do *Jornal de Opinião* ficou para trás, em virtude das mudanças nas conjunturas política, econômica, social, cultural e religiosa que vinham ocorrendo no Brasil e no mundo. Em 1999, a publicação vive um momento de transição, no qual se percebem resquícios de engajamento, porém são claros os sinais de um novo modelo de Igreja mais voltada para as questões divinas, da oração e do esforço para evangelizar e converter mais fiéis. Mais dez anos seriam suficientes para a consolidação desse discurso conservador.

CAPÍTULO 5 – Editoriais de 2009 – o retrocesso do discurso e comparações entre as décadas

5.1. – Retorno à grande disciplina

O *Jornal de Opinião* completou 20 anos, em 2009, e o novo modelo de Igreja de tendência conservadora, que dava claros sinais em 1999, nessa fase está consolidado. Depois de 27 anos de papado de João Paulo II, que morreu em 2005, e quatro do seu sucessor, Bento XVI, grande parte dos bispos e arcebispos nomeados têm um perfil mais conservador, ao deixar de lado a conscientização e mobilização política dos fiéis, priorizando a fé, o louvor e as questões internas da instituição. A relação dessas lideranças com o papa é de plena obediência às suas orientações. O teólogo João Batista Libanio verificou essa mudança de rota, em 1984, quando publicou o livro *A volta à grande disciplina – Reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja*.

O documento final da Conferência Episcopal Latino-Americana de Aparecida (SP), realizada em 2007, e que contou com a presença de Bento XVI, é emblemático. Depois de a comissão de redação tê-lo alterado, após a sua aprovação pelos delegados eleitos por seus pares nas diversas Conferências de Bispos do continente, o mesmo foi sancionado pelo Papa. Publicamente, somente alguns padres e assessores, como o padre Agenor Brighenti que, em 2008, publicou o livro *Aparecida em resumo – O Documento Oficial com referência às mudanças efetuadas no Documento Original*, mostrando as alterações, protestaram.

A presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) teve a partir de 1995, quando foi eleito o cardeal dom Lucas Moreira Neves, uma sucessão de nomes da linha conservadora ou moderada da Igreja. O bispo de Pelotas (RS), dom Jayme Chemello (1998-2003), é de uma linha mais moderada. Depois dele foi eleito o cardeal dom Geraldo Majella Agnello (2003-2007), que ocupou um cargo burocrático no Vaticano por vários anos; depois dom Geraldo Lyrio Rocha (2007-2011), de linha mais moderada; e, por fim, o cardeal dom Raymundo Damasceno, eleito em 2011, que por ser cardeal é de total confiança da Santa Sé.

Na Arquidiocese de Belo Horizonte, o novo titular, desde 2004, é dom Walmor Oliveira de Azevedo, que era bispo-auxiliar de dom Geraldo Majella Agnello, na Arquidiocese de São Salvador. Entre as críticas que recebe no meio religioso está a de clericalizar o governo da Arquidiocese, colocando bispos-auxiliares e padres na maioria dos cargos eclesiásticos e administrativos. Os leigos e as mulheres têm pouco espaço. Outro dado curioso é que um elemento litúrgico passou a se destacar entre os padres e bispos que ocupam cargos de mando: o uso do *clergyman*. Trata-se de um anel de plástico que é colocado no meio do colarinho da camisa, onde ficaria a gravata. Parece ser uma forma de reforçar a identificação de bispos e padres que, desde o Concílio Vaticano II, foram liberados de usar a batina, o hábito e outros paramentos em público, fora das celebrações. O objetivo talvez seja o de criar o *ethos* de autoridades religiosas desses homens.

Nesse novo modelo de Igreja, que denominaremos “Igreja de *clergyman*” e que está presente no Brasil e no mundo, as lideranças da instituição precisam ser reconhecidas e respeitadas como ocorria antes da Revolução Francesa (1789).

5.1.1 - Análise qualitativa

Foram publicados um total de 52 editoriais no *Jornal de Opinião*, em 2009, todos eles assinados pelo vigário episcopal para Comunicação da Arquidiocese de Belo Horizonte, padre José Januário Moreira; ou pelo coordenador da publicação, padre Gladstone Elias de Souza. Também foi publicada a fotografia do responsável junto com o editorial. O nome da página continuou sendo “Diálogo”.

Os temas mais abordados pelos editoriais durante esse período foram:

Tema	Quantidade
Dom Walmor Oliveira de Azevedo (realizações, publicações, repercussões sobre seus artigos e mensagens)	6
<i>Jornal de Opinião</i>	6
Páscoa	3
Padres	3
Quaresma	2
Educação	2

5.1.2 - Outros temas abordados uma vez cada um:

Transformação do mundo pela fé, jovens, mensagem de Bento XVI a Barack Obama, Arquidiocese de Belo Horizonte, paz, cardeal dom Serafim Fernandes de Araújo, novas regras ortográficas, Maria, degradação ambiental, anjos e demônios, pesquisa com células-tronco embrionárias, capacidade de resiliência, falhas da experiência religiosa, quilombolas e vítimas de enchentes, ano sacerdotal, encíclica *Caridade e Verdade* (Bento XVI), monotonia intelectual, cristãos e uma nova atitude diante da vida, Pastoral Rodoviária, Projeto Ficha Limpa, paramentos para igrejas e padres, bobo da corte no governo, vida e morte, fé e esperança, Copa de 2014 e Olimpíada de 2016, Conferência Nacional de Comunicação, Documento dos Leigos, Direitos Humanos, Igreja e pós-modernidade, mensagem de Natal e ética do cotidiano.

5.1.3 - Formação de discípulos

O primeiro editorial de 2009, intitulado “O verdadeiro discípulo (Lc. 24, 13-35)”, publicado na edição de 29 de dezembro de 2008 a 4 de janeiro de 2009, que denominamos 2009-01, foi escrito pelo padre José Januário Moreira. O editorial é assinado e a novidade é que agora o auditório pode ver a fotografia e o cargo do orador.

É interessante observar que padre Januário é mostrado com o *clergyman*. Se o Concílio Vaticano II aboliu o uso da batina ou do hábito religioso fora das celebrações religiosas, o uso do *clergyman* voltou a ser comum na Arquidiocese de Belo Horizonte entre os padres e bispos que ocupam cargos importantes.

Avaliamos que isso já sinaliza a clericalização da Igreja Católica, ou seja, os leigos perdem espaço e a maioria dos cargos de comando é ocupada por bispos, padres e freiras. O orador parece querer dizer ao auditório que agora quem se dirige a ele, por meio do *Jornal de Opinião*, é uma autoridade da Igreja. Ela lhes fala com maior propriedade, já que integra a hierarquia da instituição e, por isso, é um representante autêntico de Deus na Terra.

Frei Bernardino Leers (2010) explica a relação de subserviência entre o padre e a assembleia de fiéis, nos primeiros séculos da Igreja Católica. O Concílio Vaticano II procurou mudar essa relação, mas as lideranças conservadoras parecem querer retornar a esse período antigo:

Desde o século VIII, o relacionamento entre o clero e o povo cristão começa a mudar. Tanto na teoria teológica, quanto na vida prática, a posição do sacerdote evolui, distanciando-se da comunidade dos fiéis em sentido vertical. Por causa da evolução lingüística, a comunicação na liturgia falha, porque o latim usado forma uma barreira para a participação do povo, reduzindo-o a mero assistente passivo. Na Eucaristia, o celebrante se coloca de costas para o povo e reza o cânon em voz baixa, como se fosse um santuário em que só ele, o sumo sacerdote, pode entrar. Na Missa privada, ele nem precisa mais da comunidade; basta ter um ajudante, porque só ele possui o poder de consagrar o pão e o vinho. (LEERS. 2010, p. 55).

O interesse de algumas lideranças da Igreja Católica em retrocederem ao período anterior ao Concílio Vaticano II pode ser comprovado por meio da “Instrução sobre a aplicação do *Motu próprio Summorum Pontificum*”, divulgado no dia 13 de maio de 2011, pela Pontifícia Comissão Ecclesia Dei, do Vaticano²³. Aprovada pelo Papa Bento XVI, ela autoriza o retorno da Missa Tridentina ou missa em latim.

A mudança do discurso do *Jornal de Opinião*, agora mais voltado para questões religiosas e internas da Igreja Católica, pode ser verificada a partir do título “O verdadeiro discípulo”, do editorial 2009-01. Trata-se de um trecho de uma citação bíblica retirada do Evangelho de Lucas. O orador nos diz quem é o verdadeiro discípulo ou seguidor de Jesus Cristo. Permanece aí o desejo de manter o auditório sob a tutela da Igreja, como se ele não tivesse condições de ter autonomia.

O orador começa dizendo que o que vem de Deus é superior a todos os resultados terrenos, do ponto de vista estatístico ou midiático:

A eficácia e os resultados de uma ação pastoral e de solidariedade humanitária não se medem somente por valores numéricos ou por repercussão midiática, mas pelos frutos de conversão e pelo mistério abrasador do amor de Deus fecundado no coração de cada ser humano. (MOREIRA. 2009-01, p. 2).

O argumento usado pelo orador é o da comparação. Ele afirma que os números e manchetes na imprensa valem menos do que a conversão e a presença de Deus no coração de cada um.

23

5.1.4 - “Novo” pobre

O orador confirma o que foi dito pelo teólogo Jung Mo Sung, no capítulo 2 dessa dissertação, que para o modelo de Igreja Católica atual houve uma mudança no conceito de pobre. Ele não é mais o que não tem casa, comida, educação e atendimento médico de qualidade, mas o que não tem Deus em seu coração. Esse “novo pobre” é apontado pelo teólogo como prioridade para o que denominamos “*Igreja de clergyman*”.

O orador prossegue nessa mesma linha de raciocínio ao explicar que o verdadeiro discípulo deve trilhar o caminho de Emaús, como é proposto pelo apóstolo Lucas. Ele (2009-01, p. 2) salienta que “caminhar todos os dias com o Senhor, tendo o interior tocado pelo Pão da Palavra e pelo Pão da Eucaristia, nos faz diferentes, revolucionados e comprometidos com a transformação da realidade que nos cerca”.

O pão que deve ser dado ao auditório, de acordo com a proposta do orador, não é o alimento feito de farinha de trigo e que alimenta o corpo, mas aquele que vem da Palavra de Jesus e da Eucaristia – consagrado durante a missa e que representa o corpo de Cristo -, alimentando a sua alma. O orador adverte que aqueles que estiverem com a alma “bem nutrida” são os autênticos “discípulos revolucionários”, que vão transformar a realidade.

O orador não faz referência direta aos problemas da realidade atual, mas reconhece que ela precisa ser transformada. Ele, porém, não diz que além do pão da Palavra e da Eucaristia, o auditório também deveria receber o pão que alimenta seu corpo. Problemas como os da secularização da sociedade atual e da perda de fiéis pela Igreja Católica preocupam mais o orador do que as questões sociais.

O testemunho cotidiano “apaixonado” dos leigos, leigas, pastores e consagrados é cobrado pelo orador. Ao apelar para a paixão, o orador comete um erro que poderá comprometer sua argumentação:

O homem apaixonado, enquanto argumenta, o faz sem levar suficientemente em conta o auditório a que se dirige: empolgado por seu entusiasmo, imagina o auditório sensível aos mesmos argumentos que o persuadiram a ele próprio. O que a paixão provoca é, portanto, por esse esquecimento do auditório, menos uma ausência de razões do que uma má escolha das razões. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA. 2005, p. 27).

Mesmo que o orador presuma que fale para um auditório particular, que é tocado pela paixão de Cristo, os pesquisadores belgas alertam que o homem apaixonado deixa a razão de lado e só se preocupa com si mesmo e com o objeto da sua paixão. Esse tipo de atitude pode comprometer a argumentação já que, conforme Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 27), “ao auditório cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores”.

5.1.5 - Combustíveis do medo

A mediocridade e a mesmice, criticadas pelo orador, são apontadas por ele como combustíveis do medo para encarar o “Novo” (escrito em caixa alta e baixa). Ele explica que esse “Novo”, verdadeiramente, refaz a história. É provável que esse “refazer a história” para muitas lideranças da Igreja Católica de hoje seja retornar ao período que antecede o Concílio Vaticano II, ou seja, uma instituição mais clericalizada, mais voltada para questões religiosas e menos envolvida em questões políticas e sociais.

Aproveitando o período de publicação do editorial, o orador (2009-01, p. 2) fala da explosão “do mistério do Natal, que convoca a todos a se encantarem pelo Mestre e a concretizarem o Reino de fraternidade e solidariedade vivido e proclamado por Jesus”. O nascimento de Jesus é esse mistério de Natal, dito pelo orador. Os valores universais de fraternidade e solidariedade são as bases da sua argumentação para convencer o auditório sobre a necessidade de se construir um novo mundo.

Sobre a utilização dos valores universais, Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 86) explicam que “só se pode considerá-los válidos para um auditório universal com a condição de não lhes especificar o conteúdo. A partir do momento em que tentamos precisá-los, já não encontramos senão a adesão de auditórios particulares”. É provável que o orador tenha querido falar também aos não-católicos, que podem ler o *Jornal de Opinião* e prezar valores como fraternidade e solidariedade.

Finalizando o editorial 2009-01, o orador convida o auditório a ler o *Jornal de Opinião* com atenção aos aspectos motivadores, para transformar o mundo em que vivemos. Ele (2009, p. 2) encerra desejando “um corajoso e audacioso novo ano!”. Coragem e audácia são valores abstratos. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 89) assinalam que “a necessidade de estribar-se em valores abstratos talvez esteja vinculada essencialmente à mudança. Eles manifestariam um espírito revolucionário”. O verbo

“revolucionar”, utilizado pelo orador neste editorial, talvez indique a transformação da Igreja mais envolvida para as questões políticas e sociais do Brasil em uma “Igreja de *clergyman*”.

Essa estratégia argumentativa de falar em mudança mirando o passado é explicada pelos pesquisadores:

A justificação da mudança será substituída muitas vezes por uma tentativa de provar que não houve mudança real. Essa tentativa é às vezes determinada pelo fato de que a mudança é vedada: o juiz, que não pode mudar a lei, sustentará que a sua interpretação não a modifica, que não corresponde melhor à intenção do legislador; a reforma da Igreja será apresentada como uma volta à religião primitiva e às Escrituras. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA. 2005, p. 120).

Pedro Ribeiro de Oliveira (1992) traça o perfil das lideranças desse novo modelo de Igreja, por nós chamada de “Igreja de *clergyman*”. Segundo ele (1992, p. 46), “salvo raras e honrosas exceções, os novos bispos e arcebispos são pessoas cuja prioridade é a preservação da autoridade eclesiástica, das doutrinas e normas estabelecidas e a defesa das medidas canônicas vindas da Santa Sé”.

5.1.6 - Justiça divina

O item lexical “justiça” é o tema central do editorial intitulado “A paz é fruto da justiça (CF/2009) – Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados (Mt. 5, 6)”, publicado na edição de 2 a 8 de março de 2009 e que denominados 2009-02. O autor é o padre José Januário Moreira. O termo “justiça” é utilizado dentro de uma conotação diferente da que era dada na maioria dos editoriais de 1989, quando se falava muito em justiça social. As lideranças da “Igreja de *clergyman*” utilizam mais o termo “justiça” com a conotação divina.

O editorial 2009-02 trata da Campanha da Fraternidade de 2009, cujo tema foi “Fraternidade e Segurança Pública” e o lema “A paz é fruto da justiça”. O orador (2009-02, p. 2) inicia sua argumentação dizendo ao auditório que “o exercício coerente do discipulado pede a cada cristão, no seguimento do Mestre, vivenciar a dimensão cidadã como caminho construtor da verdadeira paz”. Ele insiste para que o auditório se converta primeiro e, depois, viva como cidadão que vai construir a paz.

O orador usa a heterogeneidade discursiva constitutiva ao não deixar claro o que é orientação da hierarquia da Igreja Católica e o que é uma ordem divina. Dominique

Maingueneau (1997, p. 75) explica que “a heterogeneidade constitutiva não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva”.

O pesquisador francês nos ajuda a entender essa estratégia argumentativa do orador do *Jornal de Opinião* ao dar seu conceito de interdiscurso:

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos. (MAINGUENEAU. 1997, p. 113).

O conceito de paz também é alterado pelo orador dentro de seu propósito de valorizar mais as questões divinas em detrimento dos assuntos terrenos. Ele (2009-02, p. 2) afirma que paz “não é ausência de crimes, conflitos, crises ou mesmo definição de espaço de gêneros... Paz é, antes de tudo, presença. A falta de presença de Deus nas famílias e no mundo globalizado em que vivemos desencadeia uma realidade de morte e não de vida”.

5.1.7 - Falta Deus

Assim como a pobreza maior para a Igreja Católica no século XXI parece não ser a material, o orador afirma que, para a instituição, a violência, a guerra e outros crimes talvez sejam menos importantes que a falta de Deus nesse mundo globalizado. Ele afirma que isso é que ocasiona uma realidade de morte, provavelmente dos espíritos e não dos corpos. O orador parece dizer que a segurança pública dos cidadãos deve ser garantida pelo Estado. À Igreja Católica cabe a segurança das almas, que precisam estar convertidas a Deus.

O auditório é orientado a buscar respostas e reparações divinas ao se defrontar com problemas terrenos. Segundo o orador (2009-02, p. 2), “a indignação diante das injustiças convoca e provoca em cada um de nós o desafio de ir às raízes mais profundas do Evangelho”. Deus e não os governantes é que deve ser procurado pelos católicos quando aumentam os índices de violência nas cidades ou a deputada federal Jaqueline Roriz é absolvida por seus pares, depois de ter sido flagrada recebendo doações de forma ilícita.

O *Jornal de Opinião* é apresentado ao auditório como o veículo de comunicação que pode guiar os seus passos. O orador (2009-02, p. 2) ressalta que a publicação “traz perguntas ousadas, incita o leitor à reflexão mais profunda e quer desinstalar os indiferentes que conseguem se apresentar como cristãos”. A presunção, que é objeto de acordo baseado no real, é utilizada pelo orador. Ele presume que o auditório confia que o *Jornal de Opinião* o conduzirá ao melhor caminho, já que ele representa a palavra de Deus e a fé católica.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 79) comentam que as presunções são admitidas pelos auditórios, por gozarem de acordo universal. Porém, os pesquisadores ressaltam que a adesão às presunções não é máxima e é necessário reforçá-las com outros elementos. O orador (2009, p. 2) sabe dessa exigência e aproveita para citar o objetivo geral da campanha da fraternidade daquele ano: “Suscitar o debate sobre a segurança pública e contribuir para a promoção da cultura da paz (...) a fim de que todos se empenhem efetivamente na construção da justiça social que seja garantia de segurança para todos”.

A justiça social, tão presente nos editoriais de 1989, volta a ser citada pelo orador no documento oficial da Igreja. O auditório é alertado de que, sem justiça social, não há paz. No entanto, o orador faz um contraponto com a justiça divina:

Eis que é chegada a hora de unirmos intenções e esforços no sentido de fazer nascer as condições para a paz e para a justiça, que são fruto da fé, do amor e da esperança, fecundados pela Palavra do Mestre. Rezemos a fim de que os frutos desta Campanha da Fraternidade sejam abundantes e amadurecidos. (MOREIRA. 2009-02, p. 2).

O auditório é convidado a rezar e não a se mobilizar para que a justiça social e as propostas da Campanha da Fraternidade sejam colocadas em prática. Para a “Igreja de *clergyman*”, as orações surtem mais efeito que as palavras de ordem, os estandartes de Nossa Senhora e de santos são mais eficazes que as faixas e cartazes de protesto.

5.1.8 - Segurança da conversão

A última coluna do editorial 2009-02 é inteiramente ocupada pela “Oração da Campanha da Fraternidade”. Nela (2009-02, p. 2) se lê: “Abençoi a vossa Igreja e o vosso povo, para que seja um forte instrumento de conversão: Sejam criadas as condições necessárias para que todos vivamos em segurança, na paz e na justiça que

desejais. Amém”. Mesmo sendo um sujeito composto (Igreja e povo), observamos que o verbo (ser) foi deixado no singular, como se o orador quisesse dizer que a Igreja se funde com o povo de Deus. O orador reafirma que a conversão a ser feita pela Igreja é que vai garantir a segurança, a paz e a justiça.

A oração, assim como outros termos religiosos, são mostrados como se não tivessem autor. Maingueneau (2008, p. 203) assinala que dentro da pregação religiosa “seu ‘autor’ é apenas o representante inspirado de uma Entidade sem rosto: Deus, a Razão, o Espírito. É justamente porque a posição de autor não pode ser realmente preenchida, que o texto se abre para múltiplas interpretações”.

O orador parece querer que o auditório se converta e procure resolver seus problemas por meio das orações, no entanto, o convida para debater e refletir sobre a segurança pública e a justiça social. O texto suscita interpretações diversas.

5.1.9 - Anjos e demônios

Questões existenciais do mundo contemporâneo e a necessidade de saber discernir sobre o melhor caminho a ser seguido pelo homem do mundo atual são os temas do editorial intitulado “Anjos e demônios: como discernir diante das interpretações do dia-a-dia?”. Ele é assinado pelo padre José Januário Moreira, foi publicado na edição de 1º a 7 de junho de 2009 e recebeu a denominação 2009-03.

O orador (2009-03, p. 3) inicia falando sobre “o desafio de ler o cotidiano para se chegar a uma resposta existencial coerente, cidadã e marcada por princípios éticos e religiosos”. Os valores éticos e religiosos são associados pelo orador. Como a ética é um valor universal, ele vale-se disso para tentar firmar um acordo com o auditório.

Ao dizer ao auditório que ele precisa enxergar quem são os anjos e os demônios que se colocam em seu caminho, o orador se apropria do discurso dos pastores das igrejas neopentecostais, que costumam usar a figura do demônio para justificar o mal, que será combatido por eles. Na Idade Média, a Igreja Católica, por meio da Santa Inquisição, também queimou “bruxas” e hereges sob a acusação de estarem possuídos pelo demônio.

Caso o auditório consiga identificar e seguir o caminho dos anjos, o orador comenta que ele alcançará o Reino de Deus, onde haverá graça, fraternidade, justiça e paz. Ele hierarquiza esses valores, colocando em primeiro lugar a “graça” e deixando a

justiça em terceiro. Parece querer dizer que primeiro precisamos ter a graça de Deus para depois perseguirmos os outros valores. Os lugares da ordem são o argumento utilizado para persuadir o auditório. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) explicam esse argumento:

Os lugares de ordem afirmam a superioridade do anterior sobre o posterior, ora da causa, dos princípios, ora do fim ou do objetivo. A superioridade dos princípios, das leis, sobre os fatos, sobre o concreto, que parecem ser a aplicação dos primeiros, é admitida no pensamento não-empirista. O que é causa é razão de ser dos efeitos e, por isso, lhes é superior. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA. 2005, p. 105).

Ao citar o evangelista Mateus, o orador (2009-03, p. 2) adverte que Deus não está feliz com as pessoas que não sabem discernir entre o bem e o mal: “hipócritas! Sabeis distinguir o aspecto do céu e não podeis discernir os sinais dos tempos? Essa raça perversa e adúltera pede um milagre! Mas não lhes será dado outro sinal, senão o de Jonas! (Mt 16, 4)”.

5.1.10 - Imitar Jonas

Pelo que consta na Bíblia, Jonas era um homem acomodado que não ficava atento às coisas de Deus. Um dia, ele foi engolido por um peixe gigante e rezou para que Deus o salvasse. Jonas foi salvo por Deus, se converteu e se transformou em um profeta enviado a Nínive, para pregar aos pecadores. O orador presume que o auditório conhece a história de Jonas e espera que siga seu exemplo, ou seja, saia do marasmo em que se encontra, se converta e vá ajudar a Igreja a evangelizar as pessoas, que não sabem discernir sobre quem é anjo e quem é demônio.

O orador adverte que a liberdade e o bem só podem ser encontrados na religião. Ele (2009-03, p. 2) avisa que, no mundo secularizado, as pessoas ficam “à mercê dos controles sociais, psicológicos e econômicos niveladores das consciências, os quais oprimem liberdades, escravizam e marginalizam”. O auditório é informado de que o lugar de qualidade da Igreja supera o de outras instituições, conquistas materiais e prazeres:

Trata-se da luta de quem detém a verdade, garantida por Deus, contra a multidão que erra. O verdadeiro não pode sucumbir, seja qual for o número de seus adversários: estamos em presença de um valor de ordem superior, incomparável. É esse aspecto que os protagonistas do lugar da qualidade não podem deixar de enfatizar: no limite, o lugar

da qualidade redonda na valorização do único que, assim como o normal, é um dos pivôs da argumentação. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA. 2005, p. 101).

O auditório é convocado pelo orador a ingressar num processo educacional libertador e recusar o analfabetismo funcional. Ele alerta que esse último estado provoca a morte dos ideais e dos sonhos de cidadania e vivência cristã. O orador ensina que, para fazer parte desse processo educacional libertador, é preciso ser discípulo-missionário. O lugar de qualidade da Igreja é usado mais uma vez por ele para tentar persuadir seus interlocutores. Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 102), “o que é único não tem preço, e seu valor aumenta pelo próprio fato de não ser avaliável. (...) O único é original, distingue-se, por isso é digno de nota e agrada mesmo à multidão”.

O *Jornal de Opinião* é apontado pelo orador como responsável por ajudar o auditório a discernir entre anjos e demônios. Ele fala de questões sociais, como o acampamento Dandara e a proposta de emenda constitucional para garantir o direito à alimentação a todos. Também questiona se “o processo educacional em nosso País conduz a um exercício pleno da cidadania!” O orador (2009-03, p.2) mostra que está preocupado com alguns problemas sociais que afligem a população, porém arremata dizendo que a Igreja é quem vai apontar saídas: “J.B. Libanio apresenta-nos o desafio do aprendizado contínuo. Que o Mestre nos ilumine nessa caminhada!” O padre João Batista Libanio é colunista fixo da publicação.

Essa insistência do orador em tentar convencer o auditório a aceitar a tutela da Igreja Católica contraria uma estratégia argumentativa, que é justamente a de deixar que ele tome suas próprias decisões ou pelo menos tenha a impressão de que está fazendo isso. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 365) salientam que “é preciso que o auditório tenha a impressão de decidir com plena liberdade”. O próprio Jesus dá livre-arbítrio para que as pessoas escolham seu caminho. Citando as considerações de Jonhandeau sobre o discernimento divino, os pesquisadores belgas (2005, p. 365) escrevem que “Deus renunciaria a tudo quanto pode parecer um golpe à nossa independência de juízo, a ponto de querer parecer ausente”. O orador não discerniu bem sobre o assunto e optou por um caminho diferente do que foi ensinado pelo Mestre.

5.1.11 - Promover a vida

O editorial intitulado “Promover a vida, missão permanente”, publicado na edição de 8 a 14 de junho de 2009, que denominados 2009-04, foi o primeiro da coleção selecionada, assinado pelo padre Gladstone Elias de Souza. Na sua fotografia, sem *clergyman* e usando uma jaqueta jeans, ele talvez queira fazer um contraponto com a figura do padre José Januário Moreira. Também aparenta despojamento e uma certa sintonia com a juventude da década de 1970, época em que o jeans era símbolo de contestação.

No seu *curriculum*, consta que o padre Gladstone é coordenador-geral do *Jornal de Opinião* e especialista em Comunicação. O auditório é avisado que quem lhes fala não é apenas sacerdote, mas alguém que estudou comunicação. O motivo talvez seja de justificar o porquê de ele ocupar esse cargo, atribuindo-se, ao mesmo tempo, a legitimidade do sacerdócio (*ethos* de identificação) e a credibilidade (*ethos* de competência) da formação acadêmica.

No mundo contemporâneo e com fortes tendências de secularização, muitas famílias estão abandonando ou valorizando menos os sacramentos da Igreja Católica, como o batismo, o crisma e o casamento. Muitos daqueles que ainda os procuram não é por fé, mas por pura tradição. Nesse editorial, o orador (2009-04, p. 2) alerta para esse problema e diz que os sacramentos são criticados por “pessoas que não têm experiência de participação na vida da Igreja”. Ele afirma que o padre Damásio Rego Filho (*apud* SOUZA, 2009-04, p. 2), entrevistado sobre esse assunto, diz que “é necessário buscar novos caminhos para motivar as pessoas a compreenderem o sentido desses encontros”.

O orador presume que o auditório vai confiar nas palavras de um especialista, um padre que reafirma a importância dos sacramentos. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 118) observam que “a possível intervenção do especialista influenciará um grande número de controvérsias entre leigos”. Ao falar das pessoas que criticam os sacramentos, o orador as desqualifica. Utiliza o argumento *ad personam*, que coloca esses críticos como despreparados para fazer tal julgamento dos sacramentos.

O documento denominado “Diretório Pastoral Litúrgico-Sacramental”, produzido pela Arquidiocese de Belo Horizonte, é apontado pelo orador como “um exemplo de como a Igreja se preocupa com o amadurecimento da fé dos cristãos”. Ele diz ao auditório que se ele quiser amadurecer na fé e saber da importância dos sacramentos deve recorrer a esse documento. O orador parece querer dizer que só os

“imaturos na fé” e os que não participam, efetivamente, da vida da Igreja é que não se casam na Igreja, não batizam e nem crismam seus filhos.

5.1.12- Ciência e a vida

Outro assunto polêmico que o orador aborda no editorial 2009-04 é a pesquisa com células-tronco. Novamente, ele cita a palavra de um especialista, no caso o professor com ph.D e membro do Conselho Pró-Vida da Arquidiocese de Belo Horizonte, Paulo Franco Taitson, que afirma que a Igreja Católica não é contrária a pesquisas nessa área. Diante das críticas que a instituição faz aos cientistas por desenvolverem pesquisas em algumas áreas, o orador (2009-04, p. 2) retorna ao que foi dito pelo especialista sobre elas: “ele nos lembra que a Academia Pontifícia para as Ciências considera-as benéficas e, certamente, as estimula. A Igreja é contrária apenas à destruição de embriões humanos para a pesquisa, ou seja, pesquisas com células-tronco embrionárias”.

O orador afirma ao auditório que a Igreja Católica não condena os avanços da ciência. Na verdade, a instituição apenas não aceita pesquisas com embriões humanos, que, para ela, já significam vida. Esse debate remete a uma discussão antiga entre a Igreja Católica e a Academia Científica sobre o aborto e o período em que a vida tem início: no momento em que o óvulo é fecundado (posição da primeira) ou se depois do nascimento da pessoa (posição da segunda). Sua argumentação reflete as relações interdiscursivas conflituosas entre a Igreja e a Ciência, o que nos fornece um dado a mais para caracterizar a formação conservadora desse período analisado.

Para mudar o rumo de sua argumentação e tratar de questões sociais, porém fazendo uma ponte com a discussão anterior, o orador (2009-04, p. 2) usa a expressão: “o respeito à vida, acima de tudo, é compromisso permanente da Igreja, em todos os níveis”. Nesse momento, ele fala do apoio da instituição aos movimentos sociais, comunidades de base e pastorais em relação à proposta da economia solidária.

O orador diz que é um exemplo de cidadania, os trabalhadores que se unem em cooperativas para produzir e comercializar, sem explorar o outro e respeitando o meio ambiente. A estratégia argumentativa parece ter sido a de dizer ao auditório que a Igreja Católica é sensível às questões sociais, porém não abre mão da valorização dos sacramentos e da condenação de qualquer iniciativa que ameace a vida. Ele (2009-04, p.

2) encerra dizendo que “o compromisso com a defesa e a promoção da vida é missão de todos nós. Que a leitura do seu *JORNAL DE OPINIÃO* seja fonte de inspiração nessa tarefa de todos os dias”.

Grafado em letras maiúsculas, o *Jornal de Opinião* é apontado pelo orador como um veículo de comunicação seguro, que levará o auditório por um caminho de respeito aos valores da Igreja Católica e à conquista da cidadania.

5.2 – Possíveis causas das mudanças

5.2.1 - O verdadeiro cristão

A dificuldade do homem contemporâneo de viver a autêntica prática cristã é o tema central desse editorial intitulado “A práxis cristã”, publicado na edição de 22 a 28 de junho de 2009 e denominado por nós 2009-05. O autor é o padre José Januário Moreira. O orador insiste que a vivência da fé tem que ser incorporada ao dia a dia das pessoas. Segundo ele (2009-05, p. 2), só quem consegue fazer isso é um “verdadeiro discípulo missionário no hoje da história eclesial e social em que vivemos, marcada por todos os revezes da modernidade globalizada”.

A figura do discípulo-missionário, que foi destacada durante a Conferência Episcopal de Aparecida, em 2007, é outra vez utilizada pelo orador. Seu desejo talvez seja de que o auditório se torne servidor de Deus e também da Igreja Católica. Na hierarquização de segmentos feita por ele, o “eclesial” é colocado antes do “social”. Antes vem o divino e depois o terreno e a sociedade. A modernidade globalizada é apontada como causadora de problemas. Para a Igreja Católica, com certeza, está sendo, pois ela assiste à redução de seu quadro de fiéis, ao crescimento do número de evangélicos e à diminuição do seu poder eclesiástico.

O papel a ser encarnado pelo discípulo-missionário é apontado pelo orador (2009-05, p.2): “ser sal da terra e luz do mundo”. Essa é uma expressão bíblica de significado teológico profundo. O sal tempera as relações e as torna duradouras, enquanto a luz simboliza o bem e a presença de Deus, que é o contrário das trevas e do demônio. O auditório tem duas opções: ou se entrega a Deus e a seus representantes na terra, tornando-se seu servidor; ou segue o caminho podre da perdição, já que não há sal para conservá-lo, e da escuridão. Seu livre-arbítrio termina nessa encruzilhada.

Nessa tentativa de acordo com o auditório, o orador recorre ao “bem”, que é um valor universal aceito com grande facilidade. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 84 e 85) explicam que os valores são utilizados “para motivar o ouvinte a fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem”.

A fim de convencer o auditório sobre o melhor caminho a ser seguido, o orador (2009-05, p. 2) alerta que a experiência religiosa atual segue dois extremos equivocados: “de um lado uma fé alienada e sentimental e, de outro, um pragmatismo desprovido de espiritualidade”. Ele explica que, no primeiro caso, a tendência é viver a fé apenas com orações e a prática dos sacramentos, mas longe da práxis concreta e da convivência na comunidade. O outro extremo, ou seja, o do pragmatismo sem espiritualidade, é explicado pelo orador (2009-05, p. 2) como sendo caracterizado “pela experiência de certos valores, mas que não favorecem um imediato e pessoal encontro com Deus”.

5.2.2 - Católicos não-praticantes

Provavelmente, enquadram-se no grupo dos pragmáticos sem espiritualidade os católicos não-praticantes, que os estudiosos da religião calculam ser em torno de 80% a 85% do total, no Brasil; e os sem-religião que, no censo de 2000 do IBGE, eram 7,4% da população. Esse grande número de brasileiros não têm vivência religiosa, que significa ir à missa todos os domingos, casar-se na Igreja, participar de pastorais e movimentos religiosos, além de respeitar as doutrinas e dogmas da Igreja Católica.

O terceiro caminho, que o orador considera o mais apropriado para os interlocutores, que concordam em ser discípulos-missionários, é o seguinte:

O mundo de hoje clama por um dinamismo mesclado com fraternidade e justiça, valores éticos e morais, lealdade e verdade, coerência e fé. Para alcançar a autenticidade na práxis cristã, precisamos superar os “ajeitamentos” que não nos permitem dar um toque de profundidade condutor ao testemunho comprometido e transformador do entorno. (MOREIRA. 22 a 28/06/2009, p. 2).

Os nove valores citados são hierarquizados pelo orador, que começa com “dinamismo” e termina com “fé”. Ele condena os “ajeitamentos” da fé, que provavelmente estão relacionados com o “jeitinho brasileiro”, também presente no meio religioso. Há católicos que frequentam centros espíritas, terreiros de candomblé e

igrejas evangélicas, acendendo uma vela para Deus e outra para seus orixás. O orador parece cobrar coerência e fidelidade na fé. O sincretismo religioso, contudo, está fincado nas raízes do povo brasileiro.

Onde o auditório deve buscar orientação para sua fé? O orador (2009-05, p. 2) diz que a teologia aponta os indicativos ideais que “devem ser redescobertos, interiorizados e enraizados”. O modelo de teologia da “Igreja de *clergyman*” é bem diferente da Teologia da Libertação que, em 2009, é apenas uma sombra em relação à força que teve na década de 1970. O orador nos dá uma pista sobre esse novo modelo de teologia ao explicar que ela vai nos cumular “de confiança na misericórdia de Deus, a fim de que jamais desanimemos perante surpresas de nossas fragilidades”.

Novamente, o homem atual é mostrado como um pecador frágil, que necessita da misericórdia de Deus. O orador salienta que, pela força divina e o apoio dos representantes da Igreja Católica, ele receberá estímulo para nunca desanimar. O *Jornal de Opinião* é apontado pelo orador como responsável por publicar uma reportagem sobre a “contribuição da teologia para a maturidade dos cristãos na fé”. Ele confere à publicação o lugar de essência, salientando que aqueles que o lerem vão amadurecer na fé e encontrar o caminho do bem.

“Pra não dizer que não falou de flores”²⁴ ou de outras questões terrenas, o orador encerra o editorial 2009-05 informando que esta edição do *Jornal de Opinião* traz uma entrevista com o militante das Brigadas Populares, Joviano Gabriel Maia Mayer, da coordenação da ocupação Dandara. Diz que ele fala sobre o sonho da casa própria e da política habitacional do governo. O orador, porém, não emite nenhuma opinião ou crítica em relação a esse problema, que atinge milhões de brasileiros.

Ele finaliza dizendo que o professor Eduardo Machado escreve sobre o acidente aéreo que vitimou várias pessoas, entre elas uma ex-aluna. O orador explica que Machado “nos chama a atenção sobre o valor da vida, para além dos números e estatísticas”. O auditório parece ser advertido que se aceitar ser discípulo-missionário terá que se preocupar com Deus e a vida que lhe foi dada. Dinheiro, números e estatísticas não fazem parte dessa realidade.

²⁴ Referência à música de protesto “Pra não dizer que não falei de flores”, de Geraldo Vandré, que se tornou um hino dos opositores à ditadura militar no Brasil.

5.2.3 - Moisés e a libertação

Moisés que, como conta o Livro do Êxodo, na Bíblia, conduziu pelo deserto um grande número de pessoas a fim de libertá-las da escravidão, no Egito, é apresentado como um modelo para o auditório no editorial intitulado “Em busca de Deus – “Moisés apascentava o rebanho de Jetro... e chegou ao monte de Deus, o Horeb (Ex 3, 1)”, publicado na edição de 27/07 a 02/08/2009, que denominamos 2009-06. O autor é o padre José Januário Moreira.

O orador explica que Moisés foi chamado por Deus e nessa hora sentiu sua pequenez, já que recebeu a ordem de tirar as sandálias, pois pisava numa terra santa. Dentro dessa nova linha editorial do *Jornal de Opinião*, que coloca a ação religiosa à frente das outras, o orador (2009-06, p. 2) faz um alerta ao auditório: “só mesmo a graça de Deus para sustentá-lo na missão”.

Como o próprio título do editorial indica, o orador ressalta que, antes de tudo, o auditório precisa se converter. Fazendo isso, as pessoas terão que se submeter às orientações dos representantes de Deus na terra, que são padres, bispos e o papa. O orador (2009-06, p. 2) explica o caminho a ser seguido: “o cristão assume a postura de escutar e meditar a Palavra, converte-se e, liberto, mergulha no plano de Deus”. Como se vê, o auditório é orientado a adotar uma postura passiva de escutar, meditar e converter-se. Ele não deve perguntar ou questionar nada, apenas obedecer.

Esse tipo de estratégia argumentativa utilizada é explicada pelos pesquisadores:

O estatuto dos enunciados evolui: inseridos num sistema de crenças, que se pretende valorizar aos olhos de todos, alguns valores podem ser tratados como fatos ou verdades. No curso da argumentação e, às vezes, por um processo bastante lento, talvez se reconheça que se trata de objetos de acordo que não podem pretender a adesão do auditório universal. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA - 2005, p. 85 e 86).

O orador tem consciência de que está lidando com um auditório particular. Ele (2009-06, p. 2) acrescenta que “o encantamento, fruto da contemplação do mistério, ‘embriaga’ e conduz à práxis libertadora, que santifica as pessoas e se torna fonte de vida para um mundo melhor”. Do ponto de vista racional, o discurso do orador é contraditório, se pensarmos em uma pessoa que se “embriaga” com sua fé para se libertar. A embriaguez tira as pessoas de sua sã consciência e dificilmente vai levá-la por um caminho seguro.

5.2.4 - Libertar-se da secularização

Essa práxis libertadora proposta pelo orador pode ser a possibilidade de o auditório não ficar preso ao mundo secularizado, marcado pelo consumismo, o individualismo e o hedonismo. Resta saber se os católicos de hoje estão dispostos a se “embriagar” pela fé, abrindo mão do consumismo e de seus prazeres para tornarem-se obedientes às lideranças da Igreja.

O perfil do católico ideal, proposto pelo orador, é o do discípulo-missionário. Ele precisa dar testemunho e anunciar o evangelho na sua comunidade. O orador discorre sobre qual deve ser a trajetória do bom católico e o que a Igreja Católica espera dele:

Na peregrinação da vida, o cristão vivencia a necessidade de tocar, pisar, ver, sentir e dialogar com aquele que dá sentido à sua existência. Alimentado e fortalecido pela força da fé, sente-se, então, comprometido com a missão de discípulo, tornando-se anunciador e testemunha do evangelho em sua comunidade de origem. (MOREIRA. 27/07 a 02/08/2009, p. 2).

Ao dizer que “a busca da fé conduz a santuários”, o orador (2009, p. 2) introduz um novo tema dentro da Arquidiocese de Belo Horizonte: a criação do Conselho Arquidiocesano de Santuários, pelo arcebispo metropolitano, dom Walmor Oliveira de Azevedo. Para justificar essa ação, o orador lembra que isso está em consonância com o Projeto de Evangelização “Igreja viva, sempre em missão”. Também cita uma entrevista com o padre Edênio Valle, publicada nesta edição. Respeitado no meio eclesial como pesquisador, o sacerdote (2009-06, p. 2), esclarece que “o papel evangelizador do santuário não depende só dele. A comunidade precisa tornar-se sujeito da caminhada, da chegada e do retorno”.

O orador deixa claro que apenas o santuário, o templo religioso, não é suficiente para que a Igreja Católica cumpra seu papel de evangelizadora. As pessoas e as comunidades precisam de se envolver de forma direta. Ele (2009-06, p. 2) encerra o editorial frisando aonde a instituição pretende chegar com o organismo criado: “Uma das tarefas do Conselho é organizar a Pastoral dos Santuários. Um caminho de conscientização, alimento e incentivo para os peregrinos na vivência da fé!”

O discípulo-missionário ganha mais uma atribuição: agora ele também deve ser peregrino. Os santuários são locais de peregrinação, onde as pessoas vão rezar, fazer e pagar promessas. O orador lança mais “adubo” na nova política da Igreja Católica em

Belo Horizonte de valorizar esses espaços de fé, como ocorre no Santuário de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida (SP); e em Juazeiro do Norte (CE), terra de padre Cícero.

Na Arquidiocese de Belo Horizonte, o Santuário de Nossa Senhora da Piedade, em Caeté (MG), vem recebendo, desde então, uma atenção especial do arcebispo para que se torne um espaço cada vez maior de fé e peregrinação. Talvez o orador também estivesse preparando o auditório para a retomada do projeto da Catedral Cristo-Rei, engavetado desde 2006, depois de receber críticas da imprensa de referência e de representantes da linha progressista da Igreja Católica.

Na ocasião, o anúncio de que a Arquidiocese contratara o arquiteto Oscar Niemeyer para fazer o projeto da Catedral Cristo-Rei e que já adquirira o terreno para edificá-la, coincidiu com o fechamento da Clínica Nossa Senhora da Conceição. A instituição, mantida pela Arquidiocese, atendia pacientes de baixa renda com Aids e câncer, em fase terminal. A crítica foi de que a Arquidiocese iria reduzir seus investimentos na área social para construir um templo luxuoso. Assentada a poeira, o projeto da Catedral Cristo-Rei foi divulgado para a imprensa de referência, em junho de 2011. Os custos da obra, de acordo com a Arquidiocese, devem variar de R\$ 75 milhões a R\$ 100 milhões²⁵.

5.2.5 - Satisfação do leitor

O respaldo dos leitores à nova linha editorial do *Jornal de Opinião* é mostrada ao auditório pelo orador, no editorial intitulado “Boas notícias para você!”. Ele foi publicado na edição de 07 a 13/09/2009, recebendo a denominação de 2009-07. O autor é o padre Gladstone Elias de Souza. O orador diz ter conversado com um leitor, que afirmou ter duas assinaturas da publicação: uma para seu uso e outra para colocar em seu consultório, para que seus pacientes possam ler.

O motivo apresentado pelo leitor (2009-07, p. 2) para tal atitude é que o jornal propicia “um olhar comprometido com os valores cristãos acerca dos acontecimentos do dia-a-dia, difícil de se encontrar em outras publicações”. O orador faz questão de afirmar que esse leitor é um médico dermatologista, o que é uma valorização de seu *ethos* frente ao auditório. Segundo Ekkehard Eggs (2009, p. 29), “lembro a famosa

²⁵ [HTTP://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/06/25/interna_gerais,235980/arcebispo-apresenta-o-projeto-de-niemeyer-para-nova-catedral-em-bh-shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/06/25/interna_gerais,235980/arcebispo-apresenta-o-projeto-de-niemeyer-para-nova-catedral-em-bh-shtml). – acesso em 16/10/2011.

passagem em que Aristóteles diz que ‘um homem rude não poderia dizer as mesmas coisas nem dizê-las da mesma maneira que um homem culto’”.

O objetivo do orador pode ter sido o de mostrar que pessoas com curso superior leem o *Jornal de Opinião*. Num caso mais extremo, ele ainda pode ter querido afirmar que se o médico cuida dos problemas do corpo, a publicação se encarrega de dar as orientações para a pessoa seguir o melhor caminho nas suas questões de valores e da alma.

Depois da conversa com esse leitor, orador disse ter ficado com a sensação de que o *Jornal de Opinião* está no caminho certo. Porém, ele afirma que isso também aumenta a responsabilidade da publicação. O orador (2009-07, p. 2) observa que “é com esse sentimento bom do dever cumprido, mas também do desafio constante de uma comunicação verdadeiramente transformadora, comprometida com a verdade e a ética, que levamos até você as nossas boas notícias”.

O item lexical “verdade” é citado duas vezes pelo orador, que parece dizer que o *Jornal de Opinião* é uma publicação que não foge à verdade e se vale da ética para levar boas notícias ao auditório. A “boa imprensa” católica, defendida pelo primeiro arcebispo de Belo Horizonte (1922-1968), dom Antônio dos Santos Cabral, na década de 1920, continua valendo para os tempos atuais. Tal estratégia argumentativa é explicada pelos pesquisadores:

O mais das vezes, utilizam-se fatos e verdades (teorias científicas, verdades religiosas, por exemplo) como objetos de acordo distintos, mas entre os quais existem vínculos que permitem a transferência do acordo: a certeza do fato A, combinado com a crença no sistema S, acarreta a certeza do fato B, o que significa que admitir o fato A, mais a teoria S, equivale a admitir B. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA. 2005, p. 78).

O orador (2009-07, p. 2) chama a atenção para duas matérias que “mostram a contribuição da Igreja para a construção do Reino de Deus”. A primeira é sobre a devoção a Nossa Senhora da Piedade, padroeira de Minas Gerais, cujo santuário está localizado em Caeté (MG). Ele (2009-07, p. 2) observa que o templo está localizado “em um cenário de riquíssima beleza, propício à reflexão e ao exercício da espiritualidade”. O auditório é convidado a visitar o espaço para rezar e exercitar sua espiritualidade.

5.2.6 - Dom Walmor no Vaticano

A segunda notícia é emblemática e trata da nomeação do arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom Walmor Oliveira de Azevedo, como membro da Congregação para a Doutrina da Fé, no Vaticano. O orador (2009, p. 2) informa que se trata da “mais antiga das nove congregações da Cúria Romana”. Foi à frente da Congregação para a Doutrina da Fé que o cardeal Joseph Ratzinger, atual papa Bento XVI, ficou de 1984 a 2005, controlando os excessos e ameaças às doutrinas e dogmas da Igreja Católica.

Dom Walmor foi presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Doutrina da Fé da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de 2007 a 2011. De acordo com o orador (2009-07, p. 2), a Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano é “um dos órgãos mais importantes da Santa Sé e tem como missão zelar pela Igreja, pela verdade da fé e pela fidelidade aos seus princípios”.

Dessa vez, o orador junta os valores “fé” e “verdade”, deixando claro que a Igreja Católica possui verdades de fé e princípios que precisam ser preservados. O caráter heterogêneo do discurso religioso é explicado pelos pesquisadores:

Uma característica importante desses discursos, diretamente relacionada ao gênero sermão, é que se trata de espaços de produção discursiva essencialmente heterogêneos: neles podemos verificar a existência de uma assimetria fundamental entre textos “primeiros” e textos “segundos”. Estes últimos, acompanhando a difusão e arquivamento dos primeiros, os comentam ou os resumem. Alguns dos textos primeiros possuem um estatuto de arquitextos, verdadeiros monumentos consagrados a uma exegese indefinida. (MAINGUENEAU. 2008, p. 202).

Com isso, o orador adverte o auditório sobre a importância do organismo do Vaticano, para o qual o arcebispo de Belo Horizonte foi nomeado. Como dom Walmor é o presidente do *Jornal de Opinião*, esse é um motivo que o auditório deve levar em conta quando o ler, pois em suas páginas estarão as verdades de fé e os princípios da Igreja Católica, corroborados por um representante direto da Santa Sé.

Na despedida, o orador (2009-07, p. 2) reforça a ligação entre a publicação e a Palavra de Deus: “esperamos que nossas boas notícias sejam, para você, fontes de inspiração, na vivência do evangelho, hoje e sempre!” O ponto de exclamação, no final deste e de outros editoriais da coleção de 2009, parece denotar a alegria e a satisfação que o auditório deve sentir por fazer parte desse grupo, que segue as orientações da

hierarquia da Igreja. O orador parece dizer que as pessoas de fé e leitoras do *Jornal de Opinião* recebem boas notícias e são felizes.

5.2.7 - Gratuidade e voluntariado

A gratuidade, a alegria de servir a Deus e o poder transformador da oração são as bases sobre as quais foi construído o editorial intitulado “Tudo o que fizerdes, fazei-o com amor (Cl 3, 23-24)”, publicado na edição de 12 a 18/10/2009 e que denominamos 2009-09. O autor é o padre Gladstone Elias de Souza. O orador (2009-09, p. 2) começa dizendo que “somente quem tem espírito de gratuidade é capaz de uma vida dedicada à oração e ao trabalho, realizados, cotidianamente, com amor e alegria”.

A gratuidade é um valor que significa fazer alguma coisa de forma gratuita para o outro, sem espera de pagamento ou recompensa. As Igrejas, em geral, utilizam muito esse valor em seu discurso para justificativa e captação de voluntários. Segundo o orador (2009-09, p. 2), o valor da gratuidade é pouco compreendido pela sociedade atual “dominada pela competitividade, o egoísmo e a busca do prazer pelo prazer”. Ele ressalta que esses valores, utilizados de forma negativa, impedem o auditório de viver o genuíno valor da gratuidade.

Pesquisadores comentam como deve ser o sentimento do auditório para que os valores apresentados pelo orador possam ser objeto de acordo:

Estar de acordo acerca de um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem se considerar, porém, que esse ponto de vista se impõe a todos. A existência dos valores, como objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulares de agir, é vinculada à idéia de multiplicidade de grupos. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA.2005, p. 84).

Para reforçar sua argumentação, o orador (2009-09, p. 2) anuncia que o *Jornal de Opinião* publica nesta edição a reportagem “Mãos que tecem a fé”, que mostra o trabalho de religiosas e religiosos que produzem paramentos, hóstias, vinhos e cartões “num gesto de entrega pessoal e de serviço a Deus”. Essas pessoas produzem as vestimentas dos padres e bispos, além do vinho e da hóstia usados nas celebrações.

5.2.8 - Mulher na Igreja

Ao citar o exemplo da irmã Francisca, da Congregação das Servas do Santíssimo Sacramento, em Belo Horizonte, o orador toca numa questão polêmica no interior da Igreja Católica: o papel da mulher. Referindo-se à religiosa, ele (2009-09, p. 2) comenta que “a alegria de trabalhar para a Igreja e para Deus é incomparável e em nada se parece com aquela do passado, quando era jovem, no interior de São Paulo, e costurava para pessoas da família e da região”.

O orador não deixa dúvidas de que trabalhar para Deus e para a Igreja Católica é muito mais gratificante do que ser, por exemplo, uma costureira que faz seu serviço para fora. Como irmã Francisca mora numa casa para religiosas idosas, o orador parece sinalizar que as aposentadas podem assumir mais funções voluntárias dentro da Igreja.

Os críticos em relação ao papel da mulher na Igreja Católica reclamam pelo fato de elas não poderem ser ordenadas para cargos como de padres, bispos e papas. No Brasil, as mulheres são maioria nas pastorais, movimentos e obras sociais da Igreja Católica. Em quase 100% dos casos, contudo, estão subordinadas aos homens.

A heterogeneidade do discurso religioso fica evidente quando o orador (2009-09, p. 2) diz que “todos garantem que a recompensa de servir ao Senhor é maior que a satisfação proporcionada pelo trabalho que se faz, muitas vezes também para garantir a própria sobrevivência”. Maingueneau (1997, p. 120), esclarece que “um enunciado de uma formação discursiva pode, pois, ser lido em seu ‘direito’ e em seu ‘avesso’: em uma face, significa que pertence a seu próprio discurso, na outra, marca a distância constitutiva que o separa de um ou vários discursos”.

Observem que o orador não deixa claro que servir a Deus e servir à Igreja Católica são coisas distintas do ponto de vista prático. Afinal de contas, as pessoas precisam trabalhar e ganhar dinheiro para pagarem suas contas. O trabalho gratuito ou voluntário não rende dinheiro para elas. Certamente, muitas pessoas não estão satisfeitas em trabalhar para receber baixos salários, enfrentar uma jornada excessiva e realizá-la em condições precárias, porém o orador não faz referência a essas questões.

Os papéis da mulher e do trabalhador, dentro do modelo da “Igreja de *clergyman*”, são reforçados pelo orador (2009-09, p. 2), quando ele se refere às monjas do Mosteiro de São Damião, em Manaus. Uma das religiosas (2009, p. 2) dá o seguinte depoimento: “em todos os momentos, estamos ligadas a Deus. Nossas preces começam de madrugada e vão até a meia-noite. Vem para o mosteiro quem quer rezar e

contemplar”. Para essas mulheres, o mais importante é rezar e trabalhar do nascer do dia até o fim da noite. O papel de ocupar cargos de liderança da Igreja, emitir opiniões e tentar interferir nos rumos da instituição fica reservado aos homens.

O orador (2009-09, p. 2) não deixa dúvidas de que a nova linha editorial do *Jornal de Opinião* corrobora essa visão de gêneros da Igreja Católica, ao salientar que “exemplos assim, de fé e vida, dão um gostinho especial à nossa tarefa de mostrar os valores do evangelho através da comunicação”. Ele ainda vai mais longe ao conclamar o auditório a assumir um papel de discípulo-missionário que pode mudar o mundo pela força da fé:

Que a alegria de servir possa se tornar uma realidade presente também em nosso cotidiano, de modo a renovar as nossas esperanças e a nos impulsionar a seguir em frente, acreditando sempre mais na pessoa humana e na força transformadora da oração e do amor. (SOUZA. 12 a 18/10/2009, p. 2).

Mais uma vez, o orador frisa para o auditório que ele precisa se engajar nas pastorais e no voluntariado da Igreja, que vão conduzi-lo pelo caminho da oração e do amor. Isso o tornará mais feliz e também contribuirá para as transformações que a sociedade e o mundo precisam.

5.2.9 - Efeitos da pós-modernidade

Os desafios da Igreja Católica nos tempos atuais são o tema do editorial intitulado “Igreja e pós-modernidade”, publicado na edição de 14 a 20 de dezembro de 2009, que denominamos 2009-10. O autor é o padre Gladstone Elias de Souza. O orador começa tentando explicar o conceito de “pós-modernidade”, que afirma ser bastante amplo e ter, na sua essência, questões como diversidade, relativismo, pluralismo e descentralização. Ele acrescenta que essa denominação surgiu ao longo do século XX, primeiro nas artes plásticas e na literatura, para depois enveredar para a filosofia e outras áreas.

O *Jornal de Opinião*, conforme o orador, aceitou o desafio de esclarecer o sentido de pós-modernidade e, para tanto, ouviu renomados professores. O auditório é informado de que a publicação tem coragem de enfrentar desafios. Coragem é um valor que mostra a fibra de pessoas e instituições, que não se rendem ao medo ou aos

obstáculos. O orador acrescenta que a publicação buscou a ajuda de especialistas, para oferecer uma reportagem esclarecedora ao auditório.

Como a pós-modernidade é uma época que trouxe profundas transformações para a sociedade, entre elas a sua relação com a Igreja Católica, o orador (2009-10, p. 2) comenta que “a importância desse tema reside na busca de respostas aos desafios da nossa época. E como a Igreja Católica se comporta diante dessa realidade?”. Para mostrar como a instituição responde a esse questionamento, ele diz que o *Jornal de Opinião* publica o artigo do vigário episcopal para a Pastoral, frei Luiz Antônio Pinheiro, OSA.

O especialista escolhido para esclarecer o conceito de pós-modernidade é uma das autoridades da Arquidiocese de Belo Horizonte. No editorial não são citados nomes de outros especialistas ouvidos na matéria. Completando o uso da figura da autoridade e de documentos oficiais da Igreja, o orador informa que frei Luiz Antônio Pinheiro avalia o primeiro ano do Projeto de Evangelização “Igreja viva sempre em missão” da Arquidiocese de Belo Horizonte. Esse documento reúne as orientações do arcebispo metropolitano e do corpo de bispos auxiliares, padres e leigos que o assessoram, sobre o trabalho de evangelização feito nos 28 municípios que compõem a Arquidiocese.

Os caminhos apontados pelo frei Luiz Antônio Pinheiro para o trabalho de evangelização da Igreja Católica estão, de acordo com o orador (2009-10, p. 2), em sintonia com “os apelos da Conferência de Aparecida (2007) e as orientações das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2008)”. São dois documentos oficiais da Igreja. O primeiro foi gerado durante a Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada em Aparecida (SP) sob os auspícios da Santa Sé; enquanto o segundo documento contém as orientações de evangelização propostas pela CNBB.

5.2.10 - Novos sistemas de crença

O orador (2009-10, p. 2) constata que na pós-modernidade “as religiões caminham em direção a novas construções de seus sistemas de crenças e de autoridade, bastante diferentes de seus estilos originais”. Há um paradoxo nessa constatação sobre as mudanças de conceito de autoridade dentro do âmbito da pós-modernidade e o uso que o orador faz de figuras de autoridade e documentos oficiais da Igreja Católica para

tratar desse assunto. Ao citá-los, para tentar esclarecer o fenômeno da pós-modernidade, ele vai contra a sua constatação.

No Brasil, o homem do século XXI tem um perfil mais urbano e com um grau de escolaridade mais elevado do que o que existia nas décadas de 1960 e 1970. Também mudaram seus conceitos de moral, pecado e sua relação com as lideranças da Igreja Católica. No campo argumentativo, essas figuras tiveram seu *ethos* de autoridade enfraquecido e, por causa disso, precisam usar argumentos convincentes para serem ouvidas e terem chances de persuadir o auditório.

Dentro da pós-modernidade, o orador (2009-10, p. 2) acrescenta que “conceitos como fidelidade, identidade, conversão e legitimidade exigem compreensão bem mais dinâmica do que sua compreensão mais tradicional”. Ele parece reconhecer que o católico pós-moderno, que provavelmente compõe parte do auditório do *Jornal de Opinião*, não aceita tão facilmente as verdades de fé da Igreja Católica e nem se submete às suas lideranças, de forma passiva, como ocorria até meados do século XX.

O orador também suspeita que o auditório ou parte dele teve a sua identidade abalada na pós-modernidade e não legitime, de forma consistente, as lideranças da Igreja Católica. Isso interfere na sua conversão dentro dos moldes exigidos pela instituição e o torne um católico mais flexível. Há pesquisas que comprovam essa mudança de perfil do católico na pós-modernidade.

A grande evasão de católicos, que de 1990 para cá chega a 1% ao ano, de acordo com o censo do IBGE, o aumento do número de evangélicos e de pessoas sem-religião, além de críticas severas que lideranças como o Papa Bento XVI recebe, por sua postura conservadora e negligente em relação aos casos de pedofilia por membros da Igreja, são fortes indicativos de que o discurso, as práticas religiosas, a doutrina e os dogmas da Igreja Católica podem não estar em sintonia com a pós-modernidade.

5.2.11 - Ficha limpa

O editorial que selecionamos para ser o contraditório da coleção de 2009, intitulado “A força da união”, foi publicado na edição de 5 a 11 de outubro de 2009 e recebeu a denominação de 2009-08. O autor é o padre Gladstone Elias de Souza. O orador trata do empenho da Igreja Católica em coletar assinaturas para o Projeto de

Iniciativa Popular sobre a vida pregressa dos candidatos a cargos políticos, que se tornou conhecido como Projeto Ficha Limpa.

Ele inicia sua argumentação falando que algumas palavras e expressões são tão corriqueiras que seu significado fica enfraquecido e banalizado. São citadas como exemplo as palavras “amor, cidadania e direitos humanos”, além das expressões “eu te amo” e “a união faz a força”. Interessante observar que valores como “cidadania” e “direitos humanos”, defendidos com grande ardor pelo orador do *Jornal de Opinião* de 1989, dessa vez são colocados em baixa pelo orador de 2009. A diferença entre as hierarquias de valores é notável quando comparamos os dois períodos.

Também o sentimento “amor” e a expressão “eu te amo”, que para a Igreja Católica são muito importantes, principalmente quando se referem ao amor de Deus pela humanidade e ao amor que as pessoas têm que ter a Deus e aos seus irmãos em Cristo, são considerados como enfraquecidos e banalizados pela sociedade pós-moderna. O orador aparenta encontrar-se descrente com os sentimentos das pessoas.

A expressão “a união faz a força” é apontada por ele, contudo, para descrever o grande empenho de entidades que se uniram em torno do Movimento Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral. O objetivo é transformar o meio político brasileiro, banindo os políticos corruptos. Segundo o orador, a CNBB integra esse Movimento, que coletou 1,3 milhões de assinaturas, sendo que 10% delas vieram da Arquidiocese de Belo Horizonte.

5.2.12 - Argumentações *ad rem* e *ad humanitatem*

O orador (2009-08, p. 2) afiança que esse gesto foi “um grande exemplo de consciência cidadã e de que a união, de fato, faz a força”. A figura do cidadão e seus direitos, pouco comuns na coleção de editoriais de 2009, retornam ao cenário argumentativo. Estamos diante da argumentação *ad rem*, que Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 125) explicam corresponder “a uma argumentação que o orador pretende válida para toda a humanidade racional, ou seja, *ad humanitatem*”.

Ao tocar num assunto, que pretende que não fique restrito ao auditório particular do *Jornal de Opinião*, o orador parte para a argumentação *ad humanitatem*. Afinal de contas, o combate à corrupção eleitoral interessa a todas as pessoas, com exceção dos maus políticos e de outros segmentos que se beneficiam dessa prática. Perelman &

Olbrechts-Tyteca (2005, p. 125) informam que “a argumentação *ad humanitatem* evitará, tanto quanto possível, o uso de argumentos que só forem válidos para grupos particulares”.

Para tentar convencer o auditório de que a atitude cidadã vai além de apenas assinar o abaixo-assinado do Projeto Ficha Limpa, o orador (2009-08, p. 2) ressalta que “é preciso ficar atento, cobrar apoio dos deputados nas bases eleitorais, fazer pressão para aprová-lo”. A cobrança dessa postura engajada do auditório é bem semelhante ao discurso que o orador tinha nos editoriais de 1989, do *Jornal de Opinião*. Finalizando esse apelo inflamado, o orador acrescenta: “Temos, portanto, uma grande tarefa pela frente. Mãos à obra”.

Ao fazer referência aos 1,3 milhão de pessoas que assinaram o abaixo-assinado do Projeto Ficha Limpa, sendo que 130 mil delas são da Arquidiocese de Belo Horizonte, o orador usou uma argumentação probabilista. Segundo Emediato (2004, p. 182 e 183), “é a argumentação fundada sobre a lógica quantitativa ou sobre o princípio do bom senso. A opinião de alguns torna-se a opinião da maioria”. Se 1,3 milhão de brasileiros querem combater a corrupção na política, o orador presume que esse é o desejo de toda a população.

Ao final do editorial, no entanto, o orador deixa escapar que essa postura engajada da população não deve se firmar sobre sindicatos, movimentos sociais ou religiosos de linha progressista. Ele (2009-08, p. 2) conclama o auditório dizendo: “que Deus nos dê força e coragem para seguir sempre adiante em busca de um mundo melhor para todos”. Parece querer dizer que as transformações políticas, econômicas e sociais só serão feitas com a ajuda divina.

Reunir as pessoas, pegar faixas e bandeiras para ir para as ruas protestar são apelos que não cabem mais no discurso do orador da “Igreja de *clergyman*” e nem nas páginas do *Jornal de Opinião* desse período. Sua aposta é que o pensamento do auditório vai nessa mesma linha.

5.3 – Comparações discursivas: síntese

5.3.1 - Os títulos da mudança

Ao fazermos a análise e comparação dos títulos dos editoriais do *Jornal de Opinião* selecionados nas coleções de 1989, 1999 e 2009, verificamos que são propostas discursivas distintas. As conjunturas política, econômica, social, cultural e religiosa contribuíram para que, nesse período de 20 anos, a publicação mudasse sua linha editorial, seguindo o novo modelo de Igreja Católica que se instaurou no Brasil e no mundo.

Nos editoriais de 1989, encontramos títulos como “México 10 anos depois – Nas pegadas de Puebla”, que trata da Conferência Episcopal Latino-Americana de Puebla, realizada em 1979. Nessa época, a Teologia da Libertação ainda dava sinais de vitalidade e a Igreja propunha transformações políticas e sociais no continente. Também existia uma grande preocupação com os pobres, identificadas como pessoas que não dispõem de recursos financeiros para comer, morar, estudar e ter assistência médica digna.

O *Jornal de Opinião* cobrava que os documentos aprovados na Conferência de Puebla, propondo transformações políticas e sociais na América Latina, fossem colocados em prática. Uma das principais bandeiras levantadas pela publicação nesse período é a da justiça social.

O título do editorial 1989-06 é “Reforma Agrária – Injustiça no campo” e o orador faz severas críticas ao Governo Federal, por não realizar a reforma agrária, deixando que a violência grasse no campo. A publicação não esconde que está do lado dos trabalhadores sem-terra, que se organizam para ter o seu quinhão. Até mesmo a invasão de terra é justificada pelo orador (1989-06, p. 2) em razão “do estado de miséria e abandono de milhões de famílias de trabalhadores rurais”.

5.3.2 - Conscientizar os eleitores

As primeiras eleições diretas para a Presidência da República, depois da ditadura militar (1964-1985), são tratadas no editorial 1989-03, cujo título é “Eleições presidenciais – As cores do novo Brasil”. O orador faz questão de ressaltar o papel da Igreja Católica no sentido de conscientizar os eleitores, para que procurem conhecer bem os candidatos antes de fazer a sua escolha. Ele salienta que o novo presidente do Brasil vai precisar do respaldo popular e, em virtude disso, a sociedade civil precisa se

organizar para fiscalizar suas ações e exigir que os recursos públicos sejam investidos em projetos que beneficiem toda a população.

As lideranças políticas, militares, do judiciário e do meio empresarial são atacadas no editorial 1989-08, cujo título é “Brasil – Terra de Ninguém”. São citados alguns fatos como explosões de bombas envolvendo radicais de partidos de direita e da esquerda, reajustes abusivos de salários de políticos e militares, além da fuga de capitais. O orador afirma que a impressão que fica é que o Brasil está se transformando em terra de ninguém, em virtude da irresponsabilidade de seus líderes. Ele alerta que o país está à mercê dos saqueadores e que o respeito às leis não pode ser cobrado do povo, já que seus líderes não o fazem.

A indicação da Igreja Católica para conduzir o Brasil por um caminho livre da corrupção, de ditadores e da miséria é feita pelo orador, no editorial 1989-09, cujo título é “Opinião Pública – A responsabilidade da Igreja”. As pesquisas de opinião mostravam que a Igreja Católica era a instituição com maior índice de credibilidade no Brasil, em 1989, e o orador afirma que isso dava respaldo para que a instituição assumisse a liderança do movimento para buscar as transformações que o Brasil necessitava. O desejo de tutelar a população, contudo, é revelado quando o orador diz que ao revelar tal grau de confiança em relação à Igreja Católica, a população lhe passa uma procuração em branco.

Até mesmo dogmas da Igreja, como o celibato, são tratados no *Jornal de Opinião* em sua fase inicial, como ocorre no editorial 1989-10, intitulado “Encontro de Presbíteros – Por um debate na Igreja”. O orador comenta que a revisão da exigência do celibato obrigatório foi pedida no “3º Encontro Nacional de Padres”, realizado naquele ano. Ele pede a abertura de diálogo com a Santa Sé e justifica que não existe fundamentação bíblica para o celibato, e que ele afasta candidatos ao sacerdócio que não têm vocação celibatária.

5.3.3 - Período de transição

Os títulos dos editoriais, de 1999, selecionados, mostram que o *Jornal de Opinião* vivia um período de transição em sua linha editorial. Alguns editoriais ainda conservam o caráter político engajado de 1989, mas há sinais claros de que, dez anos depois da sua fundação, as conjunturas política, econômica, social e religiosa mudaram,

trazendo reflexos para o discurso da Igreja Católica e o da publicação. Sussurros conservadores já podem ser ouvidos ao longe.

“Educação e trabalho: pilares para um mundo melhor” é o título do editorial 1999-01, que repercute o relatório sobre a “Situação Mundial da Infância – 1999”, divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Entre os problemas detectados, está o de que 1 bilhão de pessoas no mundo são analfabetas. O orador exige mais investimentos na área de educação, a fim de garantir desenvolvimento social e melhores condições de trabalho aos cidadãos.

O título do editorial 1999-02 “O *Jornal de Opinião* está de cara nova!” é um indicativo claro de que mudanças estão ocorrendo na linha editorial da publicação. O orador comunica que foi realizada uma pesquisa, na qual foi detectado que os leitores querem mais matérias que tratem de espiritualidade e assuntos bíblicos. Ele fala também que a nova diagramação fez com que as páginas se tornassem mais “leves e arejadas”. O orador ressalta que o leitor agora terá prazer em ler um jornal mais “bonito e agradável”. Temas de cunho religioso e a preocupação estética parecem prevalecer nessa nova fase.

Por fim, o título do editorial 1999-03 “Parabéns Dom Serafim!!” evidencia que as autoridades da Igreja Católica merecerão mais destaque nas páginas do *Jornal de Opinião* daqui para frente. Elevado a cardeal em 1998, dom Serafim agora faz parte de um grupo seleta de cerca de 164²⁶ “príncipes da Igreja”, que podem ser eleitos e eleger o novo papa. O *Jornal de Opinião* torna-se quase um veículo de comunicação oficial da Igreja Católica. Sua fase contestatória no âmbito político-econômico do Brasil, de reivindicação de justiça social e de questionamento de dogmas, como o celibato, está sendo deixada para trás.

5.3.4 - Justiça divina

Importante observar que quatro dos dez editoriais selecionados na coleção de 2009 trazem citações bíblicas em seus títulos: “O verdadeiro discípulo (Lc 24, 13-35)”, “A paz é fruto da justiça (CF/2009) – Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados (Mt 5,6)”, “Em busca de Deus – Moisés apascentava o rebanho de Jetro... e chegou ao monte de Deus, o Horeb (Ex 3, 1)” e “Tudo o que fizerdes, fazei-o com amor (Cl 3, 23-24)”. Outro diferencial é que todos os editoriais

²⁶ Esse é o número de cardeais em outubro de 2011, sendo que oito deles são do Brasil.

desse período são assinados por padres: parte pelo padre José Januário Moreira, vigário episcopal para a Comunicação e Cultura da Arquidiocese de Belo Horizonte; e outra pelo padre Gladstone Elias de Souza, coordenador-geral do *Jornal de Opinião* e especialista em Comunicação. Um claro sinal de clericalização da publicação.

O primeiro editorial do ano, que denominamos 2009-01, tem como título “O verdadeiro discípulo (Lc 24, 13-35)”. Ele trata de um tema recorrente nos editoriais desse período, que é o esforço argumentativo do orador para que o auditório assumira o papel de discípulo-missionário, acatando as doutrinas e dogmas da Igreja Católica, além de ajudá-la no seu trabalho de evangelização das pessoas. O orador (2009-01, p. 2) convoca a todos a estarem “revolucionados e comprometidos com a transformação da realidade que nos cerca, porque estamos encantados com o Mestre”.

O título do editorial 2009-02 é “A paz é fruto da justiça (CF/2009) – ‘Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados’ (Mt 5, 6)” e nele o orador deixa claro que, para o atual modelo de Igreja, a justiça divina tem mais importância do que a justiça social. Ele (2009, p. 2) afirma que a paz e a justiça “são fruto da fé, do amor e da esperança, fecundados pela Palavra do Mestre”. O orador pede as bênçãos de Deus para que a Igreja e o povo sejam “um forte instrumento de conversão”.

A valorização dos santuários, que são locais de peregrinação aonde as pessoas vão para rezar, fazer e pagar promessas, são outro destaque da coleção de editoriais de 2009. No editorial 2009-06, cujo título é “Em busca de Deus – ‘Moisés apascentava o rebanho de Jetro... e chegou ao monte de Deus, o Horeb’ (Ex 3, 1)”, o orador informa que o arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom Walmor Oliveira de Azevedo, criou o Conselho Arquidiocesano de Reitores de Santuários. O objetivo é que ele seja um “espaço para comunhão, partilha, planejamento e evangelização”.

Informações sobre ações, artigos e nomeações de dom Walmor são recorrentes nos editoriais desse período. No editorial 2009-07, intitulado “Boas notícias para você!”, o orador informa que o arcebispo de Belo Horizonte foi nomeado membro da Congregação para a Doutrina da Fé, no Vaticano. Segundo ele, é “um dos órgãos mais importantes da Santa Sé e tem como missão zelar pela Igreja, pela verdade da fé e pela fidelidade aos seus princípios”.

O papa Bento XVI foi, durante 21 anos, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, quando ainda era o cardeal Joseph Ratzinger. Durante esse período, a

Teologia da Libertação foi combatida com rigor e Leonardo Boff censurado e punido, até abandonar a Igreja, em 1992. O jornal alemão *Die Zeit* divulgou, em 2010, atas que são resultado da correspondência entre “o Vaticano e o arcebispo de Milwaukee, Rembert Weakland, tratando do caso do padre Lawrence Murphy, diretor de escola católica para deficientes auditivos, acusado de ter cometido abuso sexual contra 200 crianças surdas entre 1950 e 1974, muitas vezes durante a confissão”.²⁷ As denúncias foram feitas, em 1998, à Congregação para Doutrina da Fé, que é acusada de não tomar providências em relação ao caso.

Nessa sua nova fase, o *Jornal de Opinião* corrobora o papel subserviente da mulher na Igreja, como fica evidenciado no editorial intitulado “Tudo o que fizerdes, fazei-o com amor (Cl 3, 23-24)”. A gratuidade e o voluntariado na produção de paramentos, hóstias e vinhos por religiosas são enaltecidos pelo orador. Referindo-se à uma religiosa idosa, ele (2009, p. 2) salienta que “a alegria de trabalhar para a Igreja e para Deus é incomparável e em nada se parece com aquela do passado, quando (...) costurava para as pessoas da família e da região”. Para esse novo modelo de Igreja, cabe às mulheres esse papel de atuar nas pastorais e movimentos, rezar e não questionar. Os cargos de mando e de decisão, além da possibilidade de se ordenarem padres e serem nomeados bispos ou eleitos papas são reservados aos homens, como é tradição na instituição.

Vinte anos após a sua fundação, o *Jornal de Opinião* demonstra ter adotado um discurso mais conservador em comparação com a sua fase inicial. Em 2009, o que se vê é um orador que faz questão de se escudar nas citações bíblicas, na exaltação das autoridades religiosas e no esforço para que o auditório seja subserviente e se converta em “discípulo-missionário”. A oração, a devoção e a peregrinação aos santuários são apontados como o melhor caminho para quem quer transformar a sociedade e resolver seus problemas, sejam eles de que natureza forem.

Para muitas das lideranças desse novo modelo de Igreja, que denominamos “Igreja de *clergyman*”, o que importa é a justiça divina e não a justiça social. Elas consideram que a resolução de problemas como a miséria, o desemprego, o caos na saúde e na educação pública cabe aos governantes. Para pressioná-los, nada de passeatas com faixas e discursos inflamados. Basta rezar. O pobre que elas buscam atingir é

²⁷ [HTTP://www.dw-world.de/popups/popups/popup_printcontent/0,,5434236,00.html](http://www.dw-world.de/popups/popups/popup_printcontent/0,,5434236,00.html) – acesso em 22/04/2010.

aquele que é católico não-praticante, ateu ou fiel de outras igrejas. Dentro do ponto de vista dessas lideranças, é mais grave não ter Deus no coração do que não ter o que comer em casa.

CONCLUSÃO

O discurso da Igreja Católica, presente nos editoriais do *Jornal de Opinião*, tornou-se mais conservador em 2009, comparando-se com 1989. Isso pôde ser constatado por meio de análise científica, com base na teoria da argumentação criada por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005). Esse resultado comprova a hipótese inicial desta pesquisa, que apostava na alteração do discurso religioso dentro desse intervalo de 20 anos em virtude de mudanças no cenário histórico-social. Na linha de pesquisa de Charaudeau, podemos dizer que o espaço externo do discurso, ou seja, suas condições psicossociais e históricas, interage produtivamente com o espaço interno, das manifestações discursivas propriamente ditas.

Essas alterações discursivas ocorreram de forma gradual e, em 1999, já se verificava a transição da fase progressista para a mais conservadora. O orador anuncia que, com base numa pesquisa feita com os assinantes, o *Jornal de Opinião* estava passando por mudanças gráficas e de conteúdo. O auditório pedia mais reportagens sobre espiritualidade e Bíblia, ou seja, os temas mais políticos e sociais não o agradavam tanto. Do ponto de vista gráfico, o orador comunicava que a publicação estava se tornando mais “leve e arejada”, isso significa textos menores e fotografias ou imagens maiores.

As doxas que o orador tentou criar em seu auditório foram, de certa forma, semelhantes, porém o caminho e a estratégia discursiva utilizados para construí-las eram diferentes. Nos editoriais de 1989, a doxa proposta era de que a Igreja Católica era a instituição mais indicada para conduzir a sociedade brasileira para fazer as transformações que o país precisava para ter mais ética na política, acabar com a corrupção e ter justiça social. O objetivo final era atrair mais gente para as fileiras da instituição.

Já, nos editoriais de 2009, a doxa que o orador quer criar é a de que o auditório tinha que se tornar discípulo-missionário, fazer peregrinações aos santuários e ajudar a Igreja Católica a converter e evangelizar os brasileiros, enquadrados no perfil de católicos não-praticantes, sem religião, ateus e fiéis de outras igrejas. Essa doxa é reforçada com a máxima de que só com a ajuda de Deus é possível resolver os problemas, seja de que natureza forem. O objetivo maior continua sendo o mesmo de 1989, que é o de conquistar mais fiéis.

Verificamos que, em 1989, o tema das eleições presidenciais foi o mais recorrente da coleção de editoriais, sendo tratado 17 vezes. O orador utiliza argumentos no sentido de mobilizar o auditório, para que participe do processo de redemocratização do Brasil. Do ponto de vista político, o orador informa que a Igreja Católica realiza um trabalho de conscientização dos eleitores, para que eles façam sua escolha de forma criteriosa.

Muitas paróquias criaram Pastorais Políticas para realizar esse trabalho. Depois de acompanhar o sofrimento dos brasileiros, que ficaram 21 anos sob o controle da ditadura militar (1964-1985), e integrar o movimento pela “abertura” política do país, a Igreja trabalhava para a consolidação do processo de redemocratização. Parecia haver um temor de retrocesso depois do fracasso do Governo Sarney, principalmente no controle da inflação e na incidência de casos de corrupção e malversação dos recursos públicos.

Aliás, a corrupção e a impunidade vêm em segundo lugar entre os temas mais abordados nos editoriais do *Jornal de Opinião*, da coleção de 1989, com 13 recorrências. Num desses editoriais, o orador chama o Brasil de “terra de ninguém”, ao acusar políticos, empresários, juízes e militares de só pensarem neles mesmos, se locupletarem com os recursos públicos e prejudicarem a população. Valendo-se do argumento *ad personam*, o orador desqualifica as lideranças de todos esses segmentos e lança a pergunta sobre qual instituição poderá conduzir o Brasil para o caminho seguro do desenvolvimento econômico e social.

Procuração em branco

Em outro editorial, o orador responde a essa pergunta e aponta a Igreja Católica como única instituição em condições éticas e morais de liderar esse processo de reconstrução política, econômica e social do país. Pesquisas de opiniões citadas apontavam a Igreja como instituição com o maior índice de credibilidade entre os brasileiros, na época. O orador, porém, comete um erro argumentativo e também filosófico/religioso ao afirmar que, ao lhe devotar essa credibilidade, os brasileiros estavam lhe passando uma “procuração em branco”, para que a Igreja agisse em seu nome.

Do ponto de vista argumentativo, Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) alertam que para ter mais chances de persuadir seus interlocutores, o orador tem que dar liberdade ao auditório ou pelo menos a impressão de que ele decide por conta própria. Ao tentar tutelá-lo, o orador pode ser rechaçado. No caso dos brasileiros, a possibilidade de isso ter ocorrido pode ter sido maior, já que boa parte da população parecia estar satisfeita por ter se livrado da tutela dos militares e não estava disposta a se submeter a isso de novo. No aspecto filosófico-religioso, o orador falhou ao desrespeitar o livre-arbítrio que Deus dá aos fiéis.

A preocupação com os pobres e a busca de justiça social são outros temas tratados com frequência nos editoriais de 1989. Num deles, são lembrados os 10 anos da realização da Conferência Episcopal Latino-Americana de Puebla. O orador lamenta que a transformação social radical, proposta pelos bispos que participaram do encontro, não tenha sido efetivamente colocada em prática. Ele lembra os regimes de opressão e a miséria presentes em vários países da América Latina e diz que a Igreja continuará ao lado dos pobres, trabalhando para que sejam alcançadas a plena liberdade e a justiça social.

A defesa da reforma agrária é outra bandeira levantada pelo *Jornal de Opinião* em 1989. O orador critica o Governo Federal por não cumprir suas promessas de realizar a reforma agrária e tirar milhares de famílias de uma situação de penúria. Ele ainda alerta para o crescimento da violência no campo e chega, até mesmo, a justificar que as ocupações de terra ocorriam em razão da situação desesperadora em que se encontram as famílias de sem-terra. O orador não esconde seu apoio a elas.

Atuação da Igreja

O *Jornal de Opinião* também se posiciona contra as críticas feitas pela revista *Veja* de que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) estava interferindo em questões que não eram da alçada da Igreja, deixando de cuidar de coisas de “seu quintal”. Em 1989, a CNBB participava ativamente desse processo de redemocratização do Brasil, emitindo opiniões sobre decisões políticas e econômicas do Governo, que incomodavam *Veja*. O orador afirma que o papel da Igreja não deve se restringir somente às questões religiosas, pois a instituição tem o dever de atuar em todas as áreas para combater os abusos e irregularidades, além de buscar o bem comum e a justiça social.

Críticas recebidas pelo *Jornal de Opinião* nessa sua fase inicial também são apresentadas em seus editoriais, com clara estratégia argumentativa. O orador fala de carta recebida do religioso beneditino, dom Marcos Barbosa, conhecido no meio religioso por sua postura conservadora, condenando a entrevista que a publicação fizera com frei Betto, religioso dominicano que foi preso durante a ditadura militar e de linha progressista da Igreja. Ele diz que o jornal está aberto a todas as tendências e para comprovar isso, publica a carta de dom Marcos. Para o auditório, fica evidente que o *Jornal de Opinião* é reconhecido pela linha conservadora da Igreja como uma publicação progressista ou pelo menos aberta a várias linhas de pensamento.

Até mesmo o questionamento de dogmas da Igreja Católica é feito pelo *Jornal de Opinião*, em 1989. O orador engrossa a voz dos padres brasileiros que, num encontro realizado naquela época, pediram a abertura do diálogo com a Santa Sé, para discutir a obrigatoriedade do celibato. Ele lembra que esse mesmo assunto foi tratado, alguns anos antes, no Sínodo dos Bispos, e argumenta que não existe embasamento bíblico para o celibato. Como a Igreja carece de um número maior de padres, o orador argumenta que se a obrigatoriedade acabasse, provavelmente muitos homens sem vocação celibatária poderiam abraçar o sacerdócio.

Discípulo-missionário

Em 2009, o discurso da Igreja Católica, presente nos editoriais do *Jornal de Opinião*, segue outra linha de pensamento. As realizações, publicações e repercussões sobre os artigos e mensagens do arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom Walmor Oliveira de Azevedo, são as questões mais tratadas na coleção de editoriais desse período, com seis recorrências. A valorização das autoridades da Igreja, das decisões e documentos oficiais da instituição são marcas dessa nova fase, que denominamos “Igreja de *clergyman*”.

O *clergyman* é um anel de plástico colocado na gola da camisa de padres, bispos e outros religiosos para facilitar sua identificação. Com o Concílio Vaticano II (1962-1965), foi abolido o uso de batina, hábito e outros paramentos fora das celebrações. Verificamos que, de algum tempo para cá, na Arquidiocese de Belo Horizonte e em outras do Brasil, os padres que ocupam cargos dentro da hierarquia religiosa ou administrativa passaram a usar o distintivo. Acreditamos que o objetivo seja identificar essas pessoas e tentar conferir-lhes autoridade religiosa de destaque.

O padre José Januário Moreira que, em 2009, ocupava o cargo de Vigário Episcopal para a Comunicação e Cultura da Arquidiocese de Belo Horizonte, é um dos autores dos editoriais do *Jornal de Opinião* desse período, que apresentam como uma das mudanças o fato de serem assinados por padres. Padre Januário alterna esse papel com o padre Gladstone Elias de Souza, que se apresenta como coordenador geral do *Jornal de Opinião* e especialista em Comunicação.

Em ambos os casos, são mostradas suas fotografias, sendo que padre Januário aparece com o *clergyman* e padre Elias usa uma jaqueta jeans, como que para fazer um contraponto. O discurso dos dois, contudo, segue a mesma linha de pensamento e mostra uma Igreja mais preocupada com as questões divinas, o fortalecimento da fé e o engajamento do auditório nos trabalhos da instituição, como discípulo-missionário.

A figura do discípulo-missionário é recorrente na coleção de editoriais desse período. O orador explica que para se tornar “verdadeiro discípulo”, o auditório precisa converter-se aos ensinamentos de Deus e se libertar das tentações do mundo pós-moderno, como o hedonismo e o consumismo. Feito isso, o auditório deve se engajar no trabalho missionário de evangelização feito pela Igreja.

Como discípulo-missionário, o auditório é convidado pelo orador a ser “sal da terra e luz do mundo”. Ele tem duas opções: ou se entrega a Deus e aos seus representantes na terra, no caso a Igreja Católica, tornando-se seu servidor; ou segue o caminho “podre” da perdição, já que não há sal para conservá-lo, e da escuridão. Seu livre-arbítrio termina nessa encruzilhada. Como se percebe, o esforço do orador para convencer o auditório a ser subserviente à Igreja permanece o mesmo de 1989.

Justiça divina

O item lexical, e o valor, “justiça” ganha uma conotação diferente nos editoriais de 2009, que tratam mais da justiça divina. Ao abordar a Campanha da Fraternidade deste ano, cujo tema foi “Fraternidade e Segurança Pública”, o orador (2009-02, p.2) afirma que “a paz e a justiça são fruto da fé, do amor e da esperança, fecundados pela palavra do Mestre”. Isso significa que, se não tivermos fé e não nos escudarmos na força de Deus, não alcançaremos paz nem justiça.

A justiça social é citada *en passant* em alguns editoriais, mas o orador é bem mais contido do que era em 1989. No editorial intitulado “A práxis cristã”, que denominamos 2009-05, o orador chama a atenção do auditório para uma entrevista com o militante das Brigadas Populares, Joviano Gabriel Maia Mayer, que fala do sonho da casa própria e da política habitacional do Governo. O orador, porém, não emite opinião ou crítica sobre esse problema, que atinge um grande número de brasileiros.

Até mesmo quando trata de um tema raro na coleção de editoriais de 2009, que é o processo político brasileiro, o orador o remete a questões divinas. Inicialmente, ele discorre sobre a participação da Igreja Católica no movimento para conseguir assinaturas para o projeto de iniciativa popular conhecido como Ficha Limpa. O orador usa argumentos como o *ad rem* e o *ad humanitem* a fim de ampliar o interesse pelo combate à corrupção eleitoral. Ele (2009-08, p. 2) encerra, porém, fazendo a seguinte conclamação: “Que Deus nos dê força e coragem para seguir sempre adiante em busca de um mundo melhor para todos!”.

Moisés e Jonas, profetas presentes na Bíblia, são citados como exemplos para o auditório. O primeiro foi um líder, orientado por Deus, que libertou o povo da

escravidão no Egito. Durante a fuga, pelo deserto, as pessoas enfrentaram fome e sede, chegando a duvidar e até questionar a ação de Moisés. O profeta pediu a ajuda de Deus, que intercedeu e a libertação se concretizou. Já Jonas era um homem de pouca fé, que foi engolido por um peixe gigante. Ele rezou para Deus salvá-lo e depois que isso ocorreu, Jonas se converteu e se transformou em um missionário, em Nínive. O objetivo argumentativo do orador parece ser o de fazer com que o auditório se espelhe nessas figuras bíblicas, se aproxime da Palavra de Deus para se converter e encontrar a solução para seus problemas. O passo seguinte é se transformar em discípulo-missionário.

Peregrinos da fé

Num certo momento da estratégia argumentativa do *Jornal de Opinião*, o orador acrescenta mais uma atribuição aos discípulos-missionários: peregrinos da fé. Para chegar a isso, ele (2009-06, p. 2) informa que dom Walmor criou o Conselho Arquidiocesano de Reitores de Santuário, que funcionará como “espaço para comunhão, partilha, planejamento e evangelização”. O novo órgão também vai organizar a Pastoral dos Santuários. O orador prepara o auditório para essa nova fase de valorização dos santuários, que são templos onde os fiéis fazem peregrinação para rezar, fazer e pagar promessas.

A devoção a Nossa Senhora da Piedade, padroeira de Minas Gerais, cujo santuário fica em Caeté (MG), é tratada pelo orador um pouco adiante. Ele (2009-07, p. 2) lembra que é “um cenário de riquíssima beleza, propício à reflexão e ao exercício da espiritualidade”. Provavelmente, o orador já preparava o espírito do auditório para que a Arquidiocese desengavetasse o projeto da Catedral Cristo Rei.

Ele havia sido lançado, em 2006, mas foi criticado na época por coincidir com o fechamento da Clínica Nossa Senhora da Conceição, que atendia pacientes de baixa renda com Aids e câncer, em fase terminal. Esses críticos levantaram a suspeita de que a Arquidiocese estaria tirando recursos de uma obra social para investir na construção de um templo de grandes proporções. Em junho de 2011, o projeto da Catedral Cristo Rei, elaborado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi lançado. Na ocasião, a Arquidiocese informou que a previsão é de que a obra custará entre R\$ 75 milhões e R\$ 100 milhões.

Uma boa notícia que o orador anunciou que estava dando ao auditório foi a nomeação de dom Walmor para a Congregação para a Doutrina da Fé, no Vaticano. Ele (2009-07, p. 2) explica que é “um dos órgãos mais importantes da Santa Sé e tem como missão zelar pela Igreja, pela verdade da fé e pela fidelidade aos seus princípios”. O *Jornal de Opinião* agora tem seu presidente ocupando um cargo importante no Vaticano e o orador chama a atenção para isso. Não se pode esquecer, todavia, que esse organismo se chamava Santa Inquisição, na Idade Média, quando pessoas classificadas como hereges e “bruxas” foram queimados; e também “sufocou” a Teologia da Libertação, durante os papados de João Paulo II e de Bento XVI.

O papel da mulher dentro da “Igreja de *clergyman*” continua sendo o de ser subserviente aos homens, servir de forma voluntária e não questionar essas imposições, que parecem ser atribuídas a Deus. O orador não deixa isso claro, porque dentro da sua estratégia argumentativa, ele se vale, em várias ocasiões, da heterogeneidade discursiva. Ao contrário do orador de 1989, que disse que o celibato não tinha sustentação bíblica, o de 2009 prefere não esclarecer essas questões para que o auditório não saiba exatamente onde fica a fronteira entre os textos “primeiros” (divinos) e os textos “segundos” (hierarquia da Igreja). Para um auditório católico, a voz divina tem mais peso e as chances de os interlocutores serem persuadidos por ela são maiores.

Possíveis causas da alteração discursiva

Com base nos estudos que fizemos sobre a Igreja Católica e as alterações que se processaram nos campos religioso, político, econômico e social no Brasil e no mundo, apontaremos, a título de síntese, alguns fatores que podem ter contribuído para a mudança discursiva da instituição, de uma linha progressista para uma mais conservadora, presente nos editoriais do *Jornal de Opinião*, no período de 1989 para 2009.

A eleição do Papa João Paulo II, em 1978, talvez tenha sido um dos principais fatores que conduziram a Igreja Católica para um caminho mais conservador. Na Polônia, seu país natal, Karol Wojtyła sofreu, junto com seus conterrâneos, com os abusos cometidos pelo nazismo e, depois, pelo comunismo. Eleito Papa, ele chegou a se aliar ao presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, para derrubar o comunismo na

União Soviética. Na América Latina, João Paulo II parecia ver a Teologia da Libertação como um braço do comunismo, que ameaçava a Igreja Católica.

Tendo como braço direito o cardeal Joseph Ratzinger, que o sucedeu em 2005 e se tornou Papa Bento XVI, João Paulo II controlou e puniu os principais representantes da teologia da libertação, como Gustavo Gutierrez e Leonardo Boff, entre outros. A Santa Sé também deu força às congregações religiosas conservadoras, como a Renovação Carismática Católica (RCC), que propõem uma Igreja mais voltada para a oração, a justiça divina e o respeito incondicional às autoridades religiosas.

A opção preferencial pelos pobres, bandeira levantada pelas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), foi deixada de lado por esse novo modelo de Igreja. Segundo o teólogo Jung Mo Sung, os “pobres” que interessam à Santa Sé são os que não têm Deus em seu coração e precisam ser convertidos. Muitos dos líderes da “Igreja de *clergyman*” acreditam que os governos é que devem cuidar dos “pobres” que não têm o que comer, não possuem casa, emprego, assistência médica e oportunidade para estudar.

Fuga dos católicos

A evasão de católicos e o crescimento do número de evangélicos, que se intensificaram no Brasil, a partir da década de 1980, são outros fatores que provavelmente contribuíram para a mudança discursiva da Igreja Católica. Suas lideranças devem ter avaliado que o discurso progressista e engajado da Teologia da Libertação estava agradando menos que o discurso dos pastores, carregado de emoção, louvando a Deus e culpando o demônio por todo o mal da humanidade.

Acreditamos que o *Jornal de Opinião* apresentava um discurso mais progressista em 1989 porque, nessa ocasião, as principais lideranças da Igreja Católica no Brasil tinham o Concílio Vaticano II como referência, haviam participado do processo de redemocratização do país e não tinham uma relação de subserviência com a Santa Sé. A direção da publicação fora entregue a jornalistas, que acreditavam nos ideais de uma imprensa livre, com o dever de contribuir para transformação de um país livre de desmandos, abusos e com justiça social.

Somente em 1995, quando o cardeal dom Lucas Moreira Neves, reconhecidamente conservador e fiel ao Papa, foi eleito presidente da CNBB, é que a mudança no discurso da Igreja Católica, analisado nos editoriais do *Jornal de Opinião*, ficou mais evidente. Em nossa pesquisa, verificamos que nos editoriais de 1999 essa transição de um discurso progressista para um discurso conservador está em curso. Os temas bíblicos e de espiritualidade ganham mais espaço em detrimento da postura mais crítica em relação aos problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil.

A elevação a cardeal, do arcebispo metropolitano de Belo Horizonte e presidente do *Jornal de Opinião*, dom Serafim Fernandes de Araújo, em 1998, também pode ter contribuído para a alteração discursiva da publicação. Desde então, ele passou a integrar um seleto grupo que tem ligação direta com o Papa, com o exclusivo direito de eleger e ter um de seus membros eleito seu sucessor. Querendo ou não, a publicação ganhou cores mais oficiais da instituição.

Com a chegada de dom Walmor Oliveira de Azevedo ao governo da Arquidiocese de Belo Horizonte, em 2004, mudanças discursivas mais profundas ocorreram no *Jornal de Opinião*. Em primeiro lugar, os jornalistas perderam espaço e a publicação passou a ser dirigida por padres que, inclusive, começaram a assinar os editoriais. Temas de cunho religioso, a busca da conversão do auditório em discípulos-missionários e a valorização da justiça de divina dominam os editoriais do semanário, em 2009.

Ao contrário do orador dos editoriais de 1989, que defendia a mobilização popular, a conscientização política e a justiça social, o de 2009 orienta o auditório a rezar, pedir a ajuda de Deus para alcançar graças e ajudar a Igreja Católica na sua missão evangelizadora. Só com as bênçãos divinas e seu engajamento nas fileiras da Igreja, ele terá condições de contribuir para as transformações que a sociedade e o Brasil necessitam. As palavras de ordem, punhos cerrados e cartazes de protesto, presentes nos editoriais de 1989, foram substituídos, em 2009, por ladainhas, mãos postas e estandartes de santos.

Consequências da mudança

Ao nosso ver, ao adotar esse discurso e essa postura mais conservadores, em 2009, a Igreja Católica deixou de ser referência e ponto de apoio para os pobres, trabalhadores e vários grupos de excluídos. Nas décadas de 1960 a 1980, no Brasil e em alguns países da América Latina, representantes da instituição assumiram a defesa desses segmentos, que tiveram tolhidos seus direitos cidadãos de liberdade e de uma vida digna. Vozes de alguns deles que se levantaram em favor desses excluídos, como a do padre Josimo Tavares (integrante da Comissão Pastoral da Terra, na região do Bico do Papagaio, no Maranhão), em 1986, no Brasil; e a de dom Oscar Romero, em 1980, em El Salvador, foram caladas por armas de assassinos, pagos por grupos dominantes que queriam manter o *status quo*.

No Brasil, mesmo com a consolidação do regime democrático, o controle da inflação e a melhoria dos índices sociais, ainda há segundo o censo de 2010 do IBGE 16,2 milhões de brasileiros em situação de miséria, 9,6% da população de 15 anos ou mais é analfabeta e 145 milhões de pessoas ou 76,1% da população que dependem do sistema de saúde pública para serem atendidas. Na política, pululam os casos de corrupção, impunidade e malversação dos recursos públicos.

Há ainda problemas estruturais, como a má distribuição de renda, na qual, como comprova o relatório do Programa de Assentamentos Humanos da ONU²⁸, divulgado em 2010, 10% dos brasileiros mais ricos concentram 50,6% da renda, ao passo que 10% dos mais pobres ficam com apenas 0,8% da riqueza brasileira. A América Latina é considerada a região mais desigual do mundo, na qual 20% dos mais ricos concentram 56,9% da renda, enquanto os 20% mais pobres ficam com apenas 3,5% da riqueza do continente.

A voz da maioria das lideranças da Igreja Católica contra todas essas questões é praticamente um sussuro, quase inaudível, nos dias atuais. Em casos concretos, como na greve de mais de 100 dias que os professores da rede pública do estado de Minas Gerais fizeram, em 2011, pouco ou quase nada se ouviu de apoio de lideranças da Igreja Católica a essa categoria, que desempenha um papel tão importante na formação da

²⁸ [HTTP://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u711962.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u711962.shtml) - acesso em 06/11/2011.

população. A Igreja Católica parece concentrar-se, de forma mais predominante, nas questões intrinsecamente religiosas e ligadas à propagação da fé.

Levantamos algumas questões que, talvez, expliquem o porquê de muitas lideranças da Igreja Católica, de hoje, agirem dessa maneira: por acreditarem que o papel da instituição é puramente religioso? Para tentarem recuperar a supremacia católica no Brasil? Para que a Igreja volte a ser reconhecida como uma instância de poder, como foi no passado?

No Evangelho de Mateus, Jesus fala, em forma de parábola, de como sua presença está encarnada junto aos pobres e excluídos:

Então o Rei dirá aos que estiverem à sua direita: “Venham vocês que são abençoados por meu Pai. Recebam como herança o Reino que meu Pai lhes preparou desde a criação do mundo. Pois eu estava com fome, e vocês me deram de comer; eu estava com sede, e me deram de beber; eu era estrangeiro, e me receberam em sua casa; eu estava sem roupa, e me vestiram; eu estava doente, e cuidaram de mim; eu estava na prisão, e vocês foram me visitar”. Então os justos lhe perguntarão: “Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer, com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos como estrangeiro e te recebemos em casa e sem roupa e te vestimos? Quando foi que te vimos doente ou preso, e fomos te visitar?” Então o Rei lhes responderá: “Eu garanto a vocês: todas as vezes que vocês fizeram isso a um dos menores de meus irmãos, foi a mim que o fizeram. (Mt 25, 34-40).

Finalizamos nossa análise com as seguintes dúvidas: o modelo atual da Igreja Católica ou a “Igreja de *clergyman*”, como denominamos, reflete a autêntica Igreja de Jesus Cristo que, nos Evangelhos, assume a defesa dos pobres, trabalhadores e excluídos? Como as tendências e forças internas da Igreja se organizam, atualmente, nessa luta discursiva entre progressismo e conservadorismo, e o que podemos esperar desse embate entre formações discursivas concorrentes atuando dentro do mesmo espaço?

Pode-se notar, a partir deste trabalho, que as lideranças da “Igreja de *clergyman*” deixam de trabalhar para que a instituição seja uma instância cidadã para voltar a ser uma instância de poder intrinsecamente religioso.

Não podemos incorrer no erro da generalização e dizer que essa tendência conservadora atinge todo o corpo da Igreja Católica. Assim como durante o período da

ditadura militar no Brasil as forças conservadoras permaneceram silenciosas, quase que em estado de hibernação, hoje provavelmente está ocorrendo o mesmo com as lideranças progressistas.

Há cardeais, bispos, padres, religiosos (as), agentes de pastoral e fiéis-leigos que defendem uma Igreja mais engajada nas causas populares, mais próxima das comunidades pobres e mais distante dos palácios de governo. Eles trabalham, mais discretamente, por um mundo onde haja justiça social e respeito aos direitos de todos os cidadãos, dentro da perspectiva de uma Igreja cidadã. Os representantes dessa autêntica Igreja de Jesus Cristo também rezam, participam de celebrações e fazem da sua fé o alimento de suas ações e de suas esperanças.

Para concluir, relatamos uma história que nos foi contada por um operário aposentado, numa palestra na Igreja, localizada no bairro onde moramos: ele comentou que para vivenciar bem a sua fé, a pessoa deve se sentir como um barqueiro, com dois remos. O remo da direita é o da oração e o da esquerda é o da ação. Se remar só com um deles, a pessoa ficará dando volta em círculos e não sairá do lugar. Ao passo, que se usar os dois, seguirá em frente, com suas orações reforçando a sua fé, para poder agir em favor dos pobres e dos excluídos, como Jesus determina que seja a Igreja Católica.

REFERÊNCIAS:

ANTONIAZZI, Alberto; MATOS, Henrique Cristiano José. *Cristianismo: 2000 anos de caminhada*. São Paulo: Paulinas, 1996.

ANTONIAZZI, Alberto; NEVES, Lucília de Almeida; PASSOS, Mauro (Orgs.). *As veredas de João na barca de Pedro*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2002.

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso – a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade – um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EdipucRS, 2004.

AZEVEDO, Walmor Oliveira de. *Jornal Estado de Minas*. Artigos publicados em 03/04, 09/04, 16/04, 23/04, 30/04 e 07/05/2010.

BENINCÁ, Dirceu. *CEBs: nos trilhos da inclusão libertadora*. São Paulo: Paulinas, 2006.

BERNAL, Sérgio. *CNBB: da Igreja da cristandade à Igreja dos pobres*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

BERNSTEIN, Carl; POLITI, Marco. *Sua santidade João Paulo II e a história oculta de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

BEYER, Peter. *Religion and globalization*. Londres, Inglaterra: Sage Publications, 1994.

BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

BRIGHENTI, Agenor. *Aparecida em resumo – O Documento Oficial com referência às mudanças efetuadas no Documento Original*. São Paulo: Paulinas, 2008.

BRITO, frei Fernando de; CHRISTO, frei Carlos Alberto Libânio; LESBAUPIN, frei Ivo. *O canto da fogueira*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BRITTO, Antônio; CUNHA, Luís Claudio. *Assim morreu Tancredo*. Porto Alegre: LP&M, 1985.

CARRANZA, Brenda. *Renovação Carismática Católica – Origens, mudanças e tendências*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2000.

CASTRO, Maria Céres; VAZ, Paulo Bernardo (Orgs.). *Folhas do tempo – Imprensa e cotidiano em Belo Horizonte – 1895-1926*. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006. (A)

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso político*. In: EMEDIATO, W., MACHADO, I., MENEZES, W. (Orgs.). *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: NAD/Poslin/FALE-UFMG, 2006. (B)

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006. (C)

CHARAUDEAU, Patrick. *A patemização na televisão como estratégia de autenticidade*. In: MENDES, Emília; e MACHADO, Ida Lúcia (Orgs.). *As emoções no discurso – volume II*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.

CORNWELL, John. *O papa de Hitler – A história secreta de Pio XII*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

COSTA VAL, M. Graça. *Três concepções de língua, três vertentes dos estudos lingüísticos: um panorama*. In: *A produção de textos: pressupostos teóricos da prática desejável do ensino de português*. Curso de Atualização para Professores de Português. Belo Horizonte. Convênio CEALE (FAE/UFMG) – SEEMG, 1994.

DASCAL, Marcelo. *O ethos na argumentação: uma abordagem pragma-retórica*. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso – a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

EMEDIATO, Wander. *Análise contrastiva da configuração lingüístico discursiva de títulos de jornais brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

EMEDIATO, Wander. *A fórmula do texto – Redação, argumentação e leitura*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

EMEDIATO, Wander. *A enunciação comunitária dos gêneros discursivos*. In: EMEDIATO, W., MACHADO, I., MENEZES, W. (Orgs.). *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: NAD/Poslin/FALE-UFMG, 2006.

EMEDIATO, Wander. *As emoções da notícia*. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília (Orgs.). *Emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

EMEDIATO, Wander. *Argumentação na mídia: problematidade e avaliação ética*. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Orgs.). *Análises do discurso hoje – volume 3*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. (Lucerna).

EGGS, Ekkerhard. *Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna*. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso – a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

FERREIRA, Messias Augusto de Oliveira. *O Diário Católico: moral e política na contestação do Estado Novo (1937-1945)*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2008.

FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à linguística – I. Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2004.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

FRANCO, Eduardo; CRUZ, Graziela; Queiroz, Vânia (orgs.). *Dom Serafim Fernandes de Araújo – Na palma da mão de Deus – De menino do Vale do Jequitinhonha a Cardeal de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Lastro Editora, 2009.

FRESTON, Paul. *Breve história do pentecostalismo Brasileiro*. In: ANTONIAZZI, Alberto et al (org.). *Nem anjos nem demônios – Interpretações sociológicas do Pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOMES, Pedro Gilberto. *Cultura, meios de comunicação e Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

JORNAL DE OPINIÃO. *Lar Católico – Desafios de um novo tempo*. Belo Horizonte: Fumarc, 05 a 11/02/1989.

JORNAL DE OPINIÃO. *Reprodução humana – A paternidade responsável*. Belo Horizonte: Fumarc, 19 a 25/02/1989.

JORNAL DE OPINIÃO. *Eleições presidenciais – As cores do novo Brasil*. Belo Horizonte: Fumarc, 19 a 25/02/1989.

JORNAL DE OPINIÃO. *México 10 anos depois – Nas pegadas de Puebla*. Belo Horizonte: Fumarc, 12 a 18/03/1989.

JORNAL DE OPINIÃO. *A função da imprensa – confronto e encontro*. Belo Horizonte: Fumarc, 12 a 18/03/1989.

JORNAL DE OPINIÃO. *Reforma agrária – Injustiça no campo*. Belo Horizonte: Fumarc, 26/03 a 01/04/1989.

JORNAL DE OPINIÃO. *Notícias falsas – Resposta à calúnia*. Belo Horizonte: Fumarc, 23 a 29/04/1989.

JORNAL DE OPINIÃO. *Brasil – Terra de ninguém*. Belo Horizonte: Fumarc, 14 a 20/05/1989.

JORNAL DE OPINIÃO. *Opinião pública – A responsabilidade da Igreja*. Belo Horizonte: Fumarc, 11 a 17/06/1989.

JORNAL DE OPINIÃO. *Encontro de presbíteros – Por um debate na Igreja*. Belo Horizonte: Fumarc, 19 a 25/11/1989.

JORNAL DE OPINIÃO. *Educação e trabalho: pilares para um mundo melhor*. Belo Horizonte: Fumarc, 8 a 14/02/1999.

JORNAL DE OPINIÃO. *O Jornal de Opinião está de cara nova*. Belo Horizonte: Fumarc, 08 a 15/03/1999.

JORNAL DE OPINIÃO. *Parabéns Dom Serafim!!*. Belo Horizonte: Fumarc, 27/04 a 03/05/1999.

LEERS, Bernardino. *A clericalização da vida religiosa: um problema pastoral ou eclesiológico?* In: Horizonte teológico. Ano 8, nº 16/julho-dezembro de 2009. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

LIBANIO, João Batista. *A volta à grande disciplina – Reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

LIBANIO, João Batista. *A redescoberta do Reino na teologia*. In: VIGIL, José Maria (Org.). *Descer da cruz os pobres – Cristologia da Libertação*. São Paulo: Paulinas, 2007.

MACHADO, Ida Lúcia. *Algumas reflexões sobre a teoria semiolinguística*. Letras & Letras, Uberlândia 22 (2) 13-21, Jul./dez. 2006.

MADURO, Otto. *Religião e luta de classes – Quadro teórico para a análise de suas inter-relações na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do discurso*. São Paulo: Editora da Unicamp/Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Diversidade dos gêneros de discurso*. In: MACHADO, I., MELLO, R. (Orgs.) *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/Poslin/FALE-UFMG, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso – a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. In: SIGNORINI, Inês. *(Re) Discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Polifonia e cena de enunciação na pregação religiosa*. In: LARA, G., MACHADO, I., EMEDIATO, W. (Orgs.). *Análises do discurso hoje – volume 1*. São Paulo: Lucerna, 2008.

MENEZES, William Augusto. *Faces e usos da argumentação*. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Orgs.). *Análise do discurso –*

Fundamentos e práticas. Belo Horizonte: FALE/UFMG e Núcleo de Análise do Discurso (NAD), 2001.

MOREIRA, José Januário. *O verdadeiro discípulo (Lc 24, 13-35)*. Belo Horizonte: *Jornal de Opinião*, 29/12/2008 a 04/01/2009.

MOREIRA, José Januário. *A paz é fruto da justiça (CF/2009) – “Bem-aventurado os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados” (Mt 5, 6)*. Belo Horizonte: *Jornal de Opinião*, 02 a 08/03/2009.

MOREIRA, José Januário. *Anjos e demônios: como discernir diante das interpelações do dia-a-dia?* Belo Horizonte: *Jornal de Opinião*, 01 a 07/06/2009.

MOREIRA, José Januário. *A práxis cristã*. Belo Horizonte: *Jornal de Opinião*, 22 a 28/06/2009.

MOREIRA, José Januário. *Em busca de Deus – “Moisés apascentava o rebanho de Jetro... e chegou ao monte de Deus, o Horeb” (Ex 3, 1)*. Belo Horizonte: *Jornal de Opinião*, 27/07 a 02/08/2009.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. *Estruturas de igreja e conflitos religiosos*. In: SANCHIS, Pierre (Org.). *Catolicismo: modernidade e tradição*. Grupo de Estudos do Catolicismo do Iser. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Cebs, carismáticos católicos e transformação social*. In: SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO –SOTER (org.). *Religião e transformação social no Brasil hoje*. São Paulo: Paulinas, 2007.

OLIVEIRA, Ramiro Barboza de. *O conservadorismo católico na imprensa de Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930 – os jornais O Horizonte e O Diário*. São João del-Rei, MG: UFSJ, 2010.

ORO, Ivo Pedro. *Avanço pentecostal e reação católica*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MELLO, Renato. *O quadro do contrato comunicacional de Patrick Charaudeau e o texto literário*. Caligrama, Belo Horizonte, 8:41-54, Novembro 2003.

MEYER, Michel. *Prefácio*. In: PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MEYER, Michel. *A problematologia – Filosofia, ciência e linguagem*. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1991.

PAULO II, João (prom.). *Código de Direito Canônico*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINHO, Maria das Graças Gonçalves. *Retórica e argumentação no discurso dos quatro principais candidatos à Presidência da República nas eleições brasileiras de 2002*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

PLANTIN, Christian. *Argumentação biface*. In: LARA, Glaucia Muniz Proença; Ida Lúcia Machado; e Emediato, Wander (Orgs). *Análises do discurso hoje – volume 2*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

PUNTEL, Joana. *Cultura midiática e Igreja: uma nova ambiência*. São Paulo: Paulinas, 2005.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: ABREU, Alzira (et. Al orgs.). *1964- 2004 – 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Faperj, 2004.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Hélio. *1964 – golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, Hélio. *Vinte anos de golpe militar*. Porto Alegre: LP&M, 1985.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Do santo ofício à libertação – O discurso e prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social*. São Paulo: Paulinas, 1988.

SOARES, Ismar de Oliveira. *A campanha da Igreja sobre a comunicação: a controvérsia busca de um novo discurso*. In: *Simpósios em Comunicações e Artes I*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, USP, 1989.

SOBRINO, Jon. *Fora dos pobres não há salvação*. São Paulo: Paulinas, 2008.

SOCIEDADE BÍBLICA CATÓLICA INTERNACIONAL. *Bíblia Sagrada – Edição Pastoral*. São Paulo: Paulus, 1990.

SOUZA, Gladstone Elias. *Promover a vida, missão permanente*. Belo Horizonte: *Jornal de Opinião*, 08 a 14/06/2009.

SOUZA, Gladstone Elias. *Boas notícias para você!* Belo Horizonte: *Jornal de Opinião*, 07 a 13/09/2009.

SOUZA, Gladstone Elias. *A força da união*. Belo Horizonte: *Jornal de Opinião*, 05 a 11/10/2009.

SOUZA, Gladstone Elias. *Tudo o que fizerdes, fazei-o com amor (Cl 3, 23-24)*. Belo Horizonte: *Jornal de Opinião*, 12 a 18/10/2009.

SOUZA, Gladstone Elias. *Igreja e pós-modernidade*. Belo Horizonte: *Jornal de Opinião*, 14 a 20/12/2009.

SUNG, Jung Mo. *O que está por trás da Notificação sobre Jon Sobrino?*. In: VIGIL, José Maria (org.). *Descer da cruz os pobres – Cristologia da libertação*. São Paulo: Paulinas, 2007.

TOSTA, Sandra. *Jornal de Opinião: história e Identidade da imprensa católica em Minas Gerais*. In: *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 9, n. 12. P. 119-149, 2º sem. 2007.

[HTTP://www.dw-world.de/popups/popups/popup_printcontent/0,,5434236,00.html](http://www.dw-world.de/popups/popups/popup_printcontent/0,,5434236,00.html) – acesso em 22/04/2010.

HTTP:// www.sao.org.br/?system_newsBaction=read&id=244 – acesso em 09/03/2011.

[HTTP://mundoestrando.abril.com.br/historia/pergunta_286594-shtml](http://mundoestrando.abril.com.br/historia/pergunta_286594-shtml) - acesso em 09/03/2011.

[HTTP://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=550MEM003](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=550MEM003) – acesso em 09/03/2011.

[HTTP://www.webartigos.com/articles151497/1/artigo-opresidenteernestogeiseleoestabelecimentodoretornoademocracianobrasilposregimemilitarde1964/pagina1.html](http://www.webartigos.com/articles151497/1/artigo-opresidenteernestogeiseleoestabelecimentodoretornoademocracianobrasilposregimemilitarde1964/pagina1.html). - acesso em 09/03/2011.

[HTTP://portalsaofrancisco.com.br/governo-joao-baptista-figueiredo/governo-joao-baptista-figueiredo-4.php](http://portalsaofrancisco.com.br/governo-joao-baptista-figueiredo/governo-joao-baptista-figueiredo-4.php) - acesso em 09/03/2011.

[HTTP://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1689u72.jhtm](http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1689u72.jhtm) - acesso em 09/03/2011.

[HTTP://www.brasilecola.com/biografia/tancredo-de-almeida-neves.htm](http://www.brasilecola.com/biografia/tancredo-de-almeida-neves.htm) - acesso em 09/03/2011.

[HTTP://www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=not_imp672937,0.php](http://www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=not_imp672937,0.php) – acesso em 21/02/2011.

<http://www.webartigos.com/articles/51497/1/Artigo-O-presidente-Ernesto-Geisel-e-o-estabelecimento-do-retorno-a-democracia-ao-Brasil-pos-Regime-Militar-de-1964/pagina1.html#ixzz1G6RbVJYk> – acesso em 21/02/2011.

<http://www.webartigos.com/articles/51497/1/Artigo-O-presidente-Ernesto-Geisel-e-o-estabelecimento-do-retorno-a-democracia-ao-Brasil-pos-Regime-Militar-de-1964/pagina1.html#ixzz1G6Qs41dr> – acesso em 20/03/2011.

[HTTP://www.acidigital.com/juanpabloii/recordes.htm](http://www.acidigital.com/juanpabloii/recordes.htm) - acesso em 20/03/2011.

[HTTP://xoomer.virgilio.it/direitosp/curso/mira29.htm](http://xoomer.virgilio.it/direitosp/curso/mira29.htm) - acesso em 20/03/2011.

[HTTP://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_ofaith_doc-20061126-notification-sobrino-po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_ofaith_doc-20061126-notification-sobrino-po.html) - acesso em 20/03/2011.

http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=32437 – acesso em 01/05/2011.

http://linhares.eci.ufmg.br/ln2_infofasc.php?status=2&jornal_id=142&jornal_ano=1955&jornal_data=19550206&jornal_pag=3&jornal_pi=0&jornal_pf=3&ji=155&jl=14 – acesso em 08/05/2011.

[HTTP://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/06/25/interna_gerais,235980/arcebispo-apresenta-o-projeto-de-niemeyer-para-nova-catedral-em-bh.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/06/25/interna_gerais,235980/arcebispo-apresenta-o-projeto-de-niemeyer-para-nova-catedral-em-bh.shtml). – acesso em 16/10/2011.

[HTTP://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u711962.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u711962.shtml) - acesso em 06/11/2011.

<http://psaocristovao.webnode.com.br/news/vaticano%20publica%20instru%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20celebra%C3%A7%C3%A3o%20da%20missa%20em%20latim/> -

acesso em 29/11/2011.

ANEXOS

Editoriais de 1989 do *Jornal de Opinião*

1989-01

Jornal de Opinião, 05 a 11/02/1989

LAR CATÓLICO

Desafios de um novo tempo

O projeto de modernização do semanário "Lar Católico" gerou grande expectativa em setores da Igreja Católica e da própria sociedade. Afinal, este projeto está sendo estudado e debatido há alguns anos e se confunde com outras propostas de atuação da Igreja neste campo. Por outro lado, o JORNAL DE OPINIÃO — fruto deste projeto — surge no momento em que a Igreja do Brasil lança uma campanha da fraternidade sobre a comunicação.

O JORNAL DE OPINIÃO tem uma proposta clara e objetiva e, ao mesmo tempo, conhece os desafios que deverá enfrentar. Sabe também dos limites de sua atuação e de seu papel para uma efetiva interação entre Igreja e sociedade.

Em nível interno, o novo semanário enfrentará a oposição de grupos que são contra a posse de meios de comunicação por parte da Igreja. Juntam-se a esses grupos pessoas e entidades que dão significativa importância aos meios grupais em detrimento dos meios massivos de comunicação. No mesmo nível interno, o novo jornal enfrentará o desafio de uma Igreja com posições diferenciadas sobre algumas questões, mas unida naquilo que é essencial para a sua missão. Qualquer publicação católica que não perceba as di-

ferenças e a busca incansável da unidade na Igreja do Brasil corre o risco de falar apenas para uma parcela desta mesma Igreja.

O principal desafio, no entanto, não é interno. A maior dificuldade de um semanário católico hoje é falar para o mundo e não voltar-se apenas para própria Igreja. O episcopado brasileiro reconhece este desafio no texto-base da Campanha da Fraternidade/89 ao afirmar que "a comunicação questiona o modo de presença da Igreja no mundo moderno e sua capacidade de chegar a todos os homens e modificar, pela força do Evangelho, as linhas de pensamento, os centros de interesse, os valores que contam, os modelos de vida da sociedade de hoje". Para estar sintonizado com as angústias da Igreja do Brasil, hoje, um jornal católico deve aceitar o desafio de "comunicar a Boa Nova e de impregnar com valores do Evangelho a cultura moderna, do homem, da cidade, da técnica, da racionalidade" (texto-base CF/89).

Estes e outros tantos desafios da Igreja no campo da comunicação não serão resolvidos com a modernização de um semanário de 77 anos. Serão necessárias outras medidas para melhorar a comunicação da Igreja com a sociedade. O JORNAL DE OPINIÃO é apenas um primeiro

passo, um tímido passo inicial.

Toda publicação que se lança ao mercado tem como pressuposto influenciar a opinião pública a partir dos fundamentos de seus idealizadores. Esta é também a proposta deste jornal. O que o diferencia, no entanto, é que ele não está ligado a nenhum grupo empresarial, político ou familiar interessado em influenciar a opinião pública a partir de suas teorias sobre a organização da sociedade. Ele se pauta pelo desejo de impregnar a sociedade com os valores cristãos, formando a opinião pública e atingindo o maior número possível de pessoas. Portanto, a proposta do JORNAL DE OPINIÃO é influenciar na cultura moderna, tendo como pressuposto os ensinamentos evangélicos.

Outro objeto que motiva este projeto é o de tornar mais transparente a relação da Igreja com a sociedade. Fazendo circular a informação e a opinião no interior de Igreja, desta para a sociedade e vice-versa, o jornal estará contribuindo para uma efetiva interação.

Formar a opinião pública a partir dos valores cristãos e tornar mais transparente a relação da Igreja com a sociedade são os dois pilares que motivam o projeto de modernização do septuagenário "Lar Católico".

1989-02

Jornal de Opinião, 19 a 25/02/1989

REPRODUÇÃO HUMANA

A paternidade responsável

Toda conduta humana deve obedecer a uma norma ética, do contrário ela não será uma conduta humana. Isto porque a ética é a ciência da moral, que visa, antes de tudo, o respeito ao homem enquanto criatura de Deus, feita à sua imagem e semelhança.

Nada escapa àquele princípio fundamental.

A ciência, que tem à sua frente um campo vasto de atuação, não pode fugir a ele. A pesquisa, o desenvolvimento de teorias e sua aplicação prática devem atentar, antes de tudo, para o respeito ao homem como tal, ao seu bem-estar, como tal, à sua plena realização, ainda como tal. O homem vem de Deus e para ele deve caminhar em sua trajetória terrena.

A meta do ser humano é a transcendência; para, portanto, muito acima da matéria e dos objetivos terrenos que ele possa ter. Se não se alcança a visão e a consciência desta realidade, perde-se o contato com a Verdade revelada por Cristo em sua curta permanência na Terra. Assim, a ciência, para ser autenticamente humana, não pode perder de vista a origem

e o fim do ser humano, que é Deus.

Dáí porque tantas iniciativas da ciência têm o apoio da Igreja e tantas outras são por ela condenadas.

Um dos campos ultimamente explorados pela Ciência, em que a Igreja tem tido uma posição nem sempre compreendida e aceita, é o da reprodução humana. Dois princípios norteiam esta posição: o respeito à natureza humana de cada um e o respeito à vida.

Desta forma, experiências até que bem sucedidas, como a da reprodução *in vitro*, não merecem a aprovação eclesial. Ela contraria a vontade divina, os insondáveis desígnios da vontade divina. A ciência humana — justamente por ser humana — está condicionada às limitações próprias do homem, enquanto o saber de Deus é universal. Só Ele conhece tudo o que explica a nossa existência e justifica nossas venturas e desventuras neste mundo.

Do mesmo modo, os métodos abortivos de limitação da reprodução contrariam a regra básica da ética cristã de respeito à vida.

Quem pode contestar que a

vida começa na concepção? Como negar que toda obra de arte começa no primeiro gesto do artista? A partir da fecundação do óvulo, a vida — ainda que embrionária — já existe, e impedi-la de progredir é tão crime quanto exterminá-la depois, completada.

A tese, defendida pela Igreja, da paternidade responsável, não acoberta qualquer ação que resulte no impedimento da marcha natural da concepção, ainda que este impedimento seja fruto da mais avançada técnica científica. A vida que começa deve continuar até seu fim natural. Se é interrompida, não importa se o foi no princípio, no meio ou chegando ao fim. O crime é o mesmo.

A paternidade responsável fundamenta-se na vontade de procriar e na possibilidade de criar. Antes de gerar uma vida, o homem deve refletir se pode ou não arcar com a responsabilidade de amparar os primeiros passos daquele que irá nascer, se pode ou não ajudá-lo a conquistar sua autonomia. Se não pode, não deve gerá-la, usando somente sua vontade soberana, filha do livre arbítrio que Deus lhe deu.

1989-03

Jornal de Opinião, 19 a 25/02/1989

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

As cores do novo Brasil

Como era esperado, o fim do Carnaval abriu a temporada de caça ao eleitor. Está aberta oficialmente a corrida sucessória, visando o cargo máximo do poder executivo no país. Após quase três décadas de jejum eleitoral, os brasileiros vão reencontrar no segundo semestre as urnas e através delas vão escolher o sucessor do presidente José Sarney.

Antecipando as campanhas políticas — que devem ganhar as ruas já no próximo mês — os institutos de pesquisa procuram desenhar o perfil do novo presidente, segundo a expectativa do eleitorado. Honestidade, bom programa de Governo e força nova no cenário político são alguns dos requisitos básicos para quem deseja pleitear o voto dos eleitores. Afinal, depois de tantas promessas não cumpridas, de planos econômicos mal-sucedidos, e “eternos” problemas sem solução, os brasileiros sabem bem o que não querem ver na presidência da República.

É interessante perceber que as pesquisas apontam uma maior conscientização política do eleitorado. A maioria sabe que haverá eleições em 89 e ressalta a sua importância para o destino do país. E mesmo diante dos graves problemas vividos no Brasil, a população não acredita em uma candidatura milagrosa para salvar a pátria dos seus males. Isto é um bom indício de consciência polí-

tica, pois a história demonstra que os salvadores surgem muitas vezes da ignorância e do desespero do povo. Mesmo sufocado pelo baixo salário, pelo péssimo atendimento médico-hospitalar e à mercê da violência institucionalizada, o brasileiro reconhece que as soluções dependem do trabalho e da competência dos eleitos e não de atos populistas e “milagreiros”.

Essa posição do eleitorado revela ainda que a população não acredita que os governantes possam resolver sozinhos os graves problemas nacionais. A escolha de um presidente honesto e competente é apenas o primeiro passo, pois ele só terá êxito em sua tarefa se contar com o respaldo popular. E, para isso, a sociedade civil procura se organizar, encaminhando sugestões e também pressionando o Governo para que administre os recursos públicos visando o bem comum — o que nem sempre tem acontecido no país.

No pleito deste ano a Igreja Católica pretende dar continuidade ao seu trabalho de conscientização política. A avaliação das atividades desenvolvidas nas eleições municipais do ano passado demonstrou um saldo positivo. Após muitos debates e reflexões nas comunidades católicas, os eleitores puderam escolher parlamentares dignos de representá-los.

Em muitas paróquias e dioceses

estão sendo montados núcleos da Pastoral Política, visando formar os católicos para uma atuação firme e consciente neste campo. De acordo com o documento final aprovado pelos bispos latino-americanos em Puebla, em 1979, existem dois conceitos de política e de compromisso político. O primeiro refere-se à política em seu sentido mais amplo e visa o bem comum, definindo os valores fundamentais de toda a comunidade, os meios e a ética das relações sociais. O segundo conceito refere-se à realização da tarefa política através de grupos de cidadãos que se propõem conseguir e exercer o poder político para resolver as questões econômicas, políticas e sociais, segundo seus próprios critérios e ideologias. A Igreja no Brasil ressalta em seus documentos que este segundo campo, o da política partidária, é próprio dos cristãos leigos, que devem construir uma sociedade nova, justa e fraterna, também através dos mecanismos da política.

Em 1989, todos serão convocados a colocar nas urnas suas esperanças em um Brasil melhor. Para isto será preciso, desde já, analisar com cuidado cada candidatura, ouvir os programas de governo, discutir com os pretendentes ao cargo. Enfim, o ano de 1989 será pintado com as cores da política. Cabe a cada um desenhar o novo Brasil com essas cores.

1989-04

Jornal de Opinião, 12 a 18/03/1989

MÉXICO, 10 ANOS DEPOIS

Nas pegadas de Puebla

A atuação da Igreja na América Latina vem sendo marcada por atitudes corajosas e posições definidas, no últimos anos, seguindo orientação da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Depois da conferência do Rio de Janeiro, a primeira, em 1955, seguida da de Medellín, na Colômbia, a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizada em Puebla de los Angeles, no México, em 1979, foi, sem dúvida, uma notável marca na linha de evangelização da Igreja.

Puebla — como ficou conhecida — traçou de fato novos rumos eclesiais, e a polêmica que marcou seus trabalhos, desde a abertura, foi um tônica dessa conferência. Tônica que a acompanhou nesses dez anos de vivência, e que tem sido sua força. Porque nascida da polêmica, nasceu forte, como demonstram suas acertadas opções: pelos pobres e pelos jovens.

Assim, ao se comemorar agora os dez anos de Puebla — realizada de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979 — é justo rejubilar-se com seus resultados, que se projetam até hoje. Se não houve ainda uma transformação radical da sociedade — meta daquela conferência e sonho de tantos que defendem, com a Igreja, a justiça social — colheram-se frutos sazonados de uma evangelização mais adequada à realidade latino-americana: mais prática e atual, junto ao povo.

Puebla sempre foi bandeira de renovação, embora seus defensores nunca tenham definido, com todos os erros, que renovação seria essa, e em que termos ela se daria. Mas houve uma renovação de pensamento, de coragem e,

principalmente, renovação de espírito, mais aberto ao diálogo franco. Seguindo a linha da conferência de Medellín, outra característica de Puebla, a Igreja não teme rejeições em suas tomadas de posição, porque seu episcopado está ciente que aqueles caminhos traçados no México, no rastro da Colômbia, estão sendo trilhados com segurança até hoje, às vezes com as necessárias correções de rota. E isto é outro fator de importância: o reconhecimento das falhas.

A comunhão e a participação, que obtiveram a aprovação da maioria dos participantes de Puebla, norteiam ainda agora a atuação evangelizadora na América Latina. A Igreja não ignora que o documento de Puebla tornou-se a chave e o traço-de-união entre ela e a sociedade para chegar mais perto do povo.

Se alguns teólogos divergiram ontem do Documento de Trabalho de Puebla, a ponto de derrotá-lo, e obrigando a aceitação de outro, isto não trouxe esmorecimentos nem decepções. De forma alguma, porque na síntese dos problemas da América Latina, que aquele documento situava, revelava-se também a decidida vontade de todos para vencê-los. A custo de tudo.

Essas divergências, que marcaram a vida eclesial pelos séculos afora, e se sucedem ainda hoje no âmbito interno do episcopado, aqui e em outros mares, nunca foram escondidas, escamoteadas ou sonegadas. Porque além de naturais, elas constituem a ação animadora da Igreja, sempre reforçada e retemperada nesses debates, que só engrandecem. Há divergências nas idéias, não nos conceitos.

Assim, a sociedade justa que a Igreja testemunha necessária, proclama viá-

vel e celebra de fato, pode não ter nascido ainda, como querem os pastores e os homens. Mas ela vivificará um dia, porque o esforço comum a fará madura.

A opção, isto é, a decisão, a tomada de partido pelos jovens e pelos pobres ainda é oportuna. Quase eterna, porque os anseios da juventude não morrem nem morrem os pobres, frutos de uma condição, é verdade, mas consequência miserável e degradante, na maioria das vezes, de uma opressão política desumana, que se alimenta da vergonhosa e desmedida cobiça de uma privilegiada minoria.

Tomando o partido dos jovens, a sociedade do futuro, e alinhando-se aos pobres, a anti-sociedade que incomoda, a Igreja alimenta a fé dos católicos e reafirma sua divindade. Só assim ela se entenderá com Cristo, seu fundador, e se fará entender com os cristãos.

É justo entender a luta de hoje da Igreja, coerente com seus princípios de comunhão com todos e de participação na vida sofredora da América Latina, marcada por governos opressores e pela violência sob todos os aspectos e sentidos.

Também é justo comemorar os dez anos de realização da conferência de Puebla, como injeção de vida para reavivar a fé no futuro de justiça que todos sonham para este mundo. De justiça e de paz.

Desenha-se neste perfil a IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, marcada para 1992, em São Domingos, na República Dominicana. Os desafios que lá se apresentarem encontrarão um episcopado mais consciente e alicerçado numa grande arma que o fará mais disposto à luta: são os 500 anos de evangelização da América Latina.

1989-05

Jornal de Opinião, 12 a 18/03/1989

A FUNÇÃO DA IMPRENSA

Confronto e encontro

Logo nas primeiras linhas de um recente artigo publicado no "Jornal do Brasil" (e que reproduzimos na página 11), dom Marcos Barbosa, sacerdote beneditino e profícuo escritor católico, faz uma crítica severa à conduta editorial do JORNAL DE OPINIÃO. Mesmo não se permitindo ser explícito ou contundente, dom Marcos sugere que o jornal venha adotando uma postura partidarista e tendenciosa perante as diferentes correntes de pensamento existentes na Igreja. E tudo isso porque o jornal, quando ainda sob a denominação de Lar Católico, publicou uma entrevista com frei Beto, defensor de idéias e conceitos inaceitáveis para dom Marcos.

A crítica em questão, longe de ensejar uma polémica pública e provavelmente estéril, constitui-se em nova oportunidade para refletirmos um pouco mais sobre o papel e as responsabilidades da imprensa católica no momento atual. Na esteira desse processo, deverão também ser abordadas outras questões relevantes, tais como as obrigações de cada um de nós, católicos e cristãos, perante esta mesma imprensa.

Sobre o papel da imprensa católica, nada mais adequado nem atual do que o disposto na Instrução Pastoral Comunhão e Progresso: "O papel da imprensa católica é enfrentar, por meio de informações, comentários, debates, todos os problemas e interrogações do mundo em que vivemos, à luz dos princípios cristãos. Também lhe compete comentar e, se necessá-

rio, corrigir notícias e comentários referentes à fé e vida da Igreja. Ela será, ao mesmo tempo, um espelho em que se refletem as imagens do mundo e uma luz que o ilumina. Deverá também ser o lugar de encontro e confronto de idéias e opiniões." É esse o objetivo que adotamos para o JORNAL DE OPINIÃO: ser um lugar de encontro e de confronto de idéias e opiniões, na busca constante da verdade; ser um espelho do mundo e, com a graça de Deus, uma luz para cada um de nossos leitores.

Sabemos, no entanto, que o atendimento a este objetivo não é tarefa fácil. Além de resistir as nossas imperfeições e imperfeições, comuns a todos os mortais, o JORNAL DE OPINIÃO ainda deverá enfrentar outras dificuldades e oposições para responder a contento ao desafio proposto pelo documento pontifício. Nessa linha, vale a menção ao editorial publicado já no primeiro número do JORNAL DE OPINIÃO: "... o novo semanário enfrentará a oposição de grupos que são contra a posse de meios de comunicação por parte da Igreja... enfrentará o desafio de uma Igreja com posições diferenciadas sobre algumas questões, mas unida naquilo que é essencial para sua missão".

Para fazer frente a todos esses óbices e desafios, o remédio adotado pelo JORNAL DE OPINIÃO é um só: facilitar e fomentar, tanto quanto possível, a livre manifestação de opinião por parte de todos aqueles que, imbuídos de bons propósitos, procuram contribuir para a melhoria dos homens

e do mundo. Nesse sentido, o JORNAL DE OPINIÃO apenas segue a orientação contida na Instrução Pastoral Comunhão e Progresso: "O clero e os leigos deverão fomentar a livre manifestação da própria opinião e a variedade de publicações com diferentes pontos de vista. Assim, irão ao encontro dos mais diversos interesses e preocupações dos leitores, por um lado; e, por outro, contribuirão para o surgimento de uma opinião pública na Igreja e no mundo."

Esta é, por conseguinte, a responsabilidade que assumimos: promover a liberdade de expressão e, em consequência, o diálogo fraterno e produtivo entre as pessoas e entre diferentes correntes de pensamento. Tudo no sentido de "servir e consolidar a união e cooperação, animados pela vontade de construir e não de destruir".

Este é o motivo que nos leva a publicar, nesta edição, o artigo de dom Marcos Barbosa. Sem ressentimentos nem ironias. E o mesmo faríamos com a carta de dom Manuel Pestana, se a tivéssemos recebido. Pois esta é a função da imprensa e, sobretudo da imprensa católica. Esta é a nossa responsabilidade fundamental: sermos um lugar de confronto, para propiciar o encontro. Todos, sem exceção, são convidados a participar desse esforço do JORNAL DE OPINIÃO. Sem preconceitos nem pré-julgamentos. Sem facções nem sectarismos. Todos a serviço de todos e da Igreja.

1989-06

Jornal de Opinião, 26/03 a 1º/04/1989

REFORMA AGRÁRIA

Injustiça no campo

A violência contra os colonos acampados na Fazenda Santa Elmira, no Rio Grande do Sul, é mais um triste capítulo da novela da reforma agrária, que se arrasta há anos no País. De forma nenhuma a invasão da fazenda e a retirada violenta dos acampados, culminando com a prisão de 20 colonos e dois religiosos, é um fato isolado no extenso drama da terra no Brasil. Ele se coloca na mesma posição de outras invasões de terra, de conflitos violentos entre policiais, fazendeiros e trabalhadores rurais e, principalmente, faz parte do insucesso do projeto governamental de reforma agrária.

O impasse na questão fundiária no Brasil não é novo, mas atingiu seu clímax depois do anúncio da reforma agrária feito pelo governo da Nova República. Diante das promessas do então candidato Tancredo Neves, confirmadas pelo presidente Sarney, aumentou a expectativa e também a violência no campo. Os trabalhadores sem-terra organizaram-se buscando o seu pedaço de terra. Por seu lado, também os proprietários fortaleceram sua luta pela manutenção de cada hectare, independente de sua função produtiva ou social. Com os ânimos acirrados, aumentaram as invasões de propriedades — a maioria já designadas para a reforma agrária — e explodiu a violência no campo, marcada pelo assassinato de centenas de lideranças e agricultores.

Santa Elmira apenas mostrou com todas as cores e nuances o trágico quadro da disputa pela terra no País. No entanto, o episódio deve ser mais que um noticiário de jornal. De-

ve servir para mostrar que existe uma guerra diária nas terras do Brasil. Deve servir para apressar uma ação governamental séria com relação ao projeto de reforma agrária, que passe da expectativa frustrada a políticas agrária e agrícola justas.

No encontro com o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes de Almeida, o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, afirmou que "existem dezenas de reformas agrárias, mas precisamos saber a que serve para o Brasil". É possível que o ministro tenha razão, só que a reforma agrária adequada ao País precisa ser descoberta e debatida com a sociedade com urgência. Caso contrário, o clima de violência no campo vai se tornar cada dia maior, podendo explodir em breve, como alertam os bispos do Rio Grande do Sul.

Os parlamentares que elaboraram a nova Constituição Brasileira pouco ajudaram na implantação da reforma agrária. O clima tenso que envolveu o assunto trouxe para o texto constitucional um retrocesso de 25 anos no debate sobre propriedade produtiva e uso social da terra. Pode-se avançar um pouco através da legislação ordinária, que vai definir o que é uma propriedade produtiva. No entanto, não se percebe no Congresso Nacional o mesmo clima tenso da Fazenda Santa Elmira. Os ventos do Planalto Central sopram em direção à disputa pela presidência da República. Portanto, em direção contrária aos problemas mais imediatos da população brasileira.

A situação de injustiça existente

no campo exigiu uma ação concreta da Igreja. Ela é uma das instituições que mais tem brigado pela execução da tão prometida reforma agrária no País, pois conhece de perto a situação de desespero dos trabalhadores sem-terra e também de seus familiares, abandonados nas periferias dos grandes centros urbanos. Ao agir desta forma a Igreja se torna porta-voz de milhões de brasileiros que anseiam pela justiça no campo. Basta lembrar que a reforma agrária foi o tema que mais assinaturas recebeu na fase das emendas populares apresentadas ao congresso constituinte. Portanto, a Igreja apela pelo fim da violência contra o homem do campo, pelo diálogo permanente entre representantes do governo e trabalhadores sem-terra e, principalmente, pela implantação da reforma agrária no País.

Não é possível continuar assistindo de braços cruzados episódios como o da Fazenda Santa Elmira. Se a invasão de terras deve ser condenada, pois fere o princípio da propriedade privada, também deve ser condenado o estado de miséria e abandono de milhões de famílias de trabalhadores rurais em todo o País. Se tomar a propriedade alheia pela força deve ser condenado, o mesmo tratamento deve ser dado ao uso da violência policial para expulsar os invasores.

É preciso mudar a estrutura de injustiça existente no sistema fundiário brasileiro. Ou o Brasil realiza uma reforma agrária justa, ou os conflitos pela posse da terra transformam o País em um explosivo barril de pólvora.

1989-07

Jornal de Opinião, 23 a 29/02/1989

NOTÍCIAS FALSAS

Resposta à calúnia

Os leitores que procuraram na edição de 12 de abril da revista "Veja" informações sobre a 27ª Assembléia Geral da CNBB, que estava sendo realizada naquela semana, encontraram apenas mais um ataque à ação pastoral da Igreja no Brasil. Como costuma fazer periodicamente, a revista tentou mostrar aos seus leitores que a Igreja cuida de muitos assuntos que não lhe dizem respeito, mas que fiscaliza pouco "o que acontece em seu próprio quintal". Se alguém duvidar basta pesquisar nas edições da revista dos últimos dois anos a coleção de ataques de baixo nível dirigidos à Igreja.

Todos os dias a imprensa publica informações sobre as atividades da Igreja no Brasil e no mundo. Por inúmeras razões, algumas delas são distorcidas ou mostram apenas um ângulo da notícia para o leitor. No caso da última reportagem da revista "Veja", no entanto, os bispos reunidos em Itaici decidiram divulgar um comunicado mostrando sua indignação.

Diante de notícias falsas veiculadas pelos meios de comunicação, sejam elas referentes à ação da Igreja ou não, torna-se necessário aprofundar o sentido crítico, proposto pela Campanha da Fraternidade deste ano. Aqueles que são vilipendiados e caluniados devem buscar outros espaços para proclamarem a verdade e também exigir dos meios de comunicação irresponsáveis que se conduzam pela verdade dos fatos. Ao fazer afirmações falsas e distorcer o trabalho pastoral da Igreja

no Brasil a revista "Veja" agride os católicos e engana desavergonhadamente seus leitores.

Para restabelecer a verdade é preciso abrir espaços para mostrar a indignação dos bispos brasileiros, reunidos em sua 27ª Assembléia Geral. O comunicado aprovado pelo episcopado não é suficiente para desmentir tantos artigos e notícias falsas, mas poderá se tornar um bom subsídio de reflexão. No contexto da CF/89 ele é uma peça indispensável para se entender a ação da Igreja no Brasil e como essa ação é vista por órgãos da grande imprensa.

O comunicado aprovado em Itaici é o seguinte:

"A Campanha da Fraternidade de 1989, "Fraternidade e Comunicação", com o lema "Comunicação para a Verdade e a Paz", traz-nos a todos, além do alento de tanta participação, a consciência, ainda maior, da importância dos Meios de Comunicação Social para a sociedade e a Igreja.

São eles, se bem usados, instrumentos eficazes de construção de um mundo mais fraterno, na Verdade e na Paz.

Aos Meios de Comunicação do Brasil temos de reconhecer um grande papel nos momentos difíceis por que passa a nossa Pátria.

Participando, neste contexto, da 27ª Assembléia Geral dos Bispos, em Itaici, que tem contado com a eficiente cobertura jornalística, também dos grandes meios de comunicação, causou-nos uma profunda decepção a reportagem de uma revista da nossa Imprensa, ousan-

do vilipendiar a nossa Conferência com notícias tristemente negativas, mesquinhas, tendenciosas e de todo contrárias à verdade.

Queremos manifestar nosso desagrado e nossa decepção.

Temos certeza de que nossa tristeza e desencanto são partilhados por toda a Imprensa séria que vem acompanhando a nossa reunião, procurando colocar a comunicação a serviço da Verdade e da Paz.

Esse acontecimento vem reforçar nossa preocupação pela urgente necessidade de uma legislação que regulamente os preceitos da nova Constituição referentes ao Capítulo da Comunicação Social. Ao lado da louvável proibição de qualquer censura de natureza política, ideológica e artística (art. 220 — § 2º), a Constituição também declara "invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrentes de sua violação" (art. 5º — X). Exige, ainda, o "respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família" (art. 221 — IV). Prescreve, finalmente, a criação do Conselho de Comunicação Social, como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Esperamos, assim, que os nossos congressistas elaborem e aprovem com a devida urgência uma lei ordinária que ponha em execução tais preceitos, para garantir aos cidadãos o respeito aos seus direitos quando forem violados pelo uso abusivo de certos meios de comunicação que não levam em conta a dignidade da pessoa humana."

1989-08

Jornal de Opinião, 14 a 20/05/1989

BRASIL

Terra de ninguém

Uma bomba explode em Recife, ferindo um bancário filiado ao Partido dos Trabalhadores. Outra, em Volta Redonda, destrói um monumento levantado em memória dos operários da Cia. Siderúrgica Nacional mortos nos conflitos com o Exército, ano passado. Em Minas Gerais, os deputados estaduais decidem-se por conceder a si próprios um reajuste de 35% — o segundo do ano —, elevando seus proventos a mais de NCz\$ 10.000,00 mensais. Em Brasília, numa decisão política maquiada por arrazoados técnicos, o soldo dos generais é elevado ao mesmo nível dos magistrados federais: algo em torno de NCz\$ 7.000,00 mensais. Em meio a todo esse noticiário, as greves permanecem num crescendo, mesmo quando julgadas ilegais, e a imprensa econômica internacional comenta uma fuga de capitais do Brasil da ordem de US\$ 12 bilhões, apenas nesse ano.

Como se verifica, o quadro nacional não permite qualquer otimismo, situação reconhecida até mesmo pelo presidente José Sarney. O pior, no entanto, não são os fatos per se, mas a leviandade, quando não a má fé, com que são cometidos e mesmo justificados. Porque é em função dessa leviandade e dessa má fé que a esperança nacional míngua a olhos vistos.

O Partido dos Trabalhadores, por exemplo, numa canhestra tentativa de explicar a bomba de Re-

cife, acabou por assumir a mesma postura dos terroristas do Riocentro. Nas palavras do deputado José Genofino (PT-SP), a bomba teria sido "colocada" nas mãos inocentes do bancário em greve. Para o deputado, tudo não passaria de uma manobra da direita, para denegrir o partido perante a opinião pública. E que se dane a inteligência nacional.

Já em Volta Redonda, ninguém duvida que o atentado tenha sido inspirado e conduzido pela direita. Mesmo porque o general Newton Cruz, de triste lembrança, incumbiu-se de apregoar pelas páginas dos principais jornais seu irrestrito apoio ao ato de sabotagem.

E mesmo indo frontalmente de encontro a repetidas declarações dos ministros militares, o general Newton Cruz escapou ileso com sua bravata. Nem mesmo o Ministério da Justiça, tão zeloso em cobrar de dirigentes sindicais o respeito às medidas provisórias que disciplinam o direito de greve, chegou a molestar o general, como que se o incentivo público ao terrorismo não se constituísse um crime. E alguém ainda tem esperança de que esse atentado venha a ser esclarecido?

Quanto aos salários dos deputados, magistrados e generais, pouco há a se comentar. A perplexidade fica creditada apenas ao despudor, à absoluta falta de vergonha e de escrúpulos. Para o presidente da Assembléia Legislativa

de Minas Gerais, os salários se justificam em função dos altos custos das campanhas eleitorais. Para a equiparação salarial dos magistrados e generais, a explicação é mais simples: trata-se de uma questão de justiça.

E quem fará justiça a todos os milhares de brasileiros oprimidos por salários de fome? Como explicar que em Minas Gerais, a exemplo do resto do País, um professor de escola primária pública não chega a ganhar um centésimo de quanto percebe por mês um deputado?

A impressão que fica para o cidadão comum é que o Brasil vai se transformando em terra de ninguém, à mercê de saqueadores que procuram conquistar para si o maior quinhão. Para o cidadão comum, estes saqueadores são os mesmos que pregam a seriedade, mas exercitam a esperteza e o casuísmo; são os que se apresentam como defensores da justiça, mas que progridem à sombra do nepotismo e do favorecimento pessoal. Por essas e por outras, como condenar o açodamento das greves? Como condenar a fuga de capitais? Como exorcizar a desesperança em todas as camadas sociais?

Não se pode cobrar do povo respeito às leis quando estas mesmas leis não são respeitadas por seus líderes políticos e econômicos. E onde não impera a lei, reina a anarquia. Este é o caminho que o País parece estar trilhando, pela irresponsabilidade de seus líderes.

1989-09

Jornal de Opinião, 11 a 17/16/1989

OPINIÃO PÚBLICA

A responsabilidade da Igreja

O momento histórico pelo qual o Brasil passa exige, cada dia mais, a palavra e a ação da Igreja Católica. Todas as pesquisas de opinião pública a apontam como a instituição que goza de maior prestígio junto aos brasileiros. A última enquete do Instituto Ibope, por exemplo, realizada em abril último, mostra que 79% dos entrevistados confiam na Igreja, enquanto apenas 18% afirmaram não confiar. Isto demonstra que a população espera da Igreja uma ação concreta, uma palavra de apoio e solidariedade, que possa determinar novos rumos para o País. Rumos estes que passam, necessariamente, por uma melhoria das condições de vida do povo, por uma legislação justa e uma participação social e política efetiva.

Enquanto isso, o que se vê é o baixo nível de credibilidade dos políticos e de seus partidos, a falta de entendimento entre empresários e trabalhadores e a falta de uma política econômica que restaure o poder de compra da população. Diante deste quadro é o mo-

mento de a Igreja usar de sua credibilidade para buscar, em conjunto com as demais instituições, uma saída para a crise.

Em abril último este assunto foi debatido exaustivamente na 27ª Assembléia Geral do Episcopado Brasileiro que teve como tema central as exigências éticas da ordem democrática. Agora, é preciso levar estas conclusões para um debate mais amplo com as demais forças da sociedade. É preciso mostrar o que pensa a Igreja diante do momento nacional, suas dúvidas e suas sugestões, juntar outras idéias e promover um amplo debate. Afinal, o Brasil não é apenas este amontoado de notícias ruins divulgadas diariamente. Existem instituições que, gozando do respaldo popular, têm algo a propor, a sugerir para os destinos do país. Uma destas instituições, sem dúvida nenhuma, é a própria Igreja Católica.

O pleito eleitoral de 1989 representa um passo decisivo em direção à democratização. Neste momento eleitoral a tendência é

para o acirramento das posições, a quebra do diálogo e a disputa violenta. Neste cenário o próprio eleitor fica perdido, não consegue identificar as propostas reais dos candidatos e acaba votando inconscientemente. Esta é mais uma questão que exige o empenho da Igreja, orientando e incentivando a participação consciente nas eleições de 15 de novembro próximo.

Quando a população aponta a Igreja como a instituição mais confiável do País não está lhe concedendo um prêmio para ser exposto em prateleiras. Na verdade está passando-lhe uma procuração assinada em branco. Ao demonstrar sua confiança na instituição o povo pede que ela assuma suas reivindicações e busque a solução de seus problemas. É uma responsabilidade muito grande que a Igreja procura responder com fidelidade ao Evangelho e à sua missão. Quando parece que o diálogo foi abolido e que ninguém se entende cresce ainda mais a responsabilidade da Igreja. Cabe a ela convocar ao diálogo e ao entendimento.

1989-10

Jornal de Opinião, 19 a 25/11/1989

ENCONTRO DE PRESBÍTEROS

Por um debate na Igreja

Com as mudanças da sociedade é natural que novos temas sejam discutidos e que sejam revistas algumas normas. A Igreja também não está imune a essas mudanças e, justamente agora, uma nova discussão tem lugar em seu meio. No centro do debate está o celibato obrigatório dos sacerdotes. Repetidamente tem se feito apelos para que ele seja revisto e os que defendem a idéia afirmam que o celibato não tem fundamentação bí-

blica e a sua imposição acaba afastando os candidatos ao sacerdócio que não têm vocação para a vida celibatária.

Embora essa discussão tenha sido freqüentemente apresentada apenas como "a luta pelo fim do celibato", ela é muito mais ampla. O que alguns grupos almejam é que essa condição seja opcional, ou seja: assumem o celibato aqueles que se sentirem em condições para tal.

No Sínodo dos Bispos, em

1971, a questão foi levantada e um dos argumentos dos bispos que defendiam a idéia era de que diversos grupos sociais tinham dificuldades em aceitar o celibatário. O que importa mais nesse momento, porém, é a possibilidade de um diálogo, uma revisão honesta da questão, como pediram recentemente os presbíteros do Brasil, em seu 3º Encontro Nacional. Em uma discussão aberta e franca na Igreja todos têm a ganhar.

Editoriais de 1999 do *Jornal de Opinião*

1999-01

Diálogo

Jornal de Opinião, 08 a 14/02/1999

Educação e trabalho: pilares para um mundo melhor

A educação é um direito humano com imenso poder de transformação. Sobre suas fundações estruturam-se a liberdade, a democracia e o desenvolvimento humano sustentável. Entretanto, como revela o relatório "Situação Mundial da Infância 1999", recentemente divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), nos países em desenvolvimento esse direito é negado a 130 milhões de crianças. Cerca de 1 bilhão de pessoas – um sexto da população do mundo – continua analfabeto. Em sua maioria, são mulheres.

Na apresentação do Relatório do Unicef, o presidente da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan propõe que "no limiar do século 21 não deva existir prioridade maior ou missão mais importante do que a educação para todos". A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através da Campanha da Fraternidade do ano passado também enfocou a pro-

blemática da educação como base para a promoção da cidadania e do desenvolvimento social.

Nesta edição, o *Jornal de Opinião* traz um texto extraído do Relatório do Unicef, (páginas 6 e 7) no qual a "aprendizagem para a vida" é considerada como chave para o crescimento, amadurecimento e adaptação da criança às circunstâncias que a vida lhe apresenta, tendo a criatividade e a capacidade de solução de problemas como caminhos para a construção de tempos melhores. Interessante notar que no "Olhar do Teólogo" (página 11), padre João Batista Libânio, ao analisar a crise dos sindicatos no Brasil, sugere que a educação, a capacitação profissional e a criatividade são as setas que apontam saídas para o desemprego, este mal que cresce assustadoramente em todo o mundo e que é o tema da Campanha da Fraternidade este ano.

Educação e trabalho: dois pilares fundamentais para a cons-



trução de uma sociedade sem chagas, que tenha perspectivas de desenvolvimento humano e econômico. O *Jornal de Opinião* dá espaço a estes e outros temas

que falam de vida... e Vida em abundância!

Graziela Cruz
EDITORA

1999-02

Jornal de Opinião, 08 a 15/03/1999

O Jornal de Opinião está de cara nova!



Com o objetivo de oferecer aos nossos leitores um veículo moderno, dinâmico e em dia com os acontecimentos na Igreja e na sociedade, e baseados em pesquisa realizada recentemente entre nossos assinantes, decidimos realizar algumas alterações em nosso conteúdo e em nosso projeto gráfico. Como você poderá comprovar, nossas páginas estão mais leves, mais "arejadas", para que você leitor tenha prazer em ter, em suas mãos, um jornal bonito e agradável de ler.

Os resultados da pesquisa revelaram que a página de "espiritualidade" é a preferida pelos leitores, seguida das seções "O Olhar do teólogo" e "Bíblia". Sendo assim, para darmos uma resposta positiva a estas preferências, ampliamos a "espiritualidade" também para a página 20 (ou contra-capas). A página 3 está agora entregue a uma equipe ampliada que con-

ta, além de nossos amigos do Centro Loyola de Espiritualidade, Fé e Cultura, que escrevem inspirados na espiritualidade de Santo Inácio, com representantes de grupos de espiritualidade beneditina, franciscana e carmelitana. Sem dúvida, uma riqueza para todos nós que poderemos aprofundar nossa experiência de Deus, tendo belíssimas fontes onde beber! Já a página 20 trará, toda semana, uma reflexão - em prosa ou verso - para o nosso dia-a-dia.

A Bíblia ganha mais espaço, com uma página inteira dedicada às reflexões do padre Johan Konings. O **JORNAL DE OPINIÃO** apresenta, também, novas seções: Vida Plena (página 9), Educação (página 16) e O que estou lendo (Página 19). Para a primeira, contamos com a valiosa colaboração de um grupo de psicólogas que abordarão temas sobre

comportamento; para a coluna sobre "educação", também está conosco um grupo de educadores que está assumindo a condução dos assuntos. As páginas centrais passam a se chamar "Atualidade", abrindo, assim, ainda mais, o leque de reportagens sobre temas que estão na ordem do dia. O painel, que sempre ocupou as últimas páginas, ganha destaque nas páginas 4 e 5, trazendo, neste número, uma entrevista especial com o cardeal dom Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo metropolitano de Belo Horizonte.

Este é o novo **JORNAL DE OPINIÃO**. Esperamos que nossos leitores aproveitem as mudanças e que elas venham trazer ainda mais subsídios para a formação humana e cristã de todos nós!

Graziela Cruz e Vânia Queiroz
Editoras

1999-

Jornal de Opinião

Jornal de Opinião, 27/04 a 03/05/1999

Parabéns Dom Serafim!!

EDITORIAL

O JORNAL DE OPINIÃO tem a alegria de apresentar esta edição especial comemorativa dos 40 anos de sagração episcopal do cardeal dom Serafim Fernandes de Araújo. Este ano são várias as datas marcantes na vida de Dom Serafim. Em março, ele celebrou 50 anos de sacerdócio, no dia 7 de maio serão 40 anos de bispo e em agosto, 75 de idade.

Neste número, amigos dão depoimentos sobre a vida e a missão do cardeal e o JORNAL DE OPINIÃO mostra a trajetória do bispo nos últimos 40 anos, destacando a implantação do "Projeto Pastoral Construir a Esperança", responsável pela caminhada da evangelização na arquidiocese de Belo Horizonte desde 1990.

Nossa equipe parabeniza o cardeal dom Serafim pela data marcante desejando plena alegria e agradece a todos que nos ajudaram a homenageá-lo nesta edição.

ASEDITORAS

Diálogo

Editoriais de 2009 do *Jornal de Opinião*

2009-01

Diálogo

Jornal de Opinião, 29/12/2008 a 04/01/2009

“O verdadeiro discípulo” (Lc 24, 13-35)

O encantamento por tudo aquilo que fazemos depende da experiência que fundamenta a nossa ação. A eficácia e os resultados de uma ação pastoral e de solidariedade humanitária não se medem somente por valores numéricos ou por repercussão midiática, mas pelos frutos de conversão e pelo mistério abrasador do amor de Deus fecundado no coração de cada ser humano.

O caminho de Emaús (Lc 24, 13s) é expressão do verdadeiro discipulado. Caminhar todos os dias com o Senhor, tendo o interior tocado pelo Pão da Palavra e pelo Pão da Eucaristia, nos faz diferentes, revolucio-

nados e comprometidos com a transformação da realidade que nos cerca, porque estamos encantados com o Mestre. O testemunho cotidiano é uma consequência apaixonada que será realizada por leigos e leigas, pastores e consagrados.

A mediocridade e a mesmice afrontam o vigor missionário, porque, além de nos forçar a repetir o que os outros e o mundo fazem, nos cumulam de medo para encerrar o “Novo”, que verdadeiramente refaz a história. A explosão impetuosa do mistério do Natal, que irrompe no início de um novo ano, nos convoca a concretizar, como fruto do encanta-

mento pelo Mestre, o Reino de fraternidade e solidariedade vivido e proclamado por Jesus.

Leiam os artigos desta edição do *Jornal de Opinião* atentos às motivações que conduzem as pessoas às atuações profissionais, pastorais e proféticas que marcam, com gestos transformadores, o mundo em que vivemos.

Um corajoso e audacioso novo ano!

Padre José Januário Moreira - vigário episcopal para a Comunicação e Cultura da Arquidiocese de Belo Horizonte



2009-02

Diálogo

Jornal de Opinião, 02 a 08/03/2009

“A paz é fruto da justiça” (CF/2009)

“Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados” (Mt 5, 6)

O exercício coerente do discipulado pede a cada cristão, no seguimento do Mestre, vivenciar a dimensão cidadã como caminho construtor da verdadeira paz. Paz não é ausência de crimes, conflitos, crises ou mesmo definição de espaços de gêneros... Paz é, antes de tudo, presença. A falta da presença de Deus nas famílias e no mundo globalizado em que vivemos desencadeia uma realidade de morte e não de vida. A indignação diante das injustiças convoca e provoca em cada um de nós o desafio de ir às raízes mais profundas do Evangelho.

O JORNAL DE OPINIÃO traz perguntas ousadas, incita o leitor à reflexão mais profunda e quer desinstalar os indiferentes que conseguem se apresentar como cristãos. O objetivo geral da Campanha da Fraternidade é para nós um indicativo para o caminho ao longo de todo o ano. “Susciar o debate sobre a segurança

pública e contribuir para a promoção da cultura da paz nas pessoas, na família, na comunidade e na sociedade, a fim de que todos se empenhem efetivamente na construção da justiça social que seja garantia de segurança para todos. A paz buscada é a paz positiva, orientada por valores humanos como a solidariedade, a fraternidade, o respeito ao ‘outro’ e a mediação pacífica dos conflitos, e não a paz negativa, orientada pelo uso da força das armas, a intolerância com os ‘diferentes’ e tendo como foco os bens materiais” (Objetivo geral da CF/2009).

Eis que é chegada a hora de unirmos intenções e esforços no sentido de fazer nascer as condições para a paz e para a justiça, que são fruto da fé, do amor e da esperança, fecundados pela Palavra do Mestre. Rezemos a fim de que os frutos desta Campanha da Fraternidade sejam abundantes e amadurecidos.

Oração da Campanha da Fraternidade 2009

Bom é louvar-vos, Senhor nosso Deus, que nos abrigais à sombra de vossas asas, defendeis e protegeis a todos nós, vossa família, como uma mãe, que cuida e guarda seus filhos.

Nesse tempo em que nos chamais à conversão, à esmola, ao jejum, à oração e à penitência, pedimos perdão pela violência e pelo ódio que geram medo e insegurança.

Senhor, que a vossa graça venha até nós e transforme nosso coração.

Abençoai a vossa Igreja e o vosso povo, para que seja um forte instrumento de conversão. Sejam criadas as condições necessárias para que todos vivamos em segurança, na paz e na justiça que desejais.

Amém.

Padre José Januário Moreira - vigário episcopal para a Comunicação e Cultura da Arquidiocese de Belo Horizonte



2009-03

Diálogo

Jornal de Opinião, 1º a 07/06/2009

ANJOS OU DEMÔNIOS: como discernir diante das interpelações do dia-a-dia?

O desafio de ler o cotidiano, para se chegar a uma resposta existencial coerente, cidadã e marcada por princípios éticos e religiosos, convoca-nos à capacidade de discernir entre anjos e demônios, caminhos e descaminhos que nos conduzem à profundidade e à eficácia do Reino, que nos levam a proclamar um tempo de graça, fraternidade, justiça e paz.

A palavra de Jesus, segundo o evangelista Mateus, é inspiradora: "Hipócritas! Sabeis distinguir o aspecto do céu e não podeis discernir os sinais dos tempos? Essa raça perversa e adúltera pede um milagre! Mas não lhe será dado outro sinal, senão o de Jonas!" (Mt 16, 4). Adquirir a sabedoria da leitura do cotidiano engaja-nos em um processo que não nos permite ficar à mercê dos controles sociais,

psicológicos e econômicos, niveladores das consciências, os quais oprimem liberdades, escravizam e marginalizam.

Um processo educacional libertador não aceita o analfabetismo funcional, que gera a morte aos verdadeiros ideais, transformadores e legítimos, em prol da integridade de cada pessoa, com seus sonhos de cidadania e de vivência cristã. Como ser discípulos-missionários no mundo de hoje onde, muitas vezes, somos "fazedores de coisas", em detrimento de "sermos" homens e mulheres capazes de conduzir o mundo, sem perder o senhorio de si.

Anjos ou demônios? A leitura desta edição do JORNAL DE OPINIÃO nos traz perguntas que provocarão leituras e discernimentos para nossa vida de cristãos e cidadãos. Haverá um novo céu e uma nova terra de Dan-

dara? Proposta de emenda constitucional quer assegurar o direito à alimentação para todos. Qual é a nossa resposta? O processo educacional em nosso País conduz a um exercício pleno da cidadania? Onde estamos e aonde chegaremos? J. B. Libanio apresenta-nos o desafio do aprendizado contínuo...
Que o Mestre nos ilumine nessa caminhada!



Padre José Januário Moreira - vigário episcopal para a Comunicação e Cultura da Arquidiocese de Belo Horizonte

2009-04

Diálogo

Jornal de Opinião, 08 a 14/06/2009

Promover a vida, missão permanente

A reflexão sobre a importância dos encontros de formação para receber sacramentos, como Batismo, Crisma e Casamento, é um dos destaques desta edição. Na matéria, padre Antônio Damásio Rego Filho nos mostra o sentido dessa formação, que, muitas vezes, é criticada pelas pessoas que não têm experiência de participação na vida da Igreja. Para o padre, é necessário buscar novos caminhos para motivar as pessoas a compreenderem o sentido desses encontros. Na Arquidiocese de Belo Horizonte, o Diretório Pastoral Litúrgico-Sacramental é um exemplo de como a Igreja se preocupa com o amadurecimento da fé dos cristãos. A partir da realidade, que nos mostra motivações aparentemente insuficientes, como o caso de famílias que pedem o Batismo por pura tradição, o Diretório nos orienta para uma pastoral mais humana e acolhedora.

Outro tema abordado, nesta semana, é a postura da Igreja com relação à pesquisa com células-tronco. O artigo assinado pelo professor Ph.D e membro do Conselho Pró-Vida da Arquidiocese de Belo Horizonte, Paulo Franco Taitson, observa que, diferente do que muitos pensam, a Igreja não é contrária à pesquisa nessa área. Ele nos lembra que a Academia Pontifícia para as Ciências considera-as benéficas e, certamente, as estimula. A Igreja é contrária apenas à destruição de embriões humanos para a pesquisa, ou seja, pesquisas com células-tronco embrionárias.

O respeito à vida, acima de tudo, é o compromisso permanente da Igreja, em todos os níveis. Outro exemplo disso é o apoio dos movimentos sociais, comunidades de base e pastorais à proposta da Economia

Solidária. Num exemplo de cidadania, trabalhadores de todo o Brasil se unem em cooperativas e grupos para a produção, comercialização e/ou consumo de produtos e serviços que não exploram as pessoas e respeitam o meio ambiente.

Enfim, o compromisso com a defesa e a promoção da vida é missão de todos nós. Que a leitura do seu JORNAL DE OPINIÃO seja fonte de inspiração nessa tarefa de todos os dias. A todos, uma proveitosa leitura!



Padre Gludstone Elias de Souza - coordenador-geral do JO e especialista em Comunicação

2009-05

Diálogo

Jornal de Opinião, 22 a 28/06/2009

A práxis cristã

mais adequada para os nossos dias?

O desafio de aplicar na vivência do cotidiano as realidades da fé assimiladas é uma constante na vida de cada cristão que almeja ser verdadeiro discípulo missionário no hoje da história eclesial e social em que vivemos, marcada por todos os reveses da modernidade globalizada. Ser "sal da terra e luz do mundo" torna-se um urgente imperativo.

A experiência religiosa oscila entre duas extremidades: de um lado, uma fé alienada e sentimental e, de outro, um pragmatismo desprovido de espiritualidade. No primeiro caso, pensa-se ser possível a vivência da fé sem o recurso a uma práxis concreta, no esquecimento de que a vivência dos valores cristãos acontece no relacionamento conosco mesmo, com os irmãos e irmãs e com o mundo que nos cerca. Já o pragmatismo sem espiritualidade caracteriza-se pela experiência de certos valores, mas que não favorecem um imediato e pessoal encontro com Deus. O que fazer? Qual a práxis cristã

O mundo de hoje clama por um dinamismo mesclado com fraternidade e justiça, valores éticos e morais, lealdade e verdade, coerência e fé. Para alcançar a autenticidade na práxis cristã, precisamos superar os "ajeitamentos" que não nos permitem dar um toque de profundidade condutor ao testemunho comprometido e transformador do entorno. Os indicativos ideais apontados pela teologia devem ser redescobertos, interiorizados e enraizados em nós como utopia norteadora, cumulando-nos de confiança na misericórdia de Deus, a fim de que jamais desanimemos perante as surpresas de nossas fragilidades.

A contribuição da teologia para a maturidade dos cristãos na fé, como sinal de esperança para a Igreja, é o tema de destaque da capa do JORNAL DE OPINIÃO desta semana.

Nesta edição, destacamos, também, a entrevista com o militante das Brigadas Populares, Joviano Gabriel Maia Mayer, coordenador da Ocupação Dandara, em Belo Horizonte, sobre o sonho da casa própria e a política habitacional do governo. E, ainda, a reflexão do professor Eduardo Machado sobre o acidente com o voo 447. A partir do relato da história da passageira Lídia Chaves de Miranda Schmidt, sua ex-aluna, ele nos chama a atenção sobre o valor da vida, para além dos números e estatísticas.



Padre José Januário Moreira - vigário episcopal para a Comunicação e Cultura da Arquidiocese de Belo Horizonte

2009-06

Diálogo

Jornal de Opinião, 27/06 a 02/08/2009

Em busca de Deus

“Moisés apascentava o rebanho de Jetro... e chegou ao monte de Deus, o Horeb” (Ex 3, 1)

A experiência religiosa de Moisés torna-se acontecimento decisivo na sua vida: Deus o chama, e ele se põe à escuta. O espaço se reveste de uma sacralidade ímpar: “Tira as sandálias dos pés, porque o lugar onde estás é uma terra santa” (Ex 3, 5b). Moisés sente toda sua pequenez face à enorme tarefa que lhe é confiada. Só mesmo a graça de Deus para sustentá-lo na missão.

Diante de um acontecimento particular e extraordinário da presença de Deus, o cristão assume a postura de escutar e meditar a Palavra, converte-se e, liberto, mergulha no plano de Deus. O encantamento, fruto da contemplação do mistério, “embriaga” e conduz à práxis libertadora, que santifica as pessoas e se torna fonte de vida para um mundo melhor. A busca da fé conduz a “santuários”. Na

peregrinação da vida, o cristão vivencia a necessidade de tocar, pisar, ver, sentir e dialogar com aquele que dá sentido à sua existência. Alimentado e fortalecido pela força da fé, sente-se, então, comprometido com a missão de discípulo, tornando-se anunciador e testemunha do evangelho em sua comunidade de origem.

O padre Edênio Valle, na entrevista das páginas 4 e 5, observa que “o papel evangelizador do santuário não depende só dele. A comunidade precisa tornar-se “sujeito da caminhada, da chegada e do retorno, permanecendo unida, mas abrindo espaço para que o anseio de cadaromeiro sirva para a retomada vital do compromisso com a Igreja e com o Senhor”.

Em consonância com o Projeto de Evangelização

“Igreja Viva, Sempre em Missão”, o arcebispo metropolitano, dom Walmor Oliveira de Azevedo, criou o Conselho Arquidiocesano de Reitores de Santuários como “espaço para comunhão, partilha, planejamento e evangelização” nos dez seminários da Arquidiocese de Belo Horizonte. Uma das tarefas do Conselho é organizar a Pastoral dos Santuários. Um caminho de conscientização, alimento e incentivo para os peregrinos na vivência da fé!



Padre José Januário Moreira - vigário episcopal para a Comunicação e Cultura da Arquidiocese de Belo Horizonte

2009-07

Diálogo

Jornal de Opinião, 07 a 13/09/2009

Boas notícias para você!

Esta semana, conversando com um leitor do JORNAL DE OPINIÃO, ele me disse que tem duas assinaturas do Jornal, porque faz questão de deixar um exemplar na sala de espera do seu consultório de dermatologia, por acreditar que a leitura propicia “um olhar comprometido com os valores cristãos acerca dos acontecimentos do dia-a-dia, difícil de se encontrar em outras nas publicações”. Depois da conversa, fiquei pensando naquelas palavras como indicativo de que estamos no caminho certo, mas, ao mesmo tempo, como demonstração do tamanho do nosso compromisso!

É com esse sentimento bom do dever cumprido, mas também do desafio constante de uma comunicação verda-

deiramente transformadora, comprometida com a verdade e a ética, que levamos até você as nossas boas notícias.

Nesta semana, por exemplo, destacamos, em nossa capa, duas matérias que mostram a contribuição da Igreja para a construção do Reino de Deus. A primeira é sobre a devoção a Nossa Senhora da Piedade, padroeira do Estado de Minas Gerais, que tem seu santuário estadual localizado na Serra da Piedade, a 48 Km de Belo Horizonte, em um cenário de riquíssima beleza, propício à reflexão e ao exercício da espiritualidade.

A segunda matéria trata da nomeação do arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom Walmor Oliveira de Azevedo, como membro da Congregação para a

Doutrina da Fé, no Vaticano. A Congregação é a mais antiga das nove congregações da Cúria Romana, um dos órgãos mais importantes da Santa Sé e tem como missão zelar pela Igreja, pela verdade da fé e pela fidelidade aos seus princípios.

Esperamos que nossas boas notícias sejam, para você, fontes de inspiração na vivência do evangelho, hoje e sempre!



Padre Gladstone Elias de Souza - coordenador-geral do JO e especialista em Comunicação

2009-08

Diálogo

Jornal de Opinião, 05 a 20/12/2009

A força da união

Existem algumas palavras e expressões que, de tanto a gente falar e ouvir, tornam-se corriqueiras e, por isso, o seu significado fica enfraquecido ou, às vezes, até banalizado. É o caso, por exemplo, das palavras amor, cidadania, direitos humanos... ou expressões chamadas frases feitas, como “eu te amo” ou “a união faz a força”. Esta última é, no entanto, a frase que melhor traduz o resultado da campanha Ficha Limpa, matéria de capa desta edição do JORNAL DE OPINIÃO.

A reportagem especial de Mônica Bussinger, páginas 4 e 5, mostra que o Projeto de iniciativa popular sobre a Vida Progressiva dos Candidatos, que se tornou conhecido como campanha Ficha Limpa, arrecadou 1,3 milhão de assinaturas, que serão entregues ao Congresso Nacional, no próximo dia 28 de setembro. O projeto

formaliza o clamor da população, no sentido de garantir candidaturas idôneas no processo eleitoral. As assinaturas foram coletadas por mais de um ano através de 43 entidades reunidas no Movimento Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral, entre elas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Somente na Arquidiocese de Belo Horizonte, entre paróquias, pastorais, movimentos e entidades organizadas da sociedade, foram coletadas cerca de 130 mil assinaturas. Um grande exemplo de consciência cidadã e de que a união, de fato, faz a força!

E essa é a atitude mais importante a ser adotada a partir de agora, porque não basta apenas entregar o Projeto de Lei para ser votado no Congresso Nacional. É preciso ficar atento, cobrar apoio dos deputados nas bases eleitorais, fazer pressão para aprová-lo. Temos,

portanto, uma grande tarefa pela frente. Mãos a obra!

Ainda, nesta edição, a matéria “Irmão com deficiência: do cume ao companheirismo”, páginas 8 e 9, demonstra a força da união. A reportagem, de Raphael Lucca, fala da necessidade de a família enfrentar, unida, as adversidades da vida.

Que Deus nos dê força e coragem para seguir sempre adiante em busca de um mundo melhor para todos!



Padre Gladstone Elias de Souza - coordenador-geral do JO e especialista em Comunicação

2009-09

Diálogo

Tudo o que fizerdes, fazei-o com amor (Cl 3, 23-24)

Jornal de Opinião, 12 a 18/10/2009

Gratuidade. Somente quem tem espírito de gratuidade é capaz de uma vida dedicada à oração e ao trabalho, realizados, cotidianamente, com amor e alegria. Atitudes, às vezes, difíceis de compreender em nossa sociedade hoje, dominada pela competitividade, o egoísmo e a busca do prazer pelo prazer.

Gestos de amor e gratuidade é o que mostra a matéria de capa desta edição: "Mãos que tecem a fé", páginas 8 e 9. A repórter a Mônica Bussinger conversou com religiosas e religiosos, de diversas congregações, em Belo Horizonte, Manaus, Anápolis (GO) e em Vila Flores (RS), que se dedicam à confecção de paramentos, hóstias, vinhos, cartões, num gesto de entrega pessoal e de serviço a Deus. Todos garantem que a recompensa de servir ao Senhor é maior que a satisfação proporcionada

pelo trabalho que se faz, muitas vezes também para garantir a própria sobrevivência.

Um exemplo, entre tantos outros, é irmã Francisca, da Congregação das Servas do Santíssimo Sacramento. Na casa de Belo Horizonte, onde moram as idosas, ela confecciona jogos para altar e paramentos. A alegria de trabalhar para a Igreja e para Deus é incomparável e em nada se parece com aquela do passado, quando era jovem, no interior de São Paulo, e costurava para pessoas da família e da região. "A gente trabalha e reza. Em tudo que faço, me coloco na presença de Deus."

O mesmo amor e dedicação demonstram as monjas do Mosteiro São Damião, em Manaus. Para elas, confeccionar paramentos é uma forma de contribuição para a missão da Igreja. "Em todos os momentos, estamos

ligadas a Deus. Nossas preces começam de madrugada e vão até a meia-noite. Vem para o mosteiro quem quer rezar e contemplar", diz uma das irmãs.

Exemplos assim, de fé e vida, dão um gostinho especial à nossa tarefa de mostrar os valores do evangelho através da comunicação. Que a alegria de servir possa se tornar uma realidade presente também em nosso cotidiano, de modo a renovar as nossas esperanças e a nos impulsionar a seguir em frente, acreditando sempre mais na pessoa humana e na força transformadora da oração e do amor.

*Padre Gladstone Elias de Souza -
coordenador-geral
do JO e especialista em Comunicação*



2009-10

Diálogo

Igreja e pós-modernidade

Jornal de Opinião, 14 a 20/12/2009

O conceito de pós-modernidade é marcado por uma pluralidade de argumentos e tentativas de definições, refletindo sua essência: a diversidade, o relativismo, o pluralismo, a descentralização, entre outros. Assim, o termo pós-modernidade é a expressão de uma mentalidade surgida progressivamente ao longo do século XX no ambiente das artes plásticas e da literatura e depois discutida pela filosofia e por outras disciplinas.

Diante desse fenômeno, o JORNAL DE OPINIÃO aceitou o desafio de oferecer uma síntese didática do assunto. Contando com a participação de renomados professores, a matéria de capa desta edição é um convite a que todos reflitam sobre a pós-modernidade.

A importância desse tema reside na busca de respostas aos desafios de nossa época. E como a Igreja Católica se comporta diante dessa realidade? Um esforço tanto teórico como prático na busca por respostas está no artigo do vigário episcopal para a Pastoral, frei Luiz Antônio Pinheiro, OSA. Ao avaliar o primeiro ano do Projeto de Evangelização "Igreja Viva, Sempre em Missão" da Arquidiocese de Belo Horizonte, o religioso agostiniano aponta caminhos em sintonia com os apelos da Conferência de Aparecida (2007) e as orientações das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil (2008).

Mais do que revelar a grande diversidade de opiniões sobre a relação entre modernidade e pós-modernidade, o que esta edição mostra é que as religiões caminham em

direção a novas construções de seus sistemas de crenças e de autoridade, bastante diferentes de seus estilos originais. Conceitos como fidelidade, identidade, conversão e legitimidade exigem compreensão bem mais dinâmica do que sua compreensão mais tradicional.

Que o próprio leitor possa avaliar essas possibilidades ao conferir os outros destaques.

Boa leitura, boa reflexão!

*Padre Gladstone Elias de Souza -
coordenador-geral do JO e especialista
em Comunicação*



O Senhor da minha fé

Frei Betto (1978, p. 15 e 16)

Não creio no deus dos magistrados
nem no deus dos generais
ou nas orações patrióticas.

Não creio no deus dos hinos fúnebres
nem no deus das salas de audiência
ou nos prólogos das constituições
e dos epílogos dos discursos eloquentes.

Não creio no deus do medo dos opulentos
ou da alegria dos que roubam o povo.

Não creio no deus da paz mentirosa
nem no deus da justiça impopular
ou das venerandas tradições nacionais.

Não creio no deus das saudações protocolares
ou dos matrimônios sem amor.

Não creio no deus construído
À imagem e semelhança dos poderosos,
nem no deus inventado para sedativo
das misérias e sofrimento dos pobres.

Não creio no deus que dorme nas paredes
ou se esconde no cofre das igrejas.

Não creio no deus dos natais comerciais
nem no deus das propagandas coloridas.
Não creio nesse deus feito de mentiras
tão frágeis como barro,
nem no deus da ordem estabelecida
sobre a desordem consentida.

O Deus da minha fé nasceu numa gruta.
Era judeu,
foi perseguido por um rei estrangeiro
e caminhava errante pela Palestina.
Fazia-se acompanhar por gente do povo;
dava pão aos que tinham fome;
luz, aos que viviam nas trevas;
liberdade, aos que jaziam acorrentados;
paz, aos que suplicavam por justiça.

O Deus da minha fé punha o homem acima da lei
e o amor no lugar das velhas tradições.
Ele não tinha uma pedra onde recostar a cabeça
e confundia-se entre os pobres.
Só conheceu os doutores quando estes duvidaram
de sua palavra.
Esteve com juízes, que procuravam condená-lo.
Foi visto entre a polícia,

preso.

Pisou no palácio do governador

para ser chicoteado.

O Deus da minha fé trazia uma coroa

de espinhos.

Vestia uma túnica toda tecida

de sangue.

Dispôs de batedores que lhe abriam o caminho

do calvário.

Onde morreu, entre ladrões

na cruz.

O Deus da minha fé

não é outro senão

o filho de Maria,

Jesus de Nazaré.

Todos os dias ele morre

crucificado pelo nosso egoísmo.

Todos os dias ele ressuscita

Pela força do nosso amor.